



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

Políticas Sociais, Incentivos Fiscais e os Movimentos do Capital e do Trabalho no Caso
Grendene

Robert Paula Gouveia

Brasília-DF, 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

Robert Paula Gouveia

Políticas Sociais, Incentivos Fiscais e os Movimentos do Capital e do Trabalho no Caso
Grendene

*Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Política Social do Departamento
de Serviço Social da Universidade de Brasília
como requisito para a obtenção do título de
Doutor em Política Social.*

*Área de Concentração: Trabalho e Política
Social.*

Orientadora; Prof^ª Dr^ª Silvia Cristina Yannoulas

Brasília-DF, março de 2015

Reprodução parcial permitida, desde que citada a fonte.

Gouveia, Robert Paula.

Políticas Sociais, Incentivos Fiscais e os Movimentos do Capital e do Trabalho no Caso Grendene/Robert Paula Gouveia. – Brasília, 2015. 250f.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Doutor em Política Social.

Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora; Profª Drª Silvia Cristina Yannoulas

1.Incentivos Fiscais. Políticas Públicas. Políticas Sociais. Reestruturação Produtiva. Trabalho. I. Políticas Públicas Sociais e Movimentos do Capital e do Trabalho no Caso Grendene.

CDU

ROBERT PAULA GOUVEIA

**POLÍTICAS SOCIAIS, INCENTIVOS FISCAIS E MOVIMENTOS DO CAPITAL E DO
TRABALHO NO CASO GRENDENE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Doutor em Política Social.

Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora; Prof^a Dr^a Silvia Cristina Yannoulas

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Silvia Cristina Yannoulas

Universidade de Brasília

Orientadora

Profª Drª Christiane Girard Ferreira Nunes

Universidade de Brasília

Membro Interno não vinculado ao Programa

Prof. Drª Carolina Cássia Batista Santos

Universidade de Brasília

Membro Interno não vinculado ao Programa

Prof. Dr. Evilásio da Silva Salvador

Universidade de Brasília

Membro Interno vinculado ao Programa

Profª Drª Rosa Helena Stein

Universidade de Brasília

Membro Interno vinculado ao Programa

Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira

Universidade Federal do Ceará

Membro Externo - Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente às pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que esta tese fosse possível. Trata-se de um trabalho pensado, elaborado e escrito a partir de muitas influências, ainda que todos os equívocos cometidos sejam de minha inteira responsabilidade.

À minha orientadora, Silvia Cristina Yannoulas, meu reconhecimento de seu brilhantismo e um agradecimento profundo pela enorme generosidade e paciência, ingredientes fundamentais para que chegássemos a bom termo.

Às professoras e professores da banca examinadora de qualificação e apresentação final desta tese, Christiane Girard Ferreira Nunes, Rosa Helena Stein, Carolina Cássia Batista Santos, Evilásio da Silva Salvador e Aécio Alves de Oliveira, bem como à professora Berlindes Astrid Kuchemann e ao professor Newton Narciso Gomes, agradeço pelas sugestões, críticas e sobretudo pelo apoio durante esta caminhada.

Aos demais professores do Programa de Política Social, agradeço as orientações valiosas que também subsidiaram este trabalho.

À Domingas e demais funcionários do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, pela presteza e generosidade sempre que solicitados a colaborar.

Às amigas e amigos, também colegas de curso de pós graduação, Vanda Michele Burginski, Ieda Castro, Jarbas Ricardo e Marcelo Guilherme, pelo apoio, troca de ideias, cumplicidade e carinho durante nossa convivência, e até hoje. Aos demais colegas de curso de pós graduação, pela ajuda mútua que caracterizou em muitos momentos nossa turma.

Às amigas e amigos de Brasília, Henrique Nunes e Isabel, Emanuela Matos e Joaquim Pinheiro, Vanessa Pfeifer, Rosa Amélia (revisora generosa desta tese), José de Jesus, Odete Pereira, Queiroz Julia, Vânia Gouveia, a galera da Embaixada do Vozão, por tornar esta cidade palatável no começo e aconchegante de certo momento até agora.

Aos amigos e também colegas de trabalho na Universidade Estadual Vale do Acaraú em Sobral/CE, especialmente os professores Hélio Reis e Nicolau Bussons, irmãos para todas as horas.

À Claudia Satié Hamasaki, criatura ímpar e importante, nesta e em outras trajetórias (extensivo à MA e a toda a família Hamasaki).

A todas as pessoas queridas de Fortaleza, Sobral e do Ceará como um todo, que de alguma forma e em algum momento, fizeram parte da minha trajetória.

Aos colegas de Ministério do Trabalho e Emprego, todos em especial e indistintamente, que tem sido companheiros de luta, de agruras e alegrias, e em especial à Camila Brito, Diogo Antunes, Valmor Schiochet, Carlos Frederico e Gabriela Cavalcanti, esta tradutora do Resumo desta tese.

À Ivana e Valentina Rodrigues, criaturas especiais que alegram a existência.

A todas as pessoas entrevistadas nesta pesquisa, solícitas e generosas ao dividir comigo suas experiências sobre o tema desta tese.

À minha mãe, Maria Neide de Paula, minhas irmãs, Ethel de Paula Gouveia e Danielle de Paula Gouveia e Benevides, meus sobrinhos Luíza e César Neto, meu cunhado Cesinha, amorosos, e portanto fundamentais, pois não há vida sem amor.

Ao meu pai e “colega” Antônio Gouveia Neto, e a todos os familiares de Brasília, a quem homenageio nas pessoas da tia Rê e de Fernanda, sempre torcendo por mim em Brasília ou em qualquer outro lugar.

A todas as pessoas que de uma forma ou outra, fizeram e têm feito parte da minha trajetória.

*“O trabalho (alheio) dignifica
o homem(capitalista).”
Robert Paula Gouveia*

RESUMO

Esta tese trata da questão das políticas públicas sociais, especificamente aquelas voltadas à área do trabalho, tendo como pano de fundo a relação entre essas políticas públicas de trabalho e os movimentos do capital, dentro do sistema capitalista de produção e troca. Busca-se analisar a postura do Estado enquanto poder público, a partir da formatação (ou não) de políticas públicas sociais, correspondentes às compensações oriundas das consequências sociais dessa relação. Nesse sentido, é uma análise sociológica, histórica e econômica, a partir de uma visão crítica, buscando sua compreensão e observando possibilidades de posicionamento para os agentes envolvidos nesse processo - especialmente para a classe trabalhadora -, num contraponto diante da postura capitalista na relação capital-trabalho. Este estudo tem, ao mesmo tempo, uma abrangência global, baseada na literatura existente acerca do tema, naquilo que denomina de mudança do capitalismo em escala planetária; e outra local, centrada numa realidade brasileira específica, a partir do seu setor produtor calçadista, locus fértil na difusão do processo de reestruturação produtiva, esta por sua vez ícone da modernização industrial capitalista desde os anos 1970 e da conseqüente ressonância disso para o mercado de trabalho. Realizou-se, assim, estudo de caso relativo ao movimento da empresa Grendene entre Farroupilha/RS e Sobral/CE, a partir da migração de seu complexo produtivo e, considerando seu processo de reestruturação produtiva como algo além dessa migração de capital, incluindo aí a inserção do setor público neste contexto, enquanto fator político desse processo. Para tanto, utilizaram-se, além da pesquisa bibliográfica, a análise documental, entrevistas semiestruturadas e a observação direta das respectivas conjunturas, na tentativa de compreender não só a lógica do referido processo, mas, principalmente, as conseqüências disso para os mercados de trabalho em ambos os locais mencionados, fundamentalmente a partir das políticas públicas sociais (ou de sua ausência) associadas a esse contexto. Ao final o que se percebe, além da complexidade dos eventos decorrentes desse movimento, é o viés pró capital inerente a ele, especialmente no que diz respeito às políticas públicas locais pesquisadas.

Palavras-Chave: Incentivos Fiscais. Políticas Públicas. Políticas Sociais. Reestruturação Produtiva. Trabalho.

ABSTRACT

This thesis deals with the issue of social policies, specifically those related to labour, and the relationship between labour policies and movements of the capital within the capitalist system of production and exchange. We seek to analyze the state's position as a public authority on the building (or absence) of social policies, as a means of compensation out of the social consequences of this relationship. Therefore, it is a sociological, historical and economic analysis, from a critical view, seeking its understanding and observing position possibilities of the agents involved in this process - especially for the working class - a counterpoint on the capitalist stance towards the capital-labor relation. This study has, at the same time, a global scope, based on the existing literature on what has been called the transformation of capitalism at a world level; and another local dimension, centered on a specific Brazilian reality: the footwear industry, a fertile locus of the industrial restructuring process, which has been the symbol of capitalist industrial modernization since the 1970s, and its resonance to labour market. We study the case of Grendene enterprise movement, which has migrated its production complex between towns of Farroupilha/RS and Sobral /CE, and, considering its restructuring process as something beyond that migration of capital, including the public sector in this context, as a political factor in this process. Therefore, we used, in addition to literature review, also document analysis, semi-structured interviews and direct observation of both realities, trying to understand not only this phenomenon's logic, but mainly the consequences for labor markets in both places, focusing on public social policies (or their absence) associated with that context. At the conclusion, we notice that, in addition to events arising from this complex movement, there is an inherent pro-capital bias in it, specially towards the researched local policies.

Keywords: Tax Incentives. Public Policies. Social policies. Industrial restructuring. Labour.

RÉSUMÉ

Cette thèse examine la question des politiques publiques sociales, spécifiquement celles du monde du travail. Le contexte est le rapport entre ces politiques publiques de travail et les mouvements du capital, dans le système capitaliste de production et d'échange. On essaye ici d'analyser l'action de l'État en tant que pouvoir publique, à partir de la construction (ou l'absence) des politiques publiques sociales, concernant les compensations nées des conséquences sociales de ce rapport. À cet égard, il s'agit d'une analyse sociologique, historique et économique, à partir d'un point de vue critique, à la recherche de sa compréhension et en observant les possibilités de position pour les acteurs impliqués dans ce processus – en particulier la classe des travailleurs –, comme un contrepoint devant l'attitude capitaliste du rapport capital-travail. Cette étude a à la fois une dimension globale, à partir de la bibliographie sur ce qu'on appelle la transformation du capitalisme à l'échelle planétaire, et aussi une dimension locale, focalisée à partir d'une réalité brésilienne spécifique, à partir du secteur de production industrielle de chaussures, un endroit fertile pour la diffusion du processus de restructuration productive, celle-ci comme symbole de la modernisation industrielle capitaliste depuis les années 1970, et sa résonance sur le marché de travail. On a étudié le cas du mouvement de l'entreprise Grendene, à partir de la migration de son complexe productif entre les villes de Farroupilha/RS e Sobral/CE, et, concernant son procès de restructuration productive, en tant qu'au-delà de cette migration du capital, ci-joint l'inclusion du secteur public, comme élément politique dans ce contexte. Au-delà de la recherche bibliographique, on a utilisé l'analyse documentaire, des interviews semi-directifs et l'observation directe des respectives réalités, avec l'intention de comprendre non seulement la logique du processus montré mais surtout ses conséquences pour les marchés de travail dans les deux régions observées, essentiellement à partir des politiques publiques sociales (ou son absence) associées à ce contexte. En conclusion, on se rend compte, au-delà de la complexité des événements suivant ce mouvement, du parti pris pro-capital, particulièrement en ce qui concerne les politiques publiques locales analysées.

Mots-clés: Subventions Fiscales. Politiques Publiques. Politiques Sociales. Restructuration Productive. Travail.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição das Fontes de Financiamento do FAT – Brasil 1990.....	81
Quadro 2 – Problemas SPETR X Soluções Propostas SUT – Brasil 2014	85
Quadro 3 – Resumo da estratégia metodológica para elaborar o estudo de caso	111
Quadro 4 – Comparativo Conjunturas Sobral e Farroupilha (2009-2012).....	131
Quadro 5 – Unidades da indústria automobilística implantadas ou redirecionadas internamente no Brasil, 1996-2001	171
Quadro 6 – Resumo comparativo sobre Incentivos Fiscais e Mercado de Trabalho entre Sobral/CE e Farroupilha/RS - 2014.....	250

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Destino dos recursos do FAT no Brasil em 2013	87
Figura 2 – Demonstrações Financeiras Grendene - Incentivos Fiscais 2012/2013	195
Figura 3 – Notícia acerca da reposta da Grendene à greve de 1994 em Sobral.....	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Intermediação de Mão de Obra por UF no Brasil 2013/2014.....	88
Tabela 2 – Dados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Brasil - 2008/2014.....	89
Tabela 3 – Orçamento do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI Ceará - 2008/2010 .	105
Tabela 4 – Participação FDI na arrecadação total e arrecadação ICMS Ceará - 2008/2010...	106
Tabela 5 – Magnitude orçamento FDI em relação aos orçamentos da Educação e Saúde Ceará - 2008/2010.....	106
Tabela 6 - Estabelecimentos de saúde em Sobral/CE 2010.....	114
Tabela 7 - Morbidade Hospitalar em Sobral/CE 2012.....	115
Tabela 8 – Docente por nível em Sobral/CE 2012	116
Tabela 9 - Número de Escolas por nível em Sobral/CE 2012	117
Tabela 10 – Matrículas por nível em Sobral/CE 2012.....	118
Tabela 11 – Receitas e Despesas Orçamentárias em Sobral/CE 2009.....	119
Tabela 12 - Produto Interno Bruto – PIB (Valor Adicionado) 2010	120
Tabela 13 – Estabelecimentos de Saúde em Farroupilha/RS 2010.....	122
Tabela 14 – Morbidade Hospitalar em Farroupilha/RS 2012.....	123
Tabela 15 – Docentes por nível em Farroupilha/RS 2012.....	124
Tabela 16 – Número de Escolas por nível em Farroupilha/RS 2012.....	125
Tabela 17 – Matrículas por nível em Farroupilha/RS 2012.....	126
Tabela 18 – Despesas e Receitas Orçamentárias em Farroupilha/RS 2009.....	127
Tabela 19 - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) em Farroupilha/RS 2010.....	128
Tabela 20 – Arrecadação de ICMS e Repasses para o FDI (R\$ 1000,00) – Ceará - 1995/2003	173
Tabela 21 – Evolução do ICMS de Sobral – 1993/2001	175
Tabela 22 - Resultados PRODECON Sobral - 2002/2005	177
Tabela 23 – Atração de Investimentos no Ceará 2011/2013.....	178
Tabela 24 – Saldo de Empregos na Indústria de Calçados em Sobral/CE (2007/2013).....	198
Tabela 25 – Número de Beneficiados do Programa Trabalho Pleno da Prefeitura Municipal de Sobral (1997/2003).....	205
Tabela 26 – Saldo de Empregos na Indústria de Calçados em Sobral/CE (2007/2013).....	219
Tabela 27 – Evolução Taxa de Homicídios – Farroupilha/RS (1999-2012).....	226
Tabela 28 – Índice Social Municipal Ampliado na Região de Caxias do Sul por município (1991-1996).....	229
Tabela 29 – Evolução dos Principais Indicadores Consolidados Grendene (em IFRS) – 2008/2013.....	241
Tabela 30 – Volume de Produção Grendene – 2008/2013.....	242
Tabela 31 – Produção Brasileira de Calçados X Produção da Grendene – 2008/2013	242
Tabela 32 – Dados Sociais e Corporativos – Grendene 2009/2013.....	244

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Quantidade de Beneficiários – Seguro Desemprego e Abono Salarial – Brasil - 2003/2012	86
Gráfico 2 - Estabelecimentos de Saúde em Sobral/CE 2010.....	113
Gráfico 3 – Morbidade Hospitalar em Sobral/CE 2010	114
Gráfico 4 – Docente por nível em Sobral/CE 2012.....	115
Gráfico 5 – Número de Escolas por nível em Sobral/CE 2012	116
Gráfico 6 – Matrículas por nível em Sobral/CE 2012	117
Gráfico 7 – Receitas e Despesas Orçamentárias em Sobral/CE 2009	118
Gráfico 8 - Produto Interno Bruto – PIB (Valor Adicionado) 2010.....	119
Gráfico 9 – Estabelecimentos de Saúde em Farroupilha/RS 2010.....	122
Gráfico 10 – Morbidade Hospitalar em Farroupilha/RS 2012	123
Gráfico 11 – Docentes por nível em Farroupilha/RS 2012	124
Gráfico 12 – Número de Escolas por nível em Farroupilha/RS 2012	125
Gráfico 13 – Matrículas por nível em Farroupilha/RS 2012.....	126
Gráfico 14 – Despesas e Receitas Orçamentárias em Farroupilha/RS 2009	127
Gráfico 15 – Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) em Farroupilha/RS 2010.....	128
Gráfico 16 – Nível de registros de empresas em Farroupilha/RS 2014 (jan a jun)	223
Gráfico 17 - Nível de registros de empresas em Farroupilha/RS – Setor Industrial – 2014 (jan a jun)	224
Gráfico 18 – Crescimento da população na Região de Caxias do Sul entre 1960 e 1996 por município.....	229
Gráfico 19 – Índices do PIB (a preços constantes) Região de Caxias do Sul X Estado do Rio Grande do Sul: 1949-1997.....	230
Gráfico 20 – Receita Líquida de Vendas – Grendene 2008/2013	243
Gráfico 21 – Lucro Bruto Grendene – 2008/2013.....	243
Gráfico 22 – Lucro Líquido Grendene – 2008/2013	244

LISTA DE SIGLAS

BADESUL – Agência de Desenvolvimento

ADECE – Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará

AGDI – Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção de Investimentos

APLs – Arranjos Produtivos Locais

ANFIP – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

BASA – Banco da Amazônia

BB – Banco do Brasil

BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional da Habitação

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEF – Caixa Econômica Federal

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CODEFAT – Conselho Deliberativo do FAT

CEDIN – Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará

CEDE – Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico do Ceará

COMUT – Conselho Municipal de Trabalho do Município de Sobral

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CETSS – Contribuição de Empregados e Trabalhadores para a Seguridade Social

CONFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CPMF – Contribuição Provisória (Permanente) sobre Movimentações Financeiras

CF/88 – Constituição Federal de 1988

DETRAN/CE – Departamento de Trânsito do Estado do Ceará

FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FOB – *Free On Board*

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNDOPEM/RS – Fundo de Operação da Empresa no Estado do Rio Grande do Sul
FMI – Fundo Monetário Internacional
ICMS – Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IF's – Institutos Federais de Educação
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia do Estado do Ceará
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
JK – Juscelino Kubitschek
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC – Ministério da Educação
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE – Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PT – Partido dos Trabalhadores
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PLANFOR – Plano Nacional de Formação Profissional
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto

PRODECON – Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral

PRODENE – Programa de Desenvolvimento de Eventos e Negócios de Sobral

PROVIN – Programa de Desenvolvimento Industrial

PROTEDEC – Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Sobral

PROEMPREGO – Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

PROAPI – Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais

PIS – Programa de Integração Social

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e Emprego

PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para a Juventude

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Orientado

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

STDE – Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município de Sobral

II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

SD – Seguro Desemprego

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas

SESC – Serviço Social do Comércio

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SINE/CE – Sistema Nacional de Emprego no Estado do Ceará

SPETR – Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUT – Sistema Único do Trabalho

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

STF – Supremo Tribunal Federal

UCS – Universidade de Caxias do Sul

VLT – Veículos Leves sobre Trilhos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I - POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO: UMA REVISÃO	
BIBLIOGRÁFICA	39
<i>1.1 - Política Pública e Política Social</i>	<i>39</i>
<i>1.2 - O Fundo Público</i>	<i>42</i>
<i>1.3 - Fundo público no Brasil.....</i>	<i>45</i>
<i>1.4 - A Questão Social e o Trabalho.....</i>	<i>50</i>
<i>1.5 - A questão social e o trabalho no Brasil</i>	<i>60</i>
<i>1.6 – A questão social e a reestruturação produtiva</i>	<i>61</i>
<i>1.7 – A questão social e a reestruturação produtiva no Brasil</i>	<i>68</i>
<i>1.8 – As Políticas de Trabalho no Brasil.....</i>	<i>78</i>
CAPÍTULO II - MOVIMENTOS DO CAPITAL E TRABALHO: O CASO GRENDENE.....	90
<i>2.1 – Os Incentivos Fiscais e o Caso Grendene</i>	<i>90</i>
<i>2.2 – O PROVIN/FDI como instrumento de política pública social: caracterizando o “modelo” do caso Grendene</i>	<i>100</i>
<i>2.3 – Processo Metodológico da Pesquisa</i>	<i>108</i>
<i>2.4 – Análise prévia das conjunturas</i>	<i>112</i>
<i>2.4.1 – Sobral/CE</i>	<i>112</i>
<i>2.4.2 – Farroupilha/RS.....</i>	<i>120</i>
<i>2.5 – As Entrevistas</i>	<i>131</i>
CAPÍTULO III - O MOVIMENTO DA GRENDENE E AS TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES.....	167
<i>3.1 – Metodologia de análise</i>	<i>167</i>
<i>3.2 – Os dados e os incentivos fiscais</i>	<i>168</i>
<i>3.3 - O mercado de trabalho em Sobral/CE.....</i>	<i>197</i>
<i>3.4 - O mercado de trabalho em Farroupilha/RS.....</i>	<i>218</i>
<i>3.5 - Os Dados e a Grendene.....</i>	<i>241</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	253
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	274
ANEXOS	280
<i>ANEXO 1 – Lista de Sites.....</i>	<i>280</i>
<i>ANEXO 2 – Notas.....</i>	<i>282</i>
APÊNDICES	284
<i>APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE</i>	<i>284</i>
<i>APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Representante Grendene</i>	<i>285</i>
<i>APÊNDICE 3 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Prefeitura de Sobral/CE.....</i>	<i>288</i>
<i>APÊNDICE 4 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Prefeitura de Farroupilha/RS</i>	<i>290</i>
<i>APÊNDICE 5 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Sindicato de Sobral/CE.....</i>	<i>292</i>
<i>APÊNDICE 6 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Sindicato de Farroupilha/RS</i>	<i>294</i>

INTRODUÇÃO

Esta tese trata da questão das políticas públicas sociais, especificamente aquelas voltadas à área do trabalho, tendo como pano de fundo a relação entre estas políticas públicas de trabalho e os movimentos do capital, dentro do sistema capitalista de produção e troca. Busca-se analisar a postura do Estado enquanto poder público, a partir da formatação (ou não) de políticas públicas sociais, correspondentes às compensações oriundas das consequências sociais dessa relação. Nesse sentido, é uma análise sociológica, histórica e econômica, a partir de uma visão crítica, buscando sua compreensão e observando possibilidades de posicionamento para os agentes envolvidos nesse processo - especialmente para a classe trabalhadora -, num contraponto diante da postura capitalista na relação capital-trabalho.

A tese está centrada na categoria trabalho e nas políticas sociais associadas a ela, por se acreditar no seu significado a partir da visão marxista, ou seja, por se acreditar tratar-se da categoria fundante do ser social. Nesse sentido e de acordo com a teoria marxista, o significado da categoria trabalho apresenta-se como sendo a atividade humana que transforma a natureza dos bens necessários à vida social, efetivando uma inflexão para a humanidade: de uma existência simplesmente biológica para uma existência em sociedade.

A ideia deste estudo tem uma abrangência global, baseada na literatura existente sobre o tema, naquilo que Cattani (2011) chama, nesse sentido, de mudança do capitalismo em escala planetária; mas é também uma análise localizada, centrada na realidade brasileira, a partir do seu setor produtor calçadista, lócus fértil na difusão do processo de reestruturação produtiva, esta por sua vez ícone da modernização industrial capitalista desde os anos 1970 e da conseqüente ressonância disso para o mundo do trabalho. Assim, neste estudo, analisa-se o caso da empresa Grendene a partir da migração de seu complexo produtivo de Farroupilha/RS para Sobral/CE, considerando seu processo de reestruturação produtiva como algo que vai desde essa migração do capital, até a inserção do setor público neste contexto, enquanto fator político desse processo. Com isso se busca não só entender a lógica do referido processo, mas, principalmente, as conseqüências disso para o mundo do trabalho de ambos os locais mencionados, fundamentalmente a partir das políticas públicas sociais (ou de sua ausência) associadas a esse contexto.

Aqui vale lembrar que este tipo de ação de migração do capital, a partir dos interesses e iniciativas do próprio capital e do poder público, não é novo, ainda que relativamente recente no Brasil. A montadora de automóveis Ford do Brasil, por exemplo, fez este movimento no final da década de 1990, saindo da região do ABC paulista e instalando-se na Bahia onde, segundo Ferraz (2008), gastou em 2001 cerca de US\$ 1,2 bilhão em reestruturação, sendo que US\$ 1 bilhão lhe foi emprestado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Além disso, segundo o referido autor, contou com o apoio do governo baiano no pagamento de custos com infraestrutura e qualificação de mão-de-obra (FERRAZ, 2008), ou seja, recebeu subsídio público na sua empreitada de investimento.

Nesse sentido, essa tese faz uma análise acerca do modelo de desenvolvimento local baseado, neste caso, no incentivo ao capital adotado pelo poder público no estado do Ceará, especialmente na prefeitura de Sobral. Trata-se de estratégia para atrair investimentos industriais - nesse caso especificamente a empresa Grendene -, bem como alavancar o crescimento econômico local, o que é questionável tanto quanto a sua efetividade (e não só quanto à questão dos empregos em si), mas fundamentalmente quanto à sua capacidade de ensejar de fato uma conjuntura de bem-estar social a esta sociedade. Aqui, uma comparação com a postura e estratégia adotadas pelo município de Farroupilha (capital, trabalhadores e poder público), de onde migraram os postos de trabalho agora disponíveis em Sobral, enseja um contraponto dentro da análise, equacionando o caso (que chamamos Grendene) de forma mais abrangente.

Destaca-se que a empresa Grendene não foi somente atraída pelo poder público cearense, mas também se colocou à disposição dessa política de forma interessada, além de ter feito o movimento de deixar a cidade de Farroupilha, ocasionando aí consequências, inclusive sociais. Por isso, verificou-se como ficou o município gaúcho sem a presença do parque produtivo da empresa Grendene, em comparação à realidade de antes, numa contrapartida à análise em sentido contrário feita em Sobral, a partir da chegada da empresa no município.

A análise envolve, então, a perspectiva do trabalho a partir da sua visão acerca do fenômeno em questão, tanto em Sobral como em Farroupilha. Ambas as comunidades foram chamadas a expressar suas impressões no tocante às suas realidades, especialmente por meio

das entrevistas realizadas nos dois municípios (mas também por meio de fontes secundárias, como jornais impressos locais, sites na internet e publicações oficiais), o que ensejou ao estudo vislumbrar como essa pequena parcela da sociedade brasileira tem vivenciado características de cidadania em um contexto marcado sobretudo pela descentralização das políticas públicas, oriundo da Constituição Federal de 1988.

Este momento histórico foi marcado por dois lados opostos acerca da visão de políticas públicas sociais: um mais democrático, que buscou valorizar e incrementar a participação social a partir da nova Carta Magna; e outro, de viés mais conservador, que se utilizou do mecanismo de descentralização proposto na nova Constituição para aprofundar os ajustes neoliberais por meio da transferência de responsabilidades na área social.

Nesse sentido, a pesquisa buscou a interpretação e o posicionamento dos atores envolvidos diante da concepção, elaboração e implementação das políticas públicas locais, a partir dos poderes públicos respectivos, que tendem a se posicionar de acordo com o movimento do capital no contexto globalizante atual. Autores como De Moraes (2008) lembram que estes governos locais passaram a ser valorizados no Brasil enquanto agentes de renovação das políticas públicas, justamente a partir dos anos 1990 e da respectiva crise fiscal do Estado, aliada ao processo de descentralização mencionado. Já o fenômeno da globalização, por sua vez, a partir da interdependência econômica mundial, tem denunciado uma perda de capacidade por parte do Estado em formular políticas públicas alternativas à ordem internacional, mesmo em sociedades cujos governos mantenham alguma postura aparentemente progressista, como é o caso do Brasil.

A análise deste caso, se não permite conclusões generalizantes acerca do fenômeno, é um exemplo particularmente interessante acerca de uma dinâmica que envolve a relação capital-trabalho mediada pelo poder público, o que possibilita a interpretação das ações dos atores envolvidos a partir de suas tomadas de posição diante dos contextos e conjunturas que se vão apresentando.

Isso, por si só, é um elemento que contribui com as reflexões acerca de situações desse tipo no contexto do capitalismo atual, especialmente no tocante às consequências sociais inerentes. Assim, o que se buscou com este trabalho de pesquisa foi obter elementos que possibilitem o entendimento acerca das atuais conformações dos respectivos mercados de

trabalho e das políticas públicas a eles associados, o que, espera-se, ensejará, fundamentalmente à classe trabalhadora o vislumbre dos caminhos de posicionamento prováveis, possíveis ou até sonhados.

O objetivo geral deste estudo é, a partir do questionamento de que as políticas públicas – especialmente as de trabalho – sejam instrumentos capazes de solucionar as iniquidades inerentes ao desenvolvimento do capital, verificar qual a relação existente entre políticas públicas de trabalho e os movimentos do capital no caso Grendene. Esta análise se dá partir do município cearense de Sobral, com a observação da política pública de desenvolvimento local, centrada no programa implementado pelo governo do estado do Ceará (e incorporado pela referida prefeitura).

Este busca, pela atração de investimentos produtivos industriais de grande porte, a geração de empregos, trabalho e renda no estado e, por conseguinte, no município. A ideia da observação disso foi, então, a de centrar a análise a partir do olhar dos agentes sociais envolvidos nesse processo (poder público, empresa e, especialmente, trabalhadores), no tocante ao tipo de política que está posta em ação pelo poder público local, os resultados obtidos a partir dessa ação e as eventuais possíveis alternativas a ela.

A Grendene deslocou seu parque produtivo da cidade de Farroupilha para a cidade de Sobral em 1994, mantendo apenas as partes de planejamento e gerenciamento central na sua cidade de origem. A justificativa por parte da empresa para tal movimento estaria no cerne de um processo de reestruturação produtiva que envolvia, além da possibilidade de contar com menores custos, facilidades de isenções fiscais, financiamento e de oferta de infraestrutura para a produção, oferecidas pelo poder público na cidade de destino. Ademais haveria a maior proximidade com alguns dos mercados internacionais de destino de seus produtos (principalmente Estados Unidos e Europa).

Em Farroupilha, se buscou inicialmente compreender esse processo de deslocamento em todas as suas fases (tomada de decisão, organização do deslocamento, o deslocamento em si, o resultados iniciais e projeções a partir disso). Em seguida, verificou-se como se deu a participação do poder público local nesse processo, bem como as impressões e eventuais reações dos demais agentes sociais envolvidos, notadamente os trabalhadores. Nesse sentido, foram ouvidos o poder público local, através de um representante da prefeitura; o sindicato de

trabalhadores do setor calçadista, com sua versão acerca do processo; e a empresa, através de um agente de comando ou de gerência, que representou sua posição quanto ao processo.

A principal hipótese levantada nesta análise dá conta de que políticas públicas de trabalho são instrumentos que podem amenizar, mas que não resolvem as iniquidades que acompanham o desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, acerca do processo migratório do capital ocorrido no eixo Farroupilha – Sobral, no caso da empresa Grendene, questiona-se a adoção desta política pública de atração de investimentos privados enquanto uma política pública capaz de desenvolver o estado de bem-estar social propalado por seus defensores e almejado pela sociedade envolvida.

Partindo dessa hipótese, o estudo refere-se às contradições e aos problemas sociais associados a esse tipo de política pública, bem como às dificuldades para a classe trabalhadora especificamente, inerentes ao processo privado de reestruturação produtiva, que inclui os incentivos fiscais como elemento importante para sua efetivação. Assim, a análise vê o caso Grendene, na sua essência, como uma estratégia de reestruturação produtiva do capital, que utiliza o fundo público como um de seus instrumentos.

Pelo lado do Estado, o modelo de desenvolvimento baseia-se na redução da carga tributária, na concessão de crédito fiscal e no apoio de infraestrutura às empresas, que, em contrapartida, contribuiriam para a geração de mais empregos e o consequente aumento da renda local, alavancando os indicadores sociais locais. Nesses casos, políticas públicas de trabalho associadas ao capital privado se propõem mais, por um lado, a compensar desequilíbrios sociais gerados pelo desenvolvimento deste capital e, por outro, a compensar a ausência do próprio Estado em ações complementares de estímulo à localidade (que seriam alavancadas, ainda que parcial e indiretamente, por entidades privadas).

Além disso, são questionadas as supostas vantagens auferidas por todos os agentes envolvidos no processo (trabalhadores, empresa, sociedade em geral e poder público). Aqui a análise propõe que o movimento da Grendene não significou vantagens ou perdas absolutas para nenhum dos municípios envolvidos e que todos os números apresentados pelos agentes envolvidos, em todos os sentidos possíveis, devem ser relativizados.

Nesse sentido, a análise das realidades de Sobral e Farroupilha a partir do movimento realizado pela empresa Grendene, mostra, ao se buscar a raiz desse processo, que tanto a

reestruturação produtiva capitalista quanto a ação pública principalmente não têm conseguido a contento, criar uma situação de bem-estar social esperado pelas respectivas comunidades. Assim, o estudo questiona não só a pertinência desta estratégia do Estado para atrair investimentos capitalistas produtivos, como também a associação desta ação às políticas públicas sociais, demonstrando, inclusive, que os conceitos de política pública e política pública social não são, necessariamente, sinônimos.

A perspectiva dialética deste trabalho vem tentar perceber as contradições em processo, em que o trabalho ainda é categoria central e protagonista, e seus agentes, os elementos fundamentais desse protagonismo. Trata-se, assim, de observar a realidade por meio dessa dialética no cotidiano atual, utilizando-se do manancial teórico das Ciências Sociais de modo geral, e da Política Social em especial. Nesse sentido, o instrumental utilizado nada mais é do que os vários elementos envolvidos dentro de uma dinâmica particular, que faz o papel de ponte entre o que se vê nas relações cotidianas observadas e o ponto em que se quer chegar em termos de compreensão.

Nesse sentido, esta pesquisa faz uma interpretação particular acerca de um fenômeno social inserido na dinâmica das relações capitalistas de produção e trabalho. Trata-se de uma interpretação sistematizada, complexa, no que tange à forma como se faz a busca pelas informações. Não se quer aqui compartimentalizar a análise ao ouvir cada interlocutor por vez. Pelo contrário, a busca é pela cadeia de informações que se forma diante de realidades tão próximas, semelhantes e opostas ao mesmo tempo, contraditórias, portanto. Para isso, faz-se necessário aguçar os sentidos e a mente, a fim de que essa interpretação social não contenha qualquer viés indesejado à pesquisa científica.

Thompson (1995) faz uma série de questionamentos, sobre que tipo de escuta e interpretação se quer ou sobre que aspectos se consideram numa interpretação ou, ainda, de que forma olhamos para o sujeito e para o contexto do sujeito. O autor salienta que, nesse caso, aspectos simbólicos e aspectos históricos contextuais importam para uma análise e interpretação da situação entre sujeito e contexto. Os símbolos seriam responsáveis, nesse sentido, por disseminar uma ideologia que acompanha as pessoas em seu cotidiano, formando opiniões e construindo significados para esses sujeitos. Trata-se da cultura de massa, que, através da mídia, impacta na vida das pessoas produzindo uma série de ações e interações

sociais. Nesse caso, um tipo de aculturação se dá, via meios de comunicação de massa, que, via de regra, estão nas mãos de um número reduzido de pessoas, criando assim o que Thompson (1995) denomina de imperialismo cultural.

Convém lembrar, todavia, que esses sujeitos não são passivos, já que eles próprios podem dar significado e sentidos diversos às suas realidades específicas a partir de suas visões e interpretações de mundo. Portanto, ao mesmo tempo em que nossa sociedade passa por um processo forte de alienação, ela também tem o potencial de ser protagonista da sua história. Assim, da mesma forma que os analistas sociais, os sujeitos conseguem refletir e analisar suas vidas e as dos demais, lhes dando inclusive novos significados. Portanto, fazer análise social significa, antes de tudo, ter humildade para reconhecer quando um sujeito tem mais a dizer sobre si e melhor.

Este trabalho de pesquisa vai considerar a cultura, a história e os significantes que cada sujeito traz, além de pressupor o entendimento do contexto, da conjuntura e da estrutura da sociedade em que vivem esses sujeitos. Esta interpretação social deve fazer a conexão entre a vida cotidiana, o sentido dado a esta e os processos sociais desenvolvidos na história da sociedade em questão. E ainda, para além da interpretação social, cabe também buscar as diversas formas de intervir na causa, de advogar em favor do social, ou seja, de defender o direito das pessoas de ser e estar no mundo, de ser pertencente à sua própria espécie humana.

Assim, a partir da análise do caso da empresa Grendene tanto no município cearense de Sobral quanto em Farroupilha, verifica-se a dinâmica capital-trabalho mediada pelo poder público local, visando responder à pergunta essencial dessa pesquisa: a política pública de atração de investimentos privados do estado do Ceará é necessariamente uma política social?

Especificamente, o que se deseja é analisar as posturas dos poderes públicos (Sobral e Farroupilha), a postura dos trabalhadores em ambas as localidades (a partir da visão dos respectivos sindicatos), e, por fim, a postura da Grendene, bem como o papel de reestruturação produtiva neste processo.

Em Sobral, esta se dá com base no programa implementado pelo governo do estado do Ceará, incorporado que foi pela prefeitura municipal de Sobral na busca pela atração de investimentos produtivos industriais de grande porte enquanto estratégia para a geração de emprego, trabalho e renda no município. A ideia era observar, inclusive a partir do olhar dos

agentes sociais envolvidos nesse processo, que tipo de política está posta em ação pelo poder público local, os resultados obtidos a partir dessa ação e, eventualmente, possíveis alternativas a ela.

Assim, buscou-se a compreensão acerca de algumas das novas determinações sociais e econômicas do capitalismo sobre as formas de consumo da força de trabalho, apontando suas características e desdobramentos (tanto do ponto de vista técnico como espacial), desse tipo de flexibilização para o mercado de trabalho, especificamente no caso da Grendene.

O deslocamento da empresa Grendene com quase a totalidade de seu parque produtivo da cidade de Farroupilha para a cidade de Sobral em 1994, enquanto parte de um processo de reestruturação produtiva envolvia também, e de acordo com a própria empresa, além de todos os fatores já mencionados, as facilidades de isenções fiscais, de financiamento, e de oferta de infra-estrutura para a produção, oferecidas pelo poder público na cidade de destino (GRENDENE, 2011), ou seja, em Sobral.

Em Farroupilha, o que se pretendeu especificamente foi compreender esse processo de deslocamento em todas as suas fases. Isso começa com a tomada de decisão que o precedeu (de onde surgiu a ideia, como ela foi amadurecida e se foi negociada com os envolvidos, por exemplo), perpassando pelo movimento em si (deslocamento de capital e força de trabalho, quando foi o caso), até as consequências disso para os trabalhadores e a cidade. Daí verificou-se fundamentalmente como se deu a participação do poder público local nesse processo, bem como as impressões e eventuais reações dos demais agentes sociais envolvidos, especialmente os trabalhadores.

Nesse sentido, foi ouvido o poder público local, através de um representante da prefeitura; o sindicato de trabalhadores do setor calçadista, com a versão dos atuais e ex-funcionários que participam ou participaram do processo; e a empresa, através de um agente de comando ou de gerência, que representasse sua posição quanto ao caso.

Já em Sobral, verificou-se o mesmo movimento, mas em sentido contrário. Assim, observou-se como ocorreu a chegada da empresa na cidade, também desde a tomada de decisão em atraí-la para lá, como parte de um projeto mais amplo de industrialização do interior do estado (de acordo com o discurso oficial do poder público cearense). A partir daí, observaram-se as transformações ocorridas no âmbito da sociedade local, principalmente com

os trabalhadores absorvidos no novo ambiente de trabalho, a fábrica da Grendene. Aqui, verificaram-se as impressões dos trabalhadores diretamente envolvidos na produção (trabalhadores de chão de fábrica), a partir da voz do sindicato local, além da visão do poder público local sobre a questão.

Tanto em um, quanto em outro município, a ótica predominante da análise foi a do trabalho, o que significou um interesse central nas impressões dos trabalhadores sobre o referido processo de reestruturação, tentando evidenciar seu olhar e interpretar criticamente os fatos, à luz da teoria e principalmente das realidades de cada um dos municípios envolvidos. Isso não significou, entretanto, negligenciar o olhar dos demais agentes envolvidos, mas este foi um elemento acessório no sentido do objetivo principal da pesquisa e seu viés voltado para os trabalhadores e suas realidades.

A principal questão hipotética levantada a partir da análise acerca do processo migratório do capital e do trabalho ocorrido no eixo Farroupilha – Sobral, no caso da empresa Grendene, diz respeito ao questionamento quanto à adoção desta política pública de atração de investimentos industriais privados por parte do governo do estado do Ceará como uma política pública de cunho social. Nesse sentido então, questionam as possíveis contradições e problemas sociais associados a esse tipo de política pública, bem como às dificuldades, para a classe trabalhadora especificamente, inerentes ao processo privado de reestruturação produtiva, que inclui os incentivos fiscais como elemento importante para sua efetivação.

De forma secundária, pressupõe-se que o movimento Grendene não significou, necessariamente, vantagens absolutas para Sobral, nem perdas absolutas para Farroupilha. Ademais, uma política de atração de investimentos privados parece ser muito mais uma estratégia compensatória, dada a omissão do poder público diante de situações cruciais e onerosas em termos de políticas públicas sociais. Por fim, acredita-se que a ênfase no grande capital em políticas públicas tende a gerar situação estrutural de dependência, o que é preocupante, especialmente do ponto de vista social.

A estratégia geral deste tipo de modelo de desenvolvimento estaria centrada na redução da carga tributária, na concessão de crédito fiscal e no apoio de infraestrutura às empresas, que, em contrapartida, contribuiriam para a geração de mais empregos e o consequente aumento da renda local, alavancando os indicadores sociais do estado. A

finalidade desses gastos públicos seria, fundamentalmente, a de compensar a ausência do Estado em ações complementares de estímulo a certas áreas de uma economia ou localidade (notadamente o fomento a seus mercados de trabalho), que seriam alavancadas, ainda que parcial e indiretamente, por entidades privadas civis.

São questionadas, principalmente, as supostas vantagens auferidas por todos os agentes envolvidos no processo (trabalhadores, empresa, sociedade em geral, e poder público). Há que se verificar, por exemplo, quão expressivo foi seu efeito sobre o nível de emprego em ambos os municípios. Nesse sentido, verifica-se se de fato em Sobral houve variação tão positiva quanto o que foi e é divulgado pelos órgãos estaduais e municipais competentes e, se em Farroupilha, a perda de postos de trabalho significou de fato um revés tão contundente (como se possa supor) para a sócio economia local.

Ademais, faz-se necessária uma análise detalhada quanto às condições de trabalho (níveis de rotatividade, questões de insalubridade, remuneração, entre outros aspectos) e de vida desses trabalhadores da Grendene em Sobral e em Farroupilha. Conjectura-se uma melhora no primeiro caso e um declínio no segundo. Tal fato pode ser questionável, se for lembrado que o deslocamento feito pela empresa não tinha como objetivo apenas transferir a produção de um local para outro, mas também modificá-la estrutural e organizacionalmente. Por outro lado, perda de emprego poderia, a depender das circunstâncias, significar ganho de trabalho, em função de como o contingente desses novos desempregados e a sociedade à qual pertencem encarem a questão, com ou sem o apoio do poder público local.

No tocante às respectivas realidades sociais, é possível que, em Sobral, por exemplo, ao mesmo tempo em que tenha havido aumento no nível de pessoal ocupado, tenha crescido, em paralelo, o número de desempregados, dada a força de atração da empresa Grendene, de contingentes de pessoas em busca de um emprego formal numa região (Sobral/CE e municípios vizinhos). Isso acontece porque, historicamente, a Região Norte do Estado do Ceará é marcada pelo trabalho informal e pelo desemprego e subemprego.

Nesse esteio, pode ter aumentado também o número de sem tetos, analfabetos, bem como os indicadores de violência e saúde precária, dada a ausência de recursos públicos para fazer frente a essa nova realidade, devido especialmente ao deslocamento desses recursos

(normalmente escassos) para o financiamento do processo de atração dos investimentos privados.

Por outro lado, em Farroupilha, pode ter havido um aumento do nível de qualificação dos trabalhadores que ficaram sem emprego, resultado da preocupação em obter um novo posto de trabalho e da preparação para tal. O aumento do empreendedorismo local pode ter ocorrido devido ao surgimento de novas pequenas empresas; bem como a diversificação de questões socioeconômicas, com o aumento na oferta de serviços; ou o crescimento da participação do trabalho feminino nas pequenas facções de calçados, cujo trabalho é carente tanto de reconhecimento como de visibilidade, como nos lembra Küchemann (2005).

Nesse caso, nunca é demais enfatizar, concordando com Yannoulas (2004) e (2008), que a segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero é caracterizada, exatamente, pela inserção diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho, no sentido da dicotomia entre sua presença real e sua ausência simbólica. Nunes (2002) lembra oportunamente o tema, quando menciona o contexto social enquanto articulador das discriminações. Segundo a autora, em momentos de desemprego, por exemplo, seria importante pensar como se conjugariam categoria profissional e sexo.

Nesse sentido, é preciso uma análise das realidades de Sobral e Farroupilha com atenção, para que se possa compreendê-las como de fato são, indo-se à raiz desse processo, tanto de reestruturação capitalista, quanto, principalmente, de ação pública, apresentando, a partir daí, uma análise crítica na perspectiva do trabalho. Nesse sentido, o estudo questiona não só a associação desta ação às políticas públicas sociais, como também a pertinência da estratégia do Estado do Ceará para atrair investimentos capitalistas produtivos, tentando demonstrar que os conceitos de política pública e política pública social não são sinônimos.

Um dos instrumentos utilizados para a consecução dos objetivos da pesquisa, na sua fase de campo, foi o da entrevista semiestruturada. Segundo Bardin (2011), entrevistas são, em pesquisas do tipo qualitativo, um material indispensável, que podem fornecer um resultado verbal rico e complexo. Ainda segundo a autora, há várias formas de se proceder às entrevistas, sendo classificadas a partir de sua capacidade de diretividade, isto é, segundo a profundidade que se obtém com elas (BARDIN, 2011).

Bardin (2011) afirma que entrevistas não diretivas (estruturadas) de uma ou duas horas, ou as semi diretivas (semiestruturadas) mais curtas e mais fáceis devem ser registradas e integralmente transcritas, o que inclui aspectos tais como hesitações, risos, silêncios, pausas, e até eventuais estímulos do entrevistador (BARDIN, 2011).

Na entrevista, o que ocorre é que, segundo Bardin (2011), se lida com um discurso falado relativamente espontâneo, orquestrado assim, mais ou menos de acordo com a vontade do entrevistado. Trata-se, portanto, da encenação livre daquilo que essa pessoa viveu, sentiu e pensou acerca de alguma coisa. Fica claro que a subjetividade está muito presente, no sentido de que cada pessoa serve-se dos seus próprios meios de expressão para descrever acontecimentos, práticas, crenças, episódios passados, juízos. (BARDIN, 2011).

É de conhecimento relativamente amplo, especialmente entre pesquisadores experientes, que além da riqueza presente na fala de um entrevistado, há ali também a presença de momentos tortuosos, contraditórios, com digressões incompreensíveis, incompletas, negações de afirmações passadas, recuos, atalhos, saídas fugazes ou clarezas enganosas, enfim, tudo isso é fruto da singularidade individual dos atores participantes do processo. Nesse sentido, “[...] o discurso é marcado pela multidimensionalidade das significações exprimidas, pela sobre determinação de algumas palavras ou fins de frases. Uma entrevista é, em muitos casos, polifônica” (BARDIN, 2011; p. 94).

Além das entrevistas, é feita uma análise documental na busca por elementos, em ambos os municípios, que possam corroborar, ou não, direta ou indiretamente, as hipóteses levantadas quanto às políticas sociais em geral e de trabalho em particular implementadas. Nesse sentido, dados sobre saúde, educação, finanças públicas, entre outros, são usados como indicadores conjunturais, tanto a partir da chegada da empresa como de sua saída em cada município.

O estudo de caso, tal como projetado estruturado nesta pesquisa, segue o raciocínio de Yin (1989), cuja afirmação é a de que

“o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidências são utilizadas” (YIN, 1989, p. 23).

Afirma, ainda, o referido autor que este método é adequado para responder a questões explicativas e que tratam de relações operacionais que se dão ao longo do tempo, e não pontualmente ou de forma localizada (YIN, 1989). Nesse sentido, optou-se pelo método em função de ser um estudo de eventos contemporâneos relevantes, a partir da possibilidade de se fazerem observações diretas e entrevistas, além de sua capacidade de lidar com diversos elementos, presentes tanto na pesquisa documental como nas referidas entrevistas e observações de campo.

As unidades de análise desta pesquisa são: a empresa Grendene, bem como os poderes públicos locais e os sindicatos de trabalhadores, inseridas em duas realidades locais distintas, porém relacionadas pela presença e atuação da empresa como agente produtivo importante. Para tanto, utilizaram-se como instrumentos entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos no processo em questão (representantes da empresa, dos poderes públicos locais de Sobral e Farroupilha, e os respectivos sindicatos). Por meio delas, levantam-se as posições oficiais dos poderes públicos e da empresa acerca da migração do capital e de suas consequências, além da visão dos sindicatos dos trabalhadores.

Além disso, buscou-se levantar informações documentais que pudessem acrescentar mais dados acerca da realidade de cada um dos municípios que, porventura, não pudessem ser captados nas entrevistas. Tais informações estavam disponíveis nas mais diversas fontes de pesquisa, desde os sites na internet, oficiais ou não, como em publicações periódicas locais, jornais de circulação local e nacional, panfletos afixados em locais de grande circulação, entre outras. Fez-se, nesse caso, uma análise transversal das informações, como forma de complementar eventuais lacunas presentes nas entrevistas ou na pesquisa bibliográfica, tentando evitar ao máximo algum tipo de perda de relevante.

Isso se deu em ambos os municípios, com o intuito de evidenciar uma radiografia da realidade a fim de possibilitar algum tipo de comparação que leve a conclusões consistentes acerca do fenômeno em questão. Cabe lembrar que a perspectiva ética deste estudo enfatiza a liberdade, a qual vislumbra uma sociedade onde a subjetividade dos sujeitos possa ser expressa, numa atitude restauradora do desenvolvimento destes, a partir de sua autonomia.

Nesse sentido, a livre expressão social representa esta ética libertária, que tende a buscar um determinado tipo de sociedade, onde haja espaço para expressão livre dos seres,

sobretudo livre das opressões de uma estrutura social que cria diversos impedimentos ao desenvolvimento mencionado. É uma ética que considera fundamental a luta pela autonomia dos sujeitos, pela sua livre expressão na sociedade.

Dito isto, enfatiza-se que todos os sujeitos envolvidos na análise foram esclarecidos acerca do objetivo e riscos associados à pesquisa. A todos os participantes foi solicitado o consentimento com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo este um requisito para o desenvolvimento do trabalho, o que foi aceito por todos.

Assim, o estudo está distribuído em capítulos da seguinte forma: no primeiro capítulo, versa-se acerca da temática do trabalho, numa revisão bibliográfica que busca mostrar que, desde os primórdios do sistema capitalista de produção e troca, a relação capital-trabalho surge como conflituosa, pondo em evidência os processos sociais e as respectivas questões relativas a esse conflito, que se iniciam justamente no âmbito do fundo público, arena de disputa pelos recursos geridos pelo Estado e teoricamente destinados à promoção de um bem estar social.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva, por exemplo, tem sido, historicamente e notadamente sob a ótica do trabalho, umas das questões mais importantes acerca do desenvolvimento capitalista. Ela diz respeito, portanto, às transformações do capital na sua busca pela acumulação, o que tem causado uma utilização de forma fundamentalmente precária da força de trabalho no processo produtivo, gerando efeitos negativos sobre as sociedades em geral, sendo mais evidente, o desemprego e suas variantes.

Tal fenômeno, ao longo do tempo, tem aumentado sistematicamente, na medida em que crescem também a produtividade e a sofisticação da base tecnológica que o sustenta - e aqui não se trata apenas de novas máquinas e materiais, mas de toda nova informação e instrumento a serviço do capital. Dessa forma, notabilizam-se, inclusive por ser um problema conjugado a outros, o empobrecimento, a fome, a marginalização, a violência etc.

A realidade da pobreza e da desigualdade social, consequência da referida relação e do referido sistema produtivo, revela-se naquilo que a teoria tem denominado questão social. Trata-se, portanto, da análise da profundidade dos problemas sociais que vêm afligindo as sociedades capitalistas (desenvolvidas ou não), ao longo do tempo, bem como das formas de

enfrentamento desses problemas por parte dessas mesmas sociedades e das realidades resultantes disso.

No segundo capítulo, desenvolve-se o caso específico da empresa Grendene, a partir de seu movimento entre Farroupilha e Sobral, apresentando uma descrição dos desdobramentos disso para os envolvidos nesse processo. Nesse sentido, enfatiza-se o olhar sobre as políticas públicas e as políticas públicas sociais. Ainda demonstra-se que a mediação do conflito social torna-se incumbência do Estado, e que este o faz através de instrumentos tais como os incentivos fiscais, que passam a ser justificativa para interpretações específicas acerca das políticas públicas, denominadas muitas vezes políticas públicas sociais em função dos potenciais efeitos que determinam sobre a sociedade onde estão sendo postas em prática.

Nesse sentido, em contraponto, define-se que políticas públicas de caráter social são ações do Estado, embora não necessariamente exclusivas dele, que visam desde a compensação dos efeitos do sistema capitalista sobre os agentes sociais mais frágeis (trabalhadores assalariados ou não, subempregados, desempregados, entre outros), até a apresentação, a esses agentes e à sociedade, de perspectivas de transformação de suas realidades. Essas políticas se constituem, muitas vezes, em atenuações, se apresentado na forma de instrumentos que buscam a aproximar essa sociedade de uma situação idealizada de bem-estar social, mas que quase sempre não logram esse objetivo. Assim, faz-se o questionamento quanto ao caráter dessas políticas e das repercussões delas no cotidiano das sociedades e de seus respectivos atores sociais, de onde estão sendo geradas e geridas.

No caso do estado do Ceará, *locus* escolhido pela empresa Grendene em detrimento de Farroupilha, neste capítulo, realiza-se uma caracterização do seu modelo de desenvolvimento industrial e conseqüente criação de empregos, descrevendo os instrumentos utilizados nessa ação pública, alguns dos resultados obtidos e as perspectivas futuras, na visão do referido poder público no tocante a continuidade desta política pública.

No referido capítulo também há a descrição de como se deu a pesquisa de campo em ambos os municípios que fizeram parte (e continuam fazendo) do movimento da empresa. Dessa forma, descreve-se a estratégia metodológica utilizada, analisam-se as conjunturas de ambas as localidades nos dias atuais (ou o mais próximo disso possível), a partir do

levantamento documental e apresentam-se as entrevistas realizadas com todos os agentes de algum modo participantes do processo, tanto em Sobral como em Farroupilha.

No terceiro capítulo, analisa-se o caso Grendene a partir da interpretação conjunta dos dados coletados ao longo de toda a pesquisa, pondo em xeque sua característica de política pública de trabalho. A literatura científica acerca do tema referencia que muitos estados e municípios brasileiros têm adotado a prática de concessão de incentivos como forma de atrair investimentos produtivos, especialmente os industriais. Assim, apresenta-se a relação entre a utilização deste instrumento e os dados obtidos na pesquisa, apresentado o quadro nacional sobre o tema, bem como a realidade em Sobral e em Farroupilha a respeito, tendo como pano de fundo o movimento da Grendene.

Além disso, destaca-se a relação entre os mesmos dados e as políticas de trabalho num sentido ampliado, superando os aspectos passivos adotados na maioria das experiências brasileiras, incluindo aí o governo federal, fazendo assim uma discussão histórica, política e social acerca do tema. Nesse sentido, recuperam-se as origens do Estado de Bem-Estar Social, a trajetória das políticas brasileiras recentes na seara do trabalho e as realidades de Sobral¹ e Farroupilha nesse mister.

Por fim, chega-se às considerações finais, onde está resumido todo o processo de pesquisa e análise dos dados, mostrando que, nesse sentido, a pesquisa realizada tanto em Sobral, como em Farroupilha buscou localizar e sistematizar elementos capazes de contribuir de modo geral para o debate sobre o tema das políticas públicas e políticas públicas sociais de

¹ O estado do Ceará, visto como modelo desse tipo de política iniciou seu processo nesse sentido na década de 1970, com a criação do Programa de Desenvolvimento Industrial - PROVIN e do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, com vistas a ampliar os investimentos industriais no estado. A estratégia estaria centrada na redução da carga tributária, na concessão de crédito fiscal e no apoio de infraestrutura às empresas, que, em contrapartida, contribuiriam para a geração de mais empregos e consequente aumento da renda local, alavancando os indicadores sociais do estado.

trabalho e, especificamente, esclarecer os aspectos mais difusos relacionados a ambas as realidades citadas. Por meio das entrevistas realizadas com os representantes dos agentes envolvidos neste processo em ambos os municípios e da análise documental, durante a pesquisa, levantaram-se informações que deram suporte aos argumentos e conclusões apresentados, sendo, nesse sentido, instrumento para um entendimento de ambas as realidades socioeconômicas.

CAPÍTULO I - POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 - Política Pública e Política Social

Na reestruturação produtiva no capitalismo, o que se percebe é que, conjuntamente com a expansão geográfica das atividades industriais capitalistas, as contradições e os problemas sociais inerentes a essa expansão estendem-se para as novas áreas produtivas, desarticulando antigas relações socioeconômicas e espaciais, tanto na origem como no destino dos novos investimentos produtivos. Trata-se, segundo Pochmann (1999), de uma busca de ganhos de produtividade e competitividade, com duas consequências inerentes a esse processo: aumento de lucratividade e diminuição nos níveis de emprego de força de trabalho.

Toda essa descrição acaba corroborando a afirmação de que o trabalho só pode existir no interior de uma totalidade social, interagindo com ela ininterruptamente. Isso vale tanto para o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, como para o trabalho abstrato, que cria, na sua forma produtiva, a mais-valia, objeto de interesse maior do capital (MARX, 1987). Ainda que atualmente a distinção entre ambos os conceitos possa muitas vezes parecer obscura, ela existe. Essa aparente confusão mostra quanto um mesmo termo, com conotações distintas, pode ser apropriado e usado ideologicamente a partir dos interesses de determinada classe social em detrimento dos interesses de outra, nesse caso, de capitalistas em detrimento de trabalhadores.

A mediação desse conflito passa, então, a ser, no sistema capitalista contemporâneo incumbência do Estado, que o faz através de instrumentos tais como as políticas públicas, estas denominadas muitas vezes políticas públicas sociais. Nesse sentido, cabe o questionamento quanto ao caráter dessas políticas, das repercussões delas para o cotidiano das sociedades e para os seus respectivos atores sociais e de onde estão sendo geradas e geridas. A literatura corrente sobre o tema coloca que políticas públicas de caráter social são ações do Estado, embora não necessariamente exclusivas dele, que visam desde a compensação dos

efeitos do sistema capitalista sobre os agentes sociais mais frágeis (trabalhadores assalariados ou não, subempregados, desempregados, entre outros), até a apresentação a esses agentes e à sociedade de perspectivas de transformação de suas realidades.

Essas políticas se constituem, muitas vezes, em atenuações, se apresentado na forma de instrumentos que buscam aproximar essa sociedade de uma situação idealizada de bem-estar social. Aqui, política pública e política pública social tendem a se confundir, especialmente junto ao senso comum, porque passam a ser usadas para justificar ações públicas que deveriam, em tese, ser voltadas prioritariamente para o bem-estar da parcela (maior) da sociedade, menos protegida no interior do sistema produtivo capitalista, ou mesmo para a totalidade da sociedade.

Beghin (2009) adverte que, quando acontece o processo de formação de uma agenda de política pública, ou seja, a escolha dos temas que terão prioridade de tratamento por parte do Estado, há uma espécie de esclarecimento quanto à influência do que a autora chama de normas sociais sobre os comportamentos dos atores envolvidos, bem como a caracterização da ação pública, entendendo esta como resultante dos conflitos entre esses atores, públicos e privados. Nesse sentido, lembra a autora, eventuais parcerias entre o setor público e o privado dentro de uma política pública é algo que obedece a uma determinada circunstância de contexto social. Esta, por sua vez, se caracterizaria por uma conjuntura espaço-temporal específica por certa abrangência de interação entre os atores, pelo âmbito de determinadas instituições sociais e pela existência de uma estrutura social peculiar (BEGHIN, 2009).

Pereira (2008) por sua vez salienta que a política pública não envolve apenas a ação estatal, mas também a sociedade enquanto ator ativo e decisivo na sua formatação, implementação, fiscalização e avaliação. Trata-se assim da coisa pública comprometendo o Estado e a sociedade, ou, ação pública, onde Estado e sociedade se fazem presentes juntos (PEREIRA, 2008). Partindo desse raciocínio, pode-se definir política pública social, então, com uma parte da política pública, ou, conforme Pereira (2008), uma espécie do gênero política pública. Essa passou, a partir do seu desenvolvimento como ramo da ciência política e das ciências sociais, a significar não apenas um retrato das relações envolvendo os atores sociais que a protagonizam, mas, sobretudo, aquilo que esses agentes fazem de fato, especialmente o agente Estado.

Assim, passou-se a resgatar a relação entre a teoria e a prática políticas, bem como a elencar como seu principal objetivo a satisfação das necessidades sociais, através da concretização dos direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis, via programas, projetos e serviços. No sistema capitalista de produção e troca, garantir direitos sociais significa, basicamente, o enfrentamento de conflitos de interesse, o que liga diretamente as políticas públicas a essa realidade. Ademais, não só as ações, como as não ações (que também geram impactos sociais, já que envolvem escolha), podem ser incorporadas ao rol de significados das políticas públicas, seguindo o mesmo raciocínio já mencionado aqui quanto à política em geral (PEREIRA, 2008).

Já Behring e Boschetti (2011) enfatizam que políticas públicas efetivamente sociais e os respectivos mecanismos de proteção social seriam mais contundentes em favor da coletividade se tidos como forma de resposta às suas demandas sociais. Tudo isso em sentido contrário aos movimentos do capital, ou seja, na priorização dos interesses e necessidades da sociedade, sobretudo daquela parcela menos protegida, contra as consequências do modelo de produção capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Por tudo isso é que o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, e as relações entre suas várias manifestações e dimensões, quais sejam: a dimensão histórica; a dimensão econômica; a dimensão política; e a dimensão cultural. Assim, analisa-se o surgimento da política social a partir das nuances da questão social, que, por sua vez, dialeticamente, passam também a sofrer efeitos da política social. Dessa forma, relaciona-se a política social às determinações econômicas, que mudam a cada momento histórico, atribuindo dada configuração ao capitalismo e à própria política social, assumindo um caráter histórico estrutural, que se reflete nas condições de produção e de reprodução da classe trabalhadora. Nesse sentido, trata-se de perceber as posições assumidas pelas forças políticas em confronto, notadamente a posição do Estado e das classes sociais neste embate (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Offe (1991) enfatiza que essas dimensões não são meros tópicos de análise de políticas sociais, mas, ao contrário, seriam referenciais que mostram o significado dessas políticas, a partir das suas dimensões econômicas, relações de poder, de coerção e de ameaça,

determinando assim os limites e o grau de bem-estar social que uma política social pode produzir no âmbito do capitalismo. Como lembram Behring e Boschetti (2011), embora a política social seja uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permaneça fundamental, ela não se constitui em solução para a desigualdade intrínseca ao capitalismo, baseado fundamentalmente na exploração sobre o trabalho por parte do capital. Desfeita a ilusão pregada por Marshall (1967) de que cidadania e desigualdade poderiam conviver harmonicamente no sistema capitalista, observa-se, nos últimos tempos, um contra-ataque dessa mesma desigualdade sobre as conquistas da cidadania em todo o mundo. Isso só reafirma e acentua a necessidade das políticas sociais como forma de tentar fazer valer um mínimo de direitos sociais e humanos dentro do sistema capitalista.

1.2 - O Fundo Público

Inicia-se o estudo do fundo público a partir da maior economia do planeta pós Segunda Guerra e num período de crise das políticas sociais no mundo capitalista desenvolvido, isso porque, para as economias ocidentais subdesenvolvidas, os Estados Unidos do pós-guerra foram o modelo de como as (todas) coisas deveriam ser feitas, sentidas e vividas, por decisão espontânea ou não.

Nesse sentido, as manchetes e notícias típicas das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos costumavam ser, segundo O'Connor (1977), variantes de um mesmo tema: a vontade dos agentes de que o governo gastasse mais e que a conta fosse paga por outros, que não eles, em termos de subsídios, financiamentos e quaisquer outros tipos de fomento público.

Nos Estados Unidos, os gastos públicos cresceram, nesse período, num ritmo bem mais rápido do que cresceu a produção total. A isto O'Connor (1977) chama de crise fiscal do Estado, onde as necessidades sociais crescentes, cujas soluções estariam a cargo do Estado, pressionavam cada vez mais o orçamento público. As soluções para a crise se apresentam de várias formas. Uma delas seria simplesmente não atender às demandas sociais, outra seria o aumento puro e simples de impostos, ainda que de forma indireta, via inflação ou expansão do crédito. Essa combinação inclusive tende a gerar grandes superávits públicos. Isso é possível porque o volume e composição dos gastos públicos, bem como a distribuição da responsabilidade tributária em termos de financiamento desses gastos não seriam

determinados pelas leis de mercado de oferta e procura, mas pelos conflitos econômicos entre as classes sociais.

Ademais, chama atenção o referido autor para o fato de que, naquele momento - e ainda nos dias atuais, se observarmos minimamente a atual conjuntura -, nos Estados Unidos, o bem-estar individual, a relação de classes, a riqueza e o poder nacional estavam ligados à angústia das cidades, à pobreza e ao racismo, aos lucros dos grandes e pequenos empreendimentos, à inflação, ao desemprego, ao problema na balança de pagamentos, ao imperialismo, às guerras e a diversas outras crises da vida cotidiana. Segundo o referido autor, ninguém, no capitalismo, está livre da crise fiscal e da consequente crise social que ela produz e, nesse sentido, se faz necessária uma teoria de orçamento público que ajude a descobrir o significado dessa crise fiscal, tanto para a economia como para a sociedade como um todo (O'CONNOR, 1977).

A teoria econômica não conseguiu elaborar uma alternativa nesse sentido, mantendo-se na superficialidade da discussão, analisando as finanças públicas tanto como um meio eficaz de se começar uma pesquisa sobre dada sociedade e de sua vida política (SCHUMPETER, 1984), ou como uma forma de traçar as regras e princípios que levem a uma conduta eficiente da economia pública (MUSGRAVE, 1987). Não há a preocupação em relacionar economia e finanças públicas de forma integrada, que é o que acontece no cotidiano real do capitalismo.

Assim, a literatura sobre o tema propõe uma teoria da crise fiscal do Estado, uma teoria do desenvolvimento econômico baseada nos pressupostos da economia e nos fatos políticos de uma sociedade capitalista, notadamente a norte americana. Aqui, o que ele pretende é desnudar o relacionamento entre o público e o privado, em termos de despesas ou gastos. Uma das premissas da teoria é a de que o Estado tem de desempenhar duas funções que, por vezes, apresentam-se contraditórias: a acumulação e a legitimação, ou seja, o Estado deve criar condições para a acumulação capitalista lucrativa e deve por outro lado, buscar a harmonia social. Nesse sentido, o Estado precisa criar as condições necessárias para a acumulação e, ao mesmo tempo, disfarçar esta ação através de políticas públicas que ocultem essa sua faceta, escamoteando-a, por exemplo, nas políticas sociais, (O'CONNOR, 1977). Levanta-se a questão: seria isso possível?

Devido à dualidade da ação estatal entre acumulação e harmonia social, quase todas as agências estatais ficam entre essas duas ações, o que leva as despesas públicas a terem também um duplo caráter. Nesse sentido, gastos com educação, por exemplo, constituem capital social (professores preparam força de trabalho), e despesa social (salários da segurança de um campus universitário). O seguro social, que ajuda na reprodução da força de trabalho, ou os programas de transferência de renda aos pobres, que controlam a população excedente, são outros exemplos desse duplo caráter das ações estatais. Apesar da complexidade desse caráter social dos gastos públicos, podem ser determinadas as forças político-econômicas favorecidas por uma decisão orçamentária qualquer e, por esse caminho, vislumbrar o propósito central de cada rubrica orçamentária (O'CONNOR, 1977).

O'Connor (1977), nesse sentido, levanta algumas hipóteses básicas: a primeira pondera que o crescimento do Estado tanto é causa como consequência da expansão do capital monopolista. O autor argumenta que a socialização crescente dos gastos estatais (investimento e consumo sociais) torna-se, com o passar do tempo, cada vez mais necessária à acumulação lucrativa do capital. Isso ocorre porque o aumento do caráter social da produção (como a educação ou as novas formas sociais de capital) tornaria desinteressante a atividade privada, dada a sua não (ou baixa) lucratividade, entretanto, o crescimento do capital monopolista privado, se faria acompanhar pelo desemprego, pobreza e estagnação econômica, levando o Estado a ter que interferir, atendendo às demandas daqueles que sofrem os custos do crescimento econômico. São as duas faces de uma mesma moeda: por um lado, os gastos sociais aumentam, indiretamente, a capacidade produtiva, ampliando a demanda agregada. Por outro lado, parte desses gastos, as despesas sociais correntes, não aumenta a capacidade produtiva, ainda que amplie a demanda agregada. O fato de o crescimento produtivo ser maior ou menor que o crescimento da demanda depende então do orçamento público, ou seja, das análises de classe e políticas dos determinantes do orçamento.

A segunda hipótese é a de que a acumulação de capital e de despesas sociais seria um processo contraditório que criaria crises econômicas, políticas e sociais. Isso ocorreria porque, apesar da socialização dos custos sociais por parte do Estado, este continuaria a ser apropriado pelo setor privado no tocante aos lucros, o que geraria uma crise fiscal, já que as despesas públicas acabariam por crescer mais do que os meios para financiá-las. Nesse caso, a

acumulação de capital social aumentaria indiretamente a produção total e o excedente associado a ela, financiando as despesas sociais. Todavia isso não se efetiva, porque o grande capital monopolista e os sindicatos dos trabalhadores se opõem a apropriação desse excedente para novo capital social ou para despesas correntes de cunho social. Ademais, a crise fiscal seria agravada pela apropriação do poder do Estado para finalidades privadas, seja por parte das grandes corporações privadas, seja pelos sindicatos, pelos pobres ou desempregados. A arena de disputa que é o orçamento público é algo irracional, que opõe reivindicações que às vezes se anulam, outras vezes entram em conflito, gerando desequilíbrio social e as suas consequências (O'CONNOR, 1977).

1.3 - Fundo público no Brasil

O Brasil, como a maior parte dos países periféricos capitalistas, seguiu (e ainda segue) o modelo norte americano descrito anteriormente acerca da construção, efetivação e utilização do fundo público no capitalismo. Todavia, diferentemente do que ocorreu na Europa pós-Guerra, o país não supriu as necessidades daqueles que se situavam à margem do processo produtivo em curso (SALVADOR, 2010).

Ainda que os fatos descritos tenham ocorrido há mais de trinta anos, percebe-se, pela contribuição de O'Connor (1977), como foi forjada, nesta seara, a relação entre capital e Estado, em detrimento do trabalho, ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial. O exemplo emblemático utilizado pelo referido autor, qual seja a sociedade norte americana, ícone do capitalismo mundial, desnuda que esta relação entre capital e Estado, esteve, desde o seu princípio, viesada e tendenciosa. Não à toa, mecanismos como o tripartismo clássico, por exemplo, que visa estender aos trabalhadores o direito de participar, juntamente com Estado e capital, opinando e decidindo sobre questões formais no âmbito da sociedade, na prática, pouco ou nada têm mudado significativamente em termos da realidade posta.

Os recursos públicos são sempre objeto de discussão delicada, haja vista a arena de disputas que se forma em torno deles. Em termos de recursos para a política social no Brasil, estes tendem a ser alocados, segundo Behring e Boschetti (2011), de forma pró-cíclica e regressiva, especialmente para a Seguridade Social, em contrapartida ao padrão keynesiano, que se constitui de forma anticíclica. Nesse sentido, Soares (2000) afirma que os recursos para

as políticas sociais são mecanismos compensatórios e não transformadores das desigualdades sociais, seguindo uma lógica de alocação que impossibilita a implementação de políticas universais. De acordo ainda com Behring e Boschetti (2011), o Orçamento da Seguridade Social no Brasil relaciona-se com a estruturação da carga tributária brasileira e com seu significado macroeconômico. Nesse sentido, a política fiscal no país é influenciada, desde 1998, pelos acordos do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional – FMI. Ademais, cerca de 60% da carga tributária está centralizada na União, numa forte concentração e centralização de recursos.

Há ainda, conforme Salvador (2010) a concentração de recursos do orçamento fiscal também em serviços da dívida pública, além de políticas sociais as quais não estão inseridas no contexto da seguridade social no Brasil, como as políticas de educação e reforma agrária, por exemplo. Percebe-se a característica regressiva da carga tributária brasileira, uma vez que as classes sociais menos aquinhoadas acabam pagando, em termos relativos, mais que as outras, em função da tributação sobre o consumo, somando-se o fato de que a tributação sobre o grande patrimônio privado é insignificante. Além disso, há no Brasil o mecanismo de Desvinculação de Receitas da União – DRU, que se apropria de recursos da seguridade social anualmente com vistas à composição do superávit primário e pagamento de juros da dívida pública. Trata-se de uma transferência de recursos para o orçamento fiscal e para o mercado financeiro, via pagamento de serviços da dívida pública, e esta apropriação indevida de recursos causa os déficits previdenciários em prol do referido superávit primário (SALVADOR, 2010).

Behring e Boschetti (2011) mostram que, em 2005, por exemplo, o Brasil pagou R\$ 157 bilhões em juros da dívida (quatro vezes mais que o gasto com saúde e dez vezes o montante de recursos destinados à seguridade social no mesmo ano). Em 2003, apesar de o Governo Federal ter aumentado a alocação de recursos para a seguridade social, o crescimento da carga tributária e da demanda social foi bem maior. Um fato interessante é lembrado pelas referidas autoras: a previdência fica com a maior parte dos recursos da seguridade, apesar do decréscimo e estagnação de sua participação no total da seguridade, além de os valores dos benefícios não acompanharem a inflação.

Conforme as referidas autoras, o financiamento da Seguridade Social tem caráter regressivo, cujas fontes são o orçamento da União, Estados e Distrito Federal, as contribuições sociais e as receitas de concursos prognósticos. As contribuições sociais estão divididas entre o empregador, sobre a folha de salários, receita e faturamento e lucro; trabalhadores e demais segurados. As autoras trazem dados que atestam que, entre 1999 e 2005, as contribuições sociais responderam por 91,6% da arrecadação do orçamento da seguridade social (Contribuição de Empregados e Trabalhadores para a Seguridade Social – CETSS = 57,8%; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – CONFINS = 23,7%; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL = 3,2%%; e Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF = 3,5%), enquanto o orçamento fiscal, ou seja, a receita proveniente de impostos contribuiu com aproximadamente 6,6% daquela arrecadação. Para anos mais recentes (mais precisamente entre 2008 e 2012), a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP apresenta resultado ainda maior, com as contribuições sociais constituindo 96,30% do orçamento da seguridade social². Percebe-se, a partir dessas informações, que o debate em torno do déficit contábil da previdência, esvazia o debate daquilo que deveria ser o seu núcleo central, qual seja, o de um Estado social, prestador de serviços de caráter universal (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

De acordo com Oliveira (1998), o fundo público é um elemento fundamental na sociedade para reprodução tanto do capital como da força de trabalho, o que provoca uma tensão desigual pela repartição do financiamento público, numa disputa entre capital e trabalho que se dá na oposição entre uma política de subsídios ao mercado financeiro e as políticas públicas sociais. Ainda segundo o referido autor, no capitalismo concorrencial, o fundo público é um elemento a *posteriori*, mas no capitalismo contemporâneo, seria um elemento estrutural, já que a formação da taxa de lucro passa por ele agora. Há também, segundo o referido autor, um novo caráter na participação do fundo público via mudanças na reprodução da força de trabalho. Isso se dá com o aumento dos investimentos sociais, como saúde, educação, renda etc., que geram um aumento do salário indireto, liberando o salário direto para o consumo de massas, contribuindo assim, para a elevação da taxa de lucro.

² Informações disponíveis em <http://www.anfip.org.br>. Acesso em 09/10/2014.

Num contexto de crise fiscal do Estado, Behring e Boschetti (2011) informam que o acirramento da disputa pelo fundo público leva a uma tensão deste em função da contradição entre socialização da produção e apropriação privada do produto. Com isso, mostra-se a necessidade de crescimento do fundo público, que por sua vez mostra o fim da auto-reprodução automática do capital no capitalismo maduro. Nesse sentido, afirmam Behring e Boschetti (2006), o Estado, via fundo público, faz concessões desiguais para as classes sociais em disputa. Oliveira (1998) discorda desta afirmação, quando diz que o Estado, na verdade, se sobrepõe às relações de conflito entre as classes, já que a defesa de interesses privados requer reconhecimento de que outros interesses não apenas são legítimos, mas necessários para a reprodução social em alta escala.

Salvador (2010), por sua vez, salienta que a teoria econômica capitalista percebe o Estado como um ente complementar ao mercado, no sentido de ser responsável por prover a sociedade de serviços públicos de interesse geral e na forma impessoal. Nesse sentido, suas ações estariam centradas e limitadas a áreas como a da segurança pública (interna e externa) e na produção de bens públicos, especialmente aqueles característicos de grandes inversões de recursos (obras de infraestrutura, basicamente). Trata-se da visão liberal de sociedade, onde o mérito e a elegibilidade seriam os pilares da intervenção do Estado na administração da vida social. Com a crise de 1929 e o advento da teoria keynesiana naquela ordem do dia, enfatiza o autor, o Estado ganha papel relevante na economia, com destaque para as políticas públicas de emprego e renda, além daquelas de cunho fiscal e monetário, todas indutoras do pleno emprego. Tratam-se de políticas de estabilização focadas na diminuição das desigualdades sociais, um dos embriões daquilo que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social.

Há relativo consenso de que, ainda que inserido numa sociedade economicamente mais conservadora (como são as economias neoclássicas), o sistema tributário dos países desenvolvidos, base do fundo público, segue os princípios da equidade e da capacidade contributiva, os quais, associados à progressividade e à seletividade, tenderiam a assegurar uma tributação proporcionalmente mais justa, cobrando mais daqueles detentores de um maior patrimônio. Nesse caso, os tributos diretos sobre a renda assumem papel protagonista no sistema tributário, com os tributos indiretos, que incidem sobre bens e serviços independentemente da capacidade econômica do contribuinte, inseridos no rol dos tributos

que corroem o poder de compra daqueles que destinam a maior parte de sua renda para o consumo (SALVADOR, 2010).

No Brasil, a política tributária tem sido determinante na determinação das políticas econômicas, desde o Plano Real. O relativo controle inflacionário foi obtido, entre outros fatores, por força da elevação da dívida pública, que por sua vez assegurou transferência de renda do setor real para o setor financeiro especulativo da economia. Os acordos financeiros com o FMI, no final da década de 1990, onde o país se comprometeu com a política de produção de superávits fiscais, foram ícones desta estratégia à época, e a viabilidade dessa política foi sendo obtida por meio do aumento da arrecadação de impostos, a partir de modificações na legislação infraconstitucional. A lógica dos aumentos se deu basicamente pelos chamados tributos cumulativos sobre o consumo, além do aumento não legislado do Imposto de Renda das Pessoas Físicas – IRPF. A elevação da arrecadação tributária, no entanto, não se destinou aos serviços públicos, mas à cobertura de parte dos juros e amortizações da dívida pública, que havia crescido no período de maneira exponencial (SALVADOR, 2010).

Salvador (2010) coloca ainda que a carga tributária seria um indicador da relação entre o volume de recursos que o Estado extrai da sociedade sob a forma de impostos, taxas e contribuições para financiar os gastos públicos e o Produto Interno Bruto – PIB. Segundo ele, nos últimos anos, diversos estudos têm mostrado, para a economia brasileira, o crescimento deste indicador, estando hoje entre as mais altas do mundo, o que inclui vários países desenvolvidos. Todavia, ao contrário destes, o Brasil extrai a maior parte de sua receita tributária de tributos indiretos e cumulativos, que oneram o trabalhador e a classe média, pois incidem fortemente sobre o consumo.

Sugere também Salvador (2007) que o problema central a ser debatido nesta seara não seria apenas o tamanho da carga tributária no país, mas especialmente quem a financia, quem financia os gastos públicos, além, obviamente, da qualidade desses gastos. No tocante ao primeiro ponto, o de quem financiaria os gastos, a teoria das finanças públicas mostra que os tributos, em função de sua incidência e de seu comportamento em relação à renda dos contribuintes, podem ser regressivos, progressivos e proporcionais. Didaticamente, explica

que regressivo é aquele tributo que tem relação inversa com o nível de renda do contribuinte, ocorrendo o inverso com o tributo progressivo, o qual prejudica menos os contribuintes de menor poder aquisitivo. O contrário pois, ocorre com os tributos progressivos, pois aumenta nesse caso a participação do contribuinte à medida que cresce sua renda, imprimindo-lhe progressividade enquanto justiça fiscal, ou seja, arcam com o maior ônus da tributação os indivíduos em melhores condições de suportá-la, aqueles que têm maiores rendimentos.

É também importante analisar a correlação de forças sociais como fator para se compreender a composição da carga tributária. A partir da definição do montante de recursos que o Estado irá contar para o desempenho de suas tarefas, que são determinadas historicamente, a questão central passa a ser a distribuição deste ônus entre os membros da sociedade. O Estado brasileiro tem sido, ao longo do tempo, financiado pelos trabalhadores assalariados e pelas classes de menor poder aquisitivo, responsáveis, segundo Salvador (2010), por mais da metade da arrecadação tributária do país, que advém de impostos cobrados sobre o consumo.

Pelo lado do gasto estatal, uma parcela considerável da receita é destinada para o pagamento de encargos da dívida, o que acaba por beneficiar os rentistas, também privilegiados pela menor tributação que incide sobre suas rendas. Ademais, ainda segundo Salvador (2007), ao mesmo tempo em que vem taxando mais significativamente a renda dos trabalhadores e as classes de menor poder aquisitivo (via tributação sobre o consumo) ao longo do tempo, o Estado brasileiro vem abrindo mão de receitas tributárias importantes em favor da renda do capital, notadamente a partir das chamadas renúncias fiscais. E este é o mote central desta pesquisa, focada no papel do Estado e das políticas públicas sociais enquanto mediadores das relações (ou questões entre) capital-trabalho a partir do movimento protagonizado pela empresa Grendene.

1.7 - A Questão Social e o Trabalho

Estudar a sócioeconomia de uma coletividade significa, fundamentalmente, analisar e interpretar a forma como seus agentes protagonistas vivem e sobrevivem, a partir de seu cotidiano e dos desafios inerentes a ele. Do ponto de vista da história das relações sociais de trabalho, o que se quer é perceber, entender e interpretar as estratégias de poder subjacentes às

relações cotidianas de questionamento, embate, acordos e rupturas presentes nas vivências desta realidade específica.

Ao se compreender o trabalho como categoria social, compreende-se também, numa perspectiva dialética, que não pode haver sociabilidade sem trabalho. Essa existência social, entretanto, não é somente trabalho, já que esta contém muitas atividades destinadas a suprir as necessidades oriundas das relações humanas. Mas também é fato que tais atividades estão comumente articuladas ao trabalho (MARX, 1987). Entender essa miríade de relações e inter-relações é um dos grandes desafios de muitas das construções teóricas sobre o tema e este estudo, no que se refere às peculiaridades que pretende esmiuçar, não é diferente.

Para tanto, há que se observar o trabalho humano não apenas como um conjunto de relações de produção, mas, principalmente, a partir da experiência de vida de seus sujeitos históricos mais intrínsecos – os trabalhadores – e de suas lutas reivindicatórias, culturais, sociais, enfim³. Estas lutas históricas chegam à atualidade na resistência à reestruturação produtiva do capital, ou, em outros termos, à flexibilização do sistema produtivo (notadamente no setor industrial) capitalista, que nada mais é que a sua nova forma de reinvenção ou, nas palavras de Gaudemar (1979), é a ‘mobilidade deste capital’.

Assim, quando as crises que afetaram a economia mundial a partir das décadas de 1970 e 1980 do século passado (alta dos preços do petróleo, recessões, acirramento da concorrência nos mercados produtivo e consumidor etc.), atingiram diretamente a estrutura produtiva, atingiram também a sociedade organizada pelo trabalho que (re)produz o capital. Carleial (1995) lembra que a reestruturação técnico-organizacional dos processos produtivos capitalistas, nos seus diversos setores, verificada inicialmente nos países centrais (tendo em seguida atingido rapidamente a periferia global), foi uma resposta a essas crises do capital, o que acabou por agravar muito as contradições da sociedade capitalista em geral e daqueles que vivem do trabalho especificamente. Offe (1989) vai além e afirma que tais crises massificam o

³ Para uma explanação mais detalhada acerca do trabalho e seu desenvolvimento ao longo da história humana, ver GOUVEIA, Robert Paula. **O Trabalho na Indústria: antes, agora, O caso das confecções cearenses.** Fortaleza, CE: CAEN/UFC, 1997; pp. 8 a 74. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, 1997.

desemprego e o subemprego, tornando sua superação o objetivo, a prioridade das políticas estatais nesse sentido.

De acordo com autores como Antunes (2013) e Alves (2005), historicamente, uma das questões mais preocupantes para os trabalhadores quanto ao desenvolvimento capitalista é a forma que o capital assume em seu ímpeto por acumular (ou reproduzir-se ampliamente), quando, ao longo do tempo, descarta uma massa crescente de indivíduos, gerando o fenômeno do desemprego, já mencionado anteriormente. Esta especificidade do capital tem assumido, no processo histórico, dimensão cada vez mais negativa para a classe trabalhadora, na medida em que, concomitantemente a ela, o capital tem aumentado seus ganhos de produtividade de forma intensa e sob bases tecnológicas cada vez mais sofisticadas e complexas, sem que haja um retorno equitativo na contrapartida oferecida ao trabalho.

O atual estágio desta reestruturação produtiva representa exatamente essa dicotomia, e uma de suas consequências mais importantes do ponto de vista histórico e social é o desemprego e o subemprego. Eles são resultantes dessa capacidade de reestruturar-se do capital, em promover a integração de trabalhadores com novas qualificações, justapondo-se com as antigas, numa miríade de relações e práticas gerenciais (flexibilização, desregulamentação, terceirização, enxugamento organizacional) que se traduzem, em última instância, na exploração mais intensa e na precarização das condições de trabalho, tornando esse mesmo trabalho, descartável (MÉZÁROS, 2004). Trata-se, conforme Mézáros (2004), da capacidade (cada vez maior) do capital em concentrar riqueza, superior a qualquer outro período histórico.

O capital é, portanto, uma máquina de exclusão (ou de inclusão informal) de trabalhadores, alimentada pela elevação de sua composição técnica via novas tecnologias e por novas estratégias, muitas vezes combinadas a essas novas tecnologias, capazes de dar continuidade ao processo de acumulação e concentração de riqueza (DE MORAES, 2008). Além disso, destaca De Moraes (2008), essa reconfiguração nos padrões de produção - a reestruturação produtiva - somada à internacionalização relativamente recente dos fluxos de capital, tem gerado como resultados, além de um alto grau de desenvolvimento tecnológico, um aumento correspondente no nível de desemprego estrutural, significando um aumento da pressão sobre os governos locais em busca de alternativas para o problema.

Cabe ressaltar, conforme salientam Harvey (2013) e Antunes (2013), nesse mister de novas estratégias, que o espaço territorial passa a ser um elemento importante, ao desempenhar um papel singular nesse sentido. Ele é o local onde se dão esses novos acontecimentos, ou onde esses novos acontecimentos podem ser acolhidos ou, ainda, o espaço ideal para esses novos acontecimentos. Assim, a partir do que ocorre e de como ocorrem nas relações sociais inseridas ali, definem-se dinâmicas de poder peculiares a esses lugares. As migrações espaciais do capital passam a significar, portanto, experiências de transformação, de troca, modificando padrões antigos, fazendo surgir novos, redesenhando ou até suprimindo fronteiras, enfim, expandindo e recriando o mundo capitalista, inclusive o mundo do trabalho (ANTUNES, 2013). Elas são, nesse sentido, parte dessas novas tecnologias e estratégias da reestruturação produtiva do capital.

Autores como Gaudemar (1979), Harvey (2013), e Gremaud (2008) - este último especificamente para o caso brasileiro - mostram que há uma relação histórica entre capital e espaço na busca capitalista de superação dos limites à sua própria expansão, o que perpassa pelo domínio cada vez mais sofisticado da força de trabalho. O capital, notadamente o grande capital, através de sua capacidade de mobilidade inclusive espacial, explora, nos vários espaços geográficos possíveis, os diferenciais existentes nos custos de produção (matérias-primas, energia, infraestrutura, subsídios, impostos), especialmente nos custos da força de trabalho. Assim, em um momento de crise do sistema (algo recorrente nos últimos tempos), com o acirramento da concorrência capitalista, uma localização espacial favorável associada a condições especiais ofertadas pelo poder público são aproveitados pelas empresas para manter ou até aumentar sua lucratividade, o que se reflete na realidade social daquele local, especialmente no tocante às questões do trabalho (GAUDEMAR, 1979).

Deriva daí o fato de que a localização das indústrias capitalistas no território torna-se parte de um amplo processo de produção de um espaço que está longe de ser considerado neutro, pois projeta relações histórico-sociais, motivo de conflito de interesses e luta de classes. Nesse sentido, De Moraes (2008) afirma constatar que o crescimento das grandes empresas e o conseqüente dinamismo econômico correspondente a este fato, via de regra não se irradiam homoganeamente para todas as regiões de um país ou região, e nem permitem uma distribuição mais equitativa de renda entre os grupos sociais. Trata-se, segundo o autor, de um

crescimento econômico normalmente de tipo concentrador, em que os grandes grupos econômicos têm compromisso apenas com o lucro, em detrimento das questões sociais (DE MORAES, 2008). Portanto, especificamente no tocante à relação capital-trabalho, o que se percebe é uma submissão ou subsunção deste ao primeiro, estando a reboque de seus movimentos, experimentando as consequências (que normalmente lhes são desfavoráveis) de suas transformações. Seguindo este raciocínio, se há mobilidade do trabalho, se este migra de um espaço a outro, por exemplo, isso se dá, principalmente, a reboque de algum tipo de mobilidade ou migração anterior do capital.

Assim, de acordo com Gremaud (2008), nesse momento do desenvolvimento do capital, o qual experimenta de maneira mais visível as contradições da modernidade, também e principalmente nas suas relações com o trabalho, é pertinente o estudo sobre essa categoria e suas formas migratórias, consequências que são dessas relações. O tema da migração da relação capital-trabalho no sistema capitalista de produção e especificamente na realidade brasileira, bem como as consequências disso na origem e no destino desses espaços têm relevância para explicar as realidades locais. Não se trata apenas de entender estes movimentos migratórios como uma simples consequência da modernidade impositiva capitalista, mas também as relações intrínsecas a esta situação e os desdobramentos disso para os sujeitos históricos envolvidos nesse processo (capitalistas, trabalhadores e poder público), assim como para toda a sociedade inserida nesse contexto (GREMAUD, 2008).

Acerca disso, como exemplo, De Moraes (2008) registra que estratégias de desenvolvimento local não devem estar baseadas apenas na busca por investimentos forâneos, ou mesmo na confiança em um contexto externo favorável (demanda externa aquecida). Há, segundo ele, a necessidade da busca por possibilidades e iniciativas de desenvolvimento econômico endógeno, valorizando o perfil de cada região, bem como das potencialidades locais. Elege-se, assim, segundo o autor, a endogenia como estratégia de desenvolvimento, em resposta às questões relacionadas com as desigualdades regionais e com suas respectivas soluções. Nesse sentido, ainda conforme De Moraes (2008), o desenvolvimento endógeno estaria baseado na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas locais ou internas. No Brasil, enquadraram-se inversamente nessa lógica tanto a origem do processo de industrialização de São Paulo, quanto o caso da instalação de unidade produtiva da Ford do

Brasil na Bahia, segundo autores como Ferraz (2008), Silva (2008) e Gremaud (2008).

No que diz respeito à categoria trabalho, se é considerada aceitável e normal a natureza global da expansão do capital, abarcando territórios e acelerando o ritmo do tempo de sua reprodução, as conseqüentes contradições inerentes à lógica do funcionamento capitalista (como o desemprego, a fome, a violência), tornar-se-ão mais graves e complexas. Isso faz com que a produção de valor, a partir da perspectiva marxiana e neste estágio da história da sociedade capitalista, tenha implicações mais contundentes para a sociedade em geral. Trata-se do que Beck (2010) menciona ao relacionar a produção de riqueza no capitalismo industrial com a proliferação dos riscos sociais. Ademais, políticas públicas que visam alcançar o bem-estar social através da geração de emprego e renda são, segundo Offe (1989), em geral políticas estatais de pleno emprego, o que na prática é pouco factível. Assim, toda a energia e recursos, notadamente públicos, canalizados e gastos nesse sentido, podem não ser efetivos de fato (OFFE, 1989).

A questão social ligada ao trabalho no capitalismo começa a surgir, de acordo com Santos (2012), no momento em que o trabalho humano torna-se aperfeiçoado, com o desenvolvimento técnico, associado ao uso de meios ou instrumentos de ajuda à sua atuação sobre a natureza. A partir daí, o trabalho do homem vem apresentando alterações e desenvolvimentos no sentido de facilitar a sua tarefa: atuar racionalmente sobre objetos da natureza, a fim de satisfazer as necessidades do ser humano. Nesse sentido, Sávtchenko (1987) afirma que o trabalho torna-se mais rentável e eficaz na medida em que incorpora, ao processo de produção ao qual está inserido, mais e mais auxiliares técnicos. Tais auxiliares, exemplificados, no início pelos instrumentos de produção rudimentares e hoje pelas modernas técnicas e máquinas de apoio ao processo, têm um único propósito: possibilitar ao ser humano o aumento de sua capacidade produtiva, da melhor forma possível, a fim de satisfazer suas necessidades, cada vez mais sofisticadas (SÁVTCHENKO, 1987).

Na medida em que os processos produtivos vão se desenvolvendo, observa-se o desenvolvimento anterior desses instrumentos auxiliares do trabalho humano, sendo que, no sistema capitalista de produção, esse desenvolvimento alcança seus maiores índices (HUBERMAN, 2011). O advento da propriedade privada dos meios de produção trouxe

consigo, como já mencionado, um interesse e uma capacidade do capital em desenvolver-se e crescer continuamente a partir da exploração, cada vez mais sofisticada e eficiente, do seu mais importante, segundo sua lógica própria, fator produtivo: o trabalho. A divisão do trabalho, sua fragmentação, o trabalho em domicílio, o surgimento das fábricas, do controle rígido do tempo de produção, das técnicas e máquinas de produção em massa, já explicitados aqui, são exemplos de instrumentos capazes de sustentar essa capacidade de reprodução contínua do capital (ANTUNES, 2013).

Desde os primórdios da produção capitalista - passando pela fábrica de alfinetes de Adam Smith, pela administração científica de Taylor e pela linha de montagem de Ford - até os atuais modelos de flexibilização da produção, observam-se criações e recriações do capital no sentido de manter-se vivo e forte, saindo de uma crise de estagnação para um período de crescimento, num círculo que tem se repetido ao longo da sua existência e que tem conseguido sobreviver a partir da ciência e de técnicas de ação com foco na melhor forma de utilizar o fator trabalho, o que inclui até a sua não utilização no processo produtivo (ANTUNES, 2013).

Assim, desde a origem do sistema capitalista de produção e troca, a relação capital-trabalho surge como conflituosa, pondo em evidência os processos sociais e as respectivas questões relativas a esse conflito. A realidade da pobreza e da desigualdade social, consequências diretas da referida relação e do referido sistema produtivo, revela-se naquilo que a teoria tem denominado questão social. Trata-se da análise da profundidade dos problemas sociais que vêm afligindo as sociedades capitalistas – desenvolvidas ou não –, a longo tempo, bem como das formas de enfrentamento desses problemas por parte dessas mesmas sociedades e dos resultados obtidos com isso (SANTOS, 2012).

Iamamoto (2001) busca o significado do termo questão social a partir do marco da teoria social crítica, mostrando-a como algo inseparável da lógica de acumulação capitalista e dos efeitos dessa lógica, notadamente sobre a classe dos trabalhadores assalariados. Nesse sentido, é também – ou deveria ser – objeto de políticas públicas sociais. Ressalta ainda a autora que o termo em questão remete a disputas por poder (a questão da luta de classes, tendo a classe trabalhadora à frente), uma ameaça à ordem instituída (*status quo*).

A partir dessa definição, indica-se qual seria a origem da questão social no sistema capitalista de produção e troca. Iamamoto (2001) vai localizá-la na lei geral de acumulação capitalista, sendo esta, segundo ela, a raiz de toda a questão social. Uma expressão capitalista que mostra o significado dessa lei geral seria o fato de, no sistema de produção em questão, a população trabalhadora crescer mais rapidamente que a necessidade que o capital tem de fazer uso dela, e esse crescimento estaria fortemente atrelado – vindo a reboque, inclusive – aos motivos que levam o capital a buscar crescer. Ainda segundo a autora, isso sintetizaria a geração de uma acumulação da miséria relativa à acumulação de capital, que seria a base da questão social no sistema capitalista de produção e troca.

Nesse sentido, Iamamoto (2001) chama atenção para a questão da pobreza ao se referir ao pauperismo como o resultado específico da produção do tipo capitalista, como resultado direto da exploração do trabalho por parte do capital, ou, conforme a autora enfatiza, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Seguindo este raciocínio, pobreza não seria então apenas consequência de uma má distribuição de renda, mas algo mais complexo, que remete à lógica do próprio processo produtivo capitalista.

Fica então mais clara, a partir do que foi exposto até aqui, uma possível definição para a questão social: seria o conjunto das desigualdades sociais oriundas do modo de produção (e da própria sociedade) capitalista, não sem a importante intermediação do Estado, percebida, por exemplo, quando da oposição por parte do capital às políticas públicas sociais. Isso porque estas políticas geralmente são fruto das lutas sociais, as quais vão de encontro ao já mencionado *status quo*, rompendo, ou tentando romper, com a lógica privada das relações capital-trabalho, o que acaba por desnudar a questão social para a sociedade e seus representantes (entre eles o próprio poder público, ou o Estado), exigindo, nesse sentido, algum tipo de intervenção. Essa se daria a partir da institucionalização de direitos e deveres para todos os agentes sociais envolvidos (capital, trabalho e Estado), o que seria a origem, por exemplo, do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais pós Segunda Guerra, baseado, com lembra Iamamoto (2001), nos direitos sociais públicos atinentes ao trabalho.

Netto (2001) chama a questão social de dívida social, a qual, segundo ele, vem sendo acrescida e não saldada, como deveria ser. Menciona, ainda, o autor a forte relação do termo

com a industrialização na Europa, no fim do século XVIII, trazendo a reboque o fenômeno do pauperismo. Nessa época, ainda segundo ele, já se viam desigualdades sociais, mas não a pobreza generalizada, que crescia na razão direta do aumento da capacidade social de produzir riqueza. Trata-se daquilo que Marx (1987), ao esmiuçar a lei geral de acumulação capitalista, mostra, ou seja, a formatação da questão social: o desenvolvimento capitalista produz, necessariamente, a desigualdade, através da exploração do trabalho pelo capital. Este fato estaria diretamente relacionado com o tipo de sociabilidade erguida no âmbito do sistema capitalista de produção e troca.

Outra interpretação para o tema coloca o termo questão como algo que estaria latente, à espera de um reconhecimento e consequente enfrentamento, para mostrar-se como, de fato, uma questão social. É nesse sentido que raciocina Pereira (2001), exemplificando o raciocínio dessa ordem com a questão do desemprego estrutural, uma vez que, segundo ela, o capitalismo contemporâneo já não prevê a absorção de toda a sociedade nos mercados de trabalho e consumo – e também não lhe é necessário isso. A autora chama atenção para as consequências imediatas disso, ou seja, o esvaziamento da sociedade salarial e a perda do poder de resistência dos sindicatos, o dismantelamento dos direitos sociais e o aumento da pobreza relativa e absoluta. Aqui, desaparece a ênfase na proteção social, passando a ser preocupação central o desemprego e a insegurança social advinda disso.

Castel (1998) faz referência ao fato de que, hoje, o desemprego em massa e a instabilidade das relações de trabalho estão no centro do debate, mas que, anteriormente, ser assalariado era algo incerto e até indigno, dado o grau de dependência em relação ao capital que esta situação social representava. Ele então percebe duas coisas a partir daí: primeiro, que o trabalho não é uma mera relação técnica de produção, mas um meio de inserção na estrutura social vigente (como era também anteriormente); segundo, esta seria precisamente, então, o que ele chama de metamorfose da questão social, ou seja, uma transformação histórica diante de uma mesma problemática, já que o trabalho (o trabalhador) continua visceralmente dependente do capital (nas relações capitalistas de produção), mas, hoje, a condição de assalariado atenua (via esfera do consumo, principalmente) essa condição, o que também é contraditório.

Na contemporaneidade, de acordo com Iamamoto (2001), a questão social acompanha as mudanças nos processos produtivos e de gestão do trabalho – a que se convencionou chamar, em muitos casos, de reestruturação produtiva –, as quais se dão numa economia global oligopolizada, e num contexto de financeirização do capital. Isso acaba por modificar, nesse sentido, o papel, sempre fundamental, do Estado perante a sociedade. Tais modificações significam uma diminuição da ação estatal através de políticas de restrição de gastos, em função da crise fiscal do Estado (geração de superávits primários a partir da lógica da financeirização mencionada), e um aumento das privatizações, opondo-se à universalização e gratuidade dos serviços públicos. Trata-se da lógica do mercado, que passa a regular a vida social, sendo também a síntese do chamado novo estágio do processo de realização do capital – processo de acumulação capitalista (IAMAMOTO, 2001).

A partir dessas considerações, passa-se a perguntar se há uma espécie de nova questão social sendo gestada no seio do capitalismo atual. Autores como Iamamoto (2001), por exemplo, falam de uma velha questão com nova roupagem, significando, basicamente, o crescimento das desigualdades já existentes, legitimando assim todas as formas – novas ou antigas – de luta social que as conteste. Netto (2001) segue o mesmo raciocínio, ao falar das novas expressões da questão social, através da intensificação da exploração do trabalho pelo capital. Pereira (2001) é outra autora a fazer coro à resposta negativa à pergunta. Ela menciona manifestações contemporâneas de problemas oriundos das contradições fundamentais da relação capital-trabalho para basear sua posição. Adverte, ainda, a autora que estas manifestações trazem consigo novos métodos de gestão social, diferentes daqueles adotados nos trinta anos gloriosos do capital. Aparentemente, dos teóricos mencionados até aqui, apenas Castel (1998) aponta para a existência de uma nova questão social, na medida em que afirma ser esta o nível de tolerância das sociedades democráticas diante da cobrança que a questão social (nas pessoas dos que ele denomina invalidados – em oposição à denominação de excluído) marginalizada faz a essa mesma sociedade.

Possivelmente, ambos os teóricos (defensores ou não da novidade) estejam se referindo ao advento originário desses tempos de globalização, como a intensificação de investimentos capital-intensivos, da financeirização e de outros fenômenos capitalistas contemporâneos, notadamente a reestruturação produtiva industrial.

1.5 - A questão social e o trabalho no Brasil

No Brasil a questão social teria surgido na visão de autores como Theodoro (2008), a partir do escravismo, desde a segunda metade do século XIX, portanto. Segundo o autor, em função da época e do lugar, a questão social misturaria aspectos raciais, regionais e culturais, além de elementos econômicos e políticos, mostrando os antagonismos e desigualdades estruturais em questão. Nesse sentido, Theodoro (2008) considera que a questão racial estaria no núcleo da formatação do mercado de trabalho brasileiro, tendo se desenvolvido desde o processo que pôs fim à escravatura até os dias atuais.

De início, lembra o autor, a lógica de substituição do trabalho escravo pelo livre é fundamentalmente excludente. Instrumentos institucionalizados com a Lei de Terras (1850), a Lei da Abolição (1888), bem como o estímulo à imigração, forjam uma força de trabalho excedente formada pelos ex-escravos, que passam a sobreviver de trabalhos informais, como pequenos serviços e a agricultura de subsistência. A hipótese (racista) da época era de que o progresso do país se daria com o branqueamento da mão-de-obra, mais adequada ao trabalho, contando sempre com o aval do Estado (THEODORO, 2008).

De lá pra cá, o que se observa, ainda segundo Theodoro (2008), é que a desigualdade social no país só tem crescido, tornando a sociedade brasileira (sua minoria de dominantes) visceralmente dependente desse processo de desigualdade, que responde pelo nome de serviços pessoais (a classe média brasileira não parece ter a capacidade de sobreviver sem a subordinação das classes sociais inferiores), como por exemplo, no caso das empregadas domésticas. Nesse sentido, e corroborando o raciocínio deste autor, a situação social brasileira tem uma história de segregação (notadamente racial) mal resolvida, isto porque, desde meados do século XIX, quando a questão social passou a se fazer mais evidente no Brasil, a exclusão e a pobreza da população (principalmente a negra, maioria da população na época e ainda hoje) se tornaram evidente, permanecendo assim até a contemporaneidade.

Ianni (1996) também mostra que a questão social no Brasil reflete desigualdades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais, pondo em xeque inclusive, amplos segmentos da sociedade civil e o poder público estatal, isso notadamente desde antes do fim da escravatura e permanecendo até a atualidade.

A evolução desse quadro, segundo Theodoro (2008), seguiria também no Brasil, a mesma lógica da acumulação capitalista mundial, principalmente a partir do processo industrializante da economia brasileira, que começa não nos anos 1930, mas antes ainda no período colonial, com o surgimento das primeiras indústrias no Rio de Janeiro. Nesse sentido, de acordo ainda com Theodoro (2008), o resultado é evidente: crescimento da economia (lucratividade do capital) e do poder do Estado, em detrimento da classe trabalhadora no seu bem-estar e direitos de cidadania.

Lembra ainda Ianni (1996), que investimentos estatais e privados em infraestrutura, energia, transportes, insumos estratégicos etc., tornaram o país a oitava economia do mundo capitalista ocidental, mas a distribuição desses resultados continua extremamente desigual, alardeando o dualismo profundo como característica básica da sociedade brasileira. Trata-se assim, de uma relação no mínimo incômoda, onde a prosperidade do capital e a força do Estado contrastam com a situação da maioria pobre da população, cujo trabalho é fundamentalmente explorado pelo capital, com o aval do Estado. Esse dualismo, onde de um lado há uma dinamização da produção e um incremento no nível dos negócios, baseados numa reestruturação produtiva moderna; e de outro, fome, desnutrição, favelização, violência etc., desnudam a ilusão da modernidade da economia brasileira, mostrando sua face de sociedade não cidadã (IANNI, 1996).

1.6 – A questão social e a reestruturação produtiva

A partir do que foi mostrado até aqui, entende-se que dois fatores ficam evidentes enquanto cerne de toda a discussão em torno da questão social: esta significa o grau de desigualdade evidente e característico embutido na relação capital-trabalho de modo geral, e nesta relação no setor industrial em particular; e este grau de desigualdade, contemporaneamente, tem se agudizado a partir da modernização dos processos de exploração deste capital sobre aquele trabalho, que têm respondido pelo nome de reestruturação produtiva. Tal raciocínio vale para todos os processos capitalistas de produção e de troca (atualmente cada vez mais), sejam eles inseridos em realidades sociais de países ditos desenvolvidos, sejam em realidades sociais chamadas periféricas a esse desenvolvimento.

Desde o fim da Segunda Guerra até os anos de 1970, houve, no mundo capitalista

ocidental, um sistema produtivo e de acumulação fundado a partir das ideias de Taylor e Ford, o qual se caracterizava especialmente pela generalização da produção e do consumo. Esse sistema era baseado também nas ideias de Keynes, adotadas desde a Crise de 1929, cujo foco era o compromisso capital-trabalho de alcance do chamado bem-estar social – o pacto social, com a devida estruturação e regulação do Estado. Esse pacto, todavia, passou a apresentar sinais de fragilidade a partir da crise de superprodução e arrecadação nos anos 1970 e dos conflitos entre capital e trabalho, em função do aparente sucesso das reivindicações trabalhistas (advindo dos movimentos operários fortalecidos da década de 1960), o que trouxe elevação de custos de produção e gastos tanto para o capital como para o Estado (ANTUNES, 2000).

Essas dificuldades, traduzidas na crise estrutural do capital e na crise do petróleo dos anos 1970 trouxeram à cena social um novo modelo de dominação e acumulação do capital, conhecido como capitalismo flexível. Esta nova realidade surge como resposta à crise estrutural do capital e do sistema taylorista/fordista, se caracterizando, então, pela chamada financeirização dos capitais; pela disseminação das novas tecnologias, causando redução da mão de obra empregada e aumentando o exército de reserva; além da supressão de direitos legais e sociais, a partir do pensamento neoliberal. No âmbito do setor produtivo industrial, este processo foi denominado, como já mencionado, reestruturação produtiva, de característica técnica, organizacional e social (ANTUNES, 2000).

As primeiras experiências, nesse sentido, (de reestruturação produtiva) deram-se na Europa e Japão. Neste país alcançou maior destaque, obtendo resultados bastante expressivos, especialmente para os objetivos do capital, tornando-se, assim, o tão experimentado Modelo Toyota de produção flexível, em referência à empresa Toyota, primeira empresa japonesa a criar e implementar a reestruturação produtiva. Nesse sentido, o toyotismo torna-se um quase-sinônimo do termo reestruturação produtiva industrial capitalista (ALVES, 2005).

Isto se torna mais claro com a explicação de autores como Antunes (2000):

Uma produção vinculada à demanda visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor (...) [que] fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções (...) [com] processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas. (ANTUNES, 2000; p. 54).

Nesse novo modelo de produção industrial o operário e a própria produção toyotistas se caracterizam pela multifuncionalidade do trabalhador, que opera algumas máquinas ao mesmo tempo, e pela produção com o objetivo de atender às (novas) necessidades individualizadas, característica dos novos tempos (posteriormente denominado de globalização) (ANTUNES, 2000).

Alves (2005) afirma sobre a reestruturação produtiva ou o toyotismo, que este (a) assume valor universal no sistema produtivo vigente, dadas justamente as novas condições de concorrência e valorização do capital, advindas da crise da década de 1970. Segundo o autor, estar-se-ia diante de uma significação particular, baseada na delimitação de seus aspectos essenciais, quais sejam, seus protocolos organizacionais e institucionais, com o objetivo de uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital. Estaria então seu conceito baseado numa nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal seria o de constituir uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da captura da subjetividade operária. Essa nova captura da subjetividade operária (espécie de lógica de cooptação, incorporada pelo operariado como valor seu) passaria, portanto, pelas transformações dos processos produtivos vigentes até então (ALVES, 2005). São transformações, segundo a visão de autores como Cattani (2011), que estariam formando um novo paradigma econômico e societário, complexas e rápidas e que impactariam, sobremaneira, os agentes sociais, suas identidades, valores e possibilidades.

Alves (2005), nesse sentido, considera o toyotismo como o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva. A partir dos anos 1980, segundo ele, o toyotismo passa a deter grande poder ideológico e estruturante no tocante à realidade social vigente. É nessa lógica que surge o termo momento predominante (numa referência a Luckás e Hegel) da reestruturação produtiva na era da mundialização do capital, e a flexibilidade, característica maior do modelo Toyota, assume uma posição de objetivação universal, valor universal para o capital em processo, tudo isso vinculado ao sucesso da indústria japonesa junto à concorrência internacional (ALVES, 2005). Esse sucesso pode ser traduzido, ainda segundo Alves (2005), em função das várias técnicas – já mencionadas – que passaram a ser importadas do Japão, em diversas ondas, com diferentes ênfases, para diversos países e setores produtivos. Entre elas,

citam-se os CCQ's, o Kanban, JIT, TQC, Kaizen, 5S's, TPM, entre outras. Esse é um dos fatores que fazem o toyotismo assumir o valor universal no sistema produtivo, além das já mencionadas novas condições de concorrência e valorização do capital surgidas a partir da crise econômica dos anos 1970 (ALVES, 2005).

O toyotismo, entretanto, não pode ser reduzido, segundo Alves (2005), às condições históricas de sua gênese. Para o autor, o conceito de toyotismo tem um significado particular, na medida em que delimita aspectos essenciais (a partir de seus protocolos organizacionais e institucionais), com o objetivo de realizar nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital. Nesse sentido, Alves (2005) afirma que o toyotismo não é o único responsável pelo sucesso da indústria manufatureira do Japão nos anos 1980. Não se trata, segundo ele, da panaceia da competitividade industrial, como se via à época. Basta para essa compreensão um olhar mais atento para a conjuntura japonesa naquele momento e para a crise do capitalismo japonês observada nos anos 1990. Ademais, continua Alves (2005), o toyotismo não seria a japonização, ou mesmo um sistema Toyota, apesar de sua gênese; mas, sim, uma nova significação para o capital, este agora desvinculado de suas particularidades concretas originárias. O toyotismo é, então, a nova via original de racionalização do trabalho, centrada na *lean production*, nova etapa do capitalismo mundial (ALVES, 2005). Na visão deste autor, seriam fundamentais as objetivações concretas dos princípios e técnicas organizacionais do toyotismo, a fim de garantir a nova subjetividade operária para promover a nova via de racionalização do trabalho (objetivo primordial do toyotismo).

Há uma nuance que relaciona o toyotismo e o que Alves (2005) chama de capitalismo manipulatório na era da superprodução. Segundo o autor, nos anos 1980, os princípios organizacionais do toyotismo são adotados por várias grandes empresas em todo o mundo, adaptando-se às respectivas realidades e dando, em consequência, maior eficácia às lógicas locais de flexibilidade. Trata-se assim, de uma continuidade-descontinuidade em relação ao taylorismo-fordismo, uma vez que este, em síntese, articulava a continuidade da racionalização do trabalho com as novas necessidades de acumulação do capital. O autor considera o toyotismo uma ruptura no interior de uma continuidade plena.

Seriam aspectos dessa continuidade, segundo ele, partes da segunda Revolução

Industrial, como a utilização científica da matéria viva, o trabalho vivo, além da preocupação com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista, ou seja, a lógica da racionalização do trabalho. Já a descontinuidade estaria no controle do elemento subjetivo da produção capitalista posto no interior de nova subsunção real do trabalho ao capital. Isso explica a nova maquinaria, as novas tecnologias microeletrônicas que promovem um salto na produtividade a partir de um novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista (ALVES, 2005).

Alves (2005) afirma ainda que a superação do taylorismo-fordismo pelo toyotismo teria um sentido dialético, qual seja o de superar conservando. O toyotismo, segundo o autor, intensifica o ritmo de trabalho, uma vez que maximiza a taxa de ocupação ferramentas/homens, com nova repetitividade (desqualificação) do trabalho, via desespecialização ou polivalência (trabalhos despojados de qualquer conteúdo concreto). Ainda, de acordo com o autor, o trabalho ampliado dos operários pluriespecialistas resultaria tão vazio e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado presente no taylorismo-fordismo. Em resumo e de acordo com Alves (2005), o objetivo do toyotismo seria incrementar a acumulação de capital via aumento da produtividade do trabalho, tal como o taylorismo-fordismo, vinculado à lógica produtivista da grande indústria e ao processo geral de racionalização do trabalho. Todavia, isso se dá de forma muito mais sutil e complexa, já que caberia a ele – ao toyotismo – articular, na nova etapa de mundialização do capital, uma operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, aprofundando a subsunção real do trabalho ao capital.

Percebe-se desta síntese de pensamentos, que este debate lembra em muito a polêmica acerca da existência ou não de uma nova questão social. A reestruturação produtiva significaria a mesma velha ideia de exploração do trabalho pelo capital, todavia travestida com nova roupagem, mais sutil, e certamente mais eficiente. Aqui vale um detalhamento maior acerca do novo controle do capital sobre a subjetividade operária, conforme explana e reitera várias vezes Alves (2005). Trata-se, segundo este autor, de fato que surge à reboque da reestruturação produtiva, sendo considerada por ele, seu caráter político. Está, por sua vez, centrada nas novas qualificações operárias derivadas desse processo de reestruturação, formando um novo perfil da classe operária, qual seja, o de um trabalhador proativo,

propositivo. Antes disso, segundo Alves (2005), o que se via era o operário padrão, capaz de vestir a camisa da empresa, isto é, de adotar seus valores como se fossem seus e repeti-los, exaltando-os, subordinando-se a eles, colaborando para sua consolidação. Com a reestruturação, a captura da subjetividade operária traz à cena o operário propositivo, que pensa com a cabeça da empresa, além de vestir sua camisa, o que é algo bem mais complexo e profundo.

Ademais, o advento da reestruturação produtiva promove também um novo tipo de desemprego para o cotidiano dos trabalhadores: o desemprego tecnológico. De acordo com o raciocínio de Alves (2005), a reestruturação produtiva substitui o operário-padrão, que vestia a camisa da empresa, pelo operário propositivo, que passa a pensar com a cabeça da empresa. Nesse sentido é que este autor remete ao termo nova exclusão social, que tem origem na reestruturação produtiva e no novo controle da subjetividade operária. Além disso, os aumentos de produtividade oriundos da reestruturação produtiva possibilitam uma menor utilização da mão-de-obra, cujo excedente passa a ser ainda mais supérfluo para o capital, tornando o desemprego estrutural algo tecnológico, no sentido de que reflete um novo padrão de uso da força de trabalho.

Por fim, percebe-se também uma debilitação da sociabilidade do trabalho, através da questão da qualidade do emprego (especialmente no tocante à precarização salarial), que gera uma espécie de polarização no mundo do trabalho entre qualificações profissionais (trabalhadores modernos e obsoletos). Soma-se a isso o fenômeno da terceirização, caracterizado pela transferência de serviços a terceiros, como forma de diminuição de custos por parte do capital e que surge a reboque da reestruturação produtiva. Assim, tem-se um quadro, principalmente, de fragmentação da luta de classes, dadas as questões de dispersão que isto traz ao movimento sindical (ALVES, 2005).

Nesse sentido, todo o processo de resistência e confrontação a esse novo modelo de produção, inclusive da economia industrial brasileira, passa para o terreno da chamada cooperação conflituosa, em função, segundo Alves (2005), da dificuldade que é obstacularizar o avanço do capital. A ideia de luta agora é garantir os direitos já conquistados, sobretudo o chamado direito ao trabalho, baseando a estratégia para tal, no diálogo, no entendimento e na

cooperação, a mais parceira possível com o capital. Alves (2005) denomina esse momento de crise do sindicalismo moderno, em que há, segundo ele, uma rendição ideológico-política do trabalho organizado, à lógica do capital no campo da produção. Relata ainda o autor, a partir da tendência de cooperação da postura sindical, acerca do discurso do desenvolvimento, propagado pelo Estado, pelo capital e, agora, pelo movimento sindical, como sendo um sintoma da crise vivida pelo sindicalismo brasileiro, que abriu mão da lógica de contestação desse mesmo capital.

Em síntese, pode-se afirmar que a reestruturação produtiva, inclusive no Brasil, é resultado da luta de classes, enquanto resposta do capital no sentido de recompor seu padrão de acumulação antes da crise, sendo, também, o campo ideológico propício à captura ou subsunção da subjetividade operária (sua consciência de classe, um dos elementos que compõem a questão social, nesse sentido). A pergunta então passa a ser: que fazer diante dessa realidade? Responder a essa questão parece significar, basicamente, partir para o enfrentamento da questão social, a partir de estratégias centradas na participação do Estado enquanto elemento indutor de uma postura de resistência e superação das desigualdades. Nesse sentido, políticas públicas universalistas e democráticas, como algumas das que foram pensadas pelo Brasil durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, estariam na ordem do dia. Assim, seriam interessantes políticas sociais baseadas nos princípios da participação e controle popular, com ênfase na universalização de direitos e gratuidade de serviços, em defesa da cidadania e numa perspectiva de equidade (IAMAMOTO, 2001).

Ademais, seriam bem vindas no tocante a este enfrentamento políticas públicas não apenas centradas numa visão economicista, mas também que perpassem por estratégias de desvinculação dos direitos sociais da lógica orçamentária, desatrelando a política social da política econômica (esta que é a lógica neoliberal), com protagonismo das ações estatais nesse sentido. Além disso, pode-se tentar a reversão da lógica privatista de transferência de responsabilidades das ações do Estado para a sociedade civil, que em nada garantem a eficiência das referidas ações (vide episódio recente das organizações não governamentais no Brasil). Parece ser consenso que sempre haverá questão social, porque sempre haverá desigualdades entre ricos e pobres no capitalismo. Se a ideia (ou a possibilidade) não é romper com o sistema, tentar romper com a mercantilização das políticas sociais – a partir das quais

os direitos sociais são transformados em mercadorias – pode talvez ser considerado um avanço (IAMAMOTO, 2001).

Todavia é possível também se imaginar uma perspectiva de uma nova ordem social que exceda o comando do capital. Nesse sentido, Netto (2001) visualiza uma possível derrota do capital a partir da supressão da escassez, o que levaria à superação da questão social. Sabe-se, porém, que qualquer que seja a estratégia de oposição à questão social, esta passa, necessariamente, pela postura do Estado diante do problema. O Estado vai ter uma postura reformista (nos moldes do *Welfare State*), aceitando as imposições do capital e tentando amenizá-las, ou vai construir um modelo de resistência e superação disto? Castel (1998) fala de uma solidariedade voluntária da sociedade com o aval do Estado para o equacionamento da questão.

Pereira (2001), por sua vez, discute a nova postura do Estado diante da nova conjuntura que se apresenta (globalização, financeirização e reestruturação produtiva), buscando legitimar sua soberania a partir de sua capacidade interna de tomar decisões. Já Alves (2005) explicita, especificamente, a questão da reestruturação produtiva, inclusive a brasileira; enfatiza a necessidade, por parte dos trabalhadores principalmente, da constituição de uma resistência estratégica, a partir da ideia do valor da consciência de classe, tendo como base a solidariedade proletária e o internacionalismo.

1.7 – A questão social e a reestruturação produtiva no Brasil

No Brasil, esse processo de reestruturação produtiva se inicia ainda na década de 1980, mas só nos anos 1990 vai efetivamente se tornar protagonista nas relações capital-trabalho em diversos setores, sempre com o aval do Estado brasileiro, nesse momento histórico, e francamente neoliberal. Assim é que, a partir dos anos 1990, o país passa a incorporar uma série de problemas sociais característicos desse novo mundo do trabalho, baseado na reestruturação produtiva, já enraizada nas economias desenvolvidas. O desemprego estrutural e a precariedade do emprego e salário são os principais desses problemas, trazendo à tona o que Alves (2005) vai chamar de nova exclusão social no campo da modernidade, conforme mencionado anteriormente. Exemplo disso é o que ocorreu na região industrial do ABC paulista em 1993, onde há um incremento no nível da atividade econômica associado a um

decréscimo no nível de emprego da região, numa evidente desconexão entre investimento produtivo e absorção de mão-de-obra (ALVES, 2005).

O entendimento da lógica da questão social brasileira associada à reestruturação produtiva, passa pela compreensão da trajetória desta reestruturação no país. Ela vai ter início, segundo Alves (2005), na década de 1980, mas só nos anos 1990, como já foi esclarecido, vai se consolidar, especialmente no setor industrial automobilístico. E, nesse momento, no Brasil, o toyotismo vai deixar de ser o que o autor denomina restrito, para tornar-se algo sistêmico, mais complexo e aprofundado, a partir da experiência japonesa no resto do mundo, que se acumulara desde os anos 1960. Assim, o novo (e precário) mundo do trabalho vai se mostrar, no Brasil, sobretudo pela fragmentação de classe que desencadeia uma crise no sindicalismo brasileiro. Esta foi marcada pelo comprometimento da postura classista e ascensão de práticas neo corporativas. O *locus* desse movimento continua sendo, de acordo com Alves (2005), o ABC paulista, polo do moderno proletariado brasileiro, especialmente no setor que compreende o complexo automobilístico nacional, sendo a base deste novo sindicalismo, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, e o Partido dos Trabalhadores - PT.

A trajetória histórica que culmina com esta conjuntura se inicia no pós Segunda Guerra, com a instalação da grande indústria, de cunho taylorista-fordista no Brasil; é aprofundada no governo de Juscelino Kubitschek (JK) e seu desenvolvimentismo na década de 1950. Tal fato, por sua vez, propicia que, na década de 1970, em plena ditadura militar, o país experimente seu Milagre Econômico; chega aos anos 1980 e 1990 experimentando a acumulação flexível na produção industrial e o neoliberalismo como ideologia político-social-econômica (ALVES, 2005). Essa modernidade brasileira, que Alves (2005) chamará de hipertardia, surge um pouco antes de 1945, na verdade em 1930, após a crise do café, durante a industrialização restringida da economia nacional, que se convencionou chamar de capitalismo tardio, em comparação com as demais nações desenvolvidas à época, que já se encontravam em patamar superior, no tocante à produção industrial, especialmente. JK, com seu Plano de Metas e a industrialização pesada baseada na produção de bens de consumo duráveis (como os automóveis, por exemplo) tentará minimizar esta diferença, focando os esforços na região do ABC paulista, dada sua proximidade com a capital financeira do país. Alves (2005), a esse respeito, chama atenção para o papel do Estado brasileiro no processo,

acentuando seu caráter desenvolvimentista e fazendo alusão ao Leviatã de Thomas Hobbes, nessa ênfase.

Autores como Gremaud (2008) lembram que, após os cinquenta anos em cinco de JK, o país passa a experimentar um período conturbado, em boa parte herança das ações do desenvolvimentismo recente, que culmina com o golpe militar em 1964. As reformas econômicas que sucederam esse momento histórico levam o país a um período de grande crescimento, entre 1968 e 1973, que ficou conhecido como o Milagre Brasileiro, a partir do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) adotado pelo governo militar. Alves (2005) salienta que houve aumento da produção de bens de consumo nessa época, resultado do binômio super exploração do trabalho e aumento da lucratividade do capital. Todavia, a partir de 1974, com a crise do petróleo, observa-se uma deterioração no padrão de acumulação capitalista, pondo limites inclusive ao modelo brasileiro, que vai buscar no endividamento externo algum fôlego que permita minimamente a continuidade da opção adotada pelos militares enquanto modelo de crescimento econômico, e que lhes dava, ainda, alguma (mínima) legitimidade social (GREMAUD, 2008).

Disso resulta, destaca Alves (2005), o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que marca uma inflexão no foco da industrialização brasileira, passando a priorizar a produção de bens de capital. O objetivo agora é estruturar de fato o parque industrial nacional e, ao mesmo tempo, arrefecer o ímpeto consumista, bem como a trajetória ascendente do processo inflacionário, que se começava a perceber à época na economia brasileira. O resultado, todavia, não foi o imaginado pelos economistas do governo. Assim, reconheceu-se, a partir da década de 1980, uma deterioração do capitalismo brasileiro (leia-se, principalmente, indústria nacional), com o surgimento, como consequência, de um processo hiper inflacionário, além de forte recessão e aumento geométrico da dívida externa, a partir, inclusive, de uma segunda crise do petróleo. Esse período ficou inclusive conhecido como a década perdida. O país é, nesse momento, posto sob a tutela do Fundo Monetário Internacional - FMI, cuja ordem do dia passa a ser a busca por saldos positivos na balança comercial, além da sobriedade nos gastos governamentais, o que levaria a uma deterioração do setor público, especialmente dos serviços oferecidos à coletividade (GREMAUD, 2008). É aqui que surge na economia brasileira, um novo padrão de flexibilidade da produção

industrial, que Alves (2005) chama toyotismo restrito.

Assim, de acordo com Gremaud (2008), os anos 90 começam com o país em busca de uma superação em relação ao desenvolvimentismo presente no planejamento nacional desde os anos 1930 e o que se verá, de Collor a Fernando Henrique Cardoso (FHC), é uma recuperação da reprodução interna do capital, em função, sobretudo, das condições agora favoráveis presentes no mercado financeiro internacional. Com Collor, por exemplo, se percebe a liberalização comercial, com a abertura das fronteiras do país aos produtos importados, além do início de um processo de atração de investimentos, com o intuito de fazer crescer o padrão de acumulação do capital. Alves (2005), por sua vez, destaca que, já em 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ocorreu o Plano Real, numa tentativa de estabilização monetária e de reforma do Estado. Isso deu maior sustentabilidade à reprodução interna do capital no país, sobretudo com a onda de privatizações ocorrida, geradora de novas oportunidades de negócios, ao mesmo tempo em que se espalhou pelo continente latino americano, tornado o seu mercado comum, o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL – um novo espaço de valorização do capital.

Alves (2005) e Antunes (2013) fazem uma leitura peculiar deste processo de desenvolvimento da produção industrial no Brasil, colocando-o como uma possibilidade de nova dependência em relação às economias desenvolvidas da época. Segundo eles, quase que por unanimidade, o desenvolvimentismo brasileiro foi fundamentalmente um momento de substituição de importações da economia nacional, no momento em que o resto do mundo industrializado vivia a chamada segunda Revolução Industrial. Nesse sentido, a crise do petróleo de 1973 teria se tornado uma crise de valorização do capital, alterando a concorrência capitalista internacional, gerando assim, novos produtos e novas formas de produzi-los (ALVES, 2005; ANTUNES, 2013).

Surge daí, então, a acumulação flexível na forma de novas máquinas e equipamentos, além das formas inovadoras de gestão da mão-de-obra no capitalismo. Essa acumulação flexível, que Alves (2005) generaliza ao usar o termo toyotismo, teria forçado o Brasil a abandonar seu modelo nacional-desenvolvimentista de crescimento, especialmente devido ao grande fluxo de capitais internacionais, tanto produtivos como especulativos. Esse aumento

nos investimentos produtivos e especulativos, a partir de 1994 na economia brasileira, trouxe ao país não só o advento da acumulação flexível, mas também uma crise no sindicalismo classista (ALVES, 2005; ANTUNES, 2013).

Vale salientar, ainda de acordo com Alves (2005) e Antunes (2013), que a década de 1980 e a crise da dívida externa a ela associada foram os primeiros impulsos à reestruturação produtiva no Brasil. O FMI e sua política recessiva, aliada à necessidade de um choque de competitividade na indústria brasileira, em função de seu contato com os novos mercados consumidores, mais exigentes e dinâmicos, trouxeram à cena o termo qualidade, traduzido em novos padrões tecnológicos e de gestão. Nesse sentido, a crise do capitalismo industrial em nível mundial, traduzida na crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, trouxe à reboque um quadro conjuntural recessivo e o consequente e necessário ajuste exportador, culminando no tal choque de competitividade já mencionado. Nessa mesma direção, o processo de luta de classes no Brasil se depara com o que estes autores chamam de novo sindicalismo, caracterizado, sobretudo, por uma maior intervenção nos locais de trabalho. Tudo isso às margens das novas estratégias de cooperação transnacional anunciadas a partir da década de 1980, centradas em inéditos padrões organizacionais e tecnológicos.

Acerca do mencionado ajuste exportador, Alves (2005) e Antunes (2013) explicam que, ao seguir o receituário recessivo proposto pelo FMI, o Brasil se viu obrigado a honrar com compromissos da sua dívida externa bem diversos daqueles pactuados no início do processo de contratação dessa dívida. Isso, nesse momento, faz com que a produção brasileira de forma geral se volte para esse objetivo, em detrimento do mercado interno. Assim, a necessidade passa a ser incrementar o setor produtor de bens de capital (II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND), associada a uma política cambial agressiva, de desvalorização da moeda corrente em relação ao dólar, além da adoção das novas técnicas de gerenciamento toyotistas, dado o acirramento da concorrência capitalista naquele momento.

Nessa conjuntura, o novo patamar de luta de classes no Brasil se apresenta não na forma de uma reação defensiva diante da sanha capitalista, mas, ao contrário, de reação ofensiva na busca por direitos do trabalho, negando o modo capitalista de produção no país. Essa é a novidade de postura, denominada por Alves (2005) de novo sindicalismo, que

convive com uma situação peculiar, qual seja, a de um toyotismo basicamente só de gestão (a nova tecnologia na forma de máquinas e equipamentos ainda não estava disponível o país) articulado com o aprofundamento – leia-se enrijecimento – do fordismo local, gerando um toyotismo restrito (ALVES, 2005). Já no tocante às também já mencionadas estratégias das corporações internacionais, o referido autor mostra que a reestruturação produtiva ocorrida no Brasil a partir dos anos 1980, especialmente no âmbito das multinacionais produtoras de automóveis, centrou-se na adaptação das novas tecnologias de gestão às peculiaridades locais.

Tais peculiaridades, por sua vez, mostraram, diante da recessão do início dos anos 1980, a necessidade do que Alves (2005) chamou de racionalização defensiva, no intuito de baixar custos, e levando a ondas de demissões em massa, cuja ofensiva capitalista era focada especialmente nas lideranças sindicalistas. O resultado dessa combinação de queda nos investimentos em máquinas e equipamentos modernos, com as novas técnicas de reorganização da produção, foi um aumento da produtividade, levou o país a aparecer em segundo lugar no ranking mundial de CCQ's, pondo em evidência, inclusive, a combatividade sindical brasileira, em oposição ao voluntariado característico dessa forma de gestão da mão-de-obra.

Essas eram nuances daquilo que Alves (2005) chamou de toyotismo restrito, já mencionado, que, por seu turno, era incapaz de capturar a subjetividade operária naquele momento histórico, devido especialmente à combinação de indiferença por parte dos trabalhadores envolvidos, com a oposição do novo sindicalismo também já descrito aqui. Na verdade, esta era uma conjuntura que apenas reforçava e reproduzia a super exploração do trabalho por parte do capital. Porém, em meados da década de 1980, mais precisamente em 1984, segundo Alves (2005), ocorre uma inflexão nessa realidade. A produção industrial brasileira passa a conviver com a introdução de novas tecnologias no âmbito de sua conjuntura, especialmente aquelas focadas em novas máquinas e equipamentos. Trata-se, todavia, não de uma superação do fordismo, como se possa imaginar, mas de sua intensificação em convivência com o toyotismo ainda restrito, já que a incorporação dessas novidades técnicas ainda era parcial e seletiva por parte da indústria nacional, focada em grandes empresas e em pontos estratégicos (especialmente nos setores e nas empresas de exportação) da produção. Isso, naquele momento, fez com que o processo produtivo brasileiro

se tornasse bastante heterogêneo, novas tecnologias passam a conviver com boa parcela de trabalho ainda manual nas linhas de produção, além da presença de máquinas eletromecânicas nessas linhas.

O fim dos anos 1980 para a indústria brasileira marca, no âmbito da reestruturação produtiva, o que Alves (2005) chamou de início de uma modernização sistêmica. Segundo ele, a crise hiperinflacionária do momento levou a uma queda nos investimentos produtivos. A reação a isso se deu com um novo surto de reestruturação produtiva, agora com características sistêmicas, a partir do advento do neoliberalismo, sobretudo no início da década de 1990. Nesse sentido, o sistemismo pode ser verificado no avanço da microeletrônica, vinculado ao processo de mundialização do capital também em curso naquele momento.

Alves (2005) adverte também que a reestruturação produtiva no Brasil, a partir dos anos 1980, atingiu apenas uma parte da classe trabalhadora local, notadamente aquela ligada às principais indústrias da região do ABC paulista, como a automobilística, por exemplo. Nesse sentido, lembra ainda o autor, o novo sindicalismo, oriundo dos movimentos de base da CUT e do PT, teve caráter incipiente e restrito; à época, o movimento marca muito mais um foco de rebeldia operária contra a super exploração do trabalho, que uma inflexão na forma de relação entre a classe trabalhadora e a patronal no país. Essa característica pode ter sido fundamental para a nova composição técnica da classe trabalhadora no país, e para aquilo que Alves (2005) chama de polos de qualificação e desqualificação operárias brasileiras. Há no Brasil, a partir da década de 1990, segundo Alves (2005), a convivência de situações de manutenção, criação e destruição de ocupações com impactos diversos na qualificação e na desqualificação operária. Em termos de qualificação, surgem situações de exigência de menor destreza e mais raciocínio abstrato no âmbito da produção. Já quanto à desqualificação, aparece a possibilidade da degradação dos novos operários, a partir da chamada polivalência desqualificante (as *multitasks*).

A reestruturação produtiva e seu aprofundamento no Brasil atingiram o momento, nos anos 1990, de uma nova rotinização do trabalho, de acordo o referido pesquisador. Essa rotinização, que surge basicamente entre as décadas de 1960 e 1970 no país, significou basicamente, à época, a incorporação da lógica taylorista de produção à indústria brasileira.

Isso impôs aos operários dificuldades de associação, transitoriedade no emprego e queda dos níveis salariais. Com o novo sindicalismo, nos anos 1980, ocorre uma pressão das massas, que gera uma interrupção no controle déspota sobre a força de trabalho, cambiado por outro, de tipo mais sutil e eficiente: a captura da subjetividade operária (ALVES, 2005).

De todo esse movimento, o que vai restar, a partir dos anos 1990, para a classe operária, é o fantasma do desemprego estrutural, que surge nesta época no ABC paulista. As novas formas de organizar a produção haviam recém descoberto a terceirização, levando o movimento operário a perceber a necessidade de proteger os direitos trabalhistas, diante da desregulamentação e flexibilidade das legislações sobre o tema (ALVES, 2005).

Ademais, ainda segundo Alves (2005), associada a essa descentralização produtiva, ou terceirização, surge também o fenômeno da deslocalização industrial, que é agora um dos principais aspectos do novo complexo de reestruturação produtiva no mundo em geral⁴ e no Brasil em particular. Passa a ser também, de acordo como autor, um dos maiores desafios do capital à luta sindical da classe operária no país, que se torna elemento importante de reação à crise do capital, além de uma estratégia empresarial importante, notadamente no âmbito das multinacionais.

Passa-se a estar, de acordo com esse mesmo teórico, diante do caráter sistêmico do toyotismo no Brasil, com a utilização integrada do processo de inovação, fazendo com que surja o chamado novo (e precário) mundo do trabalho à brasileira, origem da nova classe operária no país e do aprofundamento da hegemonia do capital nesse processo. O desdobramento dessa realidade começa, conforme mencionado, nos anos 1990, quando o Brasil incorpora uma série de problemas sociais característicos do mundo do trabalho no cenário do (novo) capitalismo mundial, impostos pela nova ofensiva do capital na produção. Trata-se do desemprego estrutural, da precariedade do emprego e do salário correspondente, além dos chamados marginalizados da classe operária, sem vínculos, sem direitos ou garantias mínimas, é uma nova forma de "exclusão social" no campo da modernidade (ALVES, 2005).

⁴ Conforme já mencionado, a partir das ideias de Harvey (2013).

Dados do *Jobless Growth*⁵, de 1993, mostravam, para a região do ABC paulista, aumento da atividade econômica sem o correspondente aumento no nível de emprego na região, naquilo que Alves (2005) e outros autores chamam de "desconexão virtual" entre investimento produtivo e criação de empregos. Essa precariedade a que se refere este autor se apresenta na forma de dois mundos do trabalho diversos, coexistindo paralelamente, inclusive no Brasil: um, de núcleo central onde se verifica uma maior estabilidade, composto pela menor parte da classe trabalhadora; e outro, mais amplo em sua composição e também mais volátil e precário, onde se encontra a maioria da classe trabalhadora.

A conjuntura brasileira a partir dos anos 1980 e do advento da reestruturação produtiva no país trouxeram para o movimento sindical um momento de inflexão, que se polarizou entre duas posições distintas: de um lado o sindicalismo derivado desse novo modo de organização da produção capitalista, caracterizado por um propositivismo neocorporativo, num "defensivismo" de novo tipo, um esvaziamento da perspectiva classista; de outro, a clássica perspectiva de classe, tida como uma estratégia ultrapassada, radical e de enfrentamento "vazio", de poucos resultados práticos e de baixa perspectiva de sobrevivência (ALVES, 2005).

Desta polarização resulta um novo "modelo" de sindicalismo no Brasil, onde a vertente propositiva é a protagonista, deixando de lado a confrontação e opta pela cooperação conflitiva, isto é, em alguns momentos se segue a via do conflito, esgotadas todas as possibilidades de acordo e composição com o capital. É isso que salienta Alves (2005), ao enfatizar o termo "novo e precário mundo do trabalho", inclusive no Brasil. Há aqui, segundo ele, uma forte dificuldade ao movimento operário de obstacularizar o avanço do capital, dada a "cegueira analítica" que se abateu sobre esse movimento, ao adotar postura político-ideológica da luta de classes, num viés politicista, em detrimento da luta prática de enfrentamento, inclusive físico, se necessário, das ofensivas do capital – neste caso, da reestruturação produtiva.

⁵ A recuperação sem emprego ou crescimento do desemprego é um fenômeno econômico em que a [macroeconomia](#) experimenta [crescimento](#), mantendo ou diminuindo o seu nível de [emprego](#). O primeiro uso documentado do termo foi no *The New York Times* em 1935. Informação disponível em www.economist.com. Acesso em 10/05/2014.

Ainda a esse respeito o referido teórico lembra um fator importante – exposto anteriormente – para a compreensão dessa nova realidade da qual faz parte agora o movimento sindical brasileiro. Segundo ele, a reestruturação produtiva não surgiu espontaneamente da mente prodigiosa de algum capitalista iluminado, mas, antes, como reação, a partir da luta de classes, numa resposta do capital na sua busca para recompor seu padrão de acumulação, inclusive no Brasil, abalado pelas conquistas do Welfare State, pós segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a prática sindical brasileira dos anos 1980 de resistência à reestruturação produtiva, via confronto através do conhecimento, como por exemplo, a Operação Vaca Brava⁶, de 1985, deu lugar às chamadas negociações estratégicas com o capital. Este modelo foi adotado, inclusive, por algumas instituições de representação dos trabalhadores que anteriormente repudiavam esse tipo de postura, como foi o caso do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, que, nos anos 1990, passa a adotar a ação da intervenção propositiva. Assim, o que antes era, numa abordagem crítica, um conjunto de estratégias de oposição à reestruturação produtiva, obstaculizando o crescimento do capital, a partir dos anos 1990, transforma-se naquilo que Alves (2005) chama de "consertação social". Esta é uma espécie de novo contrato entre capital e trabalho, seguindo no Brasil a tendência global de negociação estratégica, de acordo, por exemplo, com os acordos forjados nas Câmaras Setoriais da indústria brasileira (ALVES, 2005).

Nesse sentido, o que se percebe, no Brasil, a partir do raciocínio de Alves (2005), é uma reestruturação produtiva que logrou êxito em transformar as estratégias sindicais, outrora de oposição aos movimentos do capital, em outras, de caráter neocorporativo, associadas ao propositivismo, em detrimento do enfrentamento aberto. Trata-se, segundo o autor, da confirmação da passagem, no país, do toyotismo restrito para o do tipo sistêmico, com uma espécie de rendição ideológica e política do trabalho ao capital, deflagrando uma crise no movimento sindical brasileiro. Como saída para esta conjuntura, o autor sugere a constituição de um novo tipo de resistência estratégica por parte da classe trabalhadora, a partir da ideia de valorização da consciência de classe. Esta seria, segundo ele, a base para uma sociedade

⁶ Movimento grevista que teve a duração de quarenta e cinco dias, em oposição à proposta de consertação social, de caráter propositivo.

proletária e internacionalista, ou seja, marcada pelo compromisso de classe, pela defesa da tese da incompatibilidade entre capital e trabalho e pela transformação social, baseada na solidariedade entre os trabalhadores e todas as sociedades no mundo comprometidas com uma perspectiva social distinta da atual.

Uma vez que a estrutura econômica capitalista é essencialmente desigual, a partir de diversos fatores como a sexualidade e as questões de raça e etnia, por exemplo, para se ter a universalidade como característica de acesso aos programas e projetos sociais, faz-se necessária a presença efetiva e direta do Estado. Segundo Yamamoto (2001), esse Estado seria um Estado de classe, de expressão de luta pelos interesses da coletividade, em oposição à lógica do capital, de seletividade no atendimento, do interesse de grupos privados, da alta taxa de lucratividade. Nessa linha de pensamento, Nunes e Theodoro (2000) consideram o Estado a partir de sua capacidade reguladora no mercado de trabalho, sendo capaz, nesse sentido, de organizar um sistema de emprego de regras claras, com códigos e convenções capazes de estabelecer os limites e a convivência entre capital e trabalho, observando-se o respeito a este último.

Assim, seja qual for a estratégia a ser adotada, superar a questão social passa, direta ou indireta e necessariamente, pela participação popular, desde a indignação diante das desigualdades até a efetiva ação que vise confrontá-la, perpassando pela legítima participação junto aos aparelhos de Estado, apresentando-lhes e discutindo as demandas sociais. Isso poderá balizar as políticas públicas sociais em prol do bem-estar de toda a coletividade.

1.8 – As Políticas de Trabalho no Brasil

A partir do fim da Segunda Grande Guerra, os países desenvolvidos conseguiram estruturar seus sistemas públicos de emprego com base no crescimento de suas economias e na difusão, dentro delas, de uma série de direitos sociais. No Brasil, a experiência nesse sentido se deu muito tempo depois e ainda está segundo alguns teóricos, longe da completude. Assim, é possível afirmar, conforme faz um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2006), que as primeiras políticas protetivas do trabalhador formal no país começaram somente na década de 1960, apesar da experiência de regulação das relações trabalhistas e condições de trabalho durante o Estado Novo de Getúlio Vargas.

Esse foi o momento, no Brasil, a partir das altas taxas de crescimento da economia naquele instante, de uma expansão importante da mão-de-obra à disposição nos centros urbanos mais adensados e, portanto, de uma absorção significativa da População Economicamente Ativa – PEA – no mercado formal de trabalho, com os fatores crescimento populacional e urbano e migração rural como instrumentos desse processo de mudança. Nesse sentido, a base para o movimento era o crescimento da economia mundial (pós-guerra) e a consequente difusão desse crescimento nos países periféricos, desembocando assim na melhoria das condições de vida de suas populações, especialmente das classes trabalhadoras. O desemprego observado naquele momento histórico, em qualquer país subdesenvolvido (Brasil incluído, portanto), seria, nesse sentido, uma imperfeição, uma marca do baixo nível de desenvolvimento econômico, mas algo corrigível, a partir do crescimento da economia baseado no intervencionismo (pró capital e autoritário, no caso brasileiro) estatal da época. Transferia-se, assim, as possíveis ações de melhoria na vida dos trabalhadores, para as consequências advindas das políticas de crescimento econômico, omitindo-se o Estado em apresentar programas públicos de emprego e renda que dessem conta dos anseios da classe trabalhadora brasileira naquele momento (IPEA, 2006).

O que havia enquanto semelhança a programas ou políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Brasil, naquele instante era, segundo o referido estudo do IPEA (2006), um conjunto de ações de indenização do trabalhador demitido ou a tentativa de formação de uma proteção patrimonial, para a classe trabalhadora, leia-se aí Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Programa de Integração Social – PIS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP. Longe de ser considerado um esboço de sistema público de emprego, esse conjunto de ações falharia, nesse sentido, ao omitir alguma vertente que compreendesse a reincorporação do trabalhador demitido, por exemplo, ao mercado formal de trabalho.

Segundo o mesmo estudo do IPEA (2006), somente com a criação do Sistema Nacional do Emprego – SINE, na década de 1970, surge o que se considera um esboço de política pública de emprego no Brasil, incorporando à ideia original serviços de recolocação e proteção ao trabalhador desempregado, numa pretensa parceria entre o governo federal e os governos estaduais. A base para isso estaria, ainda segundo o IPEA (2006), no estabelecimento

de uma forma de financiamento para essas ações, o que só iria se efetivar de fato no país, a partir da década de 1990. Um pouco antes disso, mais precisamente em 1986, surge no país o instrumento do Seguro-Desemprego - SD, criado a partir do Decreto-Lei nº 2284/1986 e cujo fim seria o de prestar assistência temporária ao trabalhador desempregado devido à dispensa sem justa causa ou interrupção (parcial ou total) das atividades da empresa onde estivesse trabalhando. Entre outras atribuições, a regulamentação do SD previa, por meio do SINE, a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho, bem como a requalificação do beneficiário que estivesse, nesse sentido, sendo assistido.

As bases do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR – no Brasil tal como se conhece hoje, foram forjadas completamente apenas a partir do advento da Constituição Federal de 1988 - CF/88, quando, nas suas Disposições Gerais, em seu artigo 239, ficaram estabelecidos o PIS e o PASEP como os fundos para as políticas públicas na área do trabalho (IPEA, 2006). De acordo com o texto constitucional, a arrecadação do PIS/PASEP deixaria de ser destinada à formação do patrimônio protetivo mencionado anteriormente e passaria a financiar tanto o SD como o abono salarial, este outro instrumento criado e destinado aos trabalhadores que tivessem recebido até dois salários mínimos mensais no ano anterior. Mas foi a partir dos anos 1990, com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e com o advento do Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT, que foi regulamentada a estrutura institucional de financiamento do SD. Este passou a atuar na assistência financeira temporária ao desempregado, bem como na sua qualificação profissional, durante a tentativa de lhe achar uma nova ocupação no mercado. (IPEA, 2006)

Tratava-se, portanto, naquele momento, de um novo modelo de ação pública na área do trabalho, indo além do auxílio financeiro puro e simples, incorporando ações de intermediação de mão-de-obra e de qualificação profissional, tal como acontecia, já desde o fim da Segunda Guerra, nos países desenvolvidos. Nesse sentido, a CF/88 proporcionou a base para a organização de um programa mais efetivo de amparo ao trabalhador desempregado, vindo a representar uma organização dos benefícios e serviços no tocante às políticas de emprego. De modo geral, foi o surgimento do FAT que permitiu a ampliação do modelo de políticas públicas de emprego no Brasil, levando-as a ultrapassarem a condição de simples repasse de benefícios monetários temporários contra o desemprego. Abaixo uma

descrição acerca da composição das fontes de financiamento do FAT, retirada do documento formatado pelo IPEA (2006).

Quadro 1 – Composição das Fontes de Financiamento do FAT – Brasil 1990

Fontes	Base de Arrecadação
1. PIS/PASEP	<ul style="list-style-type: none"> • PIS: faturamento (receita operacional bruta) das empresas privadas, utilização do trabalho assalariado ou quaisquer outros que caracterizem a relação de trabalho, entrada de bens estrangeiros no território nacional ou pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa de valores a residentes ou domiciliados no exterior como contraprestação por serviço prestado; • Contribuintes pelo faturamento: empresas privadas com fins lucrativos, sociedades civis de prestação de serviços relativos ao exercício de profissões legalmente regulamentadas, sociedades cooperativas que praticam operações com não cooperados, serventias extrajudiciais não oficializadas; • Contribuintes pela folha de pagamento: entidades sem fins lucrativos que tenham empregados e que não realizem venda de bens e serviços, sociedades cooperativas que praticam operações com cooperados, condomínios em edificações; • Alíquota sobre faturamento: 1,65% para as empresas que declaram com base no lucro real e 0,65% para aquelas que declaram com base no lucro presumido; • Alíquota sobre folha de pagamento: 1% sobre a folha de salários; • PASEP: arrecadação efetiva de receitas correntes da União, estados, Distrito Federal e municípios e as transferências correntes e de capital realizadas a entidades da administração pública; • Contribuintes: pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas e as entidades sem fins lucrativos definidas como empregadoras pela legislação trabalhista, incluindo as fundações, com base na folha de salários; • Alíquota: 1% sobre o total da folha de pagamento mensal dos empregados da pessoa jurídica.
2. Receitas Financeiras	<ul style="list-style-type: none"> • BNDES: juros e correção monetária pagos pelo BNDES sobre os repasses constitucionais (BNDES 40%); • Depósitos especiais: juros e correção monetária pagos pelos Agentes Executores (BNDES, BB, CEF, Banco do Nordeste, FINEP e BASA) sobre os depósitos especiais; • BB extramercado: juros e correção monetária sobre aplicações financeiras próprias do FAT (BB extramercado); • Recursos não desembolsados: juros e correção monetária sobre recursos não desembolsados.

3. Outras Receitas	<ul style="list-style-type: none"> • Cota parte da contribuição sindical; • Restituição de benefícios não desembolsados; • Restituição de convênios; • Multas e juros devidos pelos contribuintes ao FAT; • Devolução de recursos de exercícios anteriores e multas judiciais.
4. Contribuição pelo Índice de Rotatividade	<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação adicional das empresas cujo índice de rotatividade da força de trabalho for superior à média do setor.

Fonte: IPEA (2006). Elaboração própria.

Essa composição permitiu ao FAT o direcionamento de parte dos recursos para programas de qualificação profissional que eram destinados a trabalhadores em geral (e não apenas àqueles que requeriam o SD), como o Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE em 1995, implementado de forma descentralizada (em parceria com os estados da federação). Isto visava atingir anualmente um mínimo de 20% da PEA, dentro de um público teoricamente marginalizado e discriminado no mercado de trabalho. Em 2003, depois da mudança de governo e de intenso processo de reestruturação devido ao elevado número de fraudes associados ao PLANFOR, este foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que passou a ser monitorado em suas ações, com o estabelecimento de carga horária mínima para os cursos, além de conteúdos específicos por área de atuação (IPEA, 2006).

Desde 2011 o Ministério da Educação – MEC –, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec –, ampliou a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. De acordo com informações do MEC⁷, estão entre os objetivos específicos do Pronatec a expansão, a interiorização e a democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância. Tudo isso, em conjunto com os também objetivos específicos de aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores via cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, e de aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica, forma o atual arcabouço da qualificação sócio-profissional implementada pelo Estado brasileiro.

⁷ Informações disponíveis em WWW.pronatec.mec.gov.br. Acesso em 29/8/2014.

Além disso, segundo o IPEA (2006), a partir da Resolução nº 59/94 do CODEFAT os chamados depósitos especiais remunerados do FAT possibilitaram a implementação de políticas de geração de emprego e renda no país. Essas políticas, sistematizadas no então Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER – do governo federal, eram acessíveis, via linhas de créditos nos bancos oficiais, a setores com então nenhum acesso ao sistema financeiro convencional, como as micro e pequenas empresas, cooperativas e formas associativas de produção, além de iniciativas próprias da economia informal. Nesse sentido, ainda de acordo com o IPEA (2006) havia o Proger Urbano, para iniciativas no âmbito das áreas urbanas. Além dele, o Proger Rural, para áreas rurais, o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – Proemprego, de financiamento a empreendimentos maiores e geradores de emprego, além do Programa Nacional de Microcrédito Orientado – PNMPO –, especialmente para o financiamento de capital de giro aos micro e pequenos empresários, ponto diagnosticado como frágil no âmbito do PROGER.

Em 2003, dois novos programas foram lançados em complementação ao que já havia naquele momento em termos de políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda no Brasil. O primeiro, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para a Juventude – PNPE – foi voltado para a inserção de jovens no seu primeiro emprego formal; e o segundo, o Programa de Economia Solidária, implementado a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, visava ao incentivo aos empreendimentos autogestionários de caráter solidário, atuando com trabalhadores fora da relação de assalariamento, atuantes principalmente em incubadoras e oriundos de fóruns de articulação das redes de economia solidária.⁸

O estudo do IPEA (2006), ao historicizar políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Brasil, permite que se entenda a estrutura organizacional destas políticas, centradas no MTE, com sua implementação sendo feita de forma descentralizada e compartilhada com estados (através da rede SINE), municípios (via secretarias municipais de trabalho ou similares), trabalhadores (via sindicatos) e empresários (em suas associações classistas). Nesse sentido, a gestão administrativa, através do CODEFAT, delibera acerca da alocação dos

⁸ Informações disponíveis em WWW.mte.gov.br. Acesso em 29/8/2014.

recursos aos programas existentes, tanto no âmbito da intermediação e capacitação, como no do SD e dos projetos de geração de emprego e renda. Em suma, a partir de 1990, com a criação do FAT, o país passou a dispor de um conjunto abrangente de políticas de geração de trabalho, emprego e renda semelhante àqueles encontrados nos países desenvolvidos, mas o alcance dessas políticas, todavia, no caso brasileiro, tem sido ainda limitado, dada a natureza histórica de heterogeneidade e precariedade do seu mercado de trabalho.

Nesse sentido, ao analisar a questão do emprego na perspectiva dessa heterogeneidade, o documento do IPEA (2006) mostrou a necessidade de que se atrelasse o SPETR do país às demais políticas econômicas e sociais, além de ser urgente torná-lo algo autônomo em relação ao que se fazia nessa área em nível internacional. Isso acontece porque, naquele momento histórico, as políticas ativas pelo lado da demanda por trabalho no mundo desenvolvido não eram o núcleo central dos seus sistemas públicos de emprego; mas, ao contrário, se submetiam às políticas ortodoxas de austeridade e contenção de gastos públicos.

A partir daí, ao seguir outro caminho, o Estado brasileiro, na contramão de todas as orientações econômicas ortodoxas da época, colocou a busca pelo pleno emprego como uma meta fundamental de suas ações na área do trabalho, alavancando o potencial macroeconômico da economia brasileira no tocante à geração de postos de trabalho, bem como no tocante à qualidade dessas ocupações. Assim, tomou a iniciativa de trazer à discussão a reestruturação do SPETR nacional, propondo um modelo ainda mais participativo e descentralizado, nos moldes do que já acontece no âmbito da saúde, com o Sistema Único de Saúde – SUS, e da Assistência Social, com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Dessa forma, foi constituído, sob a coordenação do MTE, um Grupo de Trabalho - GT ampliado (englobando toda a sociedade civil organizada envolvida ou interessada no tema), responsável pela proposição de um primeiro esboço do que seria o Sistema Único de Trabalho – SUT – do Brasil. Os resultados iniciais do trabalho do GT foram sistematizados em documento que, neste instante, se encontra em fase de finalização, para ser posto à apreciação e debate públicos. Segue-se um resumo esquematizado das principais propostas do SUT, vis-à-vis, e os limites atuais do SPETR que ele se propõe a vencer.

Quadro 2 – Problemas SPETR X Soluções Propostas SUT – Brasil 2014

Problemas	SUT - Solução
<input type="checkbox"/> Organização fragmentada	✓ Organização sistêmica
<input type="checkbox"/> Celebração de convênios	✓ Instituição de Conselhos, Fundos e Planos de Ações e Serviços
<input type="checkbox"/> Recursos do convênio: transferidos + contrapartida	✓ Recursos do Sistema em cada ente: cofinanciamento, repasse fundo a fundo
<input type="checkbox"/> Gestão fechada	✓ Gestão com participação social: representantes de governo, dos trabalhadores e dos empregadores
<input type="checkbox"/> Atuação limitada a determinados campos	✓ Atuação em diversos campos
<input type="checkbox"/> Ações específicas com dificuldades de integração	✓ Ações e serviços do mundo do trabalho integrados
<input type="checkbox"/> Regramento de operacionalização e critérios de repasse unilaterais	✓ Regramento de operacionalização e critérios de repasse pactuados
<input type="checkbox"/> Elevado índice de terceirização no funcionamento dos postos	✓ Realização de concursos para contratação de servidores públicos
<input type="checkbox"/> Multiplicidade de instrumentos e prestações de contas, acompanhamento e avaliação deficientes	✓ Elimina instrumentos, racionaliza o processo de prestação de contas e prioriza o acompanhamento e a avaliação

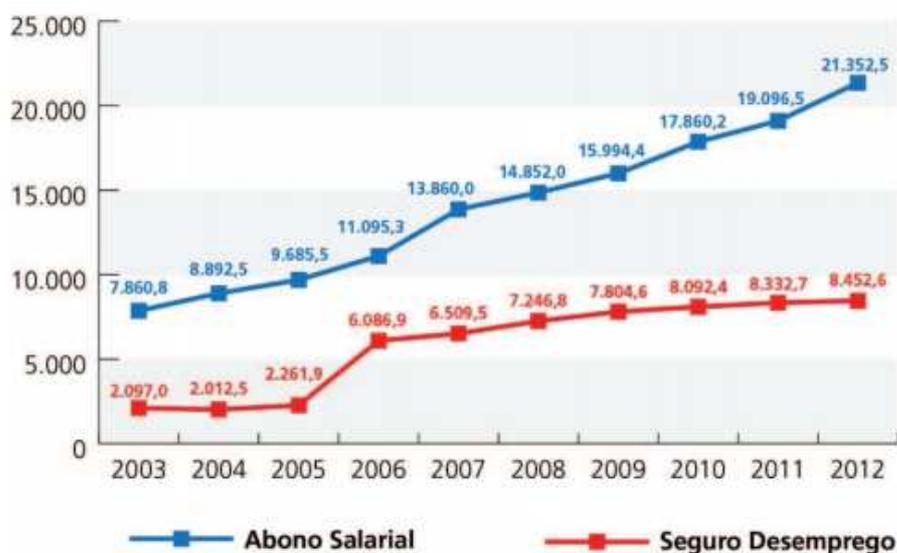
Fonte: MTE/GT-SUT. Elaboração GT-SUT. Documento em fase final de discussão.

O que se tem atualmente não é o ideal enquanto cenário tanto de pleno emprego como de uma política pública de trabalho, emprego e renda estruturada. As políticas passivas (de SD, por exemplo) e as ativas (intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional) de trabalho ainda não são suficientes para que se atinjam, no Brasil, os níveis históricos de proteção social observados nesta área nos países desenvolvidos. Porém, é inegável também que ocorreram avanços e que estes, devidamente escalonados, melhorados e adaptados às realidades locais, tanto de estados como de municípios, podem vir a ser exemplos ou perspectivas de ações públicas nesta área, uma vez adotadas pelas demais esferas públicas. A seguir, alguns dados que retratam a realidade atual no país no tocante ao seu mercado de trabalho, a partir da atuação e gestão do Estado brasileiro nos últimos anos.

No Gráfico 1 por exemplo, percebem-se os níveis de evolução em termos de quantidade de beneficiários de dois dos instrumentos de política passiva do SPETER brasileiro,

corroborando as observações já feitas aqui acerca da situação de empregabilidade no Brasil recente. Tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, o crescimento dos beneficiários do abono salarial supera o dos beneficiários do SD, denotando uma situação pró emprego, em termos de conjuntura do mercado brasileiro.

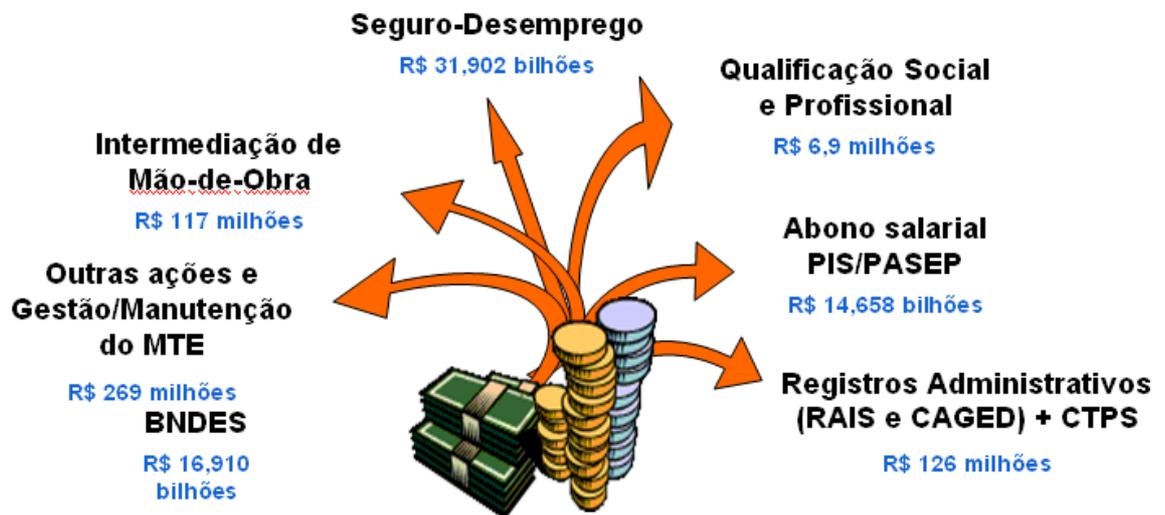
Gráfico 1 - Evolução da Quantidade de Beneficiários – Seguro Desemprego e Abono Salarial – Brasil - 2003/2012



Fonte: DES/SPPE/MTE

Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em 29/08/2014.

Figura 1 – Destino dos recursos do FAT no Brasil em 2013



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em 29/08/2014. Elaboração própria.

Apesar deste cenário mais favorável no mercado de trabalho brasileiro recentemente, o SD ainda prevalece enquanto principal destino dos recursos do FAT desde 2013, num montante dobrado em relação ao abono salarial e os pagamentos de PIS E PASEP, por exemplo, conforme a Figura 1 apresenta. Isso pode ser explicado pela característica histórica das políticas públicas passivas na área do trabalho, além de possíveis fraudes no acesso ao benefício, não obstante as tentativas do governo em diminuir essa prática atrelando o benefício à participação do beneficiário em cursos de qualificação.

A Tabela 1 a seguir apresenta dados de intermediação de mão de obra no país entre janeiro de 2013 e janeiro de 2014. À primeira vista, reconhece-se uma relativa incapacidade de recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho a partir das ações implementadas pela rede SINE nesse sentido. Entretanto, num olhar menos apressado e mais apurado sobre os números, suscitam-se, basicamente, dois questionamentos acerca dos resultados: a rede SINE é coordenada, fundamentalmente, pelos estados federados, tendo no governo federal um parceiro no tocante à implementação das políticas públicas na área do trabalho. Isso significa que não necessariamente estas ações estarão em sintonia entre os entes públicos, isso sem falar numa possível, e comum, superposição de esforços em termos das mesmas demandas locais, o que inclui também as ações de alguns poderes municipais no país.

Além da possibilidade factível dessa falta de articulação entre as esferas

governamentais, chama atenção o baixo quantitativo de vagas disponibilizado pelo setor privado, empregador dessa mão de obra. À exceção do estado do Paraná, os demais entes federados não se aproximam de atingir sequer 50% da relação vagas captadas junto aos empregadores/Trabalhadores inscritos na rede SINE, o que pode significar um aumento da relação capital intensiva no âmbito dos setores produtivos brasileiros. Isso pode inclusive ser conjugado a uma tendência de manutenção de certo nível de capacidade ociosa nesses mesmos setores como forma de alavancar seus níveis de *mark-up*, a partir do aumento do desequilíbrio entre oferta e demanda do que é produzido (típico de economias marcadas pela oligopolização).

Tabela 1 – Intermediação de Mão de Obra por UF no Brasil 2013/2014

Informações Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra - Sistema Mais Emprego MTE									
Período - Janeiro de 2013 a Janeiro de 2014									
UF	Trabalhadores Inscritos rede SINE	Vagas Captadas junto as Empregadores	Trabalhadores encaminhados para entrevista	Trabalhadores (re) colocados no mercado de trabalho	Atualização Cadastral dos Trabalhadores Inscritos SINE				
Acre	22.469	3.525	5.771	1.802	16.206				
Alagoas	96.547	33.943	45.549	20.533	64.035				
Amapá	20.118	4.063	4.775	438	13.612				
Amazonas	109.779	36.218	30.754	12.241	76.895				
Bahia	471.601	153.137	391.313	83.510	339.035				
Ceará	226.576	160.062	333.969	89.311	150.430				
Distrito Federal	214.576	67.573	147.552	16.311	98.603				
Espírito Santo	159.844	55.418	108.785	7.818	111.797				
Goiás	271.933	132.074	303.346	24.829	209.150				
Maranhão	136.752	13.960	24.015	7.595	89.123				
Mato Grosso	134.647	68.480	118.372	24.613	98.707				
Mato Grosso do Sul	108.376	57.333	145.954	21.068	76.493				
Minas Gerais	776.703	260.827	719.322	63.049	574.518				
Pará	211.052	11.865	18.572	4.395	122.427				
Paraíba	98.440	24.421	38.917	6.564	77.915				
Paraná	461.352	432.007	983.533	142.676	370.209				
Pernambuco	249.534	78.424	190.385	21.826	184.854				
Piauí	85.192	10.081	17.127	2.464	46.266				
Rio de Janeiro	610.158	351.615	383.127	42.313	261.935				
Rio Grande do Norte	89.731	10.605	25.873	2.374	70.601				
Rio Grande do Sul	450.710	188.010	437.777	55.601	373.432				
Rondônia	64.273	14.176	35.189	4.813	31.963				
Roraima	14.297	2.060	9.158	1.185	8.117				
Santa Catarina	274.845	85.038	183.060	20.168	208.793				
São Paulo	2.575.144	1.619.192	2.527.950	198.316	1.936.176				
Sergipe	82.031	6.843	20.683	1.867	50.271				
Tocantins	60.304	43.963	94.072	18.505	36.834				
Total SINE	8.076.984	3.924.913	7.344.900	896.185	5.698.397				
Total BRASIL	Inscritos + Vagas Captadas + Encaminhados + Colocados + Atualização Cadastral				25.941.379				
* Cada uma das ações resulta em um atendimento na rede SINE, portanto o total BRASIL representa o total de atendimentos									
* Dados ainda em fase de consolidação, estima-se que possam ser acrescidos em até 20% (por cento)									
Consulta executada em 05-02-2014 às 8:58h									

Fonte: MTE/SPPE/DES/CSINE. Disponível em WWW.mte.gov.br. Acesso em 29/08/2014.

Uma das soluções alternativas para este tipo de situação está retratada na Tabela 2, que apresenta dados acerca do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado entre 2008 e 2014. O crescimento deste tipo de atividade tem se dado em patamares superiores a 20% ao ano, denotando tanto sua presença relativamente recente na economia brasileira, como um maior interesse da população por esse tipo de inserção no mercado de trabalho. Percebe-se, inclusive, que é exatamente em instrumentos desse tipo, que fogem à premissa da busca pelo emprego, que ocorre a inflexão para uma política pública que busca também disponibilizar qualificadamente o trabalho enquanto um dos seus objetivos finais.

Tabela 2 – Dados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Brasil - 2008/2014

Ano	Número de Operações de Microcrédito Realizadas	Variação Anual	Valores nominais concedidos (em R\$)	Valores atualizados* concedidos (em R\$)
2008	1.280.680		1.825.147.592,77	2.658.879.491,79
2009	1.620.656	26,55%	2.323.599.790,69	3.179.025.053,38
2010	1.966.718	21,35%	2.998.623.914,48	3.940.598.390,37
2011	2.576.559	31,01%	4.098.289.416,62	5.058.427.686,40
2012	3.814.781	48,06%	6.504.785.890,40	7.568.545.328,17
2013	5.220.490	36,85%	9.406.029.533,36	10.305.314.056,40
2014 (jan-jun)	2.739.824	-	5.343.178.284,61	5.343.178.284,61
TOTAL	19.219.708		32.499.654.422,93	38.053.968.291,13

* Valores atualizados monetariamente pelo INPC/IBGE.

Fonte: MTE/SPPE/CGER/PNMPO. Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em 29/08/2014.

No que diz respeito a esta pesquisa, as realidades de Sobral e Farroupilha, em termos de mercado de trabalho, se mostram semelhantes à realidade nacional, à parte suas especificidades e ações próprias relacionadas à seara das políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Essas especificidades e características próprias são justamente o maior interesse deste trabalho, a partir do movimento realizado pela empresa Grendene em ambas as localidades. Perceber como este movimento influenciou e foi influenciado por estas peculiaridades em cada região é o que se pretende a seguir, notadamente em termos de políticas públicas de trabalho, vislumbrando, ou não, nelas um possível caráter social, e verificando as consequências disso para as respectivas sociedades.

CAPÍTULO II - MOVIMENTOS DO CAPITAL E TRABALHO: O CASO GRENDENE

2.1 – Os Incentivos Fiscais e o Caso Grendene

Nas últimas décadas, muitos estados e municípios brasileiros têm adotado a prática de concessão de incentivos como forma de atrair investimentos produtivos, especialmente os industriais. A ideia inicial seria a de responder aos entraves historicamente responsáveis, no Brasil, pela concentração espacial da riqueza no Sul e Sudeste do país. As dificuldades, nesse sentido, estariam vinculadas a fatores tais como a industrialização tardia de algumas regiões, a histórica desarticulação econômica setorial e a urbanização descontrolada, características estruturais da nossa economia.

Assim, o governo federal iniciou um movimento de transferência de recursos para estados e municípios, incluindo aí fundos para incentivos inclusive fiscais⁹ específicos, para alguns destes estados e municípios, no início dos anos 1960, sendo seguido por alguns entes federados, que criaram suas regras e programas de desenvolvimento específicos, principalmente industriais, dando origem a uma disputa, nesse momento histórico, ainda tênue e localizada, no sentido de atrair investidores. Tal movimento ficou conhecido, a partir das décadas de 1980 e 1990, como guerra fiscal (inclusive prática recentemente discutida pelo Supremo Tribunal Federal - STF).

O estado do Ceará, tido como ícone deste tipo de política pública, iniciou seu processo nesse sentido na década de 1970, com a criação do seu Programa de Desenvolvimento Industrial - PROVIN e de seu Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, com vistas a ampliar os investimentos industriais no estado. A estratégia estaria centrada na redução da carga tributária, na concessão de crédito fiscal e no apoio em infraestrutura às empresas, que, em contrapartida (assim chamada social), contribuiriam para a geração de mais empregos e

⁹ Por incentivo fiscal entende-se, segundo Sandroni (2000), subsídio concedido pelo governo, na forma de renúncia de parte de sua receita com impostos, em troca do investimento em operações ou atividades por ele estimuladas. Os incentivos podem ser diretos ou indiretos. Quando concedidos na forma de isenção do pagamento de um imposto direto, como os impostos sobre a renda, beneficiam o contribuinte; no caso de um imposto indireto, tendem a diminuir o preço da mercadoria produzida pela empresa que recebe a isenção, beneficiando também o consumidor.

aumento da renda local, alavancando, teórica e indiretamente, os indicadores sociais do estado¹⁰

A partir da década de 1990, a prática dos incentivos se disseminou por quase todo o país, a partir do movimento de descentralização de recursos promovido pela Constituição Federal de 1988. Segundo Amaral Filho (2003), a ideia seria diminuir os desequilíbrios entre estados e municípios, no sentido de melhor prover seus públicos e privados. Assim, os incentivos, do tipo fiscal, neste caso, centrados na isenção ou redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS –, os incentivos financeiros, baseados na disponibilidade, direta ou não, de recursos públicos para financiar parte ou todo o investimento privado, e os incentivos infraestruturais, ancorados na disponibilidade de bens de capital, principalmente, tornaram-se sinônimo de política pública de atração de investimentos produtivos, sob a denominação geral de incentivos fiscais¹¹.

A finalidade desses gastos seria, fundamentalmente, compensar a ausência do Estado em ações complementares de estímulo a certas áreas de uma economia ou localidade, que seriam desenvolvidas por entidades privadas civis. A guerra fiscal, que se conhece hoje, surge como consequência desse movimento, controversamente, no tocante ao desenvolvimento socioeconômico regional e nacional. Entre outros fatores, a homogeneização dos incentivos entre os entes federados faz com que o capital passe a valorizar-se sobremaneira, colocando-se em posição de buscar a melhor proposta para definir seu movimento. Isso diminui o poder estatal de negociação e o torna vulnerável, no tocante à necessidade de recursos para fazer frente a esse tipo de barganha. Ademais, com o empenho cada vez maior de recursos para incentivos desse tipo, sobra pouco para áreas de atuação pública teoricamente prioritárias em termos sociais.

¹⁰ CEARÁ – CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Disponível em www.cede.ce.gov.br>. Acesso em 14/11/2011.

¹¹ A esse respeito, no Brasil, a Receita Federal trata os incentivos fiscais como gastos tributários, que seriam desonerações tributárias correspondentes a gastos indiretos, com a intenção de aliviar a carga tributária de uma classe específica de contribuintes, de um setor de atividade econômica ou de uma região e que, em princípio, poderiam ser substituídas por despesas orçamentárias diretas. Seu objetivo seria o de promover o desenvolvimento econômico ou social por intermédio de recursos não orçamentários e por meio do sistema tributário Nesse sentido, vide: BRASIL. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA. Gastos Tributários do Governo Federal: um debate necessário. Brasília: Comunicados do IPEA, 2011.

Mancuso e Moreira (2013) ressaltam que a concessão de incentivos fiscais ao capital é ação corriqueira no Brasil. Isso ocasiona, segundo eles, renúncia de receitas significativas, as quais poderiam ser revertidas em serviços públicos. Além disso, esses mesmos autores colocam, em seu estudo a esse respeito, que o montante desses recursos, oriundos destes incentivos, têm sido subestimado num ciclo histórico recente, além de causar um prejuízo social maior que os supostos benefícios angariados pelos beneficiários das subvenções públicas. Não por acaso, concluem os referidos autores, esse tipo de ação por parte dos poderes públicos no Brasil apresentam problemas importantes desde sua formulação, passando pelas fases de implementação e avaliação, interferindo assim em qualquer possível benefício público oriundo desse tipo de proposta de política pública. Cardozo (2010) ressalta ainda a este respeito que a política pública de incentivos fiscais não necessariamente contribui para a desconcentração regional da atividade industrial, mas ao contrário, cria problemas de caráter social importantes, a depender da capacidade de atração de investimentos desta ou daquela região, o que vai de encontro ao pacto federativo brasileiro e sua tentativa de criar efeitos em sentido contrário nesse mister.

No Ceará, a intensificação e a solidificação desse movimento vão ocorrer em meados dos anos 1990, com a atualização do PROVIN, por meio do FDI¹², quando o governo local passa a adotar um projeto de ênfase na consolidação do parque industrial produtivo, com estímulo à desconcentração espacial do investimento (a interiorização da indústria). Os empréstimos (diretos e indiretos), de acordo com dados de legislação do governo do Ceará, vão ao teto de 60% do ICMS devido para empreendimentos instalados na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF –, e 75% para aqueles fora da RMF. Quanto aos prazos de gozo dos incentivos, empreendimentos a mais de 500 km da RMF têm até 180 meses, abaixo de 300 km, até 120 meses e, na própria RMF, até 72 meses¹³.

Como pré-condições para a concessão do benefício às empresas pleiteantes, destaca-se a questão da exigência de absorção intensiva de mão-de-obra e matérias-primas locais; para a exigência da produção de bens sem similares no estado; e para a (desejável) contribuição para

¹² CEARÁ – CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Disponível em www.cede.ce.gov.br>. Acesso em 14/11/2011.

¹³ CEARÁ – CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Disponível em www.cede.ce.gov.br. Acesso em 14/11/2011.

a substituição de importações pelo estado. Entre 2002 e 2003, surge uma modificação importante na filosofia do PROVIN, via FDI, passa-se a priorizar incentivos às cadeias produtivas locais, com vistas a aumentar a competitividade conjunta da indústria. O restante da lógica do programa não sofreu grandes alterações. A composição do FDI, nesse sentido, seria principalmente de recursos orçamentários, empréstimos ou recursos a fundo perdido, oriundos da União, tesouro estadual e outras entidades, contribuições e doações, bem como de outras fontes de receitas, além de receitas oriundas da aplicação de seus recursos no mercado¹⁴.

A empresa Grendene S/A, uma das maiores do setor industrial brasileiro de confecções, têxteis e calçados, operou originalmente em Farroupilha/RS desde 1971. Depois transferiu boa parte de seu parque industrial para o Ceará em meados dos anos 1990, fortemente influenciada pelos incentivos fiscais e pelo baixo custo da mão-de-obra local (GRENDENE, 2011), estando presente nos municípios de Sobral (maior unidade), Crato e Fortaleza. Com um volume de exportações significativo, cujas vendas se direcionam primordialmente para o mercado externo, passou a receber incentivos do FDI em duas modalidades: através do Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais - PROAPI, o qual corresponde a um incentivo de 11% sobre o valor *Free On Board* (FOB) das exportações realizadas e que atualmente encontra-se desativado (embora a Grendene continue a ser beneficiada, por força de legislação); e a através do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial - PROVIN, cuja unidade de Sobral tem benefício garantido até 2019, de 75% do ICMS devido, com carência de 36 meses e dívida de 1% do total. As unidades de Fortaleza e Crato têm prazos menores de carência de vigência, mas muito semelhantes (DE LUCA; LIMA, 2007).

Ainda segundo a própria empresa, a partir desses benefícios, seus resultados patrimoniais, especialmente os de receita e lucratividade, têm crescido muito satisfatoriamente ano a ano (GRENDENE, 2011). O crescimento patrimonial foi, entre 2002

¹⁴ CEARÁ – CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Disponível em www.cede.ce.gov.br. Acesso em 14/11/2011.

e 2004¹⁵, por exemplo, da ordem de, aproximadamente, 77,22%, e a receita líquida de vendas cresceu, entre 2002 e 2003, mais de 40%. O grande destaque, porém, fica por conta do crescimento do lucro líquido no mesmo período, tendo dobrado, com crescimento da ordem de 102,93%.¹⁶ Dados mais recentes¹⁷, para o período entre 2010 e 2013 confirmam o crescimento, porém em patamares menos elevados. O crescimento patrimonial foi, nesse período, da ordem de 18,56%, bem inferior, portanto. A receita líquida de vendas, por sua vez, cresceu, no último período citado, 36,32%, também em ritmo menor, ainda que próximo do crescimento no período entre 2002 e 2004. Já o lucro líquido, em comparação com o período 2002-2004, foi o item que apresentou o menor crescimento, ficando em 38,77% (GRENDENE, 2014).

Alguns outros dados chamam ainda atenção: os incentivos fiscais do FDI (PROVIN/PROAPI) correspondem a mais da metade da origem de recursos de investimento da empresa entre 2002 e 2004 (GRENDENE, 2011). Ademais, a própria empresa confirmou a importância dos incentivos fiscais para seus resultados, chamando atenção de seus novos investidores no mercado (a Grendene abriu seu capital em bolsa em 2004), para o risco de eventual perda desses incentivos e sua relação direta com ‘possível’ queda de resultados (GRENDENE, 2011). Para o período mais recente (2010-2014), entretanto, esses dados não estão disponíveis no endereço eletrônico da empresa Grendene (GRENDENE, 2014).

As informações apresentadas a partir dos dados obtidos junto à empresa Grendene, em comparação a alguns indicadores sociais referentes ao estado do Ceará e ao município de Sobral (notadamente aqueles acerca de educação e saúde), contribuem para situar o debate em torno dos custos e benefícios sociais da adoção deste tipo de política pública (atração de capitais via incentivos públicos) enquanto indutor do desenvolvimento socioeconômico de uma coletividade¹⁸.

Entre 2002 e 2004, o estado do Ceará apresentou, por exemplo, uma queda no número

¹⁵ Período que marcou a renovação do Termo de Compromisso assumido entre a empresa e o Governo do Ceará, após dez anos de adesão/instalação da Grendene no estado.

¹⁶ GRENDENE. Disponível em www.grendene.com.br. Acesso em 14/11/2011.

¹⁷ GRENDENE. Disponível em www.grendene.com.br. Acesso em 14/06/2014.

¹⁸ Os dados mencionados aqui acerca desse assunto foram colhidos, em suas fontes, no segundo semestre de 2011.

médio de aluno/turma da ordem de 3%, segundo dados do Censo Escolar 1999/2006 realizado pelo Ministério da Educação, o que indica a possibilidade de baixos níveis de investimento público nessa área. Todavia, dados mais recentes do Ministério da Educação – MEC¹⁹, mais precisamente aqueles relacionados ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, mostram uma realidade diferente. O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2007, obedecendo a uma escala que varia de zero a dez. Nesse sentido, sintetiza conceitos que buscam mensurar a qualidade da educação, tais como a aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos junto ao Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB – e a Prova Brasil (BRASIL, 2014).

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de quando foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8 registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Nesse sentido, o estado do Ceará mostrou resultados aquém daquilo que se espera para 2022 (3,5 para 2007, 4,2 para 2009 e 4,4 para 2011), porém superiores às metas projetadas para os períodos (3,2 para 2007, 3,6 para 2009 e 4,0 para 2011), de acordo com o MEC (BRASIL, 2014).

Mantendo o foco no município de Sobral, agora no tocante à saúde, entre 2002 e 2004 a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) saltou de 20,6 para 28,2, segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, denotando possível negligência quanto aos investimentos no setor, já que isto significou um salto de 8,0% para 11,7% do total de mortes registrado no Estado naquele momento. Entre 2005 e 2008, no entanto (de acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo governo estadual sobre o tema), estes números diminuiram, saindo de um patamar de 7,3% para 5,2%. Registra-se que a taxa de mortalidade

¹⁹ BRASIL Ministério da Educação – MEC. Disponível em www.portalinep.gov.br. Acesso em 14/06/2014.

infantil saltou de 17,2 para 13,9 (por mil nascidos vivos).

Já em relação ao mercado de trabalho, no mesmo período (2002/4), o número de empregados com carteira de trabalho assinada manteve-se estável, no patamar de 40% da População Economicamente Ativa - PEA do Ceará. Tal fato mostra uma estagnação no crescimento do emprego formal no período, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Para dados mais recentes, em 2011 (período mais recente disponibilizado pelo governo do estado em termos de mercado de trabalho)²⁰, o número de empregados com carteira de trabalho ficou em 34,02% em relação à PEA do Estado, numa queda de aproximadamente seis pontos percentuais em comparação ao período 2002/4 (CEARÁ, 2014). Ainda sobre o período entre 2002/4, levantamento realizado pelo Sistema Nacional do Emprego – SINE/CE mostra uma estabilização no nível do desemprego em Sobral no patamar de 12% de sua PEA²¹. Isto revela, no período, uma inconsistência entre os objetivos do FDI (crescimento da geração de trabalho, emprego e renda) com a atração da empresa Grendene e a conjuntura local. É interessante notar, sobre este aspecto, que esta estabilização, neste patamar, perdura também entre 2012 e 2013, parecendo mostrar um nível estabelecido e cristalizado no momento (CEARÁ (b), 2014).

Ainda em relação ao município de Sobral, dados do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT sobre o mercado de trabalho sobralense apontam, para o mesmo período (2008/2010), um crescimento do emprego formal da ordem de 25,79%, e de 30,73% se for considerado somente o setor da indústria de transformação, no qual se insere a empresa Grendene (SINE/IDT, 2011). Todavia, os números não se mostram positivos quando se analisa apenas o biênio 2009/10. Nesse intervalo, houve uma queda no nível de empregos formais em Sobral da ordem de 2,34%, e de 13,70% no setor da indústria de transformação (SINE/IDT, 2011). Isso parece mostrar que o agravamento da crise econômica internacional

²⁰ CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia do Estado do Ceará – IPECE. Disponível em <http://www2.ipece.ce.gov.br>. Acesso em 14/06/2014.

²¹ CEARÁ(b) Sistema Nacional de Emprego/SINE-CE. Disponível em www.sineidt.org.br. Acesso em 14/11/2011.

repercutiu imediatamente sobre o segmento trabalho em Sobral, e mais fortemente sobre a indústria de transformação local, onde está a empresa Grendene. Ademais, segundo a própria empresa, 2009 marcou o início do processo de reestruturação produtiva em termos técnico-organizacionais de seu processo de produção. Isso confirma toda a lógica do capital flexível, já discutida anteriormente. Se forem considerados os dados do período 2012 – 2013, verifica-se quase o mesmo tipo de movimento, porém em patamares diferentes. O nível do emprego formal decresceu no período algo em torno de 1%, no geral, e 2,1% na indústria de transformação como um todo (SINE/IDT, 2014).

Ainda segundo o IBGE, dados de 2009 mostram que, em Sobral, 46.209 pessoas estavam ocupadas diretamente em 3.159 unidades empresariais, Desse total, 13.000 diretamente empregadas na empresa Grendene (segundo informações da própria empresa naquele ano). Isto colocaria o mercado de trabalho sobralense muito próximo de uma situação que a teoria microeconômica chamaria de dependência estrutural, com tendência ao monopólio, especificamente no setor indústria de calçados, cujos trabalhadores são, em sua maioria, de baixa qualificação.

Por fim, estudo mais recente acerca dos efeitos da presença da empresa Grendene sobre os pequenos negócios de um bairro periférico da cidade de Sobral apontam para uma baixa influência desta sobre os empreendedores no momento da definição de começar ou não o empreendimento (TOMÁS; FARIAS, 2010), a despeito do que preconiza o Governo do Ceará no seu relatório do PROVIN/FDI, ao mencionar os possíveis efeitos positivos do Programa em termos de incremento de cadeias produtivas locais. Uma visita pessoal à empresa no ano de 2010 confirmou ainda as informações acerca do processo de reestruturação produtiva em curso na empresa. Assim e a partir de conversas *in loco* com alguns dos operários, bem como de observação direta, pôde-se perceber e visualizar a magnitude das mudanças. Era possível observar, por exemplo, marcas no chão da área fabril onde antes havia esteiras de produção, as quais foram substituídas por máquinas. Estas permitiam a produção semelhantemente ao estilo *dock assembly*, ou seja, um operário ou um grupo de operários trabalham sobre a matéria-prima que já não mais se desloca na esteira, mas gira numa espécie de assembleia ou doca, resultando daí todo um produto acabado, cuja responsabilidade de qualidade final recai sobre este operário ou grupo. Esse estilo, presente

no sistema produtivo, é conhecido como *Volvismo*. Quanto aos operários envolvidos, todos afirmaram que a atenção e o cuidado com o trabalho aumentaram, assim como a quantidade de tarefas sob sua responsabilidade também, além de ter havido demissões com a nova configuração produtiva.

Cabe lembrar ainda que as semelhanças do processo produtivo da Grendene observado em Sobral e o modelo de produção da empresa sueca Volvo estão resumidas à nova dispersão da força de trabalho da Grendene no chão de fábrica da empresa e a poucas outras variações. O caso sueco mostra, em sua concepção, um projeto organizacional que Wood Jr. (1992) chamou de projeto holográfico, em que o todo era feito em cada parte; havia a criação de conectividade e redundância no ambiente produtivo, além de especialização e generalização simultâneas; bem como a capacidade de auto organização, características inexistentes na planta da empresa Grendene, em princípio. No caso da Volvo, explica Wood Jr. (1992), o objetivo seria o de dotar a organização do máximo de flexibilidade e capacidade de inovação, algo que não se pode observar de todo em Sobral, ainda que os resultados da empresa Grendene nos primeiros anos de funcionamento tenham sido considerados, por ela própria, como altamente positivos.

Quando se trata de gestão e organização do trabalho, as diferenças entre ambas as plantas produtivas tornam-se ainda mais distantes. A Volvo, em sua planta da cidade sueca de Uddevalla, prima pela flexibilidade funcional na organização do trabalho, buscando o que ela chama de democratização da vida no trabalho (WOOD Jr, 1992). De acordo com informações da empresa, esta planta, que iniciou suas atividades em 1988, foi concebida levando em consideração a presença humana, o que acarretou em níveis baixos de ruídos, ergonomia constante em todo o processo produtivo e qualidade do ar minimamente aceitável no âmbito da fábrica (WOOD Jr, 1992). Ademais, a planta em questão combina centralização com automação do sistema de manuseio de materiais, utilizando para isso força de trabalho altamente especializada num sistema completamente informatizado e de tecnologia flexível (WOOD Jr, 1992). Ora, em já mencionada visita à Grendene em Sobral, observou-se justamente o oposto disso, ou seja, níveis de ruído excessivos no chão de fábrica; pouca ou nenhuma preocupação com questões de ergonomia e qualidade geral do ambiente de trabalho aquém das que seriam consideradas desejáveis. Há, sim, uma especialização do operário no

processo produtivo da Grendene, especialmente durante a utilização do modelo semelhante ao sueco, mas essa especialização se dá em níveis inferiores, estando mais próxima do tipo especialização em determinada tarefa de acordo com o taylorismo-fordismo, distanciando do modelo da Volvo.

Segundo ainda Wood Jr. (1992), a organização do trabalho na Volvo, baseada em grupos, mostra operários transformados de montadores de partes em construtores de veículos. Cada grupo monta um carro completo num ciclo de duas horas (WOOD Jr, 1992), o que obviamente não é o caso na Grendene, onde os operários dificilmente têm uma noção completa e sistêmica do processo produtivo em questão. Nota-se também, no processo sueco, a forte presença sindical, participando no acordo com a empresa para a efetivação do projeto, no sentido de garantir o compromisso da empresa como os conceitos de grupos autônomos de produção e o conseqüente enriquecimento das funções (WOOD Jr, 1992). Novamente não é o que se vê na Grendene, já que o sindicato dos trabalhadores calçadistas em Sobral parece manter uma relação de proximidade excessiva com a empresa em detrimento dos interesses de classe dos trabalhadores. Chama ainda atenção ainda o referido autor para o fato de que Uddevalla situava-se, à época da instalação da Volvo na localidade, numa região em processo de declínio econômico na Suécia. Isto levou o governo sueco a oferecer ajuda financeira à empresa para a instalação da nova planta produtiva e o sindicato foi envolvido desde o início no processo. Foram estabelecidas quatro condições para que se desse o acordo: o processo de montagem deveria ser estacionário; os ciclos de trabalho deveriam ter no máximo 20 minutos; as máquinas não poderiam fixar o ritmo; e a montagem não deveria exceder 60% do tempo total de trabalho dos operários (WOOD Jr, 1992). Aqui há uma clara semelhança entre as duas realidades mas apenas na superfície da questão, já que em Sobral nem o sindicato opinou no momento da instalação da empresa na região, como também o poder público local apresentou poucas exigências ao capital, as quais inclusive teriam sido facilmente equacionadas entre as partes para o fechamento do acordo.

Esses fatos todos somados contradizem todo o discurso tanto do poder público cearense como da própria empresa, no sentido da obtenção de resultados única e necessariamente positivos para todos os envolvidos no processo, a partir da estratégia adotada. A empresa obteve seu patamar de lucratividade satisfatório (nas suas próprias

palavras); o poder público provavelmente não arrecadou os impostos correspondentes a esse crescimento do capital e, conseqüentemente, não obteve arrecadação pela via indireta do crescimento do mercado de trabalho local, que estaria baseado no consumo; e os trabalhadores viram seus postos de trabalho reduzidos aproximadamente na mesma proporção do crescimento dos lucros da empresa.

Assim, percebe-se, a partir dos dados preliminares levantados, que o modelo de desenvolvimento local adotado pelo governo do estado do Ceará é no mínimo, discutível, especialmente sob o olhar das políticas públicas e das políticas públicas sociais. A forma como se dá a inserção de empresas como a Grendene nesse modelo ao mesmo tempo em que chama atenção pela grandeza dos números que apresenta, também suscita dúvidas diversas, as quais perpassam, principalmente pela efetividade, em termos sociais, de sua presença.

2.2 – O PROVIN/FDI como instrumento de política pública social: caracterizando o “modelo” do caso Grendene

Uma análise preliminar da questão, sob a ótica da teoria crítica da Política Social, sugere que a avaliação do PROVIN/FDI enquanto programa público de caráter social deva ser feita com base em parâmetros que considerem não só indicadores macroeconômicos, mas igualmente, elementos que apontem para o efetivo caráter social (ou não) de seus resultados. A descrição feita a seguir, busca esse caminho, procurando enumerar os elementos que possam servir de base a uma análise mais criteriosa nesse sentido.

O PROVIN/FDI, enquanto programa central de uma política pública pretensamente social tem por objetivo, segundo o Governo do Estado do Ceará, fomentar e estruturar o parque industrial do estado, compreendendo ações voltadas para a atração seletiva de investimentos industriais, visando à formação e ao adensamento das cadeias produtivas selecionadas e a formação de aglomerações espaciais. Visa ainda disponibilizar a infraestrutura necessária para a implantação e pleno desenvolvimento da atividade produtiva, através inclusive de treinamento e capacitação de mão-de-obra. Trata-se, assim, de incentivos a pessoas jurídicas empresárias ou cooperativas, de caráter industrial, que se instalem ou, se já instaladas, venham a se expandir no Estado do Ceará, consideradas, discricionariamente, de fundamental interesse para o desenvolvimento econômico local, o que confere ao referido

programa um caráter de seletividade na concessão dos benefícios e incentivos previstos (CEARÁ, 2011).

Tais incentivos se apresentam nas seguintes formas: aquisição e alienação de ações, debêntures conversíveis ou não em ações e de cotas de capital de sociedades empresárias estabelecidas no Estado do Ceará; concessão de empréstimos a médio e longo prazos, inclusive com subsídios sobre o principal e encargos financeiros, e a prestação de garantias às sociedades empresárias com estabelecimento situado no Estado do Ceará; concessão de subsídios de tarifas de água e de esgoto às sociedades empresárias com estabelecimento situado no Estado do Ceará; concessão de incentivos fiscais relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (através da dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo devedor mensal do imposto, com dedução de percentual dessa parcela, no caso de liquidação do débito até a data do vencimento da dilação, do diferimento do momento de pagamento total ou parcial do imposto, com dedução de percentual total ou parcial do montante diferido, no caso de liquidação do débito até a data do vencimento do diferimento, da concessão de crédito fiscal presumido e de redução da base de cálculo do imposto); concessão de incentivos financeiros relacionados ao ICMS, com a concessão de empréstimos, a médio e longo prazo, inclusive com subsídios sobre o principal e encargos financeiros.

Nessas operações o percentual do empréstimo ou do incentivo não poderá ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS próprio gerado pela sociedade empresária beneficiária, exceto para os seguintes segmentos: extração de minerais metálicos; fabricação de produtos de minerais não metálicos; fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; fabricação de automóveis, caminhonetas, utilitários, caminhões e ônibus; fabricação de produtos químicos; indústria têxtil; e fabricação de calçados (CEARÁ, 2011).

No tocante ao aspecto da legalidade, o PROVIN/FDI, está descrito na Lei no. 10.367, de 07/12/1979 e as alterações e sua regulamentação encontram-se no Decreto no. 29.183 de 08/02/2008. O programa prevê ainda, como requisito básico para a concessão dos benefícios previstos, a regularidade fiscal prévia por parte dos pretendentes beneficiários junto ao fisco Estadual (CEARÁ, 2011).

No que concerne à continuidade do programa, este prevê um prazo máximo de concessão dos benefícios de cinco a dez anos (de acordo com critérios do PROVIN/FDI de

pontuação)²², prorrogáveis por igual período, atendidas as prerrogativas da legislação, que englobam exigências quanto à geração de emprego, ao custo da transação, à localização do empreendimento, a distância em relação à capital do Estado, à responsabilidade social, cultural e ambiental, às atividades de pesquisa e de desenvolvimento, e à adequabilidade à base de produção regional (CEARÁ, 2011). Nesse sentido, esta continuidade representaria um avanço na consolidação de setores econômicos considerados estratégicos pela administração estadual.

No tocante à abrangência dos benefícios, aspecto que revela o alcance da política ou programa a ser analisado, autoras como Boschetti (2009) chamam atenção para o fato de que esse indicador deve estar sempre relacionado ao universo a que a política ou programa se destina. Os benefícios previstos no PROVIN/FDI têm abrangência direta junto às pessoas jurídicas de caráter industrial que venham a se instalar ou a expandir atividades no Estado do Ceará, dentro das prerrogativas, já mencionadas, do programa. Ademais, indiretamente, o PROVIN/FDI pretende contemplar o mercado produtivo e o mercado de trabalho no Ceará, com abrangência focalizada e seletiva, atingindo diretamente os agentes inseridos nesses mercados (CEARÁ, 2011).

Já em relação aos critérios de acesso aos benefícios de uma política ou programa social, estes revelam, ainda segundo Boschetti (2009), a capacidade de inclusão ou exclusão a eles – os programas - por parte dos beneficiários. Quanto mais rigorosos esses critérios, mais focalizada e seletiva tende a ser a respectiva política. Assim, para ter acesso aos benefícios do PROVIN/FDI, o potencial beneficiário deve seguir procedimento específico, previsto na legislação que institui e regulamenta o programa. Nesse sentido, é necessário que o interessado requeira, através de formulário próprio, sua inserção no programa, submetendo para tanto um projeto de viabilidade econômico-financeira do empreendimento correspondente. Esta submissão, cuja conformação está prevista e descrita na legislação mencionada, deve se direcionar ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE que o submeterá ao órgão gestor do PROVIN/FDI, sendo este encarregado de examinar

²² Mais detalhes em CEARÁ – CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em www.cede.ce.gov.br. Acesso em 14/11/2011.

as demandas de incentivos sob os seguintes critérios: discriminação de enquadramento do pleito; discriminação do tipo de operação; justificativa e estudo de viabilidade, abrangendo aspectos econômicos, financeiros, administrativos e jurídicos (CEARÁ, 2011).

Em se tratando das formas e mecanismos de articulação com outras políticas sociais, cada programa ou política social se destina a situações específicas, o que torna importante identificar possíveis articulações e complementaridades entre as políticas existentes, facilitando uma avaliação acerca das possibilidades do poder público em assegurar os direitos básicos de cidadania à população envolvida (BOSCHETTI, 2009). No tocante ao PROVIN/FDI, pode-se vincular (direta ou indiretamente) seus objetivos à política fiscal de desenvolvimento econômico e social, de trabalho e do meio ambiente. Em relação à política fiscal, a questão da preocupação quanto à regularidade junto ao fisco estadual mostra a identificação do programa com o princípio da anterioridade da política pública. No que concerne ao mercado local de trabalho, há a referência quanto à obrigatoriedade de estipulação de metas de geração de empregos enquanto parâmetro de avaliação da proposta do beneficiário. O desenvolvimento econômico e social está contemplado na preocupação com os tipos e natureza das atividades produtivas a serem desenvolvidas a partir dos benefícios previstos pelo programa, as quais devem priorizar as consequências sociais diretas e indiretas junto à população local. Ademais, a estipulação de metas fiscalizáveis de volume de investimentos e custos de frete, para o período de vigência do contrato, sugere atenção para a questão do desenvolvimento do setor industrial (CEARÁ, 2011).

Quanto à configuração do financiamento e gasto de uma política social e especialmente em relação às suas fontes de financiamento, Boschetti (2009) afirma que analisar esses elementos torna-se útil para a compreensão de seus impactos na natureza e alcance dos direitos a que se destina, partindo de sua estrutura orçamentária. Fagnani (1998), por sua vez, chama atenção para o fato de que tal análise pode contribuir para definir a existência, a concepção, a efetivação e a extensão das políticas sociais. No âmbito do PROVIN/FDI, o Decreto no. 29.183, que o regulamenta, afirma, em seu artigo 5º, que os recursos necessários à implementação do sistema de incentivos do programa são aqueles que o constituem, ou seja, são de origem orçamentária; são empréstimos de recursos a fundo perdido oriundos da União, Estado e outras entidades; são contribuições, doações, legados e outras

fontes de receitas que lhe foram atribuídas; ou são receitas decorrentes da aplicação de seus recursos (CEARÁ, 2011).

No tocante aos incentivos do tipo fiscal, faz-se necessário definir o caráter da fonte do financiamento, se regressivo ou progressivo, a fim de que se esclareça tratar-se ou não de renúncia fiscal por parte do Estado ao conceder o benefício. Nesse sentido, se a redução de alíquota do referido imposto for considerada uma renúncia de arrecadação por parte do Estado, caracteriza-se o caráter regressivo da referida fonte, uma vez que transfere o ônus do financiamento para os demais contribuintes que não têm as alíquotas de seus impostos diminuídas. E mais, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, qualquer redução na arrecadação decorrente de incentivos fiscais deve ter seu impacto mensurado e compensado por outros meios, tais como a elevação de outros tributos ou o aumento da base de contribuintes (ROSSI; TOLEDO Jr., 2005). Ademais, ainda onera a todos os cidadãos, contribuintes ou não), que vêem a arrecadação diminuir, diminuindo também seu poder de resposta quanto às demandas sociais inerentes a um estado como o Ceará, prejudicando a população menos protegida socialmente, na medida em que aprofunda a concentração de renda e aumenta as desigualdades sociais.

Em contrapartida, se a redução de alíquota não é considerada renúncia fiscal, mas um fator de atração e alavancagem de investimentos produtivos para o Estado, tem-se uma situação inversa, ou seja, de progressividade da fonte de financiamento do benefício. Isso ocorre porque há incremento no nível da atividade produtiva, gerando um ciclo virtuoso de produção, remuneração e consumo, apontando para uma potencial elevação da arrecadação. Além disso, a simples inclusão de beneficiários no programa gera um adicional de receita ao fisco que não aconteceria caso os incentivos não fossem concedidos (atração de novas empresas/estímulo ao crescimento das empresas já instaladas). Esta última (não renúncia) é, inclusive, a posição oficial do Estado do Ceará nesta questão (CEARÁ, 2011).

No que diz respeito à direção dos gastos, Boschetti (2009) afirma que este indicador significa a análise da aplicação dos recursos de uma política ou programa social no sentido de se verificar o grau de prioridade, segmentando essa prioridade por regiões e relacionando com as necessidades e índices socioeconômicos locais. No tocante ao PROVIN/FDI, cujas características de financiamento foram explicitadas, pode-se afirmar que a ideia do benefício é

a de ser um instrumento de atração de investimentos produtivos que venham a fortalecer ou consolidar o mercado produtivo local, incrementando, indiretamente, o mercado de trabalho. Isso se daria via geração de emprego e renda, a partir do estabelecimento prévio de metas a serem alcançadas por parte das sociedades empresárias beneficiadas. O Decreto no. 29.183, que regulamenta o FDI, menciona, ainda, em seu artigo 2º, a formação e o adensamento das cadeias produtivas selecionadas e a formação de aglomerações espaciais, além da disponibilização da infraestrutura necessária para a implantação e pleno desenvolvimento da atividade produtiva, através inclusive de treinamento e capacitação de mão-de-obra. Todas essas possíveis ações estão diretamente vinculadas à atração e posterior ação empresarial. Nesse sentido, o documento de revisão do Plano Plurianual 2008/2011 do Governo do Estado do Ceará é bastante claro ao salientar que o objetivo do Programa é executar a política de incentivos fiscais concedidos, através do PROVIN/FDI, visando ampliar a base industrial do Estado, sendo os empresários interessados em investir no Ceará, seu público-alvo (CEARÁ, 2011).

A magnitude dos gastos é o indicador que verifica, segundo Boschetti (2009), o volume de investimentos feitos nas políticas ou programas sociais, analisando se houve manutenção, crescimento, redução ou realocação de recursos, o que explicita seu comportamento ao longo do tempo. Nesse mister, entre os anos de 2008 e 2010, o PROVIN/FDI mostrou uma diferença da ordem de 30% (trinta por cento) entre o que foi orçado inicialmente enquanto dotação orçamentária para o Programa e o que foi efetivamente pago, conforme mostra a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Orçamento do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI Ceará - 2008/2010

<i>Programa</i>	<i>Ano</i>			<i>Variação</i>
	2008	2009	2010	
PROVIN/FDI				%
Orçamento (R\$)	119.540.000,00	113.275.387,54	464.000,00	29,34%
Autorizado (R\$)	103.566.686,92	102.528.387,54	71.674.001,32	30,79%
Empenho (R\$)	101.784.710,05	77.331.615,31	70.967.372,41	30,28%
Pago (R\$)	101.784.710,05	73.512.549,72	70.967.372,41	30,28%

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD 2008/2009/2010 – Governo do Estado do Ceará.

Elaboração própria (valores atualizados).

Já em relação à arrecadação total do Estado e à arrecadação de ICMS, para o mesmo período, notam-se magnitudes muito próximas. Isso denota a relativa importância do volume de recursos do programa em relação à arrecadação do Ceará, além da proximidade entre o total arrecadado e o total de receita proveniente do ICMS, conforme mostra a Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Participação FDI na arrecadação total e arrecadação ICMS Ceará - 2008/2010

<i>Ano</i>	<i>FDI (Pago) (R\$)</i>	<i>ICMS Arrecadado (R\$)</i>	<i>Arrecadação Total (R\$)</i>	<i>FDI/ICMS (%)</i>	<i>FDI/Arrecadação Total (%)</i>
2008	101.784.710,05	5.641.428.300,26	5.960.807.995,05	1,80%	1,71%
2009	73.512.549,72	5.517.929.548,03	5.857.358.695,81	1,33%	1,26%
2010	70.967.372,41	6.492.061.029,62	6.871.484.903,30	1,09%	1,03%

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD 2008/2009/2010 – Governo do Estado do Ceará.
Elaboração própria (valores atualizados).

Comparando-se as magnitudes dos orçamentos do PROVIN/FDI com os orçamentos das áreas de educação e saúde para o mesmo período, percebe-se uma maior relevância do orçamento do FDI em relação aos demais – trata-se de um único programa em comparação com dois dos orçamentos mais importantes de um estado de economia pouco dinâmica –, conforme Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Magnitude orçamento FDI em relação aos orçamentos da Educação e Saúde Ceará - 2008/2010

<i>Ano</i>	<i>FDI (Pago) (R\$)</i>	<i>Orçamento Educação (Pago) (R\$)</i>	<i>Orçamento Saúde (Pago) (R\$)</i>	<i>FDI/EDUCAÇÃO (%)</i>	<i>FID/SAÚDE (%)</i>
2008	101.784.710,05	2.638.821.357,00	749.981.970,80	3,85%	13,57%
2009	73.512.549,72	2.793.871.120,00	890.320.079,20	2,63%	8,25%
2010	70.967.372,41	3.311.648.711,00	1.099.645.052,00	2,14%	6,45%

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD 2008/2009/2010 – Governo do Estado do Ceará.
Elaboração própria (valores atualizados)

Dados do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará –

CEDE – apontam, no ano de 2008, para um total de 14 empresas implantadas a partir do FDI, as quais geraram um total de 1.445 empregos diretos. Se dividirmos o valor do FDI pago em 2008 pelo número de empresas implantadas segundo o CEDE, teremos um valor médio de incentivo da ordem de aproximadamente R\$ 6.000.000,00/empresa, e em torno de 100 empregos criados por empresa, totalizando um custo por emprego da ordem de R\$ 60.000,00.

Por fim, no que concerne à gestão e controle sócio-democrático das políticas sociais e, especificamente, quanto às relações entre as esferas governamentais, nesse sentido, Boschetti (2009) afirma que o objetivo deste indicador é verificar os papéis assumidos em cada uma das esferas governamentais no tocante ao objeto da política ou programa avaliado. Dessa forma, observa-se se há respeito à descentralização na formulação e na execução da política ou programa; a quem cabe a delimitação de normas e a responsabilidade de financiamento; se há superposição de ações e competências; se há estrutura institucional adequada e necessária à implantação da política ou programa. A administração do FDI cabe ao seu órgão gestor, segundo critérios propostos pelo CEDE e pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará – CEDIN, que é um colegiado de deliberação superior e de definição normativa da política de incentivos sendo presidido pelo Governador do Estado e integrado pelo Presidente do CEDE, pelos Secretários de Estado da Fazenda, do Planejamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, e pelo Presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE. Além do CEDIN, foi instituída a Comissão Técnica do FDI, com a finalidade de proceder a avaliação econômica, financeira, operacional e tributária dos projetos apresentados pelas sociedades empresariais interessadas em investir no Ceará, bem como gozarem dos benefícios disciplinados na legislação do FDI. Ambos os grupos têm hierarquia e competências legalmente definidas, previstas no Decreto no. 29.183, de 08/02/08, que regulamenta o FDI (CEARÁ, 2011).

No tocante à relação entre estado e organizações não governamentais, Boschetti (2009) recomenda a avaliação e a compreensão da relação existente entre os órgãos públicos e as organizações não governamentais que atuam na implementação da política ou programa avaliado. No caso do PROVIN/FDI, não há nenhuma referência da participação de organizações não governamentais na implementação do Programa (CEARÁ, 2011).

Já em termos de participação e controle sócio-democrático há, segundo a referida

autora, a necessidade de análise quanto aos mecanismos de controle de que dispõe a sociedade civil para acompanhar o andamento dos programas e políticas avaliados. Nesse sentido, visa discutir as atribuições dos movimentos sociais e conselhos de gestão que porventura participem deste processo avaliativo. A legislação que estabelece e regulamenta o PROVIN/FDI não faz previsão alguma no sentido da participação e controle social do Programa. Assim, do ponto de vista da ação popular, não há qualquer participação da sociedade quanto à definição de agenda, ao planejamento, ao acompanhamento e à fiscalização do Programa. Apesar de previsto e orçado nas contas públicas do Estado, este não dispõe de um instrumento como o orçamento participativo, restringindo a observação e a avaliação popular ao seu chamado portal da transparência, no seu *web site* (CEARÁ, 2011).

No tocante à composição e confronto das forças políticas inseridas no contexto do PROVIN/FDI, percebe-se um amplo apoio ao programa por parte de entidades classistas empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, além de parte crescente do movimento sindical local (observação direta, *in loco*), no caso o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Sobral/CE, numa postura que Alves (2005) denomina de cooperação conflitiva, em lugar da confrontação direta, como já mencionado aqui.

2.3 – Processo Metodológico da Pesquisa

A intenção desse estudo foi analisar principalmente dois aspectos: identificar as causas e consequências sociais da migração do setor de produção da empresa Grendene de Farroupilha para Sobral em ambos os municípios, além de verificar possíveis alternativas a este modelo de desenvolvimento de tipo local, também em ambas as localidades. Toda a análise ocorreu a partir da visão dos agentes envolvidos, notadamente acerca do caráter da política pública de atração de investimentos privados adotada pelo Estado do Ceará. A ideia foi verificar, a partir da análise dos aspectos mencionados, primeiramente em Sobral, a pertinência da política pública de atração de investimentos industriais do Estado do Ceará enquanto política pública social, bem como a (possível) contrapartida dessa política no âmbito do município de Farroupilha.

Realizou-se, assim, estudo de caso nos moldes do que define Yin (1989), já descrito neste trabalho, em que se analisou, de forma mais aprofundada, a situação específica relativa

ao movimento feito pela empresa Grendene, ao sair de Farroupilha para Sobral. Além das entrevistas, buscou-se, tanto no levantamento bibliográfico quanto na análise documental, uma compreensão mais ampla acerca das conjunturas envolvidas nesse processo. Por fim, o uso do método da observação direta, durante a visita *in loco* às duas comunidades onde se deu o referido movimento, mostrou-se importante no tocante a esta mesma compreensão (NEVES, 1996). Assim, espera-se que os resultados obtidos, ao serem analisados em conjunto, forneçam um panorama elucidativo acerca do movimento em questão.

Este estudo encaixa-se no âmbito da pesquisa quanti-qualitativa, busca entender as mudanças ocorridas tanto em Sobral como em Farroupilha, a partir da política pública mencionada que propiciou o processo migratório da empresa Grendene, tendo como base a experiência e interpretação dos agentes diretamente envolvidos no fenômeno (empresa Grendene, trabalhadores e poderes públicos locais), além de dados quantitativos localizados em fontes primárias e secundárias.

Numa primeira fase do trabalho de campo nas duas localidades, a questão da pesquisa estabelecida foi ‘se a política pública de atração de investimentos industriais privados do estado do Ceará é, necessariamente, uma política social’? A partir deste questionamento buscou-se levantar o entendimento existente pelas partes envolvidas na questão. O governo do estado do Ceará, por exemplo, respondia, e responde ainda, à questão de forma afirmativa, justificando-se pelos indicadores de emprego, renda e consumo, que afirma ter melhorado sobremaneira a partir da adoção deste modelo de desenvolvimento local. Percebeu-se, entretanto, que esta resposta tinha se tornado lugar comum entre os demais agentes envolvidos nesse processo, capitalistas e trabalhadores. Quanto aos primeiros, nenhuma novidade, uma vez que, claramente, trata-se de argumento a lhes favorecer. Isso corrobora seus interesses de crescimento da taxa de lucro e produtividade do seu negócio, à custa da exploração da força de trabalho posta à sua disposição, além das demais benesses que lhes são oferecidas pelo Estado. No tocante aos trabalhadores, esse tipo de incorporação de valor é essencialmente questionável, apesar das aparências indicarem também fator de positividade a esses agentes.

Nesse sentido, a pesquisa foi redimensionada e decidiu-se pela análise dos fatos, ou seja, das categorias políticas públicas e políticas públicas sociais, considerando que a confrontação entre as realidades de Sobral e Farroupilha pudesse ser um retrato dessa

conjuntura de oposição. Esse passou a ser então o maior objetivo da pesquisa, ou seja, entender a relação que há entre políticas públicas e os movimentos do capital, a partir do caso Grendene.

As questões surgidas quando do levantamento bibliográfico foram incorporadas na fase posterior da pesquisa, momento em que foram feitas as entrevistas. Isso se deu a partir da exploração de aspectos interpretativos e subjetivos da migração com os participantes-chaves, tanto dos poderes públicos locais envolvidos (Sobral/CE e Farroupilha/RS), como com o representante da empresa Grendene, além da representação sindical dos trabalhadores em ambas as localidades.

A unidade primária de análise desta pesquisa é a empresa Grendene, inserida em duas realidades locais distintas, porém relacionadas pela sua presença e atuação como agente produtivo importante. São elas, a cidade de Sobral, localizada no Estado do Ceará, e para onde a empresa fez, em 1994, um percurso migratório importante, envolvendo quase que a totalidade de seu parque produtivo; e Farroupilha, sede original da referida empresa e que se mantém como o local de sua administração central, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Os sujeitos participantes desta pesquisa são todos aqueles inseridos direta ou indiretamente no processo de migração da empresa Grendene. Nesse sentido, representantes da empresa, trabalhadores e seus sindicatos e poderes públicos locais tornam-se as fontes de informação do estudo.

No tocante às entrevistas, estas foram aplicadas junto aos interlocutores tanto das administrações públicas locais (em cada uma das localidades) – ligadas preferencialmente à área de políticas públicas; sindicatos de trabalhadores (um em cada localidade); e um representante da empresa Grendene, perfazendo um total de cinco entrevistas. Em Sobral/CE ocorreu um fato interessante: a empresa dificultou bastante a obtenção de declarações a partir de um de seus representantes, vetando, no final, sua participação. Assim, como solução, foi ouvido um ex-funcionário da empresa, recém-desligado por iniciativa própria e que serviu de *proxy* em relação à voz da empresa (naquele instante não havia sido feito contato com a empresa em Farroupilha/RS com o intuito de lhe solicitar a entrevista, o que ocorreu e chegou a bom termo, pois a empresa se fez ouvir na sua sede).

A partir desta fase da pesquisa foi necessária a identificação dos respectivos guardiões

das informações, os *gate keepers*²³ (diretores sindicais, representantes da empresa e agentes públicos locais), o que facilitou o acesso a essas fontes de dados. Ademais ajudou também no acesso aos locais de levantamento em ambas as localidades (a empresa, as administrações públicas locais e os eventuais espaços de encontro dos trabalhadores fora da empresa), O quadro a seguir resume os aspectos metodológicos da pesquisa realizada.

Quadro 3 – Resumo da estratégia metodológica para elaborar o estudo de caso

TÉCNICA	INSTRUMENTO	INTERLOCUTORES	OBJETIVO
Entrevistas	Roteiro de Entrevistas	Representantes da empresa, de ambos os poderes públicos e de ambos os sindicatos locais (<i>Gate Keepers</i>)	Inferir sobre a interpretação destes agentes acerca do fato estudado
Observação Direta	Diário de Campo	Agentes envolvidos direta ou indiretamente no processo	Perceber a dinâmica das comunidades envolvidas a partir do movimento estudado
Análise documental	Lista de Informações de afinidades com o tema	Publicações físicas e digitais diversas	Colher informações secundárias relacionadas ao fato estudado

Elaboração própria.

Todos os sujeitos envolvidos na pesquisa foram esclarecidos sobre o objetivo e riscos associados ao projeto. Todos os participantes foram solicitados a informar seus consentimentos com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo este um requisito para o desenvolvimento do trabalho²⁴. Segundo Nogueira e Da Silva (2012), pesquisas desse tipo envolvem riscos, especialmente para aqueles em situação de maior fragilidade social. Assim, trabalhadores cujos vínculos empregatícios apesar de formais não forem estáveis, bem como agentes públicos locais (em função das questões de ordem política), deverão ter suas identidades mantidas em sigilo, o que protegerá sua identificação e

²³ Termo em inglês utilizado na literatura científica para denominar aqueles sujeitos que supostamente detêm as informações acerca do objeto da pesquisa.

²⁴ Os modelos dos referidos TCLE's estão anexados a este documento, e os originais assinados encontram-se em poder do autor.

evitará possível perseguição política ou demissão no trabalho.

Com relação às entrevistas, estas foram agrupadas por segmento, a partir dos sujeitos envolvidos. Pretendeu-se dar voz à empresa Grendene, aos sindicatos de trabalhadores e aos poderes públicos locais em separado, para, em seguida, confrontá-las, buscando identificar confluências e divergências e assim obter uma visão geral acerca das semelhantes ou diferentes percepções existentes acerca do fenômeno. Nesse sentido utilizou-se, como ferramenta inicial de transcrição, a microanálise dos dados (as primeiras feitas linha a linha), na busca pelas categorias de codificação. Além disso, a manutenção de um diário de pesquisa, alimentado por notas de campo, facilitou a compreensão do fenômeno em questão.

Com isto, buscou-se um melhor entendimento acerca do fenômeno migratório estudado e, assim, uma interpretação fiel acerca das realidades envolvidas, verificando, ou não, o caráter social deste tipo de política pública de atração de investimentos privados, bem como as possibilidades de contraponto a ela, conforme se vê a seguir.

2.4 – Análise prévia das conjunturas

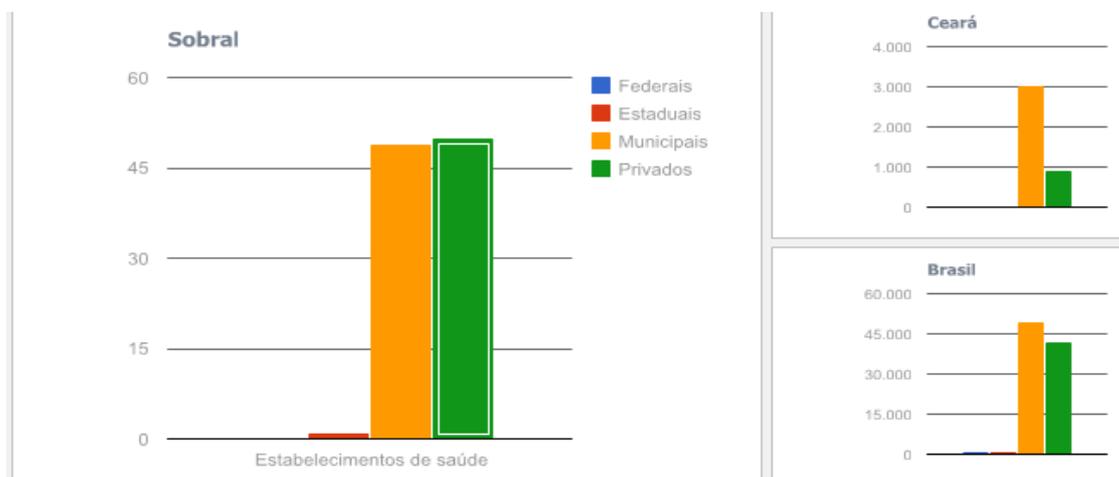
2.4.1 – Sobral/CE

As origens de Sobral remontam ao primeiro quartel do século 18, quando fugitivos de invasores estrangeiros do litoral do Nordeste se embrenhavam pelo interior cearense, instalando-se às margens dos rios Jaguaribe e Acaraú. Distrito criado com a denominação de Sobral, por provisão de 30-08-1757. Elevado à categoria de vila com a denominação de Sobral, em 05-07-1773, segundo outra fonte a vila de foi criada por carta régia de 22-06-1766. Sede na povoação de Caiçara, desmembrada da antiga vila de Fortaleza. Elevado à condição de cidade com a denominação de Januária de Acaracu, pela lei provincial nº 222, de 12-01-1841. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 12 distritos: Sobral, Aprazível, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, Patriarca, São José do Torto e Taperuaba. Pela lei municipal nº 395, de 20/02/2003, é criado o distrito de Patos e anexado ao município de Sobral. Em divisão territorial datada de 2005, esse município é constituído de 13 distritos: Sobral, Aprazível, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Patos, Rafael Arruda, Patriarca, São José do Torto e Taperuaba.

Segundo dados do último Censo 2010 realizado pelo IBGE, Sobral tem uma população

de 188.233 habitantes, tendo sido estimada uma população de 197.663 para o ano de 2013. Sua área territorial é de 2.122,897 Km², com uma densidade demográfica de 88,67 hab/Km². Ainda de acordo com o Censo 2010, são 69 estabelecimentos de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS em Sobral; seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,714; foram realizadas, em 2012, 32.348 matrículas no ensino fundamental e 12.584 no ensino médio; em termos de índices de economia, são 47.624 pessoas ocupadas, e um Produto Interno Bruto – PIB – per capita (a preços correntes de 2011) de R\$ 12.774,81, um valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes, na zona rural de R\$ 158,57 e na zona urbana de R\$ 310,00, um valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio, na zona rural de R\$ 729,33 e na zona urbana de R\$ 1.803,20; há uma população residente no município de 188.233 pessoas, sendo 91.462 homens e 96.771 mulheres; desta população residente, 147.973 pessoas são alfabetizadas, e 68.156 frequentavam creche ou escola. Esses dados estão resumidos nos gráficos e tabelas a seguir.

Gráfico 2 - Estabelecimentos de Saúde em Sobral/CE 2010

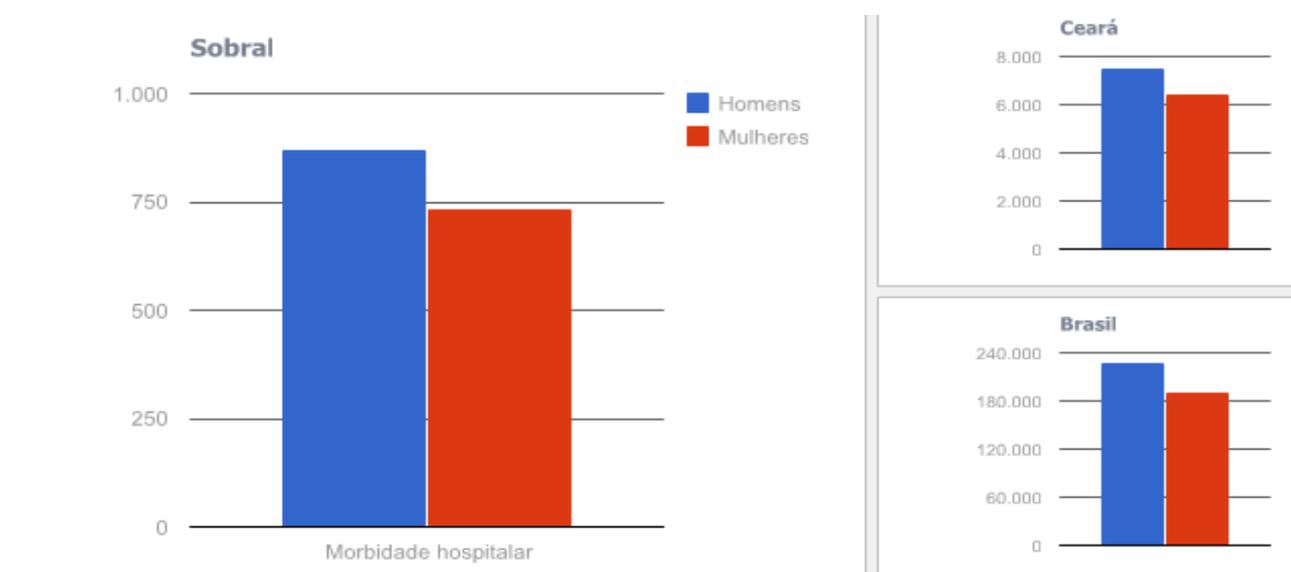


Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Tabela 6 - Estabelecimentos de saúde em Sobral/CE 2010

Variável	Sobral	Ceará	Brasil
Federais	0	16	950
Estaduais	1	36	1.318
Municipais	49	3.048	49.753
Privados	50	938	42.049

Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável ou onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

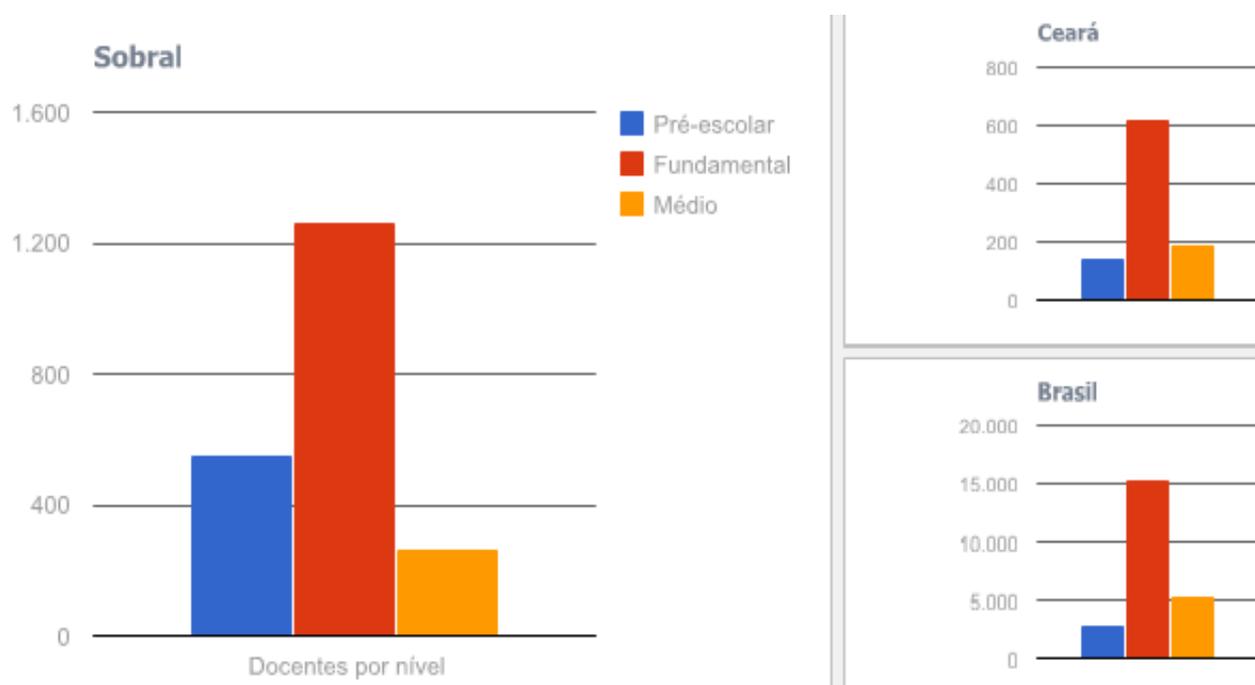
Gráfico 3 – Morbidade Hospitalar em Sobral/CE 2010

Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Tabela 7 - Morbidade Hospitalar em Sobral/CE 2012

Variável	Sobral	Ceará	Brasil
Homens	873	7.558	228.311
Mulheres	735	6.488	192.206

Fontes: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2012. NOTA 1: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado não informado às variáveis para os valores dos municípios que não foram informados.

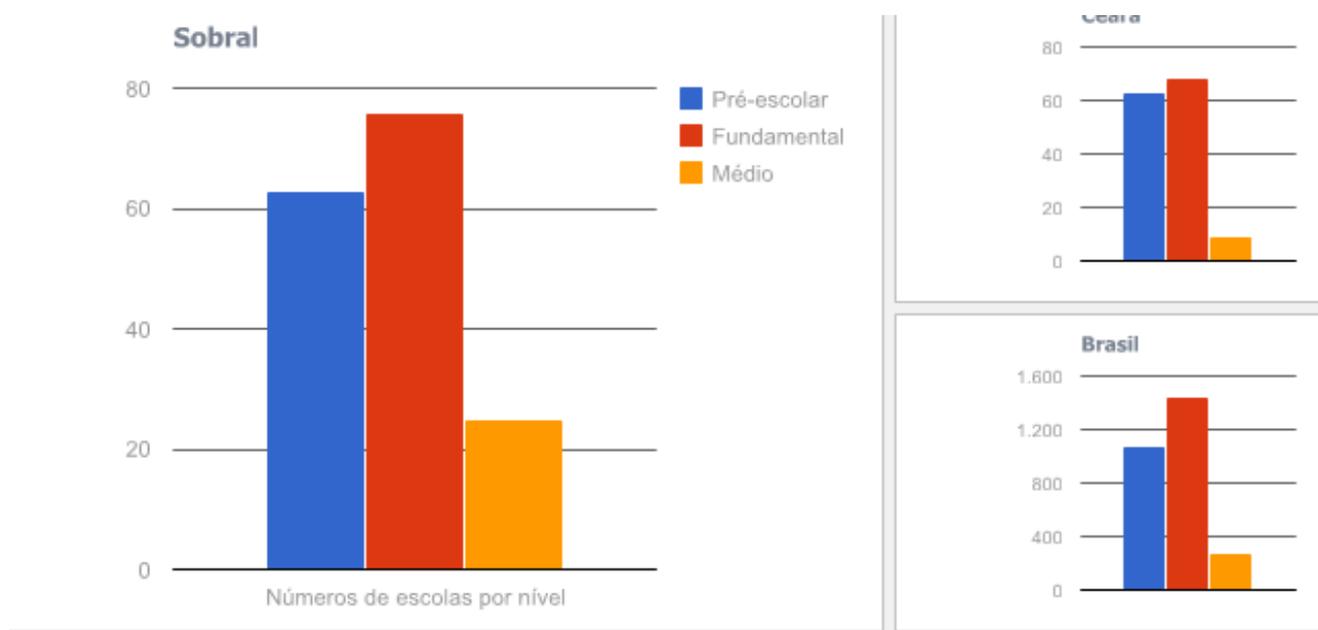
Gráfico 4 – Docente por nível em Sobral/CE 2012

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

Tabela 8 – Docente por nível em Sobral/CE 2012

Variável	Sobral	Ceará	Brasil
Pré-escolar	555	145,94	2.812,32
Fundamental	1.266	622,36	15.412,47
Médio	264	190,56	5.388,60

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

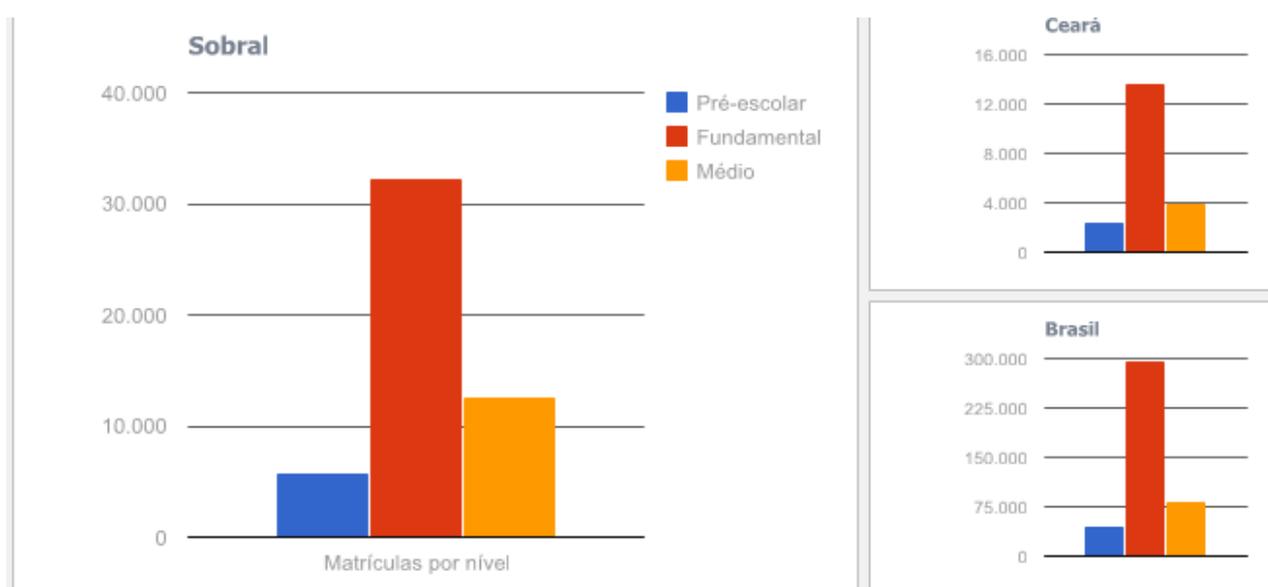
Gráfico 5 – Número de Escolas por nível em Sobral/CE 2012

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

Tabela 9 - Número de Escolas por nível em Sobral/CE 2012

Variável	Sobral	Ceará	Brasil
Pré-escolar	63	63,20	1.077,91
Fundamental	76	68,47	1.447,05
Médio	25	9,04	271,64

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

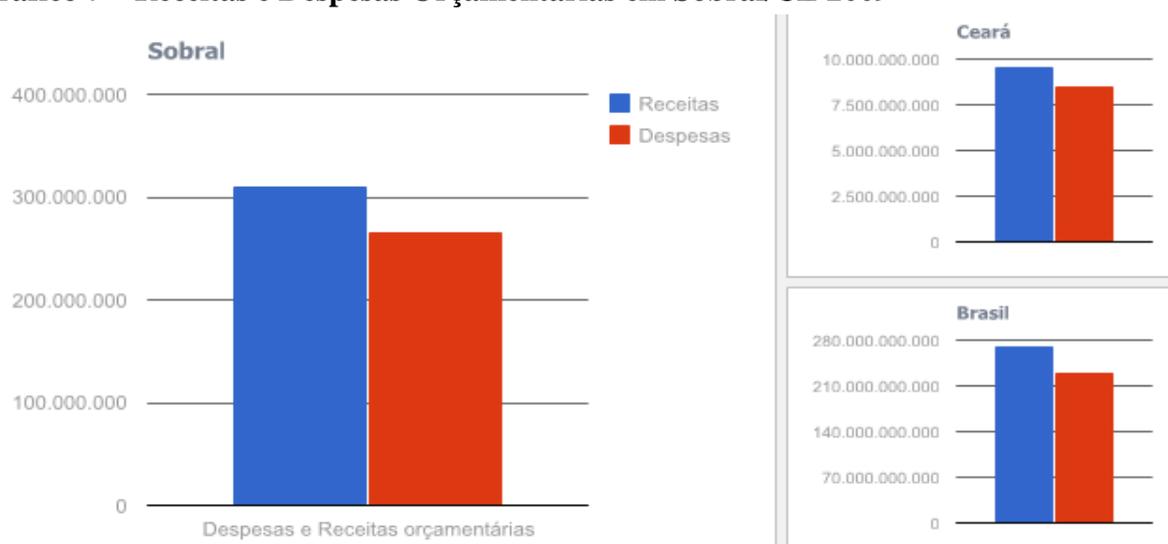
Gráfico 6 – Matrículas por nível em Sobral/CE 2012

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

Tabela 10 – Matrículas por nível em Sobral/CE 2012

Variável	Sobral	Ceará	Brasil
Pré-escolar	5.744	2.481,26	47.547,21
Fundamental	32.348	13.762,76	297.024,98
Médio	12.584	4.065,67	83.768,52

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

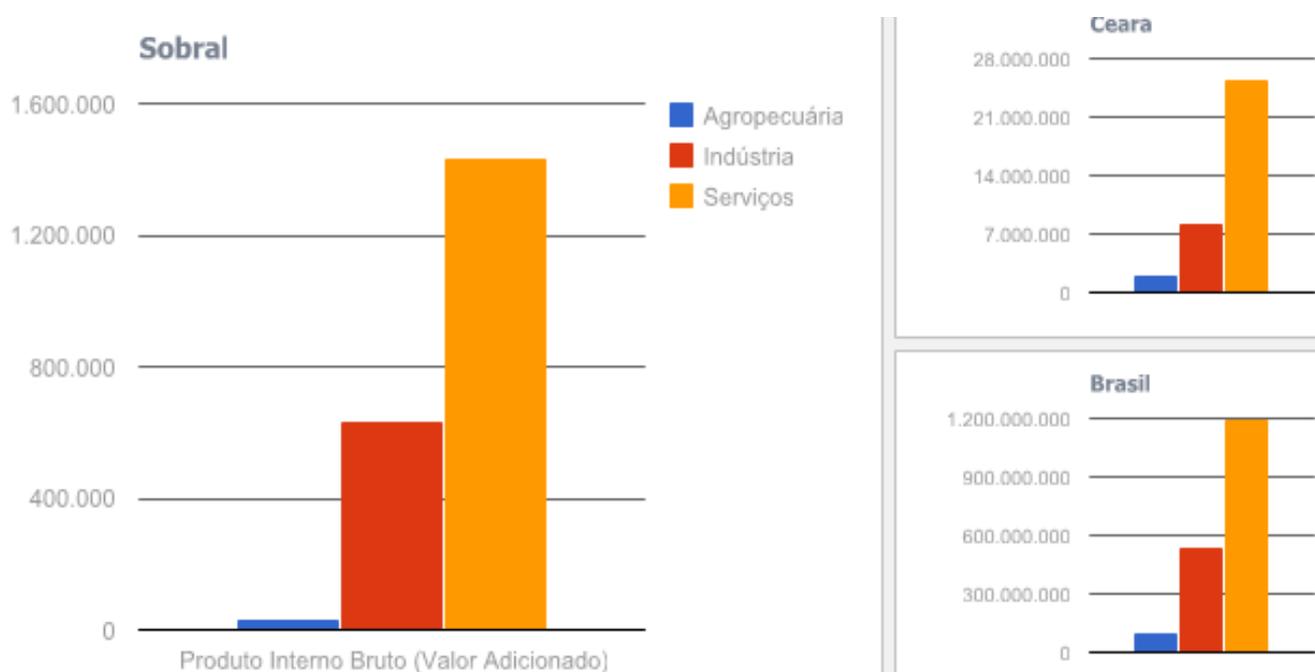
Gráfico 7 – Receitas e Despesas Orçamentárias em Sobral/CE 2009

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.

Tabela 11 – Receitas e Despesas Orçamentárias em Sobral/CE 2009

Variável	Sobral	Ceará	Brasil
Receitas (R\$)	311.687.833,77	9.590.000.507,57	270.856.088.564,26
Despesas (R\$)	267.402.080,90	8.519.175.580,80	232.720.145.984,84

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009. NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado não informado às variáveis para os valores dos municípios que não foram informados. NOTA 3: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Gráfico 8 - Produto Interno Bruto – PIB – Sobral/CE (Valor Adicionado) 2010

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Tabela 12 - Produto Interno Bruto – PIB – Sobral/CE (Valor Adicionado) 2010

Variável	Sobral	Ceará	Brasil
Agropecuária	33.532	2.179.033	105.163.000
Indústria	639.261	8.358.061	539.315.998
Serviços	1.439.202	25.686.902	1.197.774.001

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

2.4.2 – Farroupilha/RS

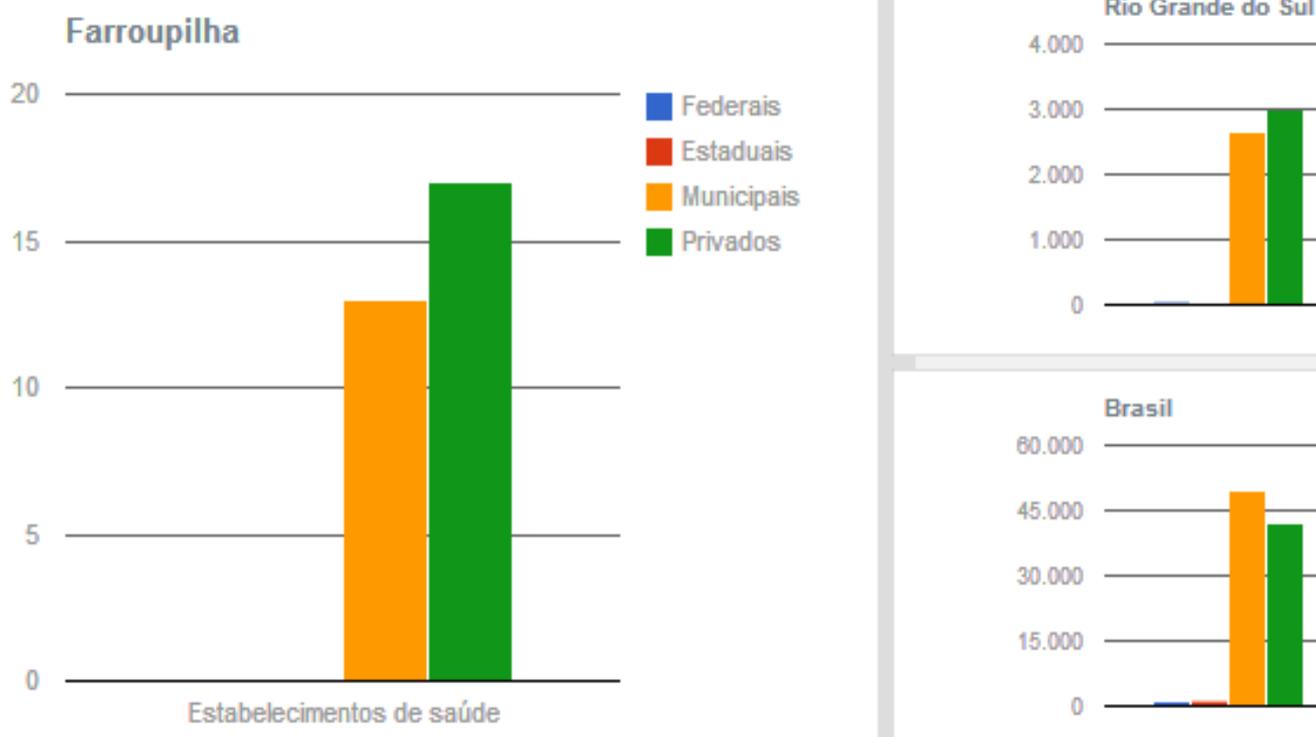
O território do atual Município de Farroupilha começou a ser povoado em 1875, quando as primeiras famílias de colonos italianos, oriundas de Olmate Monza, se estabeleceram a cerca de 8 km para o sul da cidade, na localidade que posteriormente passaria a chamar-se Nova Milano (atual distrito de Farroupilha). O distrito foi criado pelo Ato Municipal n.º 38, de 25 de setembro de 1902, no município de Caxias, com o nome de Nova Milano. Após a transferência de sua sede para a povoação de Nova Vicenza, determinada pelo Ato Municipal n.º 84, de 21 de setembro de 1917, o distrito passou a denominar-se Nova Vicenza, continuando como integrante do município de Caxias.

O Decreto estadual n.º 5.779, de 11 de dezembro de 1934, criou o Município, com território desmembrado dos de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro. Ao ser baixado o Decreto estadual n.º 7.199 de 31 de março de 1938, compunha-se o Município dos 4 distritos: Farroupilha (sede), Flores da Cunha (mais tarde Jansen), Nova Sardenha e Nova Milano (posteriormente Nova Milão). O Decreto estadual n.º 7.842, de 30 de junho de 1939, alterou os topônimos Nova Sardenha, que passou a Cajuru, e Nova Milão a Emboaba.

Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 720, de 29 de dezembro de 1949, o Município adquiriu para o distrito de Emboaba parte do território de Nova Palmira, do Município de Caí, continuou com 4 distritos, mas sofreu nova modificação toponímica, passando o distrito de Cajuru a denominar-se Caruara. Por força de Lei municipal n.º 36, de 4 de julho de 1949, Emboaba retorna ao antigo nome de Nova Milano, e, pela Lei municipal n.º

578, de 10 de agosto de 1962, o distrito de Caruara volta à denominação de Nova Sardenha. Atualmente, o Município se constitui dos distritos de Farroupilha, Jansen, Nova Milano e Nova Sardenha.

Segundo dados do último Censo 2010 realizado pelo IBGE, Farroupilha tem uma população de 63.635 habitantes, tendo sido estimada uma população de 67.465 habitantes para o ano de 2013. Sua área territorial é de 360,390 Km², com uma densidade demográfica de 176,57 hab/Km². Ainda de acordo com o Censo 2010, são 16 estabelecimentos de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS em Farroupilha; seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0, 777; foram realizadas em 2012, 8.111 matrículas no ensino fundamental e 2.793 no ensino médio; em termos de índices de economia, são 30.210 pessoas ocupadas, e um Produto Interno Bruto – PIB per capita (a preços correntes de 2011) de R\$ 27.555,34, um valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes, na zona rural de R\$ 710,00 e na zona urbana de R\$ 820,00, um valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio, na zona rural de R\$ 2.608,54 e na zona urbana de R\$ 3.302,13; há uma população residente no município de 63.635 pessoas, sendo 31.303 homens e 32.332 mulheres; desta população residente, 57.735 pessoas são alfabetizadas, e 18.045 frequentavam creche ou escola. Esses dados estão resumidos nos gráficos e tabelas a seguir.

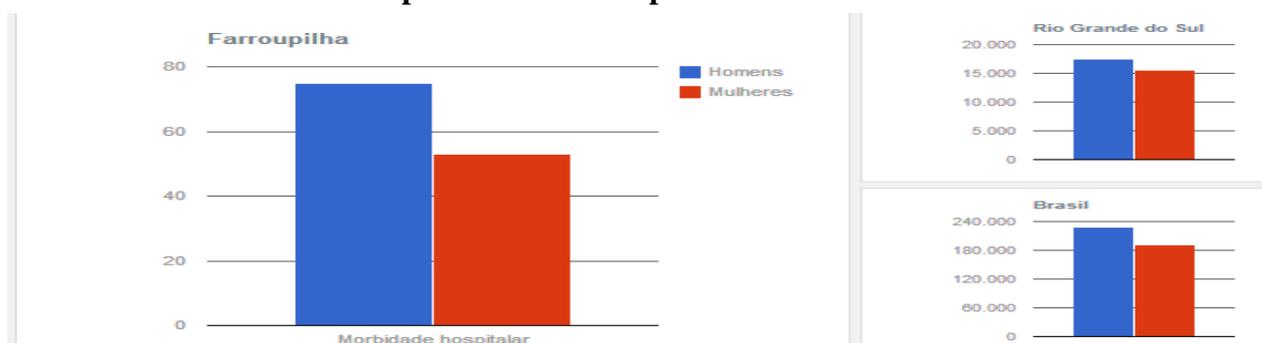
Gráfico 9 – Estabelecimentos de Saúde em Farroupilha/RS 2010

Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

Tabela 13 – Estabelecimentos de Saúde em Farroupilha/RS 2010

Variável	Farroupilha	Rio Grande do Sul	Brasil
Federais	0	44	950
Estaduais	0	16	1.318
Municipais	13	2.641	49.753
Privados	17	3.004	42.049

Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. NOTA: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável ou onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

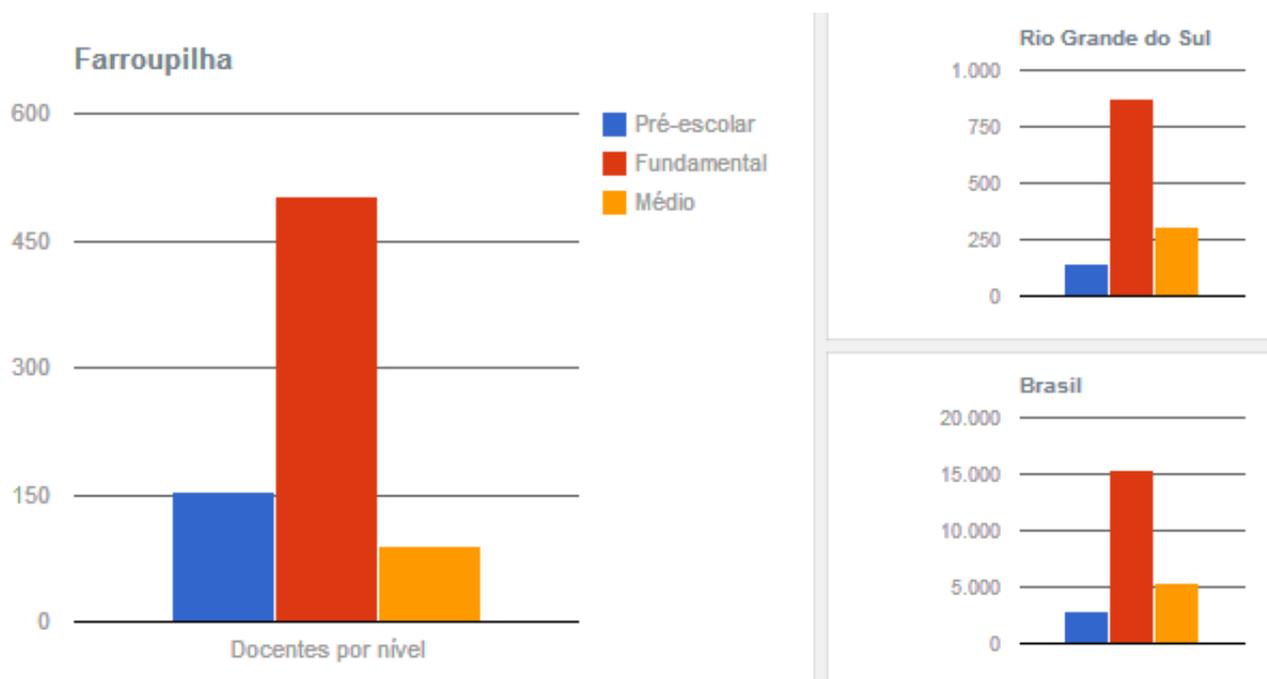
Gráfico 10 – Morbidade Hospitalar em Farroupilha/RS 2012

Fontes: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2012

Tabela 14 – Morbidade Hospitalar em Farroupilha/RS 2012

Variável	Farroupilha	Rio Grande do Sul	Brasil
Homens	75	17.450	228.311
Mulheres	53	15.558	192.206

Fontes: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2012. NOTA 1: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado não informado às variáveis para os valores dos municípios que não foram informados.

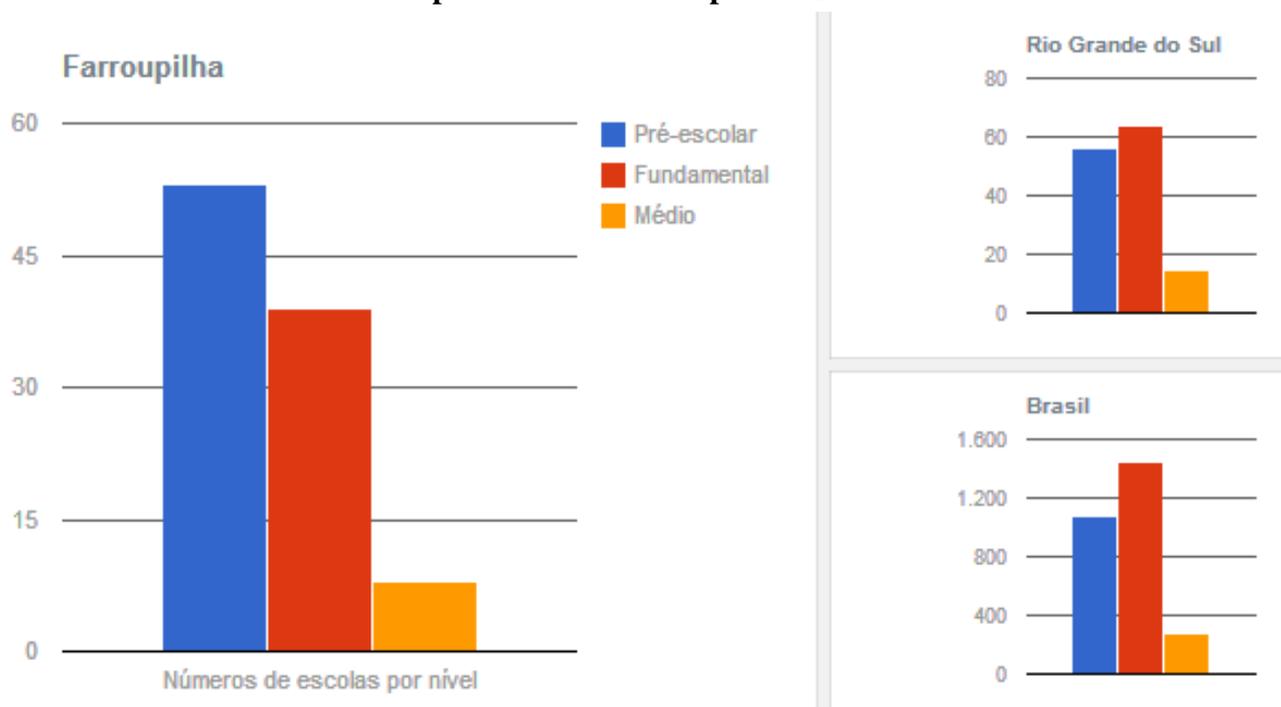
Gráfico 11 – Docentes por nível em Farroupilha/RS 2012

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

Tabela 15 – Docentes por nível em Farroupilha/RS 2012

Variável	Farroupilha	Rio Grande do Sul	Brasil
Pré-escolar	154	143,94	2.812,32
Fundamental	503	872,59	15.412,47
Médio	91	309,70	5.388,60

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

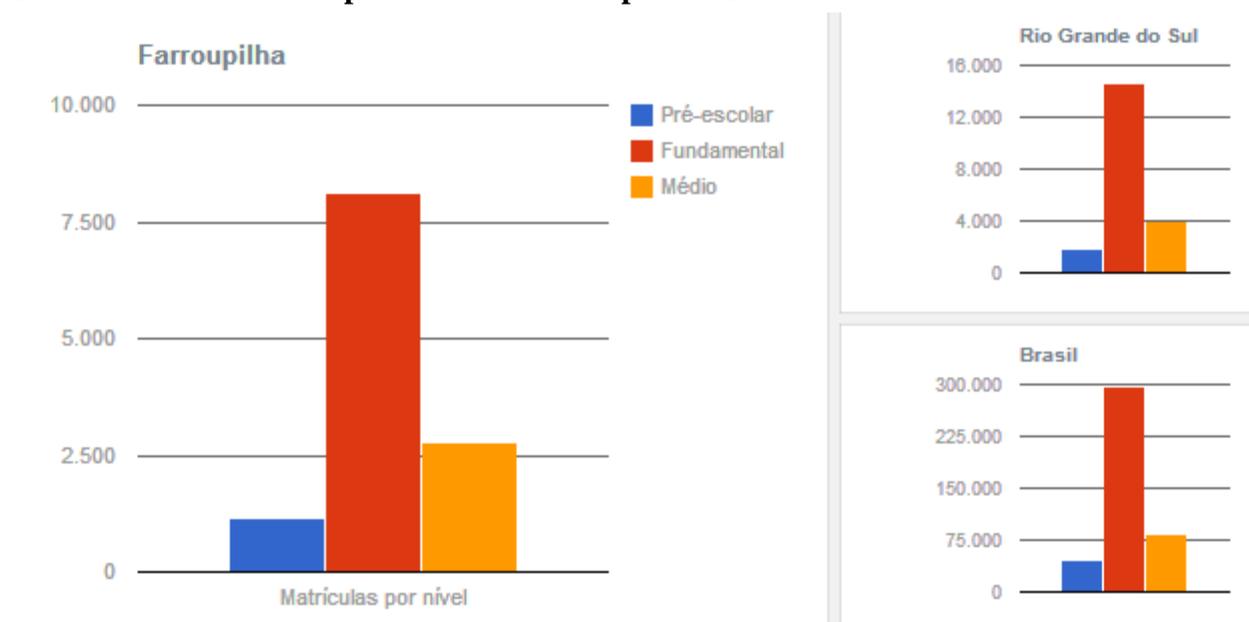
Gráfico 12 – Número de Escolas por nível em Farroupilha/RS 2012

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

Tabela 16 – Número de Escolas por nível em Farroupilha/RS 2012

Variável	Farroupilha	Rio Grande do Sul	Brasil
Pré-escolar	53	55,81	1.077,91
Fundamental	39	64,00	1.447,05
Médio	8	14,55	271,64

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

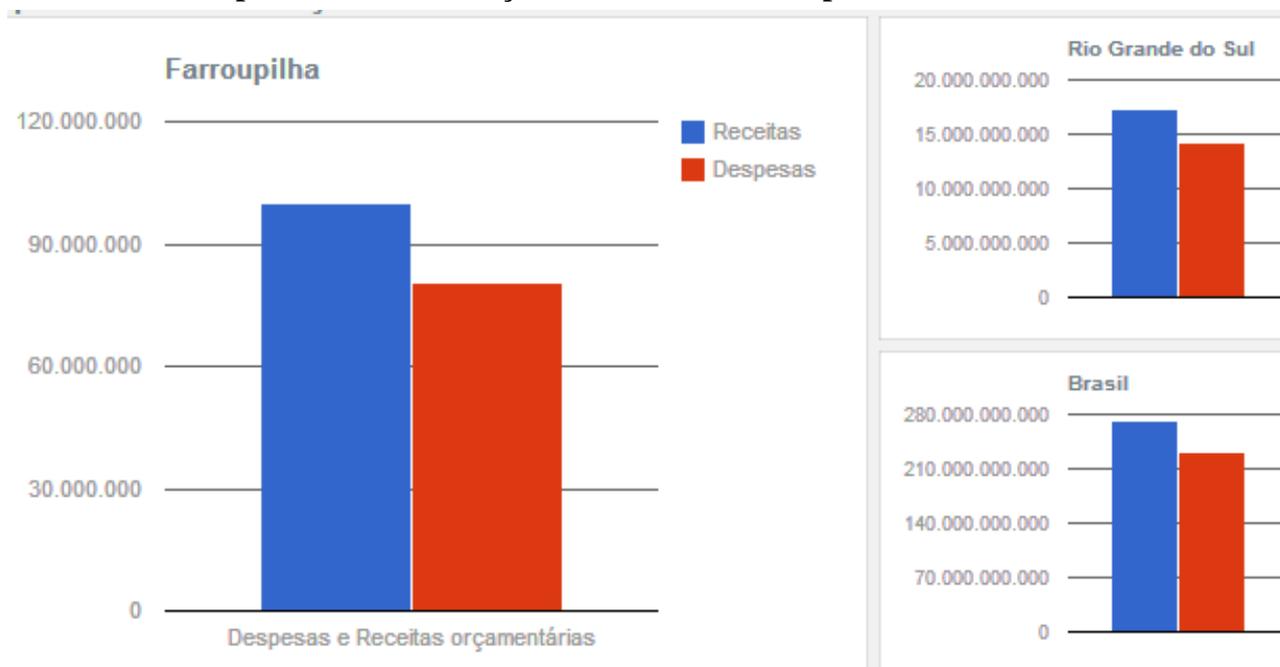
Gráfico 13 – Matrículas por nível em Farroupilha/RS 2012

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012

Tabela 17 – Matrículas por nível em Farroupilha/RS 2012

Variável	Farroupilha	Rio Grande do Sul	Brasil
Pré-escolar	1.174	1.796,55	47.547,21
Fundamental	8.111	14.544,83	297.024,98
Médio	2.793	4.022,09	83.768,52

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

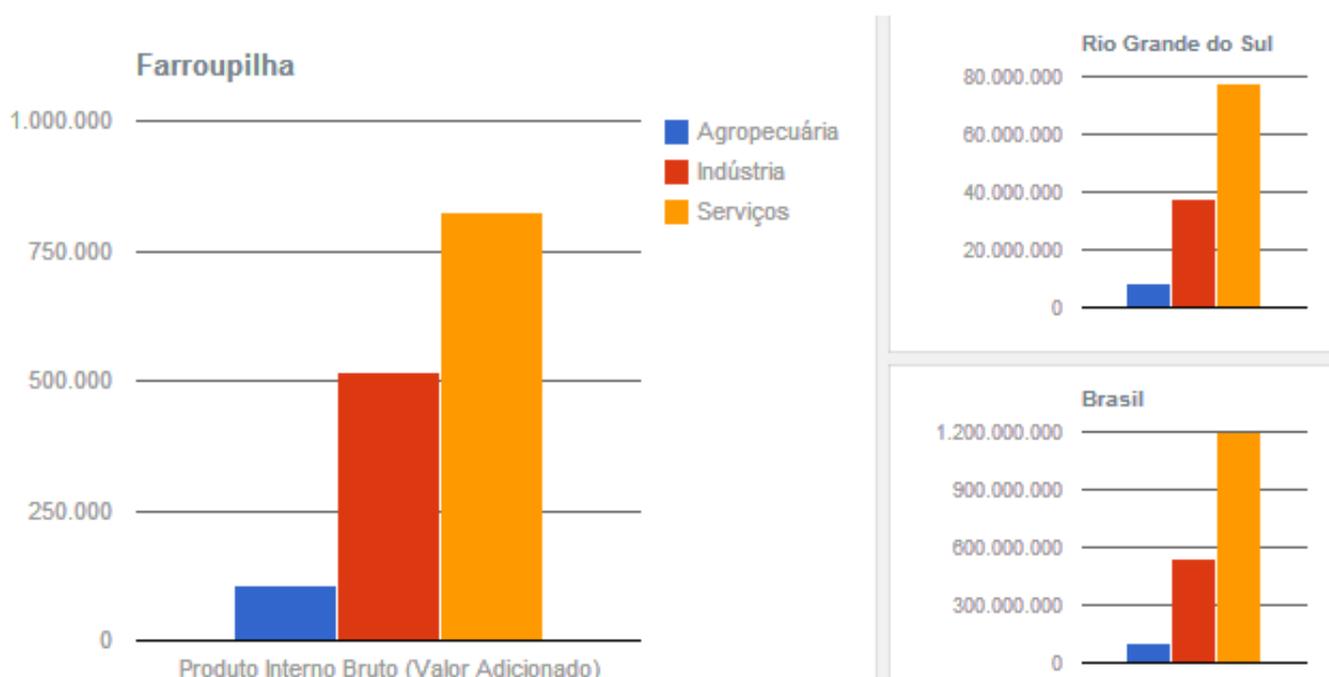
Gráfico 14 – Despesas e Receitas Orçamentárias em Farroupilha/RS 2009

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009

Tabela 18 – Despesas e Receitas Orçamentárias em Farroupilha/RS 2009

Variável	Farroupilha	Rio Grande do Sul	Brasil
Receitas	100.254.830,05	17.296.234.579,16	270.856.088.564,26
Despesas	80.664.284,66	14.292.732.093,61	232.720.145.984,84

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.
 NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado não informado às variáveis para os valores dos municípios que não foram informados. NOTA 3: Atribuíram-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Gráfico 15 – Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) em Farroupilha/RS 2010

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 19 - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) em Farroupilha/RS 2010

Variável	Farroupilha	Rio Grande do Sul	Brasil
Agropecuária	106.785	8.764.507	105.163.000
Indústria	515.976	37.475.448	539.315.998
Serviços	825.488	77.628.594	1.197.774.001

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Se for feito um comparativo entre as conjunturas de Sobral e Farroupilha a partir dos dados obtidos junto ao IBGE (Censo 2010), ao Ministério da Educação (Censo Escolar 2012), ao Ministério da Saúde (DATASUS 2012) e ao Ministério da Fazenda (STN - Registros

Administrativos 2009), observar-se-á um retrato divergente em termos de indicadores econômicos e sociais básicos. Em Sobral, por exemplo, com uma população de quase 190 mil habitantes, apenas 47624 pessoas estão ocupadas (aproximadamente 25% da população), enquanto em Farroupilha, dos 63.675 habitantes, 30.210 têm alguma ocupação (aproximadamente 47% da população). Tal análise comparativa pode explicar a diferença no nível de IDH entre os dois municípios (0,714 em Sobral e 0,777 em Farroupilha).

O PIB per cápita é outro indicador a desnudar as diferenças entre as duas localidades. Em Sobral, ele se encontra no patamar de R\$ 12.774,81, enquanto em Farroupilha situa-se em R\$ 27.555,34, ou seja, mais que o dobro do município cearense. Isso ajuda a explicar porque é tão grande a diferença em termos de valor de rendimento nominal mediano mensal per cápita entre ambos (R\$ 158,57 e R\$ 310,00 nas zonas rural e urbana de Sobral respectivamente, e R\$ 710,00 e R\$ 820,00 em Farroupilha). Percebe-se, além da maior uniformidade entre os valores em Farroupilha, que em Sobral, a chegada da empresa Grendene parece ter contribuído para uma maior concentração da renda macroeconômica do município na sua zona urbana. Em tempo: esse indicador é uma *proxy* do valor do rendimento familiar per cápita, sendo restrito à renda do chefe da família.

Em termos de indicadores na área da saúde, as diferenças entre ambos os municípios mostram-se ainda mais profundas. Em Sobral, de um total de 100 estabelecimentos de saúde, metade é pública e metade é privada. No ano de 2012, ocorreram 873 óbitos masculinos e 735 femininos no âmbito desses estabelecimentos, perfazendo um valor de 8,73 óbitos masculinos e 7,35 femininos por estabelecimento, número alto se comparado aos de Farroupilha, onde houve 75 óbitos masculinos e 53 femininos no mesmo período para um universo de 30 estabelecimentos de saúde (13 públicos e 17 privados), resultando em 2,5 óbitos masculinos e 1,76 femininos por estabelecimento.

No tocante aos indicadores educacionais Sobral apresenta posição mais vantajosa, contando com um número maior de docentes, escolas e matrículas em 2012 (2085; 164; 50676; respectivamente) que em Farroupilha (756; 100; 2793; respectivamente), além de uma vantagem também em relação ao tamanho populacional (são 12,70 docentes/escola, e 309 matrículas/escola em Sobral contra 7,56 e 120,78 respectivamente, em Farroupilha). Todavia, um olhar mais atento mostrará que tal vantagem absoluta pró Sobral, pode ser questionada

frente à relativização dos números. Ambos os municípios têm um percentual semelhante em termos de escolas municipais (27% em Sobral e 28% em Farroupilha) dentro do universo de estabelecimentos educacionais em cada município. Nesse sentido, o investimento público direto neste quesito específico mostra-se mais interessante no município gaúcho, que também faz um investimento maior nesta área social por habitante, conforme os dados do último censo escolar realizado pelo MEC.

Na esfera econômico-financeira, o indicador de receita e despesa orçamentária mostra ambos os municípios com saldo de rubrica, com vantagem para Sobral de mais do dobro em relação à Farroupilha (R\$ 44.285.752,87 contra R\$ 19.590.545,39) a partir de números de PIB da ordem de R\$ 2.111.995,00 para Sobral e R\$ 1.528.249,00 para Farroupilha. Estes números demonstram, em termos econômicos e absolutos, que o movimento da empresa Grendene contribuiu ou contribui para uma maior pujança da economia sobralense vis-à-vis a economia de Farroupilha, especialmente no setor industrial, onde o PIB de Sobral supera o de Farroupilha em R\$ 123.285,00. Todavia, como de resto em todas as comparações que se faz em termos conjunturais, é preciso cautela na análise desses números. O PIB industrial de Sobral pode ser atribuído quase que exclusivamente à presença da empresa Grendene no município, haja vista a dinâmica restrita desse setor econômico na história da economia local. Já em Farroupilha deu-se exatamente o contrário, ou seja, historicamente industrializado, o município teve de rever seu modelo para o setor a partir da saída da empresa Grendene. Em termos comparativos o que se vê, portanto, é uma relativa proximidade entre os números para realidades que adotaram políticas públicas distintas diante do mesmo fenômeno sócio econômico. O quadro resumo a seguir ajuda a visualização destes comentários.

Quadro 4 – Comparativo Conjunturas Sobral e Farroupilha (2009-2012)

INDICADOR	SOBRAL/CE	FARROUPILHA/RS
População	188.233 hab.	63.635 hab.
População Ocupada	47.624 hab.	30.210 hab.
IDH	0, 714	0, 777
PIB per cápita	R\$ 12.774,81	R\$ 27.555,34
Valor do Rendimento Nominal Mediano Mensal per cápita	R\$ 158,57 (rural) e R\$ 310,00 (urbano)	R\$ R\$ 710,00 (rural) e R\$ 820,00 (urbano)
Óbitos por estabelecimento de saúde	8,73 masculinos e 7,35 femininos	2,5 masculinos e 1,76 femininos
Docentes por escola e matrículas por escola	12,70 docentes/escola e 309 matrículas/escola	7,56 docentes/escola e 120,78 matrículas/escola
PIB	R\$ 2.111.995,00	R\$ 1.528.249,00
PIB industrial	R\$ 639.261,00	R\$ 515.976,00

Fontes: IBGE (Censo 2010), Ministério da Educação (Censo Escolar 2012), Ministério da Saúde (DATASUS 2012) e Ministério da Fazenda (STN - Registros Administrativos 2009). Elaboração própria.

2.5 – As Entrevistas

Nesta pesquisa, foram realizadas três entrevistas em cada um dos municípios de abrangência do estudo – Sobral e Farroupilha – em 2013, entre os meses de junho e julho, sempre com os atores definidos em princípio como sendo, hipoteticamente, os representantes das classes inseridas no processo estudado, quais sejam: os trabalhadores, o poder público local e a empresa. Há que se perceber, especialmente acerca da teoria da análise de conteúdo baseada em entrevistas, que, em todas as intervenções, encontrar-se-á, de alguma forma e em algum grau, um nível de viés tendenciosidade presente, incluindo-se também o entrevistador. Todos os atores envolvidos nesta pesquisa e especialmente no processo descrito por ela, tinham e ainda têm alguma expectativa relacionada, direta ou indiretamente, ao objeto pesquisado: seja os trabalhadores e sua busca constante por melhores condições de vida social; o poder público local, e seus interesses políticos; a empresa, na busca incessante por maiores e melhores resultados; seja o entrevistador, com seu viés, declarado, anticapitalista, ainda que compromissado com o não direcionamento das entrevistas e, conseqüentemente, das respostas dadas nelas.

As referidas entrevistas seguiram um roteiro predeterminado, porém não rígido. Isto

foi esclarecido antes de cada sessão com os entrevistados, que puderam ter acesso ao teor desse roteiro momentos antes do início das respectivas entrevistas. A este respeito, entretanto, houve duas exceções, entre as seis entrevistas realizadas: a primeira, na empresa Grendene em Sobral, que solicitou o prévio envio do referido roteiro com alguns dias de antecedência da suposta data da entrevista. Isto feito, ela retornou com resposta negativa à entrevista, desmarcando-a sob a alegação de que não teria autorização da direção geral da empresa para conceder depoimento desse teor. Assim, procedeu-se uma busca por uma *proxy*, ou seja, por alguma voz que pudesse se aproximar do relato da empresa em Sobral, ainda que de caráter informal ou não oficial. Esta *proxy* foi encontrada na pessoa de um funcionário de comando dentro da unidade em Sobral, que concordou em falar a partir de sua visão do processo em questão e que, por razões óbvias, solicitou também o total sigilo acerca de sua identidade, inclusive quanto ao cargo que ocupa (ainda hoje) na empresa (a solicitação foi prontamente atendida).

A segunda exceção deu-se também na empresa Grendene, mas na unidade de Farroupilha, onde se concentra toda a diretoria administrativa central do grupo e onde há uma pequena unidade produtora, especializada no *design*, na produção de protótipos e nas decisões finais de cunho administrativo. Também lá foi solicitado um prazo de alguns dias para conhecimento do roteiro da entrevista, com retorno positivo quanto a sua realização, o que ocorreu em tempo curto após o atendimento do pleito. Ambos os roteiros das entrevistas, bem como as mesmas transcritas estão anexadas a este trabalho e os áudios encontram-se arquivados e resguardados para eventuais necessidades relacionadas.

Em relação às outras entrevistas, a primeira delas foi realizada em Sobral, em junho de 2013, junto ao representante do Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Calçados de Sobral na sede do próprio sindicato. O acesso ao entrevistado se deu a partir de contato telefônico anterior, quando foi feito agendamento prévio de data, horário e o espaço onde se deu a entrevista – a sala de reuniões do sindicato – era restrito a outras pessoas que não o entrevistado e o entrevistador, tendo sido utilizado roteiro de perguntas que foi lido previamente pelo entrevistado, instantes antes do início da entrevista e a pedido dele próprio. Foi utilizado também gravador portátil para registro das informações, que foram transcritas posteriormente. Essas informações estão anexadas a este trabalho e os arquivos em áudio

encontram-se preservados e armazenados para eventuais necessidades.

No tocante ao teor da entrevista, de início o representante do sindicato mostrou-se simpático ao programa de atração de investimentos industriais patrocinado pelo governo do Estado do Ceará em relação ao município de Sobral. Em sua fala, ele coloca que a partir da vinda da empresa Grendene para Sobral, iniciou-se um processo de atração de novas empresas, citou o Hospital Regional de Sobral e o *shopping center* inaugurado recentemente como exemplos, as quais estariam contribuindo para a geração de emprego e renda no município e alavancando o desenvolvimento local. Ressaltou também, nesse sentido, que a empresa Grendene teria grande importância nesse processo, considerando-a, inclusive, o termômetro da economia sobralense, devido, segundo ele, ao número de empregos gerados pela empresa – cerca de 19 mil empregos diretos em um universo de aproximadamente 200 mil habitantes no município. Destacou também o entrevistado o efeito multiplicador que a participação da empresa Grendene traria para o município de Sobral, uma vez que esse montante de empregos gerados teria aumentado sobremaneira a renda da população em geral, sendo este fator de atração de novos investimentos para Sobral.

O sindicato, que segundo seu representante foi constituído após a chegada da empresa Grendene à Sobral, em função, de acordo com ele, da óbvia demanda apresentada por seus funcionários, percebe o surgimento do que ele denomina cultura fabril na cidade. Segundo o referido interlocutor, essa cultura seria traduzida numa mudança de mentalidade por parte dos trabalhadores que passam pela empresa e também teria sido assimilada pela população em geral. Esse fenômeno, de acordo com sua fala, é percebido como salutar para a cultura local, sendo referenciado como um divisor de águas para o município em termos de desenvolvimento. Ademais, o mercado de trabalho sobralense teria sido positivamente afetado a partir da chegada da empresa, que sozinha absorve cerca de 10% da população total como seus funcionários, número considerado significativo pelo sindicato, denotando assim a grande importância da empresa para o mercado local de trabalho. Ainda sobre os impactos advindos da chegada da empresa Grendene a Sobral, o representante do sindicato destacou o aumento da influência do município sobre seus pares circunvizinhos, especialmente no que se refere à atração de mão de obra. Isto teria impactado na busca por capacitação e qualificação profissional, por exemplo, com desdobramentos sobre instituições como a universidade e a

rede escolar de ensino técnico.

Outro fator mencionado pelo entrevistado diz respeito à questão remuneratória, tendo sido ressaltado que o piso salarial do setor calçadista em Sobral seria superior ao piso nacional, segundo ele, em função do nível de negociação vivenciado com a empresa, a partir da referida cultura fabril advinda de sua chegada ao município. Nesse mister, o representante do sindicato enfatizou que, apesar de ser funcionário licenciado da empresa para desempenhar suas atividades no sindicato, não fazia a referência à questão das negociações salariais como uma deferência à empresa, mas como reconhecimento de sua influência positiva inclusive nesse campo. Ao ser questionado sobre eventuais problemas detectados a partir da chegada da empresa Grendene a Sobral, o representante do sindicato referiu-se, em princípio de forma indireta, a um inchaço na população urbana, com destaque para a questão do trânsito e da mobilidade local, prejudicada, segundo ele, pelo grande afluxo de pessoas ao município em busca de oportunidades de trabalho. Seguindo essa linha de raciocínio, o representante do sindicato atrelou o processo de negociação salarial coletiva a uma suposta participação dos trabalhadores na gestão do trabalho na empresa, uma vez que os acordos e convenções coletivas indiretamente influenciam econômica e socialmente os trabalhadores, e assim contribuem com a gestão do trabalho no âmbito da Grendene em Sobral.

Ao se mencionar a questão da reestruturação produtiva e a percepção do sindicato quanto a este fenômeno em relação à empresa Grendene, o entrevistado a interpretou como sendo de estruturação física, fazendo menção ao aumento do número de unidades produtivas em curso na empresa – a fábrica da Grendene em Sobral, que instalou ali sua primeira unidade em 1994, está subdividida hoje em oito unidades produtivas dentro do espaço que ocupa no município. Assim, considerou que o aumento do quantitativo de unidades fabris tem desdobramentos positivos sobre o nível de emprego e renda do município, contribui para uma melhor estruturação do mercado de trabalho e uma maior estabilidade para o trabalhador. Sobre essa questão inclusive, o entrevistado sugeriu que o mercado de trabalho em Sobral hoje, é algo bem estruturado, com uma maior diversificação do parque produtivo, de comércio e de serviços no município – resultado também da chegada da empresa – e que, nesse sentido, enxerga com ceticismo uma possível saída da empresa de Sobral nos mesmos moldes do movimento ocorrido em Farroupilha nos anos 1990. Destacou também, ainda a esse respeito,

o papel do poder público local – governo do estado e prefeitura municipal – no tocante às garantias para essa estabilidade, especialmente na manutenção da política de incentivos ao capital em geral e à empresa Grendene em particular, apostando no potencial populacional da cidade como fator de interesse para este capital, no que se refere tanto às possibilidades de produção quanto de consumo.

Diante disso, não foi surpresa perceber que, ao ser incitado a explicitar a visão do sindicato sobre a empresa Grendene, a imagem apresentada tenha sido a de uma entidade parceira, comprometida com o diálogo e o bem-estar do trabalhador e da sociedade na qual está inserida. Nesse sentido, foram enfatizados pelo entrevistado a negociação e o diálogo, características intrínsecas à empresa, consequência da sua solidez e potencialidade de crescimento, responsáveis pelo clima harmônico entre capital e trabalho no âmbito da empresa e em toda a sociedade – a cultura fabril muitas vezes mencionada na entrevista. Aqui, segundo o representante sindical, o conflito é prontamente solucionado a partir do entendimento, fruto da abertura ao diálogo enquanto valor cultivado pela empresa, bem como da pronta intermediação do sindicato ao mínimo sinal de rusga entre mão de obra e capital. Esta seria razão para o baixo número de questões trabalhistas apresentadas entre a empresa e seus funcionários, além da ausência quase total de movimentos grevistas ao longo do período em que a empresa tem atuado em Sobral. Segundo o entrevistado, apenas uma vez, desde 1993, houve possibilidade de greve, que foi abortada a partir da negociação intermediada pelo sindicato.

O mesmo se pode dizer acerca da relação do sindicato com o poder público local, a partir da fala do entrevistado, ao ser questionado quanto à eventual participação dos trabalhadores em debates sobre o mercado de trabalho no município, incluindo aí um diálogo mais amplo com a própria empresa Grendene. De acordo com ele, o sindicato teria assento no Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral – o PRODECON – fórum da prefeitura, que, supostamente, faria deliberações acerca de novos investimentos no município, através da doação de terrenos e acesso à infraestrutura, viabilizados pela municipalidade. Além disso, salientou o entrevistado questões específicas relacionadas à empresa, como a criação de linhas do sistema viário público, que são sempre colocadas ao sindicato para suas considerações, dado seu papel de legítimo representante de um contingente considerável de força de trabalho

envolvido no processo. Nesse sentido, o representante sindical sugere que as ações de assistência ao seu associado poderiam ser (e por ele são) consideradas parte de uma política pública social por dois motivos: pela abrangência, segundo o entrevistado são oito mil associados diretos e quinze mil indiretos, isto é, dependentes dos associados diretos; e pelo teor dessa assistência, ações de saúde, lazer, filantropia, assistência técnico-jurídica, treinamento e capacitação, entre outras. Tudo isso é financiado exclusivamente, nas suas palavras, pela contribuição sindical, compulsória a todos os trabalhadores do setor calçadista no município e pela mensalidade sindical dos efetivamente associados. Além disso, o entrevistado salienta que não só quanto às políticas públicas sociais, mas em termos de política pública em geral, Sobral deu um salto qualitativo significativo nos últimos 18 anos. Especialmente com a chegada da empresa Grendene ao município, o representante sindical afirma que os gestores públicos passaram a ter outra visão quanto à gestão em si, com o surgimento de um perfil menos assistencialista e mais empreendedor. Tal perfil acabou se mostrando como o caminho para atender às demandas, inclusive sociais com um caráter mais incentivador que mantenedor, ou seja, gerando incentivos ao desenvolvimento local e individual e não favores pessoais em relações de dependência e submissão.

Sobre o Sindicato dos Trabalhadores do Setor Calçadista de Sobral, cumpre ressaltar que é uma entidade classista que representa apenas os trabalhadores do setor vinculados formalmente à empresa Grendene. Segundo explicações do seu representante (entrevistado aqui), isso ocorre porque não há registros de outros trabalhadores no setor no município, uma vez que as demais empresas participantes seriam todas pequenas empresas individuais, oficinas formalizadas de artesãos, na prática. Outro fator a se mencionar é que este mesmo sindicato não é ligado a nenhuma central sindical no país, mas, segundo o entrevistado, há uma tendência de filiação à Força Sindical, o que deverá ser proposto em assembleia proximamente. Existe, no âmbito do sindicato, um processo de expansão de filiações, com foco nos trabalhadores do setor calçadista de Camocim/CE, município vizinho a Sobral, e que abriga uma única empresa produtora de calçados masculinos, a Democrata. Ademais, em relação ao sindicato, é válido observar que, entre outros serviços, este oferece treinamento de força de trabalho às pessoas, público em geral, interessadas em pleitear uma vaga de admissão na empresa Grendene, tendo sido dito pelo entrevistado, inclusive, que o treinamento pré

admissional da empresa é realizado nas dependências do sindicato. Foi dito também que muitas vezes é o sindicato que encaminha o candidato a uma vaga na empresa, quando esta se encontra em processo de contratação. Por fim, buscou-se a confirmação de muitas das informações prestadas na entrevista em documentos oficiais do sindicato, mas, apesar de uma inicial aquiescência deste pleito, isto nunca aconteceu, visto que o sindicato não deu efetivo acesso à documentação, como prometido.

A segunda entrevista realizada em Sobral se deu junto ao representante do poder público local, no caso a Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico - STDE de Sobral/CE. Esta ocorreu na sede da referida Secretaria, em sala de reuniões de acesso restrito a outras pessoas que não o entrevistado e o entrevistador. O acesso ao representante da STDE se deu após prévia e breve negociação com a secretária da diretoria, que indicou a pessoa a ser entrevistada. Foi utilizado roteiro de perguntas, o qual foi lido previamente pelo entrevistado, instantes antes do início da entrevista e a pedido dele próprio. Foi utilizado também gravador portátil para registro das informações, que foram transcritas posteriormente. Essas informações estão anexadas a este trabalho e os arquivos em áudio encontram-se preservados e armazenados para eventuais necessidades.

De início, o representante da STDE apresentou sua visão acerca do Programa de Atração de Investimentos Industriais do estado do Ceará no tocante ao município de Sobral. Segundo ele, trata-se de um divisor de águas para o município, que se iniciou quando o atual governador do estado do Ceará, o senhor Cid Gomes, era prefeito de Sobral. Na visão do entrevistado, foi a ação direta deste governante que trouxe a empresa Grendene a Sobral, através de um programa de desenvolvimento estratégico cujo mérito maior foi o de proporcionar à referida empresa um ambiente propício a uma dinâmica empresarial capaz de dar a ela a dimensão que tem hoje e, em contrapartida, recebeu desta empresa uma nova cultura, a cultura industrial. Reiterou também o representante da STDE o discurso do representante do sindicato dos trabalhadores, ao enfatizar a importância da empresa Grendene para o município de Sobral, ressaltando o contingente de mão-de-obra direta absorvido pela empresa, o quantitativo de unidades fabris existentes no município hoje, acrescentando projeções feitas em conjunto pela empresa e pela Secretaria, dando conta de mais 4500 postos de trabalho a partir da próxima ampliação da empresa, injetando na economia local algo em

torno de 15 milhões de reais ao mês, valor que duplica quando se realiza o pagamento de décimo terceiro salário, naquilo que denominou círculo virtuoso da economia local. Ao mencionar a importância da empresa Grendene especificamente para o mercado de trabalho em Sobral, o representante da STDE enfatizou o surgimento, a partir da chegada da empresa, de uma nova tecnologia, que ele define como sendo um novo tipo de trabalho, uma nova capacidade de trabalho industrial no feitiço de calçados na região, um *know-how* até então inexistente no município e que teria beneficiado não só Sobral, mas quarenta outros municípios circunvizinhos, que têm trabalhadores inseridos no processo produtivo da empresa. Ao mesmo tempo, segundo o entrevistado, a injeção de recursos na renda do município, indiretamente incrementa a arrecadação, fazendo crescer o consumo público e privado, além do nível de investimentos.

Além desta visão acerca do mercado de trabalho, o representante da STDE percebe melhorias de infraestrutura no âmbito do município de Sobral, como consequência da chegada da empresa Grendene. Ele se refere, nesse sentido, especificamente às melhorias desse tipo realizadas nas cercanias da localização da empresa, as quais estariam vinculadas às questões relacionadas ao escoamento da produção. Além disso, segundo o entrevistado, a empresa tem colaborado, indiretamente, para a atração de outras empresas, notadamente nos ramos da nutrição organizacional e de transportes, terceirizando esses serviços e gerando mais oportunidades de alocação da mão-de-obra local e circunvizinha. A partir desse raciocínio, o representante da STDE ressalta que o grande legado deixado até agora pela empresa Grendene para Sobral está no percentual da População Economicamente Ativa – PEA do município diretamente vinculada a ela, ou seja, aproximadamente 50%, de um universo de 43 mil pessoas, 20 mil estão formalmente inseridas no mercado de trabalho através da empresa, de acordo com dados do SINE/IDT. Esse tipo de colocação trouxe a reboque a interpretação, por parte do entrevistado, de que a segurança da carteira de trabalho assinada, com todos os direitos inerentes a essa condição garantidos, é um dos indicadores sociais que tem sido alterado com a ida da empresa Grendene para Sobral. Além dele, o valor do piso salarial pago pela empresa – acima dos valores oficiais pagos pelo poder público ou mesmo pelo setor privado em outros setores da economia local –, associado ao fornecimento de uma cesta básica mensalmente aos funcionários, são outros indicadores mencionados pelo representante

da STDE como sendo de cunho social. Outros fatores, como os investimentos em treinamento e capacitação e a preocupação com as questões referentes ao meio ambiente foram apontadas pelo entrevistado como benefícios adicionais surgidos a partir da chegada da empresa Grendene em Sobral.

Questionado sobre eventuais negatividades resultantes dessa chegada, o representante da STDE citou uma suposta dependência do município em termos de mercado de trabalho para com a empresa, sendo este o motivo pelo qual o poder público local teria criado na Secretaria um programa próprio de atração através de incentivos ao capital, o Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral – PRODECON –, com vistas a minimizar esta dependência. O modelo adotado é basicamente uma cópia daquilo que o estado do Ceará já desenvolve com o PROVIN, estando baseado principalmente em doação de infraestrutura (notadamente terreno para instalação das empresas) e algum nível de renúncia fiscal, com o objetivo último de gerar emprego e renda para a população. Há também, segundo o entrevistado, programas de Economia Solidária e Economia Criativa no município, com vista ao incentivo ao trabalho e não necessariamente apenas ao emprego formal. Outro suposto gargalo observado pelo representante da STDE, supostamente relacionado à empresa Grendene, é quanto à questão da arrecadação de tributos. Segundo o entrevistado, o porte financeiro da Grendene mostra-se maior que a soma de todas as demais empresas instaladas em Sobral, gerando, também, nesse sentido, e na visão da STDE, outro tipo de dependência, igualmente preocupante, ainda que especificamente a empresa Grendene não receba qualquer incentivo do governo do município de Sobral.

Diante de tais preocupações, o entrevistado foi questionado acerca de possíveis estratégias preventivas com o intuito de minimizar os impactos de uma eventual saída da empresa de Sobral, nos moldes daquela ocorrida em Farroupilha. Em resposta, novamente foi citado o PRODECON como o núcleo dessa estratégia, pensando não só para as empresas forâneas a serem atraídas, mas também em termos de empresas locais, a serem devidamente incentivadas e apoiadas. Entre tais incentivos, foi citada a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e o fornecimento de infraestrutura, especialmente a doação de áreas. Outra preocupação apontada pelo representante da STDE diz respeito à diversificação da economia local, especialmente do setor industrial. Trata-se, segundo ele, de uma tentativa de modernizar

o parque industrial local, atualizando-o na questão tecnológica, além de aumentar o escopo das possibilidades de negócios para a cidade e a região em torno dela, o que indiretamente favorece a economia como um todo. Indagado como se daria tal ação, a resposta soou vaga e generalizante, com destaque para possíveis parcerias com a iniciativa privada (as próprias empresas), as universidades locais e os institutos tecnológicos da região norte do estado do Ceará.

Como consequência dessa fala, o representante da STDE, ao ser questionado acerca da visão que a prefeitura de Sobral teria da empresa Grendene, afirmou ser esta extremamente positiva, ressaltando o clima de diálogo, acolhimento e agradecimento, e pontuando que em Farroupilha a empresa não tinha a dimensão que tem hoje em Sobral. Salientou também o entrevistado que, pelo segundo ano consecutivo, Sobral está ranqueado como o segundo município cearense em volume de exportações, sendo isso creditado à atuação da empresa no município. A mesma visão é atribuída pelo poder público local à população sobralense em relação à Grendene. De acordo com o mesmo entrevistado, a população reconhece o desenvolvimento advindo após a chegada da empresa em Sobral, com destaque para a criação de empregos diretos e indiretos, a urbanização da cidade, incluindo a criação de infraestrutura em torno da unidade produtiva, além da já mencionada cultura fabril. Ainda nesse sentido e segundo o poder público local, é comum que as pessoas procurem a STDE para que esta atue como intermediária junto à empresa no tocante à empregabilidade.

Indagado sobre as ações diretas da prefeitura de Sobral quanto ao mercado de trabalho local, o representante da STDE afirmou que existem alguns programas para geração de emprego, trabalho e renda em curso no município. O primeiro programa parte de uma Coordenação de Desenvolvimento Econômico local e de duas gerências: a primeira no setor produtivo, onde há uma revitalização do centro comercial de Sobral, melhorando os acessos, a qualificação e os estacionamentos; há também a revitalização no Mercado Central, onde, apenas no setor de confecção, são 468 empreendedores informais, que contam com um suporte de treinamento, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas - SEBRAE, e Banco do Nordeste, para sua formalização. Há também um programa chamado Trabalho Pleno, focado em quatro áreas: a confecção, Sobral sempre teve essa expertise; a beleza, um dos setores que mais cresceu; gastronomia; os camelôs; o artesanato,

para o qual foi criada uma Loja do Artesão, para se trabalhar inclusive a identidade cultural do município. Em termos de geração de emprego propriamente dito, o entrevistado salientou a qualificação como instrumento-chave nesse sentido, especificamente em setores como a construção civil, o setor de *trading* e o de turismo de negócios. Ademais, foi citado o PRODECON como um programa exitoso de atração de investimentos, notadamente aqueles com potencial de criação de minimamente cem postos de trabalho, a partir de um critério próprio de pontuação para a elegibilidade do empreendimento a ser financiado. O entrevistado destacou, nesse sentido, a atração de uma montadora de automóveis (TAC Motors), que está em atividade nos últimos dois anos e meio, trazendo não só empregabilidade para o município (130 novos postos de trabalho), como também uma difusão tecnológica inédita na região, servindo como referência para outras indústrias realizarem o mesmo movimento.

Nesse sentido, o entrevistado cita mais duas indústrias montadoras de veículos já instaladas – Marcovel/Marcopolo e Tafifer –, outra de pisos e revestimentos – Flexpiso –, e mais uma de painéis solares – Isofoton –, para aproveitar o potencial de energia limpa da região. Diante dessa resposta, foi indagado ao representante do poder público local acerca da existência ou não de comissões tripartite de emprego, tendo sido citado, como exemplo, por ele o Conselho Municipal de Trabalho – COMUT, atuante nos últimos quinze anos e no qual o entrevistado inclusive tem assento como um dos representantes do Estado. Segundo ainda o entrevistado, os resultados obtidos a partir da existência do COMUT têm sido positivos, uma vez que o município tem conseguido médias de empregabilidade superiores aos níveis do país, com um último dado para o ano de 2012 de 2.500 empregos a mais em sua conjuntura.

Especificamente quanto ao programa de atração de investimentos do governo do estado do Ceará, a STDE se percebe como protagonista, inclusive no tocante à atração da empresa Grendene, além das demais, atraídas posteriormente a esta. Segundo o entrevistado, o programa e a parceria entre governo do estado do Ceará e município de Sobral fizeram com que a cidade fosse alavancada muito e mais rápido, fazendo com que esse movimento, essa dinâmica, fosse muito mais célere. Desse primeiro incentivo, teriam surgido outros, intermediados pela Agência de Desenvolvimento do Ceará – ADECE, além do surgimento natural de empreendimentos de outra natureza, públicos e privados, como o Hospital Regional, o transporte de Veículos Leves sobre Trilhos – VLT. Nesse sentido, essa parceria

teria sido mola propulsora do desenvolvimento local, incrementando não só os índices socioeconômicos municipais e estaduais como também do país. O entrevistado cita inclusive o fato de que, pelo segundo ano consecutivo, Sobral teria sido mencionada na revista *Financial Times*, como uma entre as dez cidades de futuro das Américas. Em termos de contrapartida da prefeitura nessa parceria, o representante da STDE cita a infraestrutura, especialmente a doação de áreas – 95% das empresas atraídas receberiam o terreno em doação – desde a chegada da empresa Grendene, como trunfo principal nas negociações com as referidas empresas, além da promessa de agilidade e celeridade nos processos de legalização das atividades arrematadas, no âmbito de todas as secretarias municipais.

Nesse momento, ao ser questionado acerca do que seria uma política pública social na área do trabalho na visão da prefeitura de Sobral, o entrevistado citou a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza como sendo a principal representante do poder público local nas ações nesta área. Aqui o entrevistado confunde assistência social com política ativa de trabalho, uma vez que atribui à secretaria – de Desenvolvimento Social – e aos resultados alcançados por ela a queda nos índices de pobreza no município nos últimos anos. Por exemplo, ele cita que, a partir da parceria com o governo federal e seus programas de assistência, o município teria conseguido atender cerca de duas mil famílias nessa modalidade, com um aporte de recursos da ordem de R\$ 2,5 milhões mensais. Este cálculo inclui, segundo o entrevistado, ações de transferência de renda, auxílio moradia, bolsa escola, e ações na área de saúde. O entrevistado salienta então que a participação da STDE no processo se dá em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza, especialmente através de ações de qualificação profissional, com incentivo ao empreendedorismo.

Para finalizar, o entrevistado mencionou o fato de que os índices socioeconômicos do município – principalmente de educação – estariam acima dos níveis estaduais e nacionais, sendo isso fruto de três nichos: a parceria; a interlocução com o Governo do Estado e com o Governo Federal; e uma forte interlocução no setor produtivo. Historicamente, segundo ele, o município, que completou em julho (2013) 250 anos, tem esse viés de empreendedorismo. Sobral foi ponto para os viajantes, sempre uma cidade estratégica, tendo servido durante muito tempo pra isso. Num dado momento foram modificadas, segundo o entrevistado, essas

habilidades; além do comércio, os serviços e a indústria passaram a protagonizar a economia local. Como exemplo dessa diversificação da economia, o entrevistado cita o fato de que a mortalidade das empresas sobralenses só começa a partir de dez anos, enquanto o índice nacional são dois anos e meio, segundo o SEBRAE.

De modo geral, houve certa demora em conseguir a entrevista com o representante da Prefeitura Municipal de Sobral e alguma hesitação após o seu agendamento. O representante solicitou ver o roteiro previamente, além de certo receio quanto à gravação do diálogo. Percebeu-se, na fala do representante da prefeitura, ato falho no sentido de associar a performance das empresas atraídas à performance das ações da municipalidade, como se fossem a mesma coisa. Ademais, a referida parceria com o Governo do Estado parece ser motivo de orgulho para a gestora local, haja vista ser o atual governador, filho da cidade e seu ex-prefeito, tido como responsável pela nova conjuntura pela qual vive a cidade. Apesar da aquiescência da prefeitura no tocante à disponibilidade de documentos oficiais que comprovassem as informações prestadas, isto não aconteceu. Foi facilitado, apenas, o acesso a material promocional e de divulgação, sendo os dados oficiais obtidos fundamentalmente junto ao IBGE, conforme citado.

A terceira entrevista em Sobral deveria ter sido realizada junto ao representante da empresa Grendene na unidade fabril do município. Entretanto, por motivos desconhecidos, a entrevista marcada foi cancelada. Diante desse fato, decidiu-se buscar uma *proxy* junto ao depoimento voluntário de um funcionário da empresa, que ocupa cargo de gerência. Tal atitude do referido funcionário se deu em função de ter sido ele abordado como intermediador para a consecução do depoimento, que não ocorreu. Diante da observação da recusa por parte da empresa, se prontificou a falar caso se achasse interessante. Este depoimento se deu nas dependências da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em espaço de convivência, naquele momento pouco habitado em função do recesso letivo naquela instituição. Foi utilizado roteiro de entrevista e foi realizada a gravação, cujo arquivo de áudio encontra-se preservado e arquivado para eventuais necessidades.

De início, foram feitos questionamentos quanto à estrutura da empresa, bem como em relação a um suposto processo de reestruturação produtiva lá em curso. De acordo com o entrevistado, há, na empresa, cerca de 24 mil funcionários, divididos nas unidades de

Fortaleza, Sobral, Crato, Teixeira de Freitas, Farroupilha e Carlos Barbosa. Diretamente ligados à produção são cerca de 20 mil, segundo ele, além dos mil funcionários de Farroupilha ligados ao sistema de design e projeto, o que dá algo em torno de 21 mil funcionários ligados diretamente ao processo produtivo.

Em Sobral, especificamente, são dezoito mil e quatrocentos funcionários nessas condições de atuação, ainda de acordo com o entrevistado. No tocante ao mercado consumidor da empresa, o referido entrevistado subdividiu o mesmo em mercado consumidor externo e interno. Segundo ele, algo em torno de 30% da produção é exportada, mas lembrou que este percentual é uma média intuitiva, já que o comportamento do mercado consumidor da empresa é sazonal e extremamente sensível às questões conjunturais, especialmente no que diz respeito às condições cambiais. Ainda no tocante à estrutura da empresa, foi afirmado pelo interlocutor, que a Grendene faz parte de um conglomerado de empresas, sendo nesse sentido, a principal delas e de cunho industrial.

No tocante à parte operacional da empresa, o entrevistado mencionou que a relação com os fornecedores, por exemplo, acontece nos moldes de parceria, especialmente entre os principais, os de maior importância no processo produtivo. Segundo ele, são esses fornecedores que administram o estoque da empresa, que apenas sinaliza sobre a falta de algum material, e esses fornecedores alimentam de pronto a linha de produção. Segundo ainda o entrevistado, os fornecedores têm acesso ao sistema da empresa. Isso facilita a interação entre as partes. Todavia, questionado sobre a real eficiência deste sistema de troca de informações, o entrevistado afirmou que, algumas vezes, há problemas na qualidade daquilo que é entregue à empresa e, em outros momentos, o problema são as datas de entrega, ocorrendo por vezes algum atraso. Ainda assim, considera a parceria, nesses moldes, em geral, muito boa.

Indagado quanto a um eventual processo de reestruturação produtiva em curso na empresa, o entrevistado afirmou que, naquele momento, isto não ocorreria, tendo de fato acontecido em 2004, na unidade fabril de Sobral/CE, onde foi feito o que ele chamou de remanejamento. Este se deu, a partir de suas informações, com o objetivo de valorização da mão-de-obra local, em detrimento daqueles funcionários que se deslocaram de Farroupilha para Sobral a convite da empresa, caso inclusive do entrevistado. De acordo com suas

observações, a partir de 2004, a empresa observou uma qualificação suficiente em boa parte de sua mão-de-obra local, fazendo com que parte dos funcionários chamados gaúchos – não necessariamente naturais do Rio Grande do Sul, mas oriundos da fábrica de Farroupilha – se tornassem substituíveis. Esse fato fez com que, de acordo com o interlocutor, 80% dos cargos de chefia passasse às mãos de funcionários contratados em Sobral.

Indagado então sobre o tipo de processo de reestruturação ocorrido, o entrevistado reconheceu seu caráter trabalho-intensivo, ou seja, não houve substituição de trabalho vivo por capital, mas entre os trabalhadores, saindo os mais dispendiosos, mais antigos, e entrando os mais baratos, mais recentes nas funções, especialmente nas chefias, em todos os seus níveis. Não quer dizer que não tenha havido, segundo o entrevistado, um avanço tecnológico (em termos de máquinas e equipamentos) dentro do processo produtivo. Isso tem, segundo ele, ocorrido, mas não com o foco de substituir mão-de-obra, e sim de aumentar a qualidade da produção. Nesse sentido, afirma o entrevistado, a empresa não se utiliza apenas de uma ou outra forma de produzir calçados em Sobral, mas de várias delas, incluindo aí o sistema de esteiras, o *just-in-time*, o sistema de células, enfim, diversas matrizes num mesmo processo de produção. Diferentemente de Farroupilha, onde o processo produtivo existente hoje se concentra apenas no planejamento e *design* de peças, além dos testes de qualidade e de mercado. Indagado também acerca do tempo de uso do maquinário da empresa, o interlocutor foi incisivo em informar tratar-se, em sua maioria, de máquinas novas, com pouco tempo de uso – 3 a 5 anos – com algumas poucas exceções.

Acerca da terceirização, quando indagado o entrevistado foi enfático em afirmar que a empresa Grendene não terceiriza qualquer de suas atividades, incluindo aí limpeza, alimentação e segurança. Além disso, afirmou ele não ter havido qualquer modificação no número de postos de trabalho a partir deste processo de reestruturação ocorrido em 2004. Em termos de produtividade, o entrevistado afirma ter havido crescimento com a reestruturação, algo em torno de 10 a 12% ao ano, segundo suas estimativas e seguindo a fluidez do mercado, ou seja, a partir da demanda posta para a empresa. Este processo, ainda segundo o entrevistado, não foi difícil de ser implantado.

Em termos de movimento sindical, o entrevistado afirmou que, em Farroupilha/RS, em função da pouca incidência de atividade produtiva propriamente dita, há pouca relação da

empresa com o sindicato dos trabalhadores. Isso acontece porque, segundo ele, a empresa procura respeitar toda a legislação trabalhista, não tendo interesse em agir de outra forma nesse sentido. Dessa forma, ele cita o exemplo do banco de horas, que salvaguarda tanto os interesses da empresa quanto dos funcionários em termos de carga horária de trabalho. Esta ação, segundo ele, tem sido validada a partir de demanda sindical ainda em Farroupilha/RS, antes da migração para o Ceará. Ainda tem a vantagem, segundo ele, de evitar demissões nos períodos de baixa procura pelos produtos da empresa. No que diz respeito à relação com os trabalhadores, o interlocutor observa uma inversão no que se refere ao tipo de trabalhador de Sobral e de Farroupilha. Antes, segundo ele, os trabalhadores oriundos de Farroupilha orientavam os trabalhadores de Sobral quanto à forma de agir na empresa, em termos de produção. Hoje, segundo ele, isso se inverteu, pois os trabalhadores de Sobral são constantemente inquiridos a orientar os seus pares de Farroupilha, especialmente na fase de criação de produtos, especificamente na correção de eventuais falhas de produção. Ele considera isso evolução para Sobral e involução para Farroupilha.

No tocante às justificativas de porque a Grendene decidiu se instalar em Sobral, o entrevistado acredita num conjunto de fatores como justificativa. De início, segundo ele, as relações sindicais em Farroupilha tiveram um peso considerável, já que houve um período turbulento nas relações entre as partes, inclusive com a deflagração de greves. Isso teria sido o estopim para a busca pela estratégia do deslocamento. Aliou-se a isso, segundo o entrevistado, a postura do governo do Ceará em oferecer incentivos fiscais, a partir de uma relação de parceria entre o então governador do Ceará e o presidente da empresa, que eram amigos pessoais. A questão da força de trabalho em especial é, segundo o entrevistado, um caso a parte. Ele não acredita que esse tenha sido um fator determinante para o deslocamento, ou seja, o valor da força de trabalho não tem o peso que se atribui a ele nesse processo. Isso porque, segundo ele, os valores pagos em Sobral e em Farroupilha hoje, são praticamente iguais, com custos de vida semelhantes. Quanto às estratégias junto aos trabalhadores para operacionalizar a mudança, o entrevistado afirma que esta foi bastante simples. A empresa tem diminuído a proporção de mão-de-obra utilizada em Farroupilha à medida em que aumenta o contingente em Sobral, em função apenas da troca do local de produção. Isso se deu de forma proporcional a esta mudança, até se completar todo o processo alguns anos depois. Ele reforça

que houve convite por parte da empresa para alguns funcionários, ou grupos de funcionários, para o deslocamento. Gerentes e cargos de chefia tiveram essa prerrogativa mais que os outros, trazendo benefícios extras para aqueles que aceitavam o chamado. Chama atenção ainda o interlocutor para o fato de que nem todos os setores migraram de Farroupilha para Sobral. Desenvolvimento de produtos e confecção de matrizes, por exemplo, pilares da constituição empresarial da Grendene, segundo o entrevistado, ficaram no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Carlos Barbosa, por razões técnicas – leia-se força de trabalho especializada.

Especificamente quando perguntado acerca dos resultados dessa mudança para a empresa, o entrevistado foi enfático em afirmar que foi uma decisão acertada a mudança, já que lhe proporcionou ampliação, crescimento e competitividade. Ele considera, inclusive, que esta mudança foi uma evolução natural da empresa, ou seja, se não fosse para o Ceará, seria para outro lugar, dada a característica inovadora da empresa. Ademais, em Farroupilha ela não teria, segundo ele, mais condições físicas de crescer, dado o espaço exíguo da cidade, a sede da Grendene fica localizada entre uma rodovia e um bairro residencial em Farroupilha. Outro fator mencionado pelo entrevistado como determinante para os bons resultados a partir da transferência para Sobral são os bons relacionamentos tanto com o governo do estado do Ceará, quanto com a prefeitura municipal de Sobral, relações de parceria, na sua avaliação. Ele destaca os serviços de assistência social, financeira, médica, odontológica, fornecidos pela empresa a seus funcionários e seus dependentes. Já em relação ao relacionamento da empresa com a prefeitura de Farroupilha, o entrevistado não se posicionou, alegando desconhecimento desde os treze anos que havia deixado a cidade.

Em termos de peso da Grendene para os municípios envolvidos no processo de migração da empresa, o entrevistado afirmou que reconhece a importância dela em ambos os locais; em Sobral, por razões claras, afinal seriam cerca de 18 mil funcionários, quase 10% da PEA local; assim, apesar dos incentivos oferecidos para sua permanência, ela, indiretamente, acaba por incrementar muito a economia do município. Em relação à Farroupilha, o entrevistado faz o mesmo raciocínio, já que o montante de funcionários presente lá ainda é significativo para o tamanho da economia local, cerca de 1.200 a 1.500 funcionários. De acordo ainda com o entrevistado, a Grendene, a partir desta parceria com os poderes públicos

do Ceará e Sobral, não cogitaria deixar o município, e nem estaria em condições de impor condicionantes para tal, uma vez que seria, de acordo com sua visão, menos importante e forte que os respectivos poderes públicos. Além disso, ela não conseguiria voltar, no patamar físico em que se encontra hoje, para Farroupilha, por questões de logística, não havendo mais qualquer espaço para tal.

Naquilo que tange à política pública do Ceará e de Sobral, questionou-se o fato de a empresa sentir-se parte de uma ação estatal nesse sentido. O entrevistado afirmou que acreditava que sim, em função de todas as informações prestadas quanto aos benefícios que a empresa tem trazido para o município. Tal fato, entretanto, não acontece em Farroupilha, onde, segundo ele, a empresa tem perdido um pouco de sua importância desde sua saída do município. Por fim, o entrevistado mencionou a cultura fabril como o principal legado trazido pela empresa Grendene para Sobral.

Aqui se pode afirmar que, entre outros fatores, o agendamento da entrevista com a Grendene em Sobral, mostrou-se algo complicado desde o início da pesquisa. Imaginava-se tratar-se do local de mais fácil acesso, dado o convívio com muitos de seus funcionários na Universidade, mas a realidade mostrou-se diametralmente contrária, nesse sentido. Os *gatekeepers* procurados, como a Diretoria de Recursos Humanos, o Setor de Relações Públicas e a Diretoria Industrial mostraram-se inicialmente abertos à entrevista, para em seguida mostrarem-se arredios à ideia, numa dubiedade que inviabilizou, em Sobral, que a voz da empresa fosse ouvida. A solução encontrada para o problema foi fazer a entrevista com uma *proxy* dessa voz, no caso um funcionário da empresa, que veio com ela de Farroupilha e que, por ser ex-aluno do Curso de Administração da UVA, ao saber do problema, se prontificou em ajudar, desde que sua identidade não fosse revelada. Em termos de informações, foi bastante interessante, embora se tenha ciência de que não se trata da voz da empresa. Esta dificuldade, entretanto, pode ser considerada sanável, na medida em que a voz da empresa Grendene se fez ouvir em Farroupilha, seguindo roteiro de entrevista semelhante, o que, nesse sentido, não parece ter prejudicado o trabalho. Vale lembrar que é em Farroupilha que está o comando da empresa, seu centro de decisões e que, portanto, sua voz neste local é mais incisiva que em qualquer outro. É possível que a orientação de não ser ouvida em Sobral tenha partido de lá. Por fim, novamente quanto à documentação da empresa em Sobral, nem

os poderes públicos, nem a própria empresa, obviamente, deram acesso a tais informações.

A quarta entrevista da pesquisa foi realizada já no município de Farroupilha junto ao representante do poder público local. Este se fez ouvir nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em uma sala de reuniões que esteve inacessível às demais pessoas presentes nas dependências da secretaria mencionada. A entrevista seguiu um roteiro pré determinado e foi gravada, estando os arquivos de áudio preservados e arquivados para eventuais necessidades.

De início, foi indagado ao representante da prefeitura local acerca de suas impressões sobre o programa de atração de investimentos praticado pelo estado do Ceará e a prefeitura de Sobral. Segundo ele, trata-se de uma guerra fiscal da qual ele se diz contra, uma vez que se renuncia à receita, desenvolve uma região e em contrapartida prejudica uma outra região. De acordo com sua avaliação, o estado do Rio Grande do Sul vem sofrendo muito nos últimos anos com essa guerra fiscal. Sabe-se, de acordo com ele, que não é uma postura somente do Estado do Ceará, mas também de outros estados, que nos últimos dez, quinze anos, levaram empresas do estado pra essas regiões. Criou-se, na sua perspectiva, uma cultura desenvolvimentista nesses estados, porém, os municípios que perderam as indústrias, passaram por sérias crises econômicas. Nesse sentido, ele afirma acreditar que possa haver políticas para desenvolver as regiões sem prejudicar outras, remetendo à lógica do pacto federativo.

Acerca da importância da Grendene para o município de Farroupilha, o entrevistado afirma se tratar de uma empresa extremamente importante; hoje ela tem todo o escritório, toda a parte administrativa, o desenvolvimento de novos produtos, a produção de amostras na cidade, ainda que não seja mais a empresa número 1 de Farroupilha. Segundo sua visão, ela já empregou milhares de pessoas e numa época em que a economia estava baseada no calçado. Farroupilha já teve, segundo ele, o seu ciclo de desenvolvimento; teve o ciclo do calçado, teve o ciclo da malha e, hoje, Farroupilha vive um outro cenário, uma outra realidade, na sua economia. A Grendene, lá no ápice, empregava de 4 a 5 mil pessoas diretas em Farroupilha, por volta dos anos 90. Numa cidade que, nos anos 90, de aproximadamente 40 mil pessoas, 10% da população estava empregada diretamente na empresa. Ressalta o entrevistado que esse percentual não era da população economicamente ativa, mas da população em geral. Imagina-

se, segundo ele, o impacto para economia local com a perda dessa empresa. E há relatos, segundo ele, de que, no seu ápice, o retorno de ICMS para município pela Grendene equivalia a todo o retorno de ICMS pro município equivalente a uma cidade como Canela. Então, foi, nesse sentido, um impacto muito grande, a perda da Grendene, já que o município passou por sérias dificuldades.

Todavia, de acordo com ele, aos poucos foi se re configurando o parque fabril. ‘Hoje, a indústria representa 60% da economia local, o comércio 21%, e a agricultura 10%, serviço 8%; desses 60% da indústria, o setor metalúrgico representa 25%. Trata-se, assim, de um novo parque fabril, que é regional – Caxias do Sul é um polo metal mecânico muito forte –, e Farroupilha acabou sendo absorvida por ele, nessa nova configuração. Ademais, de acordo ainda com o entrevistado, daqueles 60%, a indústria de papelão representa 21%; a indústria de plásticos, 12%; o setor malheiro, que foi um ciclo que veio logo após, ou quase que concomitante com o calçado, tem 11%; e calçados apenas 3%. Então calçado hoje é o quinto segmento da economia, o que representa uma atividade muito pequena sobre economia geral, 2% de todo o município. Assim, em Farroupilha, de acordo com o interlocutor, houve uma remodelação na estrutura do parque fabril, para sobreviver, e Farroupilha vive hoje esse momento: está nessa retomada do crescimento, com a diversificação da sua produtividade.

Questionado sobre a importância da empresa Grendene para o mercado de trabalho em Farroupilha nos dias atuais, o entrevistado foi enfático ao colocar que hoje a Grendene emprega uma mão-de-obra em postos mais técnicos, abarcando toda a parte de modelagem, toda a parte de criação, toda a parte de crédito, cobrança, vendas, exportação. Tratar-se-ia então, segundo ele, de uma mão-de-obra com uma remuneração maior do que antes. Todavia, hoje, grande parte dessa mão-de-obra não está em Farroupilha, apenas recebem salário na cidade. Isso é, segundo ele, uma dificuldade, mas faz parte do processo de desenvolvimento. No passado, complementa o interlocutor, a quantidade de funcionários era muito grande e eram moradores de Farroupilha, então a economia local era mais incrementada. Hoje, conclui ele, a receita não fica mais no município.

Em termos de percentual da PEA do município de Farroupilha empregado pela empresa antes e depois da mudança para Sobral, o entrevistado não foi preciso na resposta. Segundo ele, no ápice, diretamente, era cerca de 15% a 17%, fora os terceirizados,

empregados no corte e na costura que faziam um pouco de matrizaria etc. Assim, aproximadamente 20% da economia giravam em torno da Grendene. Hoje, segundo suas estimativas, pela representatividade no faturamento, Grendene tem uns mil a mil e duzentos funcionários em Farroupilha, o que representa um percentual muito inferior, ainda que continue sendo significativo para o município.

Ao ser questionado, em seguida, sobre que indicadores sociais que mais foram alterados com o movimento da empresa para o Ceará, o interlocutor citou o desemprego. Apontando para os dados do IBGE, ele enfatiza que 52% da população do município é formada por migrantes, dada a fama da cidade de empregadora. Com a saída da Grendene, essas pessoas ficaram desamparadas, aumentando os índices de solicitação de assistência social, à habitação, à saúde, à educação, e também cresceram os índices de criminalidade entre outros. Tudo isso se traduziu em um período bem complicado para Farroupilha, já que diminuiu a receita com um aumento do número de pedidos de benefícios. Sob a ótica do empresariado, complementa o entrevistado, a empresa tem que buscar as melhores oportunidades. Tal movimento deveria ser natural, todavia não seria natural a política de alguns estados de atração de investimentos via guerra fiscal. Lembra ainda o interlocutor que essa via pode se tornar de mão dupla a qualquer momento, ou seja, essas mesmas empresas que chegam a esses estados hoje podem amanhã deixá-los por outros. As empresas, segundo seu raciocínio, devem se sentir atraídas pela qualificação da mão-de-obra, pela localização geográfica, em termos de logística e não por benefícios artificiais, além da necessidade de que os estados pensem o crescimento de forma geral, como uma federação e não apenas centrado nos indivíduos.

Além dos prejuízos citados pelo entrevistado, relacionados à saída da empresa Grendene de Farroupilha, ele conseguiu observar uma única vantagem para o município neste movimento: na dificuldade, o município teve que diversificar seu parque fabril. Isso diminuiu sobremaneira a cultura, para a economia local, da dependência em torno de um único empreendimento, que era bastante arraigada. Tal movimento não se deu facilmente, até porque, segundo o interlocutor, não havia, à época, um plano de prevenção para uma situação desse tipo. Tanto que o PIB do município caiu drasticamente, num impacto muito negativo para a região em geral. Em resposta, houve o movimento de criação de novos distritos

industriais como uma política do município, numa tentativa de beneficiar pequenas empresas com a cessão de áreas pra ampliação. Essa foi, segundo ele, uma tentativa que, minimamente, funcionou, já que, naquele momento era necessário, de alguma forma, incentivar as pequenas empresas ao crescimento e à absorção da mão-de-obra ociosa.

Questionado então acerca da visão da prefeitura de Farroupilha hoje acerca da empresa Grendene, o entrevistado afirmou ser boa, por ser a Grendene uma empresa de ponta, que tem uma imagem positiva na comunidade, e que não é a culpada por ter migrado de Farroupilha, uma vez que empresas têm que saber utilizar o seu resultado. A Grendene foi atrás de oportunidades. Dessa forma, a imagem construída pela Grendene é, segundo o entrevistado, o de uma empresa com tecnologia avançada, criativa, inovadora. Isso decorre do produto que a Grendene faz hoje e que foi criado por ela: ‘plástico para produzir calçado, nos anos 80, tal fato era inimaginável’. Isso foi, para o interlocutor, uma grande sacada, uma das grandes inovações do Brasil. Essa é também, segundo ele, a visão da população de Farroupilha em geral, sobre a empresa.

Desse questionamento, derivou um outro acerca da existência de programas de geração de trabalho, de emprego e de renda no âmbito das políticas públicas municipais, se eventuais programas teriam surgido antes ou depois da saída da Grendene de Farroupilha. Em resposta, o entrevistado cita a política de doação de terras para as pequenas empresas, posterior à saída da Grendene. Todavia, essa política teria se esgotado, inclusive por uma certa falta de critério nessas doações, que exauriu a capacidade do município em continuar se apoiando nesse tipo de ação. A solução foi, segundo o entrevistado, a busca efetiva pelo desenvolvimento do município, não mais doando áreas, por exemplo, mas vendendo por um preço justo, com um período longo para pagamento, com uma taxa de juros baixa, conforme o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – faz hoje. Além disso, existem, segundo o entrevistado, programas de geração de emprego, em parceria com o SINE, por exemplo, que realiza um trabalho de requalificação das pessoas que estão no mercado; há ainda, segundo ele, o Projovem, que vai qualificar 400 pessoas; os cursos do Pronatec, e os do SENAI, com várias turmas, que formam muita mão-de-obra. Tudo isso em conjunto e de forma coordenada tem levado o município a viver o pleno emprego, segundo interpretação do interlocutor. Ademais, ainda segundo ele, o município não quer ficar refém de uma única

empresa metalúrgica, da empresa de plástico ou da empresa de papelão; quer sim dar um salto e buscar tecnologias de ponta, via pesquisa, e passar para um novo patamar de desenvolvimento.

Nesse sentido, segundo o entrevistado, Farroupilha quer ter não uma, mas algumas grandes indústrias instaladas no município, mas sem o fantasma da dependência completa. Assim, ele cita alguns exemplos nesse sentido no município: a Bigfer, que emprega 2300 pessoas; a Tramontina, que emprega quase 1000 pessoas; a Trombini, que emprega 600 pessoas; a Soprano, com quase 1000 pessoas; a Grendene com seus 1000 colaboradores. Destaca ainda que são grandes empresas, que têm uma penetração forte nos mercados nacional e internacional. Farroupilha tem, portanto, segundo a interpretação do entrevistado, um parque fabril muito intenso, tanto é que 60% da economia vêm da indústria, de acordo com ele.

Por fim, indagado sobre o que seria uma política pública social de trabalho na visão do poder público municipal, o entrevistado se referiu a ações para democratizar e universalizar o acesso aos benefícios. Nas suas palavras, se é oferecido um benefício para uma empresa, tem que se oferecer esse mesmo benefício para outras. Quando isso se democratiza, criam-se parâmetros para que as pessoas, os empresários reconheçam o porquê de estarem recebendo aquele benefício e o que o município espera de retorno. O município, segundo ele, tem que ser um regulador, deve fomentar, considerando o retorno desse investimento. Esse retorno deve ser revertido para a sociedade, a partir do poder público, para gerar, assim, o desenvolvimento almejado. Ainda de acordo com o entrevistado, quando se consegue desenvolver o setor produtivo, seja a indústria, o comércio, seja a agricultura, este aparece com mais pessoas empregadas. As pessoas trabalhando vão ter uma renda digna, que vai possibilitar a elas o acesso à educação, à saúde, à cidadania. Tudo isso gera crescimento social.

A quinta entrevista foi realizada junto ao representante da empresa Grendene, funcionário da área de recursos humanos, numa sala de reuniões na sede da referida empresa. Este espaço foi tornado privativo no momento da entrevista, que seguiu roteiro anteriormente estabelecido e foi gravada, o respectivo arquivo de áudio foi preservado para eventuais necessidades.

De início procurou-se estabelecer parâmetros acerca da atual estrutura da empresa

Grendene de forma geral, a partir do número de funcionários ligados a ela. O representante da empresa informou que hoje são 28.775 empregados. Desse montante, 27.445 estão na produção, alguns diretamente na linha de produção e outros indiretos. São profissionais que constroem matrizes, profissionais que dão apoio logístico à produção, profissionais de liderança de produção, mas todos ligados de alguma forma ao ambiente fabril. Desses profissionais, 1.300 compõem o corpo administrativo e comercial, que não têm nenhuma ligação direta com a produção, apenas trabalham com questões administrativas ou ligadas à área comercial. Especificamente em Sobral, de acordo com o entrevistado, são 20.684 funcionários hoje; 20.434 no fabril ou ligados à produção e cerca de 250 administrativos. Em relação à Farroupilha, são 1.750 funcionários, 540 ligados à produção de calçados ou matrizes, e 1.210 administrativos e comerciais aproximadamente. Em Farroupilha, nas palavras do entrevistado, 'ainda se produz alguma coisa, na verdade se desenvolvem o calçado, as testagens, assim existem mini-linhas de produção para entender se aquele calçado é possível de ser fabricado e a que custo ele será fabricado. Então há duas fábricas pequenas de injetados e montados, que geram mais ou menos uns quatrocentos empregos e cerca de 150 empregos de construção de matrizes, fabricação das matrizes para injeção'.

Acerca da composição do mercado consumidor da empresa, a informação dada pelo interlocutor foi a de que ele se divide entre nacional e externo. Nesse sentido e nas palavras dele, aproximadamente, respeitando a variação anual, 80% da produção vai para o mercado nacional e 20% para o mercado internacional. Essa informação considera valores. Em termos de volume, o mercado externo gira em torno de 30% e gira mais próximo de 70% em termos de mercado nacional. Sobre a conformação societária da empresa, foi dito pelo entrevistado que a empresa, conforme publicação no seu site, tem submissão a algumas *holdings*, mas não a outras empresas. Seriam essas *holdings* as principais acionistas e uma parte da empresa, 25% aproximadamente, estaria no mercado de ações, na Bovespa. Ainda de acordo com ele, a Grendene se classifica como empresa calçadista, que produz moda e, como atividade preponderante, tem hoje a produção de calçados de material sintético, de calçados injetados.

A relação com fornecedores é vista como sendo de parceria pelo representante da empresa, ainda que a empresa evite relações de longo prazo nesta seara. Isso, segundo ele, preserva a flexibilidade de negociação da empresa, que fica atenta às questões de faturamento,

vantagens competitivas, entre outros fatores que possam estar relacionados ao tempo de duração da parceria. Nesse momento, contraditoriamente, o entrevistado finalizou sua fala sobre este quesito, destacando a preocupação da empresa em manter relações estáveis e duradouras com seus parceiros fornecedores. Estes, por sua vez, e de acordo com o interlocutor, estão na área de plásticos, embalagens para calçados e alguns na área de maquinário (nacionais e internacionais).

Ao ser indagado sobre questões relacionadas à reestruturação produtiva na empresa, o representante da Grendene foi enfático ao afirmar que a empresa não tem passado por nenhum processo de reestruturação de grande importância ou relevância, nos últimos anos. O que há, segundo ele, é uma preocupação com o processo de melhoria contínua, deseja-se fazer mais com menos, o objetivo é tentar ser mais competitivo. Houve, ainda segundo o interlocutor, uma grande reformulação do parque fabril da filial de Sobral, em termos de novos maquinários – praticamente todo o parque foi reformulado – nos últimos dois anos. Há ainda, de acordo com ele, máquinas por vir, pois, no contexto sobralense, a empresa passa por processo de melhoria contínua. Ele afirma que, em relação à Farroupilha, o mesmo processo de melhoria contínua também acontece, embora não sejam, nas suas palavras, grandes processos de reestruturação produtiva. De acordo ainda com o entrevistado, isso ocorre porque a empresa já alcançou a excelência há algum tempo, mas permanece em vigilância constante nesse sentido.

Ao se pedir detalhes acerca desse processo de reestruturação, especialmente no que se refere às questões organizacionais, o representante da empresa afirmou que há um alinhamento forte entre os gerentes responsáveis pela questão em todas as unidades fabris. Há uma direção geral para todas as plantas industriais da empresa, segundo ele, o que acaba por uniformizar os métodos de gerenciamento da produção. Este gerenciamento, segundo ele, se dá pela leitura de indicadores de produção, e não por programas de qualidade do tipo ISO, por exemplo. A partir destes indicadores, de acordo com suas colocações, mensuram-se as fábricas que estão entregando melhor os resultados, os que estão entregando os resultados que demandam alguma ação. Dessa forma, realiza-se uma ação pontual para essas ações que apresentaram um resultado inferior ao que se tem como expectativa. Outro item indagado foi a respeito da idade do maquinário utilizado pela empresa. Nesse sentido, foi dito pelo

entrevistado que, em Sobral, o maquinário suporta entre 3 e 5 anos, pois houve uma reformulação grande no parque e, em Farroupilha, entre 10 e 15 anos. No tocante à terceirização dentro da empresa, foi informado pelo entrevistado que se terceirizam atividades de vigilância, de refeição, por exemplo, em Farroupilha faz-se a terceirização do transporte e da vigilância e, em Sobral, se terceiriza refeição. Essa diferença se dá, segundo ele, porque no Sul há a possibilidade de se contar com vigilância armada – pelo maior risco (na unidade existem alguns setores financeiros), que, em Sobral, não há. Ademais, há também em Farroupilha, de acordo ainda com o entrevistado, o desenvolvimento do produto, o que deriva uma questão de sigilo de informação. Isso gera um resguardo maior da planta de Farroupilha nesse sentido. Por fim, segundo o entrevistado, no Sudeste e no Sul do país não se consegue contratar vigilantes com a mesma facilidade que se consegue na unidade de Sobral, então por isso se terceiriza essa atividade em Farroupilha.

No tocante ainda a reestruturação produtiva e acerca da rotatividade da mão-de-obra a partir desse processo, foi informado pelo entrevistado que não ocorreram grandes alterações nesse sentido. Em Sobral, ainda de acordo com ele, a reestruturação entre 2007 e 2008 – anos de crise internacional – com foco nesse trabalho de melhoria contínua, a produtividade melhorou bastante, obtiveram-se melhores resultados. Ademais, ainda segundo o entrevistado, o resultado das vendas, principalmente no ano de 2012, cresceu bastante, neutralizando qualquer necessidade de se fazer desligamentos, também não houveram contratações diante desta conjuntura. Segundo o entrevistado, esse movimento natural fez com que se absorvesse a mão-de-obra através do faturamento. Especificamente em relação ao aumento de produtividade, o entrevistado informou que ocorreu a produção de uma quantidade maior de pares de calçados por funcionário. Havia, segundo ele, uma ideia prévia de capacidade produtiva (em todas as unidades), de aproximadamente 190 milhões de pares no ano, no início da crise. Com a melhoria contínua, essa capacidade ultrapassou os 200 milhões de pares por ano. A empresa pôde crescer, principalmente em 2012, sem a necessidade da construção de uma nova fábrica. O entrevistado salienta, nesse sentido, não só o papel da organização da produção nesse processo, mas também a chegada de novo maquinário para este processo. Segundo ele, isso não se aplica totalmente a Farroupilha por ser esta uma unidade que produz apenas para desenvolvimento do produto e não para sua comercialização.

No que se refere às questões de relacionamento da empresa com o sindicato dos trabalhadores, foi informado pelo interlocutor que este relacionamento nunca é direto, da Grendene, mas via sindicato patronal. Segundo ele, a Grendene acaba participando por ser uma das empresas que fazem parte da entidade, em algumas localidades com mais força, por ser a maior, em outras localidades com um peso um pouco menor, mas a base do relacionamento sempre foi, nas suas palavras, o mais amigável possível, de tentar sempre o diálogo, buscando negociar pra evitar os conflitos. Por este motivo, segundo o entrevistado, a empresa tem, no seu histórico, quase que zero questões de movimentos grevistas. Isso é decorrente, segundo o interlocutor, do processo de negociação: se há algum problema, por exemplo, de algum trabalhador que procura o sindicato, a empresa apresenta o canal aberto para que o sindicato a procure - claro sem expor o trabalhador, mas citando as circunstâncias que estão acontecendo. A partir dessa informação, a empresa toma suas providências internas. Tudo isso, segundo o entrevistado, sempre via sindicato patronal. Vale lembrar aqui que esta informação mostrou-se inconsistente em comparação às informações dadas pelo sindicato dos trabalhadores em Sobral, que afirmou ter canal direto de diálogo e negociação com a empresa. Ao ser questionado nesse sentido, o representante da Grendene em Farroupilha sustentou a sua informação, salientando que, de outra forma, não haveria a convenção coletiva que existe entre Grendene e os respectivos sindicatos de trabalhadores. Ele, então, atribuiu a contradição das informações ao fato de, no caso específico de Sobral, o presidente do sindicato ser um supervisor de recursos humanos da própria Grendene, dado que não existem, segundo ele, outras empresas no setor no âmbito do município cearense. De todo modo, o entrevistado enfatizou, finalizando sua fala nessa questão, que a Grendene não negocia com o sindicato dos trabalhadores, mas sim por meio do sindicato patronal.

Indagado sobre eventuais diferenças ou semelhanças entre os funcionários da empresa em Sobral e Farroupilha, o entrevistado citou, de início, a produtividade – lembrando que agora não se produz mais (em Farroupilha) em alta escala como se produz em Sobral – mas, nas suas palavras, olhando pro passado, essa produtividade seria semelhante, com uma vantagem competitiva em Sobral: um absenteísmo muito menor. O absenteísmo no Sul, segundo ele, girava em torno de – principalmente no período de inverno – entre 2,5% e 3%, e nos períodos de verão entre 2% e 2,5%; o absenteísmo em Sobral gira em torno de 1% e

1,5%. Então isso faria com que houvesse uma necessidade menor de funcionários pra suprir esse absenteísmo, mas a produtividade em si, de maquinário, de esteira, é muito semelhante. Nesse sentido, ainda de acordo com o entrevistado, haveria uma vantagem produtiva em Sobral, dada a menor necessidade de reservas pra suprir as eventuais faltas.

Sobre os motivos que fizeram a empresa Grendene optar pelo deslocamento para Sobral, o entrevistado informou que ocorreu uma resposta a um convite. Segundo ele, um empresário do setor teria dito que estava em dificuldades financeiras em Fortaleza, e a Grendene, na pessoa do seu proprietário, ou dos seus proprietários, foi convidada (pelo então governador do estado do Ceará) a assumir essa empresa, para que as pessoas não ficassem desempregadas e a empresa continuasse a trabalhar em Fortaleza. Dessa forma, intensificou-se a aproximação com o governo do Ceará, e na sequência ocorreu o convite da família Gomes, que na época dirigia Sobral, na figura do seu prefeito (hoje o governador do estado do Ceará, e irmão do ex governador, que teria feito o convite original). Num primeiro momento a empresa, segundo o interlocutor, apresentou um comportamento conservador e cauteloso, não construiu de imediato a fábrica, mas alugou um pavilhão em Sobral; fez um teste. Os resultados positivos fizeram com que a empresa construísse a primeira fábrica e reconhecendo que ali havia uma grande oportunidade. Especificamente acerca dos incentivos ofertados à empresa pelo governo do estado do Ceará e pela prefeitura municipal de Sobral, questionou-se ao interlocutor se tais instrumentos já estavam presentes à época do referido convite mencionado por ele. Sua resposta foi inconclusiva (ele não soube responder sobre essa existência nessa época). Todavia, afirmou que os incentivos, de fato, existem hoje e que estão amplamente divulgados inclusive no site da empresa, especialmente na seção de relacionamento com investidores. Eles são tanto incentivos estaduais quanto municipais, nas palavras do entrevistado, e bastante relevantes para a decisão da empresa de se instalar definitivamente em Sobral, destaca ainda que não só no estado ou na cidade de Sobral, mas para permanência no país, nas palavras do interlocutor, especialmente por conta do nível da competição externa existente.

Foi feito questionamento ao entrevistado sobre a questão do eventual planejamento acerca da mudança de Farroupilha para Sobral. Segundo suas informações, a empresa convidou gestores pra ir a Sobral, num primeiro momento – essa mudança demorou no todo

mais ou menos cinco anos. Naturalmente ia-se crescendo em Sobral e ia-se reduzindo em Farroupilha e, nessa subida a Sobral, levavam-se gestores para ocupar cargos de primeiro escalão, de segundo escalão e cargos técnicos, a fim de fazer o processo de conhecimento pra mão-de-obra em Sobral, que não conhecia, por exemplo, injetados e as nuances de uma indústria. Havia, no contexto sobralense, a falta da cultura de indústria, por isso a empresa chegou a fazer movimentos do tipo levar praticamente um avião fretado de auxiliares e supervisores pra Sobral, que teria um grande potencial de crescimento. A empresa contratou, segundo o entrevistado, uma profissional de Sobral, que fazia o recrutamento das pessoas, na maioria dos casos, pessoas jovens, na unidade de Farroupilha; levava essas pessoas a Sobral, mostrava-lhes a cidade, dentro de um trabalho de integração, e a partir daí, se definia se a pessoa recrutada desejava mesmo ficar lá. Caso quisesse, aí se providenciava moradia, enfim, num primeiro momento os fatos ocorreram assim, nessa alavancagem. Depois a partir de 1999/2000, a situação se estabilizou em Sobral e desapareceu a necessidade de se exportar profissionais de Farroupilha para Sobral, bem como de oferecer facilidades para o deslocamento), de acordo com o entrevistado. Ainda segundo ele, apesar de todo esse esquema descrito, o crescimento da companhia não foi planejado. Caso contrário o processo de recrutamento descrito teria sido uma opção, e não uma imposição para o funcionário da unidade de Farroupilha. Embora, muitas vezes, a vaga que ele ocupava não existisse mais em Farroupilha, ele, na visão do representante da empresa, teria a opção de se desligar, caso não quisesse migrar para Sobral (de início com uma série de benefícios e facilidades disponibilizados pela empresa).

Acerca dos setores transferidos para Sobral, o representante da Grendene informou que todos os setores fabris o foram, principalmente, segundo ele, em função dos incentivos, além das questões relacionadas à mão-de-obra, entre elas a própria disponibilidade de oferta desse insumo. O entrevistado afirmou categoricamente que, hoje, se a Grendene estivesse em Farroupilha com 10% do tamanho de planta de Sobral, ela não conseguiria mão-de-obra para operar. Por esses fatores, a avaliação do representante da empresa é a de que a decisão de mudança mostrou-se acertada. Segundo ele, trata-se de uma das empresas no país que mais cresceu nos últimos vinte anos. Talvez no ramo do calçado tenha sido, segundo ele, a que mais cresceu, estando entre os vinte maiores empregadores do país. A Grendene é décimo oitavo

empregador do país, com um constante crescimento de receita, constante crescimento de rentabilidade, enfim, os indicadores da empresa, nesses vinte anos cresceram bastante. O interlocutor cita inclusive o último guia da Revista Exame, que mostra, por exemplo, a Grendene, hoje, como a maior empresa de liquidez no país, ou seja, talvez a mais sólida, num mercado que, na sua interpretação, não tem essa característica. Ainda segundo ele, o mercado calçadista é um mercado de altos e baixos. De acordo com dados do entrevistado, em Farroupilha existem, hoje, mais ou menos trinta empresas calçadistas; elas juntas não entregariam o que a Grendene entrega em Farroupilha, onde ela não emprega muita gente. Segundo ele, ‘são empresas que já chegaram a empregar 200, 300 pessoas cada uma, e hoje empregam 15, 20. Então, ele conclui: este é um mercado bem instável e se tivesse ficado em Farroupilha, com certeza, ela não seria a Grendene que é hoje e talvez nem estivesse aqui, pois algumas empresas do ramo suas contemporâneas, não estão aqui’.

Ainda sobre questões relacionadas à mudança, o interlocutor coloca que a grande modificação para a empresa, se deu em termos culturais. Segundo ele, a Grendene cresceu muito enquanto empresa, inclusive assimilando valores da cultura nordestina, naquilo que ele chama de via de mão dupla, ou seja, de intercâmbio cultural. Isso ocorre porque, de acordo com o interlocutor, está havendo uma inversão de fluxo de mão-de-obra, com alguns funcionários que se destacam no Ceará sendo enviados a Farroupilha com o intuito de fomentar a sede da empresa com conhecimento técnico antes ausente do ambiente fabril.

Em termos de relacionamento com o poder público no Ceará, o interlocutor destaca que a relação tende a ser de um certo distanciamento, tentando não ser, nas palavras dele, uma empresa pedinte. Nesse sentido procura ter uma relação mais transparente, mas menos ligada politicamente, para evitar o que ele chama de contrapartida, que mais cedo ou mais tarde vai ser cobrada. Segundo o representante da empresa, há um código de conduta que orienta os funcionários, especialmente os gerentes, compradores e executivos a evitarem receber presentes de valor superior a R\$100,00. Aquilo que chega à empresa em valor superior costuma ser doado a instituições necessitadas. Todavia, ele salienta que a empresa tenta manter uma política de boa vizinhança e de aproximação, quando necessário. Sendo enfático, o interlocutor afirma que a Grendene é uma empresa que procura se afastar o máximo possível da questão política, especialmente em momentos eleitorais, mantendo uma linha de isenção e

neutralidade.

Em termos de autoimagem no sentido da importância que a empresa tem para o município de Sobral, o interlocutor coloca que percebe esta importância ao olhar para o crescimento de Sobral, a infraestrutura de Sobral. Ele ressalta que, no passado, a empresa foi mais importante para Sobral, pois foi mais um agente alavancador, naquele momento. Hoje, segundo ele, existem muitas outras oportunidades em Sobral. Tal fato, inclusive, gera alguma dificuldade para encontrar mão-de-obra masculina; isso é um sinal de que a economia de Sobral já não gira tanto em torno da Grendene como no passado. Todavia, é fato também, segundo o entrevistado, que ela se reconhece como a empresa mais importante de Sobral, percebe que qualquer movimento brusco que ela fizer vai ter um impacto grande em Sobral, não só em Sobral, mas em todo estado do Ceará, assim, por hora e por muito tempo ainda, deverá ser muito importante pra cidade de Sobral. No tocante à Farroupilha, a empresa tem a maior folha de pagamento do município, segundo ou terceiro maior empregador do município, cerca de 1.600 funcionários. Nesse sentido, afirma o interlocutor, a Grendene ainda é muito importante para Farroupilha

A respeito do programa de atração de investimentos do governo do estado do Ceará, a Grendene, através de seu representante, afirma ter um olhar externo para a conjuntura associada, observando assim, o quanto o Ceará cresceu nesse período, e não só graças à vinda da Grendene, mas em função da engenhosidade do programa de forma geral. Em termos de Sobral, a leitura é semelhante, com ênfase no fato de que o município hoje é uma referência no Nordeste em termos de exportação, com taxas de desemprego abaixo da média da região, e com um crescimento do PIB abundante nos últimos vinte anos. Além dos empregos diretos criados, o interlocutor menciona os empregos indiretos, bem como a vinda de investimentos industriais e de outros tipos a partir da atração de grandes empresas como a Grendene. O interlocutor chama esses empreendimentos de sistemistas, ou seja, empreendimentos que gravitam em torno de um maior, criando um sistema de produção conectado a partir de um núcleo central.

Diante do questionamento sobre a perspectiva, ou não, de permanência da Grendene no estado do Ceará e mais precisamente em Sobral, o representante da empresa afirma que não há qualquer condicionante posto por ela para essa permanência, inclusive do ponto de

vista técnico, já que a empresa mantém parcerias interessantes nesta área no âmbito do município, o Serviço Nacional da Indústria – SENAI –, por exemplo, que atende às suas demandas em termos de treinamento da mão-de-obra. Ademais, segundo ele, não há nenhuma perspectiva de saída da Grendene do município de Sobral, nem de retomar parte ou toda a sua produção para Farroupilha. Isso se daria em parte, segundo ele, porque a empresa se sente parte de uma política pública social importante para o município, haja vista os números grandiosos relacionados à empregabilidade que ela traz pra Sobral, entre 20% e 25% da PEA local. O mesmo raciocínio o representante faz em se tratando de Farroupilha, colocando a empresa como uma entidade que defende o tripé sustentabilidade baseado na economia, no meio ambiente e na área social. Nesse sentido, salienta o entrevistado, a Grendene entende uma política pública social como um processo de crescimento constante, com a geração de empregos e, ao mesmo tempo, com a promoção de educação e de saúde. Nesse sentido, a Grendene trabalha essas questões diretamente junto ao poder público municipal, muitas vezes, ou internamente, colaborando com os indicadores sociais da localidade onde se encontra. Na área específica do trabalho, o representante da empresa considera que a Grendene cumpre seu papel social de forma emblemática, ao criar o quantitativo de empregos que cria no município.

A última entrevista foi realizada junto à representante do Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Farroupilha, nas dependências do referido sindicato, em sua sala de reuniões da diretoria, que se manteve fechada para quaisquer pessoas que não o entrevistado – o representante membro da diretoria do sindicato – e o entrevistador. A entrevista foi gravada, e o arquivo em áudio encontra-se preservado para eventuais necessidades.

De início, o interlocutor foi questionado acerca de como o sindicato via o programa de atração de investimentos do estado do Ceará. Em resposta, informou que, à época, lhes foi apresentado este programa como justificativa para a saída da empresa de Farroupilha, ou seja, os incentivos fiscais seriam uma oferta irrecusável para a empresa naquele momento histórico. Ademais, segundo ele, o preço da mão-de-obra em Sobral seria outro fator determinante para a decisão da empresa, dado o impacto que representa nos custos de produção. Diante disso, o representante sindical informou que foi feita uma articulação através da prefeitura municipal e do governo do estado, para tentar reverter a situação, solicitando desses poderes públicos uma postura semelhante em termos de incentivos, no intuito de evitar a migração da empresa.

Todavia, segundo ele, essa postura não foi a adotada pelos poderes públicos locais, fazendo com que a empresa efetivasse o processo de mudança. A justificativa foi a de que se abrisse para a Grendene, tanto o governo quanto a prefeitura municipal teriam que estender para as demais empresas, o que impactaria, sobremaneira, de forma negativa, as contas públicas. Já o movimento sindical local, segundo o interlocutor, não esboçou reação contundente diante do fato, uma vez que havia o receio por parte da categoria de perda imediata dos postos de trabalho. Ademais, segundo o sindicalista, o processo foi sendo feito por etapas, com pouca transparência acerca dos reais motivos para as demissões, que passaram a ocorrer a partir de um dado momento.

Um fato relevante, mencionado pelo entrevistado, dá conta de um breve histórico acerca do surgimento, crescimento e saída da empresa de Farroupilha. Segundo o sindicalista, com o surgimento da Grendene como indústria produtora de calçados, foi criado um bairro – o bairro Primeiro de Maio – em função daquilo que a Grendene se transformou. Ela começou pequena e cresceu, chegando a um momento em que precisou do poder público para criar loteamentos populares a fim de viabilizar que as pessoas dos municípios vizinhos viessem a Farroupilha, dada a demanda crescente por mão-de-obra. Com a saída da empresa, o resultado é que hoje há um bairro, onde moram algo em torno de oito mil pessoas, é maior do que duzentos e poucos municípios gaúchos, cujos moradores (trabalhadores) tiveram que buscar em outros setores suas colocações no mercado de trabalho. Farroupilha passou a viver uma crise séria durante um determinado tempo (de 1996 a 2003). Depois desse período crítico, o município conseguiu se reorganizar, recebendo novas unidades produtivas e promovendo a diversificação da produção, não mais concentrada no setor calçadista.

Questionado sobre qual seria a visão do sindicato acerca da empresa atualmente, o sindicalista afirmou que a entidade compreende que a empresa tem, em Farroupilha, os setores de desenvolvimento do produto, de compra e de venda de insumos e de produtos, além do setor administrativo. Todavia, para efeito de arrecadação para o município e para o estado, nada é recolhido aqui. Tudo, nesse sentido, é feito no Nordeste. Assim, segundo o entrevistado, apesar de ainda existir a geração de, aproximadamente, mil e oitocentos empregos que é a parte tecnológica e a parte de compra e venda e administrativa, isto não seria relevante em termos de arrecadação para o município.

Acerca dos impactos sofridos pelo sindicato de Farroupilha com a saída da empresa, o interlocutor ressalta que, contraditoriamente, o número de associados até cresceu, entre 2003 e os dias atuais, saltando de 900 associados para cerca de 1.800 associados, atualmente. Todavia, ele lembra que se faz necessária uma visão mais acurada dos fatos para uma interpretação completa da questão. Ocorre, segundo ele, que, num primeiro momento, houve uma queda brusca no número de associados em função da saída da empresa entre 1994 e 2003, sendo o efetivo remanescente oriundo dos setores que permaneceram em Farroupilha. Depois disso, houve um crescimento relativamente pequeno no número de associados e infinitamente menor do que ocorreria, se a empresa tivesse permanecido no município. Ademais, cabe lembrar, que esse número atualizado conta com trabalhadores de algumas pequenas empresas do setor que permanecem em Farroupilha. Outra dificuldade apontada pelo representante sindical dá conta da perda de benefícios por parte dos associados do sindicato em função da queda em sua arrecadação, além de uma fase de contenção forte de gastos internos para que a entidade pudesse se manter funcionando.

Para o município como um todo, o sindicalista percebe que houve, como legado de todo esse processo, uma diversificação da indústria. Segundo ele, havia uma indústria concentrada em torno do calçado. Hoje em dia, ela é muito diversificada, com produção em vários setores industriais, como o setor metalúrgico, de móveis, de estofados, de malhas, de confecção, de calçados entre outros. Nesse sentido, a transferência da Grendene para Sobral acabou não sendo de todo ruim, pois a dependência excessiva que existia passou a não existir mais, tornando a cidade mais autônoma, especialmente em termos de arrecadação. Para os trabalhadores especificamente, o sindicato percebe que houve uma necessidade de requalificação que se mostrou imperiosa, uma vez que a cara da indústria local mudou, assim como as profissões necessárias para dar vazão às mudanças na matriz produtiva. Além disso, ressalta o entrevistado, ocorreram mudanças na infraestrutura à disposição dos trabalhadores locais em comparação com o período anterior à presença da Grendene no município. Como exemplo, ele cita o fato de que antes havia transporte próprio, e hoje isso não ocorre com as outras empresas, que não têm transporte próprio. Isso fortaleceu o setor de transporte coletivo, que não é público, é privado, concedido, mas houve modificação nesse sentido. Vale ressaltar outra peculiaridade desse momento específico: com a saída da Grendene de Farroupilha,

aconteceu uma grande migração populacional a partir do município. Muitos trabalhadores, sem emprego, preferiram sair da cidade a se deslocar com a empresa ou buscar emprego em outro setor da economia. E isso se tornou ainda mais grave porque muitos desses trabalhadores chegaram à cidade trazidos por outro trabalhador, já residente, que recebia gratificação da empresa para indicar potenciais trabalhadores, dada a escassez de mão-de-obra existente à época. O resultado, de acordo com o depoimento do representante sindical, foi um nível de desemprego violento no município, gerando desdobramentos negativos para a conjuntura local, como, por exemplo, a desestruturação familiar em grande escala, havia muitos casos de famílias inteiras de habitantes locais trabalhando na empresa num mesmo momento.

Indagado acerca da existência de diálogo entre o sindicato e a Grendene, hoje ou no passado, o representante sindical foi taxativo ao afirmar que tal diálogo não existe e nunca existiu. Segundo ele, trata-se de empresa totalmente independente, não aceitando qualquer intervenção, sugestão, opinião externa às suas ações ou intenções. Isso inclusive, segundo o interlocutor, teria sido um fator agravante à época da saída da empresa de Farroupilha, pois não houve grandes explicações a respeito, tudo foi feito a toque de caixa e de forma arbitrária, sem consultas, avisos prévios, ou coisas do gênero.

Questionado sobre uma possível tentativa de solução conjunta entre o poder público local e o sindicato diante da saída da Grendene de Farroupilha, o sindicalista afirmou que, à época, o sindicato chegou a procurar o poder público solicitando que este buscasse, na região, empresas dispostas a se instalar em Farroupilha a partir de algum tipo de incentivo, direto ou indireto, por exemplo, intermediação de aluguel de espaços. Isso resultou na vinda de algumas empresas para a cidade, numa tentativa de reverter, ainda que parcialmente, o estrago causado pela saída da Grendene.

Sobre a visão do sindicato a respeito da Grendene, o sindicalista mostrou uma visão simples e direta acerca da questão, pois, segundo ele, há total independência entre as duas entidades, cada um faz o seu papel, sem maiores diálogos e nenhuma cooperação de parte a parte. Quanto à visão que o trabalhador tem hoje da empresa, ele afirma que, provavelmente, é boa, uma vez que são poucas as reclamações trabalhistas oriundas da empresa nos dias atuais. A explicação está no fato de que a tendência é de acomodação de quem fica após enfrentar

uma crise das proporções da que viveu Farroupilha no caso da Grendene. Acerca de uma possível articulação com o poder público local, no sentido de buscar pensar uma política pública de trabalho de forma conjunta, o sindicalista afirmou que, no início, o sindicato até procurou este caminho, mas não obteve nenhum retorno positivo, fazendo com que a relação se mantivesse inalterada desde então.

Por fim, numa visão geral acerca da problemática apresentada, o sindicalista afirmou que julga injusta a forma como se dá o processo produtivo como um todo, especialmente quanto à distribuição dos resultados desse processo. Porém, mesmo a partir desse raciocínio, não conseguiu apresentar uma sugestão alternativa para o problema.

Todas essas informações obtidas junto aos *gate keepers* das instituições pesquisadas, além daquilo que se pode observar diretamente em termos de conjuntura social, associadas ao objeto deste estudo e às informações oriundas do levantamento e análise documental, passam agora a ser comparadas analiticamente com aquilo que se obteve durante o levantamento bibliográfico.

Esta análise crítica é a tentativa de compreensão mais ampla acerca daquilo que motivou esta pesquisa, ou seja, o movimento da empresa Grendene e sua relação com as políticas públicas locais, percebida nos desdobramentos disso para as respectivas sociedades envolvidas.

CAPÍTULO III - O MOVIMENTO DA GRENENE E AS TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES

3.1 – Metodologia de análise

Neste capítulo, a ideia é comparar as informações obtidas em cada localidade – Sobral e Farroupilha – e para cada parte – trabalhadores, poder público, e empresa – com o levantamento bibliográfico inicial, a fim de que se possa vislumbrar a conjuntura vivenciada pelos envolvidos no processo. É um esboço demonstrativo acerca da realidade social dos municípios, onde a empresa Grendene realizou e tem realizado seus movimentos buscando-se identificar, a partir dos dados obtidos na pesquisa bibliográfica, na análise documental e nas entrevistas, a lógica de todo este processo - do movimento do capital, da intervenção e da gestão pública a respeito, e principalmente, de todas as nuances que atingem a categoria trabalho envolvida.

A referida confrontação está centrada nas categorias trabalho, políticas públicas e políticas públicas sociais, como forma de organizar a análise, não havendo qualquer compromisso com algum tipo de rigidez – ideológica ou de formatação – no que diz respeito à apresentação dos fatos ou à análise dos dados apresentados. No que diz respeito à categoria trabalho, inserida aqui como elemento central da questão social, o que se pretende é observar, a partir do movimento realizado pela da empresa Grendene, como os três agentes sociais locais envolvidos (trabalhadores, poder público e a própria empresa) se colocaram e quais os desdobramentos disso para as respectivas comunidades. A teoria acerca da categoria trabalho, apresentada nesta tese, passa então a ser confrontada, em todas as suas nuances, com as políticas públicas (ou com a ausência delas) perpetradas pelos poderes públicos locais e com os discursos daqueles que representam os agentes sociais participantes, na busca por compreender e explicar as realidades locais em termos, principalmente, de mercado de trabalho (geração de emprego e renda, de criação de postos de trabalho, de desemprego, e de quaisquer outras questões relacionadas ao tema do trabalho).

Em termos de políticas públicas e especialmente políticas públicas sociais, a busca aqui segue a lógica de desnudar, a partir do movimento do capital já mencionado, as relações

existentes nas localidades estudadas no que se refere a um suposto desenvolvimento local. Nesse sentido, o que se quer é entender, a partir das políticas públicas postas em prática e do uso de instrumentos de diversas naturezas – por exemplo, os fomentos públicos, notadamente os incentivos fiscais e outras formas de incentivos – como o referido desenvolvimento é percebido e perseguido, não só pelos poderes públicos locais, mas pelos representantes da classe trabalhadora, e pela empresa Grendene. Tal percepção surgirá da interposição entre a teoria, os dados documentais levantados, e os discursos dos referidos agentes sociais acerca da questão, como já salientado.

O termo desenvolvimento local encerra em si um sem número de subtemas, o que por sua vez enseja outra variedade de posicionamentos e interpretações. Nesse caso, este capítulo pretende se ater às questões mais relevantes sobre o tema para a categoria trabalho – presentes na teoria consultada, nos dados documentais levantados e nas vozes dos agentes entrevistados²⁵ –, buscando perceber esse (pretense) desenvolvimento específico, como uma consequência das ações de cada um dos agentes envolvidos no processo aqui estudado, qual seja, o movimento do capital (Grendene) e seus desdobramentos socioeconômicos.

3.2 – Os dados e os incentivos fiscais

Uma das questões em pauta no cenário sócio-político-econômico brasileiro atual responde pelo nome de guerra fiscal, estando tal questão intrinsecamente ligada ao objeto deste estudo. Como já comentado, trata-se de uma espécie de jogo de ações e reações entre governos estaduais e municipais na tentativa de captar, via atração, investimentos privados, especialmente, embora não exclusivamente, aqueles de cunho industrial.

Apesar da ênfase que tal fato passou a ter a partir da década de 1990, não se trata de um instrumento recente de política pública de desenvolvimento regional; mas, ao contrário, é uma ação pública bastante recorrente nessa seara, fundamentalmente em países de economia heterogênea, como é o caso do Brasil. No caso brasileiro, a novidade é a forma como essa conduta tem se dado na contemporaneidade, especialmente no que diz respeito ao seu pacto

²⁵ Sobre o tema do desenvolvimento local associado à questão dos incentivos fiscais, ver o trabalho de Dulci (2002).

federativo, constantemente inobservado em função, principalmente, da falta de meios de regulação por parte do Estado capazes de atenuar os seus impactos sobre estas relações federativas.

Nesse sentido, Dulci (2002) afirma ser bastante apropriado o termo guerra fiscal, que caracteriza as relações de disputa e conquista entre os entes federativos brasileiros, num descompasso em relação à organização federativa do país; concebida como forma de tentar superar o desafio de construir, a partir da diversidade social brasileira, uma unidade – ou algo próximo disso – interna, eficiente e duradoura. Na prática, segundo este autor, o que ocorreu, no Brasil, foi uma progressiva omissão do governo federal, desde o período da ditadura militar até recentemente, no tocante a ações discricionárias no campo do desenvolvimento regional e local e a sua substituição por iniciativas baseadas no capital privado. Tal fato criou uma série de verdadeiras lacunas socioeconômicas em determinadas regiões do país e abriu espaço para os leilões de incentivos que se passou a verificar nestas mesmas regiões.

A origem dessa situação está, portanto, nas desigualdades regionais do país e na limitação de recursos públicos para investimentos capazes de atenuar estas desigualdades. Daí passa a ser oportuno, para alguns estados-membros da União, além dos municípios, buscar atrair investimentos utilizando-se do artifício dos incentivos, especialmente os de cunho financeiro e fiscal. A lógica da criação de novos empregos, da diversificação da produção local, e dos potenciais efeitos multiplicadores desses investimentos é a justificativa para a forma de atração adotada. Isso, do ponto de vista da unidade do país, pode significar um prejuízo, a partir do impacto social que tais renúncias podem significar, uma vez que corroem as finanças públicas, comprometem receitas futuras e desviam os chamados preços relativos. Trata-se, ainda de acordo com Dulci (2002), de um cenário que acaba por privilegiar os estados mais ricos da federação, com maior poder de barganha e capacidade financeira para arcar com este tipo de política fiscal e financeira, o que, por sua vez, aumenta as desigualdades regionais, ao invés de diminuí-las.

Do ponto de vista empresarial, ocorre algo semelhante, na medida em que as empresas mais beneficiadas pelas políticas públicas de incentivos fiscais são justamente as maiores, especialmente as multinacionais, que acabam sendo o destino da maioria dos subsídios governamentais. As grandes empresas nacionais, que vêm em segundo lugar na hierarquia dos

incentivos, acabam por contornar suas dificuldades nesse sentido através do seu poder de barganha no mercado interno consumidor e os pequenos e micro empresários, o elo empresarial mais fraco dessa corrente, padecem na perda de competitividade em relação a seus concorrentes de outros estados que adotam os incentivos como política pública de desenvolvimento local. Todo esse processo denota não só situação de desigualdade, como também explica, ao menos em parte, fenômenos como o do crescimento da economia informal no tocante às atividades produtivas do país (DULCI, 2002). Cabe lembrar que, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE –, 52% dos empregos formais do país – ou 40% da massa salarial – em 2012 estavam sob a égide das empresas de menor porte²⁶. Tal fato sinaliza para a importância dessa questão.

O componente político não deve ser negligenciado quando se analisa a realidade brasileira no que diz respeito às políticas públicas de desenvolvimento regional e local, inclusive porque elas ajudam a explicar o motivo pelo qual o instrumento dos incentivos fiscais têm estado no protagonismo dessas políticas na contemporaneidade. Desde os anos 1930, o processo de industrialização da economia brasileira tem tido um caráter concentrador, com uma centralização no eixo Rio-São Paulo e uma política cambial historicamente inibidora de importações, protegendo fortemente o setor industrial. Assim, como ação compensatória para as demais regiões do país, era prática do Estado brasileiro a adoção de políticas regionais e locais que pudessem atenuar as desigualdades nascidas dessa situação. Esse era, portanto, o pacto federativo, que tentava obter algum equilíbrio entre as unidades territoriais brasileiras, num contexto de fragilidade e instabilidade econômica própria daquele período histórico. Isto se deu até o final dos anos 1980, quando o papel desempenhado pelo Estado nesse sentido foi enfraquecido, lançando as bases para o que depois viesse a se consolidar como o ambiente propício para o surgimento e desenvolvimento da guerra fiscal (DULCI, 2002).

Nesse novo cenário, cabe destacar o setor automotivo como o ambiente-termômetro capaz de medir as mudanças em curso. De acordo com Arbix (2002), foi nesse setor que as políticas de incentivos fiscais e financeiros encontraram o terreno mais fértil para se disseminar, com início ainda nos anos 1970, em Minas Gerais, com a montadora Fiat, até o início dos anos 2000, onde outros estados como Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, e Bahia,

²⁶ A partir do site <http://economia.uol.com.br>, com data de 22/01/2013, acessado em 16/08/2014.

além de Rio de Janeiro e São Paulo, puderam atrair ou redirecionar investimentos no setor, a partir da adoção dos incentivos, conforme Quadro a seguir.

Quadro 5 – Unidades da indústria automobilística implantadas ou redirecionadas internamente no Brasil, 1996-2001

UF	Empresas Automotivas
Bahia	Ford
Goiás	Mitsubishi
Minas Gerais	Mercedes Benz (atualmente Daimler-Chrysler e Fiat-Iveco)
Paraná	Chrysler, Renault e Audi-Volkswagen
Rio de Janeiro	Volkswagen e Peugeot-Citroen
Rio Grande do Sul	General Motors e Navistar
São Paulo	Honda, Toyota e Land Rover

Fonte: ARBIX, 2002.

De todas essas situações, a mais emblemática e notória foi a batalha – a metáfora em torno do termo guerra fiscal não é apenas retórica – pela fábrica da Ford, já mencionada nesta pesquisa e que acabou instalando-se na Bahia, em detrimento do Rio Grande do Sul, à custa de uma elevada renúncia de impostos, que envolveu diretamente e inclusive o governo federal, que até aquele momento pregava a não interferência nas disputas entre estados; enfraquecendo o rigor do ajuste fiscal posto em prática pelo mesmo governo federal naquele momento histórico²⁷. Outra situação interessante no contexto da guerra fiscal, à época, diz respeito ao êxito experimentado pelos estados da Bahia e do Ceará em atrair investimentos industriais no setor de calçados. Parte da indústria de calçados do Rio Grande do Sul se

²⁷ De acordo com reportagem do Jornal Folha de São Paulo, de 21/07/1999, *Incentivo à montadora valerá até 2010*, ocorreu uma situação inusitada na lógica da guerra fiscal nesse episódio particular. Os contratos de efetivação das fábricas da Ford e da General Motors estavam apalavrados com o então governador do estado do Rio Grande do Sul, restando apenas a confirmação de sua reeleição para a assinatura dos mesmos. O candidato de oposição, entretanto, havia dito em campanha que, caso vencesse o pleito, iria rever tais contratos, pois considerava os termos por demais onerosos aos cofres públicos estaduais. Com a vitória da oposição, os contratos foram revistos, com aquiescência da General Motors e divergência por parte da Ford, que acabou se instalando na Bahia a partir dos incentivos lá oferecidos e da anuência do governo federal da época.

transferiu para esses dois estados nos anos 1990, em especial a empresa Grendene, que sozinha era responsável por 20% da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS do município de Farroupilha/RS, até meados dos anos 1990²⁸.

Reconhece-se, nesse sentido, aquilo que Salvador (2010) denomina de fundo público, numa perspectiva keynesiana, ou seja, o Estado passando a ter uma ação efetiva na administração macroeconômica, formatando e regulando as relações sociais a partir das relações econômicas, estas pré-formatadas e pré-reguladas, sob a égide das políticas públicas de fomento ao capital, ou ao desenvolvimento, a depender do discurso. Em termos de incentivos fiscais enquanto instrumento de políticas públicas, no caso da empresa Grendene, objeto deste estudo, as situações são distintas em ambas as localidades, onde ela preponderantemente se insere.

Em Sobral, observa-se que os incentivos fiscais desempenham papel central no contexto de sua industrialização recente, que teve (e tem tido) na referida empresa aquilo se pode chamar de seu caso âncora. Essa centralidade é observada nas informações acerca do período específico de instalação da empresa Grendene em Sobral, as quais mostram o crescimento da relação incentivo/arrecadação (ou Repasses para o FDI/Arrecadação de ICMS) no estado do Ceará em uma década mais que dobrando em termos de pontos percentuais, e quintuplicando, em termos absolutos, o volume de recursos destinado aos incentivos fiscais, conforme a tabela 20. Cabe ressaltar que este período de dez anos corresponde exatamente ao período de vigência do primeiro termo de incentivos celebrado entre o governo do estado do Ceará e a empresa, que poderia ou não vir a ser renovado findo este intervalo temporal, a partir da avaliação de ambas as partes acerca dos resultados auferidos.

²⁸ Segundo dados da Revista Exame, publicado no site <http://exame.abril.com.br>, em 01/11/2000. Acesso em 10/08/2014.

Tabela 20 – Arrecadação de ICMS e Repasses para o FDI (R\$ 1000,00) – Ceará - 1995/2003

ANO	ICMS	FDI	FDI/ICMS (%)
1995	950.664.926,64	74.996.843,89	7,89
1996	1.182.979.371,57	103.574.719,09	8,76
1997	1.242.052.546,55	115.222.182,67	9,28
1998	1.347.680,940, 98	152.727.024,20	11,33
1999	1.527.714.348,86	224.291.435,00	14,68
2000	1.867.769.374,74	280.227.106,33	15,00
2001	2.121.415.826,30	303.526.489,52	14,31
2002	2.423.268.265,99	370.363.539,81	15,28
2003	2.633.552.518,11	440.814.792,39	16,74
TOTAL	15.297.098.119,74	2.065.744.132,90	-

Fontes: SEFAZ/CE – SDE/CE e ARAGÃO, 2005. Elaboração Própria.

A partir de 2003 foram introduzidas modificações na legislação que regulamentava a questão dos incentivos na economia cearense, com o estabelecimento de uma maior qualificação nos critérios de concessão desses incentivos, além de uma maior seletividade no que se refere ao tipo de atividade econômica a ser incentivada. Entende-se essa mudança por uma lógica que se origina na busca pela atração de investimentos industriais para uma região carente desse tipo de inversão e totalmente despovoada nesse sentido, e que, passada uma década, passa a ser cobrada em termos dos resultados propostos, especialmente na apresentação de indicadores comprobatórios acerca da diminuição da pobreza e incremento nos níveis de renda do estado e dos municípios envolvidos nesse processo. Cabe lembrar que, no período em questão (1995-2003), havia saído, dos cofres públicos cearenses, algo em torno de R\$ 1,3 bilhões como rubricas de incentivos fiscais – não somente para empreendimentos industriais, mas principalmente para estes – quando a renda per cápita familiar era de R\$ 191,10.²⁹

²⁹ Conforme ARAGÃO (2005), a partir de dados da SEFAZ/CE e IPECE.

Os números relativos a esta mesma relação, por exemplo, repasses para o FDI/Arrecadação de ICMS no estado do Ceará, para anos mais recentes (2008-2010) demonstram essa inflexão, a relação nesse período não chega a 2%, para aquilo que o governador do estado, à época, Tasso Jereissati, chamou de reflexão acerca do modelo de desenvolvimento econômico implementado no Ceará no espaço de duas décadas. Segundo ele³⁰, era necessária maior seletividade na concessão de incentivos, e uma inclinação do modelo de desenvolvimento local para a inclusão social. Na prática, porém, essa orientação parecia tentar sanar outra questão: o comprometimento agudo das finanças do Estado nas últimas décadas. Nesse sentido, Aragão (2005) afirma que o discurso do poder público local muda naquele momento, passa a propagar uma preocupação com um desenvolvimento local de cunho endógeno e baseado na inclusão social, a partir da criação de Arranjos Produtivos Locais, limitando os incentivos a percentuais cada vez maiores de pequenas e médias empresas.

No caso da empresa Grendene, entretanto, a preocupação do governo cearense não se confirma, uma vez que os incentivos destinados a ela permaneceram vantajosamente inalterados desde sua instalação até o ano de 2019, em função da renovação das concessões ocorrida ainda em 2009. A partir de dados obtidos junto à própria empresa Grendene, o montante de empréstimos mensais para formação de capital de giro obtido junto ao governo do estado do Ceará correspondeu, entre 1994 e 2009, a 100% do valor de ICMS devido, com a previsão de pagamento pela empresa de 25% deste valor. Ou seja, o estado do Ceará renunciou a 75% do valor de ICMS a que tinha direito junto à empresa Grendene como forma de incentivá-la a vir e permanecer no Ceará por uma década. Na renovação desse incentivo (até 2019), os montantes permaneceram praticamente iguais, pois, apesar de uma queda de 25% (indo a 75%) no montante de empréstimos mensais para formação de capital de giro, a previsão de pagamento pela empresa despencou para 1% – queda de 24 pontos percentuais – mantendo praticamente inalterada a renúncia fiscal praticada pelo governo cearense (ALMEIDA, 2009).

Não obstante o tamanho da renúncia praticada pelo poder público cearense em relação à empresa Grendene, Almeida (2009) ressalta a importância que o setor industrial e a referida

³⁰ Entrevista ao Jornal O Povo, em 24/03/2002, conforme ARAGÃO (2005).

empresa têm tido em relação à arrecadação do município de Sobral. A partir de dados obtidos junto à Prefeitura Municipal de Sobral e ao seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, para o ano de 2000, o referido autor constata que 80% do montante de ICMS arrecadado pelo estado do Ceará em Sobral/CE era oriundo da indústria e, deste montante, 65% provinha da empresa Grendene. Ainda de acordo com este PDDU, entre 1993 e 2001, a arrecadação de ICMS em Sobral/CE cresceu em quase 500%, e o repasse do imposto pelo governo do estado, aproximadamente 200%. Ora, se a empresa Grendene responde por 65% do montante desses impostos, pode-se imaginar, a despeito dos incentivos destinados a ela, a sua importância para as finanças públicas municipais, conforme a tabela 21 demonstra.

Tabela 21 – Evolução do ICMS de Sobral – 1993/2001

Ano	Repasse de ICMS para Sobral/CE	Arrecadação de ICMS em Sobral/CE	Acréscimo percentual em relação a 1993	Receita municipal efetivamente arrecadada
1993	5.284.498,00	13.147.616,00	-	20.249.138,00
1994	5.838.818,00	25.907.498,00	97,10%	15.596.805,00
1995	9.113.707,00	42.494.533,00	223,20%	22.313.276,00
1996	10.936.105,00	57.499.533,00	337,30%	27600.600,00
1997	12.313.924,00	55.761.862,00	324,10%	36.350.473,00
1998	13.322.383,00	56.685.852,00	331,10%	77.539.685,00
1999	13.395.325,00	51.139.876,00	289,00%	84.972.171,00
2000	14.258.721,00	63.593.630,00	383,70%	94.382.525,00
2001	15.858.470,00	77.734.297,04	491,20%	93.153.219,00

Fonte: ALMEIDA (2009), com dados da Prefeitura Municipal de Sobral/CE – Manual do Investidor. Elaboração própria.

Em termos de incentivos fiscais locais, a cidade de Sobral conta, conforme já mencionado neste estudo, com o seu Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral – PRODECON, instituído pela Lei Municipal n° 313, de 26/06/01, que criou um fundo de incentivos municipais com vistas à implantação, à ampliação, à realocização, à diversificação ou à modernização de empresas de tipo industrial, comercial, de turismo e de infraestrutura. O

objetivo era/é estimular o fluxo de investimentos para Sobral/CE, buscando aumentar os níveis locais de produção, ampliar a geração de emprego e renda, e elevar o nível de qualidade de vida da população. Os recursos para tal vieram/vêm de dotações orçamentárias específicas (para apoio à implantação de distritos industriais), de parte da receita do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, de parte do Imposto sobre Serviços – ISS arrecadado, da execução do próprio PRODECON, e de outros recursos, incluindo aí empréstimos, oriundos da União, Estado e Município. Ademais, era/é também de responsabilidade deste Fundo, a viabilização, em potencial, de infraestrutura, tais como vias de acesso aos locais dos empreendimentos, abastecimento d’água, rede de esgotos, pavimentação, comunicação telefônica, rede elétrica, bem como a doação de terrenos.³¹

Ainda no tocante ao PRODECON enquanto instrumento de política pública focado nos incentivos fiscais, cabe destacar que se trata de uma nova postura política no que diz respeito ao território, como bem ressalta Almeida (2009) em seu trabalho. Assim, segundo este autor, são articulações sócio-espaciais antes presentes apenas nas esferas Federal e Estadual, com ênfase na atração de novas atividades produtivas, e que agora chegam ao âmbito municipal, inserindo diretamente este município, na disputa por novos investimentos do capital. Nesse sentido, ainda de acordo com Almeida (2009), o documento intitulado Manual para Investir em Sobral, até recentemente disponível no site da Prefeitura Municipal de Sobral, produzido pela atual Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Industrial, lista uma série de vantagens (segundo seu editor) em se investir em Sobral, sendo este um lugar fértil (nas palavras do Manual) para a reprodução (ampliada, grifo nosso) do capital investido.

O referido autor compara o documento a um portfólio de venda do município, onde, segundo ele, os espaços de reserva existentes são leiloados a atores hegemônicos (como a empresa Grendene, por exemplo). Ademais, o citado documento passa a imagem de Sobral como a de um município moderno, modernizado, numa postura vanguardista no tocante ao seu desenvolvimento, aos níveis de competitividade e aos arcabouços tecnológicos e organizacionais, qualificando-o, portanto, a disputar os capitais com qualidade no mercado.

³¹ Informações contidas no corpo da Lei Municipal nº 313, de 26/06/01, da Prefeitura Municipal de Sobral, disponível em www.sobral.ce.gov.br, com acesso em 17/08/14.

Percebe-se que a gestão municipal de Sobral tem optado por produzir um ambiente – em forma e conteúdo – que visa atender de forma eficiente às necessidades de reprodução do capital. O PRODECON tem a proposta de ser o instrumento viabilizador dessa empreitada, atraindo não só empreendimentos industriais, mas também diversos tipos de empresas de consumo, que têm se instalado a partir do aumento do mercado consumidor sobralense, que se deu a partir da expansão do emprego formal no município. Segundo a referida Secretaria Municipal, entre 2002 e 2005, foram aprovados trinta empreendimentos no município, gerando uma previsão de criação de 16.828 empregos diretos (vide tabela 22), com grande participação da empresa Grendene neste montante, a partir da instalação de sua sétima unidade produtiva, baseada nestes incentivos fiscais (ALMEIDA, 2009).

É importante mencionar aqui alguns fatos: primeiro, os dados não puderam ser atualizados em função do redimensionamento pelo qual passou o site da Prefeitura Municipal de Sobral na troca da gestão municipal (da anterior para a atual), tendo sido retiradas algumas informações consultadas anteriormente de cunho econômico, financeiro e até fiscal. O Manual para Investir em Sobral, por exemplo, não se encontra mais disponível, assim como não estão os efetivos resultados acerca das projeções originais de metas de atração de investimentos, níveis de empregabilidade esperados, e patamares alcançados de acréscimos de renda em geral. Em segundo lugar, essas informações de atualização foram solicitadas à Secretaria Municipal de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Sobral, à época das entrevistas realizadas com seu interlocutor em Sobral, mas elas, apesar de prometidas, ainda não nos foram disponibilizadas.

Tabela 22 - Resultados PRODECON Sobral - 2002/2005

Item	Quantidade
Pleitos Aprovados	38
Empresas Implantadas	10
Empresas em Tramitação	15
Empresas em Implantação	13
Número de Empregos Previstos	16.828
Total de Investimentos (atraídos e projetados)	R\$ 252.026.604,27

Fonte: ALMEIDA (2009), com dados da Prefeitura Municipal de Sobral/CE – Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Elaboração própria.

Ainda a este respeito, o governo do estado do Ceará divulgou, em seu site oficial, em 15 de janeiro de 2014, o balanço acerca dos resultados das atividades do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE – de 2013. Na ausência de dados atualizados acerca do PRODECON, esse balanço pode ser considerado um indicador relativamente próximo a respeito. O título da nota é: *Governo divulga resultado de R\$ 5,25 bi em atração de investimentos* e, nela, há uma descrição da estrutura e atuação do CEDE, informando o crescimento na procura por investimentos no Estado do Ceará, fruto do que ele chama de agressiva política de atração de investimentos do Governo Cid Gomes, colocando o estado como um dos mais competitivos na abertura de novos negócios. Além de citar os números acerca dos setores mais beneficiados com a referida política agressiva³², a nota demonstra o direcionamento da política pública de atração de investimentos do Estado do Ceará como um instrumento que se contrapõe ao pacto federativo e à cooperação entre estados e municípios da União como forma de alavancar o desenvolvimento em todas as regiões do país, a despeito das disparidades regionais a serem corrigidas.

Tendo como pano de fundo a geração de empregos, a postura do governo cearense denota sua conduta voltada para a competição por investimentos forâneos, conforme se percebe nos discursos obtidos nesta pesquisa junto aos interlocutores ouvidos, já que todos foram unânimes em fazer algum tipo de relação, positiva ou não, entre o movimento da Grendene e a agressividade da política industrial praticada no Ceará via incentivos fiscais. Resumidamente, conforme a Tabela 23 a seguir, são essas as informações da nota.

Tabela 23 – Atração de Investimentos no Ceará 2011/2013

Ano	Nº Protocolos	Valor Investimentos	Empregos Gerados
2011	Não divulgado	R\$ 3,99 bilhões	9.629
2012	Não divulgado	R\$ 4,51 bilhões	14.783
2013	82	R\$ 5,25 bilhões	16.136

Fonte: Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE. Elaboração própria.

³² Dados da nota obtidos em www.adece.ce.gov.br, com acesso em 17/08/14. o teor completo da nota encontra-se nos anexos desta pesquisa

Também de acordo com o CEDE, em 2012 havia 304 empresas incentivadas e monitoradas através do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI – do estado do Ceará, sendo, entretanto considerado dado sigiloso o nome dessas empresas, bem como os valores relativos a tais operações de incentivo, conforme discorre o artigo 22, II e VI da Lei Estadual 15.175/2012.³³

Estas informações suscitam algumas indicações pertinentes aqui: primeiro, é importante o papel dos incentivos fiscais como instrumento de política pública de desenvolvimento no âmbito do estado do Ceará, sendo considerado positivo, pelo governo do estado, seu caráter agressivo enquanto fomentador da competitividade do estado na abertura de novos negócios; o setor de calçados é inserido no rol dos setores industriais interessantes para a economia do Ceará enquanto alavancadores do desenvolvimento local; é considerado, inclusive, trabalho-intensivo, se comparado aos demais setores citados; os montantes de recursos postos à disposição dos investidores bem como sua taxa de crescimento nos últimos anos demonstram a tese levantada por Almeida (2009), de que o Ceará prepara para o capital, através de sua política de incentivos, um espaço interessante de reprodução.

As entrevistas realizadas em Sobral com os agentes envolvidos no movimento da empresa Grendene, descritas no capítulo anterior, confirmam a tendência observada na conjuntura local acerca dos incentivos fiscais. O representante do sindicato, por exemplo, enalteceu o programa de atração de investimentos industriais do estado do Ceará em relação ao município de Sobral, enfatizando que a vinda da empresa para o município iniciou um efeito em cadeia, atraindo novas empresas, que contribuiriam para a geração de empregos e de renda, alavancando o desenvolvimento local. Nesse sentido, chegou a comparar a presença da empresa e sua atuação a um termômetro da economia local, em função, principalmente, do grande número de empregos gerados, que também representa um efeito multiplicador no âmbito do mercado de trabalho e do mercado consumidor locais, dado o impulso no nível de renda da população. Isto, ainda segundo ele, torna o município um *locus* interessante de novos

³³ Dados obtidos em www.adece.ce.gov.br, com acesso em 17/08/14.

investimentos. Ademais, e igualmente de forma relevante, o sindicato menciona o surgimento da cultura fabril na cidade como um dos legados deixados pela atração da empresa Grendene para o município.

O sindicato, que, segundo seu representante, foi constituído após a chegada da empresa Grendene à Sobral, devido à óbvia demanda apresentada por seus funcionários, percebe o surgimento da cultura fabril na cidade a partir desta chegada. Essa cultura foi traduzida numa mudança de mentalidade por parte dos trabalhadores que passam pela empresa e também assimilada pela população de modo geral. Esse fenômeno, de acordo com sua fala, é percebido como salutar para a cultura local, sendo referenciado como um divisor de águas para o município em termos de desenvolvimento. É, numa interpretação inversa, algo semelhante aquilo a que Alves (2005) chama de captura da subjetividade operária, nesse caso, ainda numa perspectiva taylorista-fordista, dada a incipiência da produção industrial no município de Sobral.

Ademais, ainda de acordo com a perspectiva do sindicalista, o mercado de trabalho sobralense foi, positivamente, afetado a partir da chegada da empresa, que sozinha absorveu cerca de 10% da população local na posição de seus funcionários, número considerado significativo. Denota, assim, de acordo com ele, a grande importância da empresa para o mercado local de trabalho. Ainda sobre os impactos advindos da chegada da empresa Grendene a Sobral, o representante do sindicato destacou o aumento da influência do município sobre seus pares circunvizinhos, especialmente no que se refere à atração de mão de obra. Isto impacta na busca por capacitação e qualificação profissional, por exemplo, com desdobramentos sobre instituições como a universidade e a rede escolar de ensino técnico. É esse, portanto, na sua visão, o legado advindo dos incentivos fiscais exitosos na atração da empresa para o município.

Já na visão do representante da representante da STDE acerca do Programa de Atração de Investimentos Industriais do estado do Ceará, como já mencionado no capítulo anterior, no tocante ao município de Sobral, trata-se de um divisor de águas para o município, que se iniciou quando o governador do estado do Ceará, Cid Gomes, era prefeito de Sobral. Na visão do entrevistado, foi a ação direta deste governante que trouxe a empresa Grendene a Sobral, através de um programa de desenvolvimento estratégico, cujo mérito maior foi o de

proporcionar à referida empresa um ambiente propício a uma dinâmica empresarial capaz de dar a ela a dimensão que tem hoje e, em contrapartida, a região recebeu desta empresa uma nova cultura, a cultura industrial. Dessa forma, novamente corrobora-se a tese de Almeida (2009).

Essa nova cultura, a que o representante do poder público local chama também de nova tecnologia, é, nesse sentido, um novo tipo de trabalho para a cidade, uma nova capacidade laboriosa, o trabalho industrial no fabrico de calçados. Inédito na região onde se insere o município de Sobral, esse novo *know how* beneficiou, além da cidade, mais quarenta municípios vizinhos, cuja população também compõe um número considerável de trabalhadores para a empresa.

Ademais, ainda segundo o representante da prefeitura, o quantitativo de força de trabalho absorvido pela empresa, aliado ao número de unidades fabris presentes no município a partir de sua chegada, injeta recursos na economia sobralense da ordem de aproximadamente 15 milhões de reais ao mês, valor que duplicaria quando computado o pagamento de décimo terceiro salário. Assim, tem-se um verdadeiro círculo virtuoso da economia local, inclusive de forma redentora quanto aos incentivos fiscais, complementa ele, dado que a injeção desse volume de recursos na renda geral do município, indiretamente incrementa a arrecadação, fazendo crescer o consumo público e privado, além do nível de investimentos derivados.

Esta então parece ser a visão predominante no município de Sobral acerca da chegada da empresa Grendene: um elemento de inflexão modernizadora, por assim dizer, dada a forma de sua inserção no mercado de trabalho local, em todos os sentidos, ou seja, tanto no seu fomento, ou seja, seu crescimento, a partir do nível de empregabilidade que representou ao chegar, quanto na sua ideologização, com o advento do sentido de fábrica, ou da captura da subjetividade operária, e não operária também. Percebe-se nesse sentido, a sincronia de ideias entre o poder público local e o sindicato dos trabalhadores no setor calçadista de Sobral, inspirados na ideologia do capital, representado aqui pela visão da Grendene.

No que diz respeito ao tema dos incentivos fiscais e ao representante da empresa Grendene em Sobral, também ouvido durante as entrevistas, há que se lembrar o que o interlocutor nesse caso acabou sendo um funcionário da empresa de hierarquia gerencial, em função das nuances acontecidas quando das tratativas para a realização da entrevista no

município.

Assim, ao externar sua opinião acerca dos incentivos fiscais e a visão da empresa a respeito deles, foi taxativo em afirmar que este não foi o único, nem o principal fator considerado pela empresa para realizar o movimento de deslocamento para Sobral. Nesse sentido, enfatiza que as relações pessoais existentes à época entre o presidente da empresa e o então governador do estado do Ceará teriam tido um peso importante nesse processo, inclusive no tocante ao oferecimento também de incentivos fiscais como parte do convite feito à empresa pelo governo do estado do Ceará, além de outras questões. Destas, as que mais chamaram atenção nesse sentido foi a dita relação conflituosa existente entre o sindicato dos trabalhadores do setor calçadista de Farroupilha e a Grendene na época e as limitações de ordem física para o crescimento da empresa naquele município gaúcho. A esse respeito, é curioso perceber, na fala do referido interlocutor, uma ênfase no tocante à contradição que ele verifica no processo de movimento da empresa a partir de Farroupilha.

Segundo ele, a mudança teria sido fruto, principalmente, do que ele denomina evolução natural da empresa, o que, na sua visão, portanto, independeria do local de destino da produção da empresa. Nas suas palavras, [...] *se não fosse para o Ceará, seria para qualquer outro lugar, dada a característica inovadora da empresa* (informação verbal)³⁴. Esta colocação revela-se na contramão de tudo que é afirmado, em Sobral, acerca da chegada da Grendene, ou seja, de que ela foi atraída pelo estado do Ceará a partir de uma política agressiva de incentivos, quando se encontrava numa posição de passividade e acomodação quanto ao seu tamanho de planta produtiva. Em parte parece ser verdade que houve o processo de atração e que este se baseou nos incentivos enquanto instrumento eficaz para dar-lhe bom termo mas a empresa, por seu turno, já se via impelida a tal movimento, independente de local ou tipo de incentivo que viesse a receber. Isso aconteceu porque já não havia espaço físico suficiente em Farroupilha que comportasse a necessidade de ampliação da sua planta produtiva.

Cabe ressaltar também outra questão relevante acerca dos incentivos fiscais e o estabelecimento da empresa em Sobral: existe, no senso comum da sociedade sobralense, uma espécie de temor quanto a uma eventual saída da empresa do município, no caso de uma

³⁴ Informação fornecida pelo representante da empresa Grendene ouvido em entrevista em Sobral.

suspensão ou mesmo finalização dos incentivos fornecidos pelo governo do estado do Ceará. Segundo o interlocutor que representou a voz da empresa em Sobral nesta pesquisa, esse temor seria injustificado por dois motivos: primeiro, ele não considera a empresa suficientemente forte junto aos poderes públicos locais, governo do estado e prefeitura municipal, para impor condições à sua permanência; e, em segundo lugar, o patamar físico alcançado pela empresa impediria, naturalmente, um retorno à Farroupilha e à sua antiga planta produtiva, dadas as questões de espaço físico já mencionadas aqui.

Vale salientar que o interlocutor, aparentemente, não considera dados relevantes para externar esta opinião, tais como o nível de empregabilidade da empresa no município de Sobral, bem como o nível de guerra fiscal em que se insere a economia industrial brasileira, além da capacidade de mobilidade e flexibilização presente no âmbito das grandes empresas, em nível local, nacional e internacional. A empresa Grendene, inclusive, mostra-se bastante característica nesse sentido, dada a sua capacidade de desmobilização e reimplantação de sua estrutura física dentro do próprio espaço que ocupa no município de Sobral hoje.

Os meios de comunicação locais, regionais e nacionais, nas mais diversas formas de mídia, noticiam o processo migratório da empresa Grendene de Farroupilha para Sobral das mais diversas formas, com leituras variadas e distintas acerca do fato. Em Sobral os informes, reportagens e editoriais que enfatizam a questão dos incentivos como pano de fundo, tratam da questão, desde o início das operações da empresa, com uma visão semelhante à encontrada entre os interlocutores locais ouvidos nesta pesquisa.

O periódico *Correio da Semana*, por exemplo, em matéria veiculada em 06/03/1993, destaca a instalação de um polo calçadista na cidade de Sobral/CE, enfatizando, naquele momento histórico, a potencial elevação do nível de renda e emprego no município e região. Além disso, enfatiza-se a qualificação técnica da mão-de-obra local, numa versão diferente do já mencionado aqui, espírito de fábrica oriundo da chegada da Grendene. Mencionou também o periódico a fomentação aos fornecedores de couro e peles produzidos na região enquanto matéria-prima para a nova indústria – afirmação inadvertida, uma vez que a Grendene não fabrica, nem nunca fabricou calçado de couro em Sobral, e sim à base de plástico injetado –, além da fixação da população em sua região de origem, contendo o fluxo migratório.

Na mesma edição, o periódico entrevista Dalcides Portolan, gerente industrial da

empresa à época, Este, ao elencar os fatores que incentivaram a Grendene a realizar o movimento em direção a Sobral, cita além da questão da mão-de-obra abundante, o seu baixo custo e alta maleabilidade (maleável aos interesses da empresa, fácil de ser cooptada e transformada em algo mais interessante para a empresa). Além disso, menciona o interesse do governo do estado do Ceará em criar instrumentos novos capazes de manter o homem local na sua origem, através da oferta de emprego.

Lembra ainda esta edição do Correio da Semana, que a Grendene iniciou suas operações em julho de 1993, empregando algo em torno de 600 trabalhadores, sendo que em novembro deste mesmo ano já contava com 1.100, quase o dobro, portanto. A produção, nas palavras do gerente industrial mencionado, já era de 412.000 pares em agosto de 1993, saltando para 1.200.000 pares em outubro do mesmo ano, e o primeiro projeto visava uma fabricação de 2.500.000 pares/mês como média até o final daquele ano.

Passados quatro anos desta edição, a voz do Correio da Semana em relação à Grendene e à questão dos incentivos fiscais oferecidos a ela como instrumento de atração, havia mudado pouco. Segundo matéria veiculada na edição de 22/2/1997, a Grendene tinha mudado o perfil econômico da cidade de Sobral, sendo a única grande empresa industrial presente na cidade, empregava um grande contingente da população local, cerca de 4,8 mil pessoas, com uma folha de pagamento de R\$ 1,5 milhão/mês, cifra 25% maior que a arrecadação de impostos da prefeitura municipal naquele momento histórico. Ao comparar o faturamento da empresa em 1996 com o orçamento público local no mesmo ano, chega à constatação de que o primeiro (R\$ 293,6 milhões) supera o segundo (R\$ 48 milhões) em mais de seis vezes. Isso sugere o papel protagonista da empresa na melhoria das condições econômicas e sociais do município, de forma inclusive mais contundente que a própria ação governamental direta nesse sentido, além de sugerir fundamental ao poder público sua participação (da empresa) na suposta parceria entre ambos nesse projeto.

Afirmou categoricamente, inclusive, o senhor Cid Gomes, então prefeito do município de Sobral/CE em entrevista ao site da revista Exame, em 01/11/2000, que “[...] assim como os árabes se voltam todo dia para Meca para rezar, deveríamos nos voltar para a Grendene e

agradecer”³⁵. A despeito dessas interpretações, a empresa nada tem a reclamar do ponto de vista do retorno de seus investimentos na região, uma vez que os números de resultado que apresenta tem sido, desde aquele momento histórico, robustos, se comparados à indústria em geral. Segundo a Grendene, em seu relatório publicado em 2005, houve crescimento no faturamento em onze vezes e, no lucro, em dez vezes, entre 1994 e 2005. Para o período mais recente, entre 2007 e 2009, ver capítulo 2 desta pesquisa. A última série histórica da empresa sobre esses indicadores, publicada em seu Relatório Anual 2013 mostra a mesma tendência de crescimento, embora em patamares mais modestos.³⁶ Ainda, segundo a empresa, estes resultados foram e continuam sendo obtidos por meio das condições mais competitivas encontradas em Sobral, tanto em termos de mão-de-obra, quanto em relação às vantagens oferecidas por meio dos incentivos fiscais.³⁷

A partir do trabalho de Almeida (2009), constata-se que a mesma publicação de 2005 mostra que esta prática da busca por incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura, no cotidiano da empresa, não se limitou a Sobral ou ao estado do Ceará. De acordo com a pesquisa do referido autor, a empresa celebrou um protocolo de intenções com o estado de Sergipe no sentido de assentar uma planta produtiva ali, gerando com isso cerca de 1.500 empregos diretos e 300 indiretos. Em contrapartida, o poder público deveria lhe ceder área construída de aproximadamente 20.000 metros quadrados mediante cessão em permissão remunerada, ao custo de 0,5% da avaliação do imóvel para fins industriais, por 15 anos, prazo renovável por igual período, preferência de compra caso fosse de interesse da empresa. Além disso, o Estado deveria viabilizar infraestrutura geral, por exemplo, abastecimento d’água, eletricidade, acesso de transporte, bem como incentivos fiscais por 10 anos, prazo que poderia ser estendido por 15 anos, devido à relevância econômica e social do empreendimento para o estado de Sergipe. Por fim, exige a empresa, ainda segundo Almeida (2009), exclusividade de tratamento por parte do poder público local em relação a qualquer empresa concorrente a ela

³⁵ Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0726/noticias/de-mala-e-cuia-m0047906>. Acesso em 23/8/2014.

³⁶ Segundo informações no Relatório Anual Grendene – 2013. Disponível em www.grendene.com.br. Acesso em 23/8/2014. Ver também, a esse respeito, a Tabela 26, neste capítulo.

³⁷ Segundo informações no Relatório Anual Grendene - 2005. Disponível em www.grendene.com.br. Acesso em 23/08/2014.

neste segmento industrial.

Recentemente, entretanto, informações contraditórias têm marcado a forma como a imprensa cearense e sobralense se refere à Grendene e à política de incentivos da qual é beneficiária. Segundo o site do Jornal Tribuna do Ceará, em matéria veiculada em 15/2/2011 sob o título *Viagem de Cid Gomes aos EUA será alvo de análise, diz procuradora*, o jornal O Globo publicou, nesta data, informação dando conta que uma viagem do governador do Ceará, Cid Gomes, aos Estados Unidos, era alvo de uma análise por parte da Procuradoria Geral de Justiça do estado, além de ter suscitado um pedido de esclarecimentos por parte do deputado estadual Heitor Ferrer, na Assembleia Legislativa do estado. O motivo dos questionamentos é, de acordo com a matéria, o fato de o governador ter viajado em avião particular emprestado por um empresário que goza de incentivos no Ceará (Pedro Grendene, sócio-proprietário da empresa Grendene) e que foi doador de campanha para a reeleição de Cid. Ainda segundo o referido site, a empresa Grendene, que teria doado R\$ 1,2 milhão para o comitê financeiro de reeleição do governador cearense, tem preservado, pela Secretaria da Fazenda do estado do Ceará e o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Ceará, o sigilo quanto ao montante de recursos que deixa de pagar por ano em impostos à título de incentivos fiscais.³⁸

Vale salientar aqui a contradição entre esta informação referente ao financiamento da campanha de reeleição do então governador Cid Gomes e o discurso oficial da empresa obtido na entrevista em Farroupilha com o seu representante, quando este afirmou que a Grendene tem por política se posicionar de forma neutra quando há um pleito eleitoral, seja ele municipal, estadual, seja federal. O referido representante salientou esta postura como sendo a garantia de que a empresa estaria isenta de quaisquer influências junto ao poder público de qualquer localidade onde esteja instalada.

O site *Sobral News*, por sua vez, publicou, em 04/12/2012, notícia alertando para o fechamento de fábricas da Grendene na Bahia. Sob o título *Vucabras-Azaléia, maior calçadista do país, fecha 12 fábricas na Bahia*, o referido site alerta para o fato de que, em 2011, a empresa de Pedro Grendene já havia demitido quase nove mil funcionários em todo o país, decorrência de seu primeiro prejuízo em quinze anos. Segundo a publicação, a medida

³⁸ Disponível em <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/viagem-de-cid-gomes-aos-eua-sera-alvo-de-analise-diz-procuradora/>. Acesso em 23/8/2014.

afetaria quase metade de todos os empregos gerados em seis municípios baianos (Caatiba, Firmino Alves, Itambé, Itapetinga, Itororó e Macarani), provocando um colapso na economia da região, de acordo com o sindicato local do setor.

O mesmo site, todavia, enaltece o fato de que empresas portuguesas e espanholas estariam se instalando em Sobral, numa ampliação do parque industrial do município. Em sua edição de 11/4/2013, sob o título *Empresas portuguesas e espanholas ampliarão parque industrial de Sobral*, noticia que as empresas Flexpiso, Isofoton e Galtrailer teriam planos de instalar plantas industriais no município a partir do já mencionado PRODECON, com investimentos, somados, da ordem de R\$ 90 milhões. Nesse sentido, as referidas empresas contariam com total incentivo tanto do governo do estado do Ceará, como da Prefeitura Municipal de Sobral, numa expectativa de criação de 800 empregos diretos.

Ademais, ainda de acordo com esta publicação do site, a empresa Grendene preparou uma ampliação de suas instalações na cidade, com investimentos de aproximadamente R\$ 60 milhões, trazendo algo em torno de 4 mil novos empregos para a região. Em seguida, confirmando a informação e o caráter positivo dado a ela, o referido site noticia, em 28/5/2013, que o Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – SINE/IDT registrou, em seu banco de dados, naquela data, duzentas oportunidades de emprego, estando inclusive recebendo, diretamente em suas instalações, inscrições para pessoas interessadas em trabalhar especificamente na Grendene.³⁹

Percebe-se a partir destas informações que, ao longo do tempo, desde sua instalação em Sobral/CE, a empresa Grendene tem auferido resultados positivos no tocante aos seus investimentos, especialmente em se tratando da decisão de fazer a mudança para o município cearense. A estratégia mostrou-se acertada e promissora, uma vez que a empresa permaneceu se utilizando dessa prática em seus investimentos posteriores na região Nordeste do país. Todavia, um único momento de resultados negativos foi suficiente para mostrar a fragilidade dessa política específica para os poderes públicos locais, especialmente aqueles de menor capacidade estrutural. Diante disso, a sociedade sobralense e o poder público local especialmente parecem ter percebido a necessidade de enfrentar a questão, ainda que reforçando o caráter de guerra fiscal, através da continuidade, no PRODECON, da atração de

³⁹ Informações retiradas de www.sobralnews.com.br. Acesso em 23/8/2014.

investimentos industriais pela via dos incentivos fiscais. Nesse caso, o poder público buscou ampliar o número de empresas incentivadas. Não se consegue aferir se esta busca tornou-se mais refinada, no sentido de diversificar o setor industrial local, incentivando empresas de diversos segmentos dentro do setor.

No Rio Grande do Sul e em Farroupilha especificamente, a questão dos incentivos fiscais é vista, hoje, sob uma ótica diversa da observada no estado do Ceará e em Sobral/CE. De acordo com o governo do estado do Rio Grande do Sul, o estado responde atualmente (dados de 2013) por 7% da economia brasileira, sendo assim o quarto maior Produto Interno Bruto – PIB – do país. A economia é, segundo as informações governamentais, uma das maiores produtoras e exportadoras de grãos e produtos agropecuários do país, estando presente também nos demais setores da cadeia produtiva, ou seja, no setor industrial e de serviços. Tais fatos propiciam um ambiente favorável para o desenvolvimento e capilaridade positivos da economia do estado.⁴⁰

Nesse sentido, o governo gaúcho apresenta um Sistema de Desenvolvimento Econômico que tem o seu conceito-chave enquanto política pública de desenvolvimento, unindo teoria e prática para dar conta dos múltiplos fatores que incidiriam, de acordo com sua visão, sobre o referido processo de desenvolvimento. Este processo, por sua vez, está centrado na busca, pelo estado gaúcho, de taxas de crescimento compatíveis com a realidade nacional, por meio de um adensamento da estrutura produtiva local e a consequente redução das disparidades regionais internas de renda. O caminho, de acordo com a política gaúcha, é a estruturação dos vários entes ligados ao governo do estado nesta empreitada, tais como agentes públicos locais, empresas e cooperativas, isso de forma articulada, visando à consecução dos objetivos mencionados. A operacionalização deste sistema estaria a cargo da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, através da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção de Investimentos – AGDI, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, do BADESUL – Agência de Desenvolvimento e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.⁴¹

⁴⁰ Disponível em <http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br>. Acesso em 23/8/2014.

⁴¹ Disponível em <http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br>. Acesso em 23/8/2014.

Trata-se de uma política macroeconômica abrangente, e especificamente naquilo que toca a esta tese, o estado do Rio Grande do Sul desenvolve um programa de fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos locais, como, segundo o governo gaúcho, uma política pública para estimular a auto-organização produtiva de aglomerações setoriais e o desenvolvimento de territórios. Ainda segundo o referido governo do estado, ocorre uma cooperação entre empresas, produtores, comunidades e instituições públicas e privadas na busca por ganhos econômicos que signifiquem eficiência produtiva conjugada com aumentos de renda para todos. Isso reflete, em sua visão, no desenvolvimento social almejado. Os arranjos produtivos locais são, nesse sentido, um espaço de cooperação econômica, com participação ampla dos agentes sociais na construção de objetivos e metas de desenvolvimento, estando em vigor atualmente na forma do Projeto Arranjos Produtivos Locais - APLs e do Projeto Extensão Produtiva e Inovação.⁴²

Aqui se percebe alguma divergência quanto àquilo que é praticado em Sobral enquanto política pública de desenvolvimento local, pois no Rio Grande do Sul há um estímulo, segundo seu governo, aos fatores endógenos de cada micro região, ampliando suas capacidades de agregação de valor, geração e apropriação locais de renda. Nesse sentido, no caso do Projeto APLs, por exemplo, a coordenação entre instituições públicas e privadas, bem como a adoção de ações transversais por parte do governo estadual são os fatores determinantes para a consecução das externalidades econômicas locais mencionadas. Já o Projeto Extensão Produtiva e Inovação realiza parcerias com universidades públicas e comunitárias visando ao apoio direto a pequenos e médios empreendimentos de APLs e cadeias produtivas eleitas pelas microrregiões. Nesse sentido, buscam também conhecimentos técnicos e inovadores junto à universidade, centros tecnológicos e de pesquisa, além de proporcionar a essas instituições mais capacidade de atender às demandas empresariais reais.⁴³

No que toca especificamente à política industrial gaúcha, destacam-se os programas setoriais, cujo objetivo seria consolidar ações para aumentar a competitividade de setores

⁴² Disponível em http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br/conteudo/258/?Economia_diversificada. Acesso em 23/8/2014.

⁴³ Disponível em http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br/conteudo/258/?Economia_diversificada. Acesso em 23/8/2014.

considerados estratégicos e promover o desenvolvimento econômico e social do estado e de seu parque industrial. Nesse sentido, o governo gaúcho aplica uma política de incentivos para dar condições ao estado de disputar investimentos e incentivar os negócios já em execução, fundamentalmente através do que ele chama modernização na legislação, desburocratizando os regulamentos e tornando-a mais amigável a inversões de conteúdo local na economia do estado. Vale ressaltar a forma como o governo do estado do Rio Grande do Sul trata esses incentivos, vis-à-vis aquilo que se faz nesse sentido no estado do Ceará e especialmente em Sobral. Os gaúchos criaram o Fundo de Operação da Empresa no Estado do Rio Grande do Sul –FUNDOPEM/RS, através da Lei nº 11.916/2003, atualizada na Lei 13.843/2011, que é, segundo o governo do Rio Grande do Sul, um instrumento de parceria entre o poder público estadual e a iniciativa privada, visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável. Nesse sentido, o FUNDOPEM/RS não libera recursos financeiros aos empreendimentos, como faz o FDI do Ceará e o PRODECON de Sobral, mas foca seu apoio através do financiamento parcial do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, gerado a partir da operação, aí sim, de forma semelhante ao que ocorre no estado do Ceará e em Sobral, mas ainda assim não idêntico, dada a ênfase no incremento de produção e de receita.⁴⁴

As diretrizes do programa de incentivos fiscais gaúcho visam, de acordo com o governo do estado, à descentralização da produção industrial; à redução das desigualdades regionais; ao desenvolvimento do parque industrial a partir dos APLs, com ênfase na produtividade; à geração significativa de empregos; à incorporação de avanços tecnológicos e inovações de processos e produtos; à complementaridade das cadeias produtivas locais; e ao respeito ao meio ambiente. Essas diretrizes são colocadas como condições necessárias à concessão dos incentivos, especialmente quanto à geração de empregos e massa salarial, bem como a realização de investimentos fixos e a regularidade fiscal. Ademais, há a previsão de tratamento diferenciado e simplificado para micro e pequenas empresas gaúchas fornecedoras no campo da inovação, o apoio à implantação de parques científicos e tecnológicos e de incubadoras de base tecnológica e incentivos fiscais a universidades instaladas no estado e com pesquisadores domiciliados lá, para a geração de produtos tecnológicos que concorram

⁴⁴ Disponível em <http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br>. Acesso em 23/8/2014.

para os objetivos de desenvolvimento já elencados aqui.⁴⁵

Ainda sobre a política industrial do estado do Rio Grande do Sul, existe um programa estadual para a implantação de distritos industriais, que possibilitam a instalação ou mesmo a realocação de projetos industriais e atividades correlatas. Atualmente o estado está negociando em cinco áreas industriais, cujos terrenos são vendidos – e não doados como em Sobral – a preços subsidiados, a partir da apresentação de um projeto de viabilidade para análise pelo poder público. Além disso, a política industrial gaúcha prevê um programa de apoio às iniciativas municipais para a promoção de ações promissoras de desenvolvimento econômico local, associadas à racionalização do uso do solo em condições ambientais sustentáveis, que se dá com o aporte de recursos aos municípios para a implantação de infraestrutura básica a ser colocada como incentivo para os futuros investimentos.⁴⁶

No tocante especificamente ao município de Farroupilha, observam-se diferenças em relação ao que se vê em Sobral, centrada na ênfase na política de incentivos fiscais como instrumento de atração de investimentos industriais. De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA – do referido município gaúcho, criado pela Lei Municipal nº 3464/2008, em termos de uma planificação acerca das ações de trabalho, de emprego e de renda, o que se encontra dito é o que se segue:

Do Plano e das Ações de Trabalho, Emprego e Renda:

Art. 16. São diretrizes no campo do trabalho, emprego e renda:

I – contribuir para o aumento da oferta de postos de trabalho;

II – incentivar e apoiar as diversas formas de produção e distribuição por intermédio dos micros e pequenos empreendimentos;

III – incentivar novas cadeias produtivas e fortalecer as existentes;

Art. 17. São ações estratégicas no campo do trabalho, emprego e renda:

I – estimular as atividades econômicas intensivas em mão-de-obra;

II – implementar políticas de apoio às iniciativas de ocupação autônoma, associativa e cooperativada;

III – incentivar a implementação de instrumentos de apoio aos micros e pequenos empreendimentos, individuais ou coletivos, na forma de capacitação gerencial e tecnológica.⁴⁷

Percebem-se, por esta legislação municipal, as diretrizes de incentivos à produção em

⁴⁵ Disponível em <http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br/>. Acesso em 23/8/2014.

⁴⁶ Disponível em <http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br/>. Acesso em 23/8/2014.

⁴⁷ Extraído de <http://www.farroupilha.rs.gov.br/>. Acesso em 25/8/2014.

suas diversas formas, sem a ênfase específica nos incentivos fiscais, nem um tratamento diferenciado para grandes empresas. Observa-se, ao contrário, a valorização dos micro e pequenos empreendimentos como algo desejável na economia de Farroupilha, na medida em que a expressão está explícita na lei, bem como suas formas correlatas: ocupação autônoma, associativa e cooperativada. Nisso há diferença em relação ao que apresenta o poder público sobralense enquanto estratégia de desenvolvimento. No caso de Sobral, pouco ou nada se observa quanto ao apoio a este tipo de atividade em termos de incentivos, especialmente no que se refere aos incentivos fiscais, carro-chefe entre os instrumentos utilizados para fomentar o desenvolvimento local naquele município cearense.

Ademais, Farroupilha conta com uma Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, que é responsável pela elaboração de políticas e ações de apoio ao desenvolvimento produtivo e da tecnologia no município. Entre suas competências, destaca-se, novamente, a centralidade do papel das associações, cooperativas e demais modalidades de organização produtiva, bem como o potencial de articulação entre os setores público e privado visando ao aproveitamento dos incentivos (não especificados no rol das informações disponíveis) e recursos em prol da economia local. Nota-se, também, entre essas diretrizes, a preocupação do poder público de Farroupilha com a interação para com os outros municípios da microrregião, na busca por implementar políticas de desenvolvimento econômico regional, especialmente aqueles relacionados às cadeias produtivas locais.⁴⁸

Durante a fase de trabalho de campo da pesquisa, buscou-se ouvir os agentes sociais de Farroupilha envolvidos no processo de movimento do capital ensejado pela empresa Grendene. Os depoimentos colhidos sinalizam para a confirmação daquilo que parece ser a conjuntura no município gaúcho quanto à questão dos incentivos fiscais enquanto instrumentos de atração de investimentos produtivos industriais. O representante da prefeitura local, por exemplo, mostrou-se contrário à prática, que ele caracterizou como uma guerra fiscal, que ensejaria benefícios para uma determinada região – no caso Sobral – em detrimento de outra – no caso Farroupilha. Segundo ele, o estado do Rio Grande do Sul sofre muito nos últimos anos com essa prática, mas ressaltou que esta postura não é exclusiva do estado do Ceará, tendo se tornado uma cultura – nociva, de acordo com sua perspectiva – dos últimos

⁴⁸ Informações disponíveis em <http://www.farroupilha.rs.gov.br>. Acesso em 25/8/2014.

quinze anos no ambiente do desenvolvimento econômico regional do país, que carece, então, de políticas capazes de desenvolver regiões sem prejudicar outras.

Ainda segundo este interlocutor, convém lembrar que na época da concessão dos incentivos à empresa Grendene, Farroupilha vivia o ciclo produtivo do calçado, tendo tido, anteriormente, o ciclo da malha, e hoje vive outra realidade, a partir do que ele chamou de remodelação na estrutura do seu parque fabril, com o intuito de sobreviver. Assim, Farroupilha está em um momento de retomada do crescimento, com a diversificação da sua produção industrial e de seus níveis correspondentes de produtividade, além de uma diminuição da cultura da dependência quanto a uma única grande empresa industrial na economia do município.

Cabe ressaltar também a postura do representante do município de Farroupilha quanto à imagem da empresa junto ao poder público local, quando ele faz questão de isentá-la de qualquer culpa no seu processo de movimento, uma vez que ela “ [...] teria que saber utilizar o seu resultado, e a Grendene foi atrás de oportunidades (informação verbal)⁴⁹”. Na visão do poder público de Farroupilha, a solução teria sido a busca efetiva pelo desenvolvimento do município, não mais doando áreas, por exemplo, mas vendendo por um preço justo, com um período longo para pagamento, com uma taxa de juros baixa, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – faz hoje em nível nacional.

Nesse sentido, Farroupilha buscou, seguindo essa lógica, ter mais de uma fonte de produção industrial instalada no município, para não ter o fantasma da dependência completa. Isso ocorre se se oferecerem benefícios em pé de igualdade a todos os interessados, criando parâmetros para que o público, em geral, e os empresários, em particular, conhecessem o arcabouço da estrutura dos benefícios oferecidos ao setor produtivo industrial. Isso inclui a explicitação do porquê do benefício, bem como o esclarecimento do retorno esperado pelo município com esta ação. Trata-se, portanto, de uma postura diferente daquela verificada no estado do Ceará e em Sobral, onde informações específicas acerca de relações que envolvam incentivos são, por vezes, tratadas de forma sigilosa. Além disso, há ainda o fato de que o município cearense só recentemente veio a adotar o discurso da necessidade da diversificação

⁴⁹ Informação fornecida pelo representante da Prefeitura Municipal de Farroupilha em entrevista no município.

do seu parque industrial e, no seu caso, ainda bastante dependente de uma única grande empresa produtora.

O representante da empresa Grendene, por sua vez, acerca do tema dos incentivos fiscais, adotou uma postura inicial de aparente neutralidade, especialmente no que diz respeito a elencar este instrumento como fomentador do movimento de transferência realizado pela empresa. Segundo ele, a existência dos incentivos estaduais e municipais é hoje amplamente divulgada nos boletins publicados pela empresa, especialmente entre os investidores – tais informações já foram mencionadas neste trabalho em capítulos anteriores. Acrescenta-se que os incentivos fiscais foram, sim, fator relevante no momento da tomada de decisão por parte da empresa de se instalar definitivamente em Sobral, como também foi fundamental, segundo ele, para a permanência da empresa no país, dado o nível de competição externa existente.

Acerca dessa questão, o Relatório Anual Grendene 2013, de fato, apresenta números acerca dos incentivos concedidos. De acordo com as informações nele contidas, a empresa recebe um financiamento direto por parte do estado do Ceará, através do Programa PROAPI/PROVIN, da ordem de 90% dos recursos, restando-lhe o pagamento, parceladamente, de 10% do saldo devedor.⁵⁰ Ademais, no que se refere ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ há uma redução da ordem de 75%, como mostra a Figura 2, a seguir.

⁵⁰ Informações disponíveis em WWW.grendene.com.br. Acesso em 25/08/2014.

Figura 2 – Demonstrações Financeiras Grendene - Incentivos Fiscais 2012/2013

Os incentivos fiscais correspondem à redução de 75% do IRPJ incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculados com base no lucro da exploração; e incentivos fiscais de ICMS (Provin) e exportação (Proapi e Procomex) relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados.

Controladora / Consolidado				
Incentivos	Saldo final em 2012	Incentivos gerados pela operação	Destinação diversa dos incentivos	Saldo final em 2013
ICMS e Exportação	307.663	192.163	(162.000)	337.826
IRPJ	201.163	87.081	-	288.244
	508.826	279.244	(162.000)	626.070

Controladora / Consolidado				
Incentivos	Saldo final em 2011	Incentivos gerados pela operação	Destinação diversa dos incentivos	Saldo final em 2012
ICMS e Exportação	287.982	167.881	(148.200)	307.663
IRPJ	118.462	82.701	-	201.163
	406.444	250.582	(148.200)	508.826

Fonte: Relatório Anual Grendene 2013 (valores em milhares de reais). Extraído de www.grendene.com.br. Acesso em 25/08/2014.

Os incentivos fiscais, financeiros, estruturais foram, também, segundo o representante da empresa, responsáveis pela transferência de todos os setores fabris de Farroupilha para Sobral, além de ter, na sua visão, contribuído para o crescimento da economia cearense, uma vez que desempenharam esse papel junto a outras empresas além da Grendene. Especificamente sobre Sobral, esse interlocutor afirma que o município é uma referência na região Nordeste do Brasil em termos de economia de médio porte, em grande parte por causa dos incentivos que serviram de estratégia para a atração de novos investimentos produtivos, notadamente aqueles que se inserem na cadeia produtiva liderada pela empresa Grendene na região.

Trata-se de uma visão semelhante àquela apresentada pela empresa quando ouvida nesta pesquisa em Sobral, quando se afirmou que os incentivos não foram a única nem a principal variável considerada pela empresa no momento de sua decisão de realizar o movimento para o estado do Ceará. Observa-se, também, a partir desse depoimento, que o discurso da empresa, no que se refere à questão dos incentivos, é reproduzido pelos trabalhadores de nível hierárquico superior ao chão de fábrica, tanto em Farroupilha quanto

em Sobral. Vale destacar que em ambas as localidades os entrevistados como representantes da empresa foram funcionários em cargos de gerência ou supervisão, de acordo com relato no capítulo anterior. Isso mostra, aparentemente, que o espírito de fábrica, ou a captura da subjetividade operária de Alves (2005) estão presentes e arraigados na realidade interna da empresa, seja em Sobral, seja em Farroupilha.

Outra voz ouvida em Farroupilha acerca da problemática dos incentivos fiscais enquanto política pública de atração de investimentos foi o sindicato local dos trabalhadores no setor calçadista. Nesse caso, a postura, ainda que um pouco mais crítica que as demais, manteve um tom de reconhecimento acerca da necessidade que teve a empresa de realizar o deslocamento, sendo mais crítica em relação à postura do poder público municipal da época, que pouco fez, segundo o representante sindical, para reverter ou amenizar a situação que foi criada.

Segundo ele, o programa de atração de investimentos do estado do Ceará foi a justificativa dada pela empresa para o fechamento de sua principal linha de produção no município, com a conseqüente transferência para Sobral, já que se tratava de uma oferta irrecusável – de acordo com a empresa – naquele momento. Assim, de acordo com o sindicalista, foi feita uma articulação junto à prefeitura municipal e ao governo do estado à época, para tentar reverter a situação, solicitando destes poderes públicos, uma postura semelhante em termos de incentivos, no intuito de evitar a migração da empresa.

Todavia, essa postura não foi a adotada pelos poderes públicos locais. A ausência dessa postura fez com que a empresa efetivasse o processo de mudança. A justificativa foi a de que, se concedesse incentivos para a Grendene, tanto o governo quanto a prefeitura municipal teriam que estender esses incentivos para as demais empresas, o que impactaria, sobremaneira, e de forma negativa, nas contas públicas. Em contrapartida, o movimento sindical local, segundo o mesmo interlocutor, não esboçou reação diante do fato, uma vez que havia o receio por parte da categoria de perda imediata dos postos de trabalho remanescentes. Ademais, segundo o sindicalista, o processo foi realizado por etapas, com pouca transparência acerca dos critérios para as demissões, que passaram a ocorrer a partir de um dado momento e só pararam com o fim do processo de transferência.

Vale lembrar que outra tentativa de solução chegou a ser proposta pelo sindicato,

segundo informou seu representante, qual seja, o sindicato chegou a procurar o poder público local solicitando que este buscasse, na região, empresas dispostas a se instalar em Farroupilha a partir de algum tipo de incentivo, direto ou indireto, por exemplo, pela intermediação de aluguel de espaços. Isso resultou na vinda de algumas empresas para a cidade, numa tentativa de reverter, ainda que parcialmente, o estrago causado pela saída da Grendene. Assim, para o município de Farroupilha, o sindicalista percebe que houve, como legado de todo esse processo, uma diversificação da indústria. Segundo ele, havia uma indústria concentrada em torno do calçado. Atualmente ela é muito diversificada, com produção em vários setores industriais, como o setor metalúrgico, de móveis, estofados, malhas, confecção, além dos calçados entre outros. Nesse sentido, acabou não sendo de todo ruim, pois a dependência excessiva que existia passou a não existir mais, tornando a cidade mais autônoma, especialmente em termos de arrecadação, segundo sua visão.

A postura do sindicato em Farroupilha acerca da questão dos incentivos fiscais é emblemática, no sentido de que corrobora algumas das afirmações proferidas pelos demais agentes envolvidos no processo e ouvidos nesta pesquisa, mas contradiz outras tantas. Entre as corroborações, destaque para o aparente reconhecimento, por parte do sindicato, da necessidade da realização do movimento por parte da empresa, dada a irrecusabilidade inerente à oferta recebida. A ação menos contundente junto à empresa, bem como o recuo a um eminente confronto, com receio de mais demissões, foram indicações de que havia, por parte do movimento sindical local naquele momento, uma resignação diante da empresa e de sua postura. A contradição fica acentuada quando o sindicato afirma que a empresa foi pouco transparente durante o processo de demissões e, nesse sentido, não foi confrontada. Reconhece-se, também, na afirmação do sindicato de que a empresa Grendene colocou como justificativa os incentivos concedidos pelo estado do Ceará como justificativa para o seu deslocamento, um contraponto em relação à fala do representante da Grendene, que afirmou, sempre que questionado a respeito, não ter sido este o fator determinante para a mudança de endereço da empresa.

3.3 - O mercado de trabalho em Sobral/CE

Em Sobral, o retrato atual do mercado formal de trabalho apresenta, segundo dados da

Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/ MTE –, um estoque de empregos para 2013 da ordem de 50.489 postos de trabalho. Destes, 23.485 no setor indústria de transformação, onde está inserida a empresa Grendene. Entre as ocupações de maior número nesse universo, destaca-se o trabalhador polivalente de confecção de calçados, com 15.426 unidades. Ainda segundo a RAIS, entre 2012 e 2013 houve um incremento de 5.941 postos de trabalho na economia sobralense, sendo 1.882 deles localizados na indústria de transformação, o segundo setor em termos de incremento na economia de Sobral, atrás do setor de serviços, que teve incremento de 2.783 postos de trabalho no período. Ainda assim, a maior variação observada no período entre as ocupações foi registrada no item moldador de plástico para injeção, claramente uma ocupação vinculada à Grendene, com acréscimo de 1.797 novos postos de trabalho.

Segmentando o mercado de trabalho sobralense em sua indústria de calçados, em que se situa a empresa Grendene e a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTE– observa-se uma instabilidade ao longo dos últimos sete anos no que diz respeito ao nível de empregabilidade do município cearense nesse setor produtivo. No período compreendido entre 2007 e 2013, percebe-se saldo negativo em termos de estoque de empregos em Sobral/CE em três anos e em níveis significativos. Em três outros anos, apesar do resultado positivo entre admissões e demissões, nota-se um relativo equilíbrio, sem diferenças significativas entre ambos os estoques, além de um ano positivamente atípico (2009) nesse sentido, conforme ilustra a tabela a seguir:

Tabela 24 – Saldo de Empregos na Indústria de Calçados em Sobral/CE (2007/2013)

Ano	Nº Admissões	Nº Demissões	Saldo
2007	4839	3063	1776
2008	4259	7209	- 2950
2009	11875	3210	8665
2010	1043	4721	- 3678
2011	917	3088	- 2171
2012	4636	3158	1478
2013	5158	3274	1884

Fonte: MTE/CAGED. Disponível em WWW.mte.gov.br. Acesso em 29/08/2014. Elaboração própria.

Devem-se salientar dois pontos importantes a respeito desta conjuntura: primeiro, a empresa Grendene, enquanto empregadora da mão-de-obra local, está praticamente sozinha no segmento, uma vez que abarca quase que a totalidade desta mão-de-obra disponível no município, seja pelo seu tamanho de planta produtiva, pelo volume de sua produção, seja pelas condições de trabalho e principalmente pela remuneração que oferece. Trata-se, portanto, na linguagem clássica da teoria econômica capitalista, de um exemplo prático de monopólio, em que um único comprador consome toda a oferta existente no mercado – nesse caso, a oferta de força de trabalho no mercado de trabalho de Sobral para o respectivo setor industrial.

O outro ponto importante nesse mister é a instabilidade do mercado de trabalho em Sobral, em termos de contratações e demissões, que parece indicar que a empresa Grendene encontra, desde algum tempo, limites à sua expansão, bem como ao seu potencial de absorção de pessoas em suas linhas produtivas. Isso pode estar acontecendo por uma série de fatores, que vão desde a conjuntura no mercado consumidor dos produtos produzidos pela empresa, até decisões internas tomadas por ela no sentido de aumentar produtividade e lucratividade imediatamente, sem depender da conjuntura externa. Nesse caso, pode-se pensar em resultados de políticas de reestruturação produtiva postas em prática num passado recente, como já se mencionou neste trabalho a partir de observação direta realizada nas dependências da empresa em visita realizada anteriormente. Sejam quais forem as justificativas, certamente elas estão inseridas no rol de competências exclusivas da empresa, que, como qualquer entidade privada com fins lucrativos, pouca ou nenhuma explicação tem a dar acerca de suas ações internas, além daquelas previstas em lei, incluindo aí suas responsabilidades junto aos seus acionistas.

Ainda sobre o mercado de trabalho em Sobral, segundo informações da Prefeitura Municipal, mais precisamente da Secretaria Municipal de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – STDE – responsável pelas políticas públicas municipais na área do trabalho, além do PRODECON, programa de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura já mencionado neste estudo, o município conta com três outros programas nessa área: o Programa Trabalho Pleno, o Programa de Desenvolvimento Tecnológico – PROTEDEC – e o

Programa de Desenvolvimento de Eventos e Negócios – PRODENE. O Programa Trabalho Pleno busca gerar trabalho e renda no município pelo apoio aos micro e pequenos negócios, formais ou não, estando baseado no tripé capacitação, crédito produtivo e apoio à comercialização, em parceria, segundo a STDE, com entidades públicas e privadas. Ainda segundo a STDE, são ações do Programa a realização de feiras, seminários, convenções, palestras, missões empresariais, no sentido de dotar a população local de maior qualidade de vida por meio da geração de trabalho e renda.

Já o PROTEDEC, visa à promoção e à difusão de conhecimentos tecnológicos, da pesquisa e do apoio a projetos que gerem melhorias para o setor produtivo e para a população em geral, além de aprimorar as instituições de ensino superior, as financiadoras de pesquisa e o setor privado. A ação é, nesse sentido, de articulação no âmbito da tecnologia, de modo que informações qualificadas possam viabilizar projetos e contribuir, segundo a STDE, para a formação de uma sociedade produtiva local mais produtiva e igualitária.

Por fim, o PRODENE, de acordo com a STDE, visa à capacitação e à qualificação de profissionais que atuam na área de eventos de negócios; busca melhorar a qualidade dos serviços prestados na realização de eventos. Sua ação ocorre por meio da oferta de cursos para profissionais e demais interessados nos serviços que compõem a cadeia do setor turístico.

A questão do mercado de trabalho em Sobral e sua conjuntura, desde a chegada da empresa Grendene até os dias atuais, também foi mote para as entrevistas realizadas no município cearense. Seguindo a ordem dos acontecimentos, o representante do sindicato dos trabalhadores no setor calçadista em Sobral mencionou, nesta seara, a importância da empresa para a estruturação do mercado de mão-de-obra local ao mencionar o contingente de empregos diretos criados desde a chegada da empresa até hoje, 19 mil empregos, num universo de aproximadamente 200 mil habitantes no município; bem como o efeito multiplicador disto sobre a renda da população em geral. Mencionou ainda o surgimento da – já citada aqui – cultura fabril em Sobral e exaltou a questão remuneratória. Segundo ele, o piso salarial do setor calçadista pago em Sobral é superior ao piso nacional. Isso é fruto de negociação salarial com a empresa, a partir do advento da cultura fabril mencionada. O representante sindical fez ainda questão de ressaltar que mencionava a forma como se deu as negociações salariais não como deferência à empresa, mas em reconhecimento ao papel positivo de sua chegada em

Sobral para o mercado de trabalho e para os trabalhadores locais, inclusive. Nesse sentido, ele atrelou o processo de negociação salarial coletiva a uma suposta participação dos trabalhadores na gestão – inclusive do trabalho – na empresa. Essa forma de participação apresentou efeitos sociais e econômicos sobre a classe trabalhadora local.

A esse respeito cabem algumas reflexões. Primeiro, a afirmação do referido interlocutor contradiz a fala ‘oficial’ da empresa, como se verá adiante nesta pesquisa, quando analisado o discurso do representante da empresa Grendene em Farroupilha. Este afirma, na entrevista que concedeu à pesquisa, que a empresa Grendene, em hipótese alguma, negocia diretamente com seus empregados, fazendo isso apenas por meio da interlocução do sindicato patronal. Tal fato garante, segundo ele, o fortalecimento da convenção coletiva no setor calçadista, em detrimento de um (mais restrito) acordo coletivo. Relativizado o exato significado desta colocação, é fato que a negociação salarial como descrita pelo representante sindical em Sobral, jamais aconteceu, segundo a empresa. Ainda em relação à questão da negociação salarial, há um fato relevante não mencionado pelo referido representante sindical: a greve ocorrida na empresa Grendene em Sobral no ano de 1994. Este movimento, como se verá mais detalhadamente adiante, teve como base a reivindicação dos trabalhadores por melhor remuneração e mais benefícios. Isso reforça a contradição na fala do representante do sindicato dos trabalhadores em Sobral.

No que diz respeito às questões de remuneração e à fala do representante sindical, exaltando a presença da empresa enquanto fomentadora de melhoria no nível geral de renda no município, é preciso observar, além do fator remuneratório, a questão da qualidade dos postos de trabalho associados, já que pesquisas relativamente recentes, como a de Almeida (2009), por exemplo, contestam uma relação direta entre ambos os elementos.

Vale lembrar, ainda, que este mesmo representante sindical é funcionário licenciado da empresa e, enquanto entusiasta da chamada cultura fabril, tem uma visão simpática à empresa e à forma como esta desenvolve suas relações com os trabalhadores, além de ele estar inserido no contexto de Sobral, localidade para onde a empresa teria sido atraída, desde Farroupilha. Assim, torna-se necessária a relativização de sua fala, especialmente em relação ao que se espera de um representante sindical diante de uma empresa capitalista.

No tocante especificamente à questão da reestruturação produtiva no âmbito da

empresa Grendene, o representante sindical reconheceu sua existência, mas afirmou se tratar de ação focada na estruturação física, cita o aumento do número de unidades fabris desde a chegada da Grendene em Sobral até os dias atuais – hoje são oito dessas unidades em funcionamento no município. Esse processo, para ele, apresenta desdobramentos positivos para os trabalhadores e o mercado de trabalho, bem como sobre o patamar de renda local. Por conta de tudo isso, o entrevistado sugeriu que o mercado de trabalho em Sobral, hoje, é bem estruturado, com maior diversificação do parque produtivo e dos setores comércio e serviços. Cabe ressaltar, novamente, o caráter aparentemente pouco isento do entrevistado acerca da gestão de força de trabalho dentro da empresa.

Ao se referir às questões de reestruturação produtiva como algo exclusivamente voltado para a estrutura física, o interlocutor ignorou todo o processo de mudança física enquanto instrumento dessa reestruturação, negligenciando, assim, sua influência sobre o trabalho utilizado dentro da empresa enquanto fator de produção. Aqui, o sindicato parece não representar os interesses dos trabalhadores da empresa, incluindo aí aqueles que vieram com ela de Farroupilha/RS, e que, por este simples fato, já estariam inseridos num processo de reestruturação produtiva do tipo trabalho-intensivo, que fragmenta a classe trabalhadora, como bem lembram Alves e Antunes (2004).

Além das questões diretas acerca do mercado de trabalho sobralense, o representante sindical fez referência à questões indiretas, tais como o inchaço da população urbana local, resultado do grande fluxo de pessoas ao município em busca de oportunidade de trabalho. De acordo com os dados do último censo demográfico do IBGE, em 2010, de uma PEA de 84.255 pessoas, 77.722 delas estavam de algum modo, ocupadas, o que significou, nesse caso, uma taxa de desemprego da ordem de 7,75% naquele ano. Esse número, considerado relativamente alto em comparação com o número nacional (6,7%), por exemplo, se torna ainda maior, se considerados apenas os empregos formais daquele momento, no município, 44.475 pessoas com carteira assinada. Parte desse resultado pode ser, nesse sentido, creditado ao fator de atração promovido pela presença da empresa Grendene em Sobral, mencionado pelo entrevistado. Esse (nas palavras dele) inchaço poderia ser resultante de um possível esgotamento no poder de absorção de força de trabalho da empresa, pelos fatores já discutidos, aliado ao seu, ainda, alto poder de atração, o que pode pressionar o mercado de

trabalho em Sobral/CE e alavancar seus índices de desemprego. As pessoas, portanto, na região de Sobral/CE, continuam a buscar a empresa Grendene como possível empregadora, mas essa, devido a uma série de possíveis fatores – não tornados claros pela empresa em função da sua política de sigilo acerca das informações operacionais –, não as emprega. Há que se lembrar, ainda, que a justificativa maior para os incentivos inicialmente oferecidos à empresa – em vigor até hoje e com perspectivas de continuidade no futuro – está ligada à sua capacidade de absorção de força de trabalho. Essa é, praticamente, a única contrapartida solicitada a ela pelo poder público local.

Além do representante sindical, o poder público em Sobral, representado aqui pela STDE, posicionou-se quanto à questão do mercado de trabalho local. Em sua fala, o representante desta Secretaria Municipal também enfatizou a importância da empresa para a absorção de força de trabalho. Destacou também o círculo virtuoso que essa absorção traz para a economia do município, e da questão da nova tecnologia advinda com a chegada da empresa Grendene. Ele traduz essa tecnologia como um novo tipo de trabalho, seguindo a mesma linha de raciocínio da cultura de fábrica mencionada pelo entrevistado anterior. Ademais, sinaliza quanto aos benefícios disso para outras cidades da região norte do estado do Ceará, que também tem trabalhadores absorvidos pela empresa em suas linhas de produção. Mencionou também o referido interlocutor o fato de ter havido incremento na arrecadação do município com a chegada da Grendene, em função do efeito multiplicador gerado a partir da inserção de recursos na economia sobralense. A esse respeito, entretanto, o entrevistado não soube precisar se esse incremento é compatível ou mesmo superior ao patamar de incentivos oferecidos à empresa.

Todos esses benefícios, segundo a STDE, estão baseados no binômio absorção de força de trabalho pela empresa e aumento no nível geral de renda do município e região, especialmente devido ao valor do piso salarial pago pela Grendene, superior a qualquer outro, de qualquer setor, na economia sobralense, além daquilo que a STDE elenca como benefícios sociais: oferta de cesta básica, assistência médica e odontológica, programas de capacitação e treinamento e de conscientização ecológica, entre outros. Percebe-se uma absorção, por parte do poder público de Sobral/CE, do discurso de responsabilidade social emanado pela empresa Grendene e por outras grandes empresas capitalistas, como algo não apenas legítimo, mas

também necessário. Nesse sentido, é quase como uma transferência de responsabilidades, do poder público para o ente privado, numa insinuação de que isso também ‘viria com o pacote (de empregos)’, ou seja, de que os incentivos se justificariam também por isso, pela contrapartida supostamente social ofertada pela empresa, a partir de seu conceito de responsabilidade social.

Sobre essa questão, Nunes (2012) lembra que as empresas, ao apoiarem ações sociais nas localidades onde estão instaladas, fazem com que seus representantes sejam considerados o que a autora chama de empresários-políticos e consideram que isso, talvez, as leve a novas parcerias com o ente estatal. Lembra ainda a autora que esses mecanismos sociais são o marketing social com o Estado, caracterizado, muitas vezes, pela ausência de um debate sobre que tipo de desenvolvimento é almejado com tais parcerias.

Há ainda, sobre a questão, o fato de que, segundo Nunes (2012), se justifica a referida parceria ao se confundir eficácia econômica, eficácia política e eficácia social, no sentido de que a eficácia é atributo das empresas, em detrimento do Estado ou do setor público em geral. Beghin (2009) discute a responsabilidade social das empresas, ao afirmar que, desde a década de 1980, estas passaram a divulgar códigos de conduta como forma de apresentar à sociedade seu compromisso com causas sociais e ambientais.

Tais códigos, chamados segundo a referida autora de instrumentos próprios unilaterais – que escapam a qualquer tipo de regulação, incluindo os de adesão voluntária, ou *softs*, propostos pelos organismos multilaterais – nada mais são que ações discricionárias do capital que vão de encontro, sobretudo, aos interesses deste capital, independente de reais demandas sociais ou interesses públicos efetivos, apesar do discurso estar ancorado na ideia do ganha-ganha, ou seja, toda a sociedade é beneficiada quando uma empresa socialmente responsável está presente numa comunidade qualquer (BEGHIN, 2009).

Acerca de possíveis negatividades resultantes da chegada e ação da Grendene enquanto maior empregadora do município, a STDE mencionou a preocupação com uma possível dependência da empresa em termos de empregabilidade no mercado de trabalho local. Nesse sentido, apresentou-se como solução para o suposto problema, os Programas de fomento à geração de trabalho, emprego e renda (já mencionados aqui) capitaneados pelo município. A esse respeito, entretanto, vale lembrar que não há como mensurar, para o momento atual, os

resultados desses programas. A Prefeitura Municipal de Sobral/CE, em seu endereço eletrônico, não disponibiliza qualquer informação nesse sentido, a STDE não parece dispor de números atualizados sobre o tema. O único dos três programas elencados pela prefeitura como ações no âmbito da política local de trabalho e que dispõe de alguma informação nesse sentido é o Programa Trabalho Pleno, ainda assim com muita defasagem e resultados pouco uniformes, conforme mostra a tabela seguinte.

Tabela 25 – Número de Beneficiados do Programa Trabalho Pleno da Prefeitura Municipal de Sobral (1997/2003)

AÇÕES	Resultados alcançados, em n.º de pessoas beneficiadas				
	1997/ 2000	2001	2002	2003	Total
Capacitação	3.569	1.643	1.345	3.557	10.114
Crédito	1.678	731	348	45	2.802
Apoio à comercialização	1.740	460	400	473	3.073
TOTAL	6.987	2.834	2.093	4.075	15.989

Fontes: SINE/IDT e Banco Mundial. Informações publicadas e retiradas de <http://info.worldbank.org>, linkadas em WWW.sineidt.org.br. Acesso em 31/8/2014.

Os demais programas da prefeitura (PRODECON, PRODENE e PROTEDEC), já citados aqui, não disponibilizam quaisquer informações nesse sentido, limitando-se a informar, através do endereço eletrônico da municipalidade sobralense, ações que estão sendo desenvolvidas e que mencionam apenas intenções de realização. É o caso, por exemplo, do PRODECON e de notícia veiculada em 15/1/2014, em um site da prefeitura⁵¹, em que se divulga que Sobral/CE, através do poder público municipal, disponibilizará área com 302,37 hectares para investidores da indústria que desejem a instalação de plantas produtivas. A ideia é atrair, segundo a STDE, empresas intensivas em mão-de-obra e não poluentes, com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva local. Já o PRODENE, em termos de resultados alcançados, segue o mesmo padrão do PRODECON, limitando-se a divulgar ações pontuais e mais intencionais que efetivas, como a que foi veiculada em site de órgão informativo da cidade acerca de qualificação de profissionais – nesse caso garçons e taxistas – para o

⁵¹ Informações disponíveis em <http://sobraldeprima.blogspot.com.br/2014/01/prefeitura-cria-area-para-instalacao-de.html>. Acesso em 31/8/2014.

mercado de trabalho local. Sobre o PROTEDEC a informação é basicamente igual⁵².

No esteio da preocupação quanto à dependência do mercado de trabalho de Sobral em relação à empresa Grendene, o representante da STDE enfatizou serem os Programas da Prefeitura Municipal – mais precisamente o PRODECON – os pilares para o enfrentamento de uma possível ameaça de saída da empresa do município. Segundo seu interlocutor, o PRODECON é o núcleo de uma estratégia que visa não só atrair grandes investimentos produtivos de tipo industrial para Sobral, mas também atuar como apoiador de empresas locais, já instaladas no município, mas não necessariamente sobralenses, em moldes semelhantes aos que operam a atração de investimentos: fornecimento de infraestrutura, por exemplo, com a doação de áreas para instalação. Ademais, seguindo ainda as afirmações do representante da STDE, o investimento na diversificação da economia de Sobral é outra forma de o município se precaver quanto a essa possível dependência. Nesse sentido, ele aponta o setor industrial como o foco dessa política, naquilo que chama de tentativa de modernização do parque industrial local, especialmente no tocante à tecnologia, aumentando também a gama de possibilidades de negócios no ambiente da cidade e da região onde ela está inserida. Assim, o PROTEDEC, juntamente com parcerias com o setor privado, as próprias empresas), bem como as universidades e institutos tecnológicos locais teriam lugar de destaque nesta estratégia.

Percebe-se que, quanto a essa questão, as ações públicas da Prefeitura Municipal de Sobral no que se refere a políticas públicas – ativas ou passivas – de trabalho apontam para uma continuidade do padrão adotado pelo governo do estado do Ceará, de foco na atração de grandes investimentos e pouca atenção em alternativas a esse modelo. Apesar de alguns programas da municipalidade terem uma estrutura de intenções baseada no atendimento a pequenos e micro negócios, na prática estes aparecem como uma possibilidade secundária no portfólio apresentado pela prefeitura ao citar suas ações nesse sentido. Apesar de a STDE citar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa como uma das possíveis ferramentas para alavancar este tipo de negócio no município, esta é uma legislação federal, a partir da qual o município atua de forma apenas complementar, não sendo, portanto, o protagonista das ações ativas do

⁵² Informações disponíveis em <http://sobralnews.com.br/novo/prodene-qualifica-profissionais-em-sobral/>. Acesso em 31/8/2014.

instrumento. Quanto ao apoio às empresas já instaladas no município, este parece se dar nos mesmos moldes de relativa passividade verificados durante a ação para atração de novos investimentos – um apoio para manter no território a empresa anteriormente atraída – sinalizando para uma tendência de reforço, e não de fim de uma possível relação de dependência.

Há ainda outra questão relevante no que diz respeito ao mercado de trabalho em Sobral e às ações relacionadas a ele por parte do poder público local, que é a participação social na concepção de políticas públicas nesse sentido. Ao ser questionado sobre a existência de mecanismos de participação popular nesta seara, o representante da STDE apontou para o Conselho Municipal de Trabalho – COMUT – que seria um fórum tripartite responsável, em parte, segundo sua visão, pelo bom desempenho do município no tocante à empregabilidade, sendo, nas suas palavras, ‘um dos responsáveis pelos resultados de 2012, quando foram criados, no âmbito do município, 2.550 empregos novos empregos, a partir de ações diretas da prefeitura’⁵³.

Outro ponto a destacar quanto à atuação da STDE no tocante às políticas públicas de trabalho é sua visão acerca das políticas públicas sociais nesta seara. Nesse sentido, o representante da STDE citou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza como a entidade pública municipal responsável por esta atuação. Segundo seu depoimento, as ações desta secretaria são responsáveis pela queda nos índices de pobreza em Sobral desde a sua criação, atendendo cerca de duas mil famílias e movimentando recursos – fruto de parceria com o Governo Federal – da ordem de R\$ 2,5 milhões mensais, incluindo nesse caso, ações de transferência de renda, auxílio moradia, bolsa escola e ações na área da saúde.

Ainda segundo o referido interlocutor, a STDE atua complementando essas ações, especialmente no tocante a ações de qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo, como já mencionado no capítulo anterior. Diante dessa colocação, torna-se explícito que, em Sobral, a STDE confunde assistência social com políticas ativas de

⁵³ As informações sobre o COMUT de Sobral/CE encontradas por esta pesquisa estão disponíveis em: www.cet.ce.gov.br/atas/2001/ordinarias/ata3.doc; e em: [//www.docstoc.com/docs/90734252/PREFEITURA-MUNICIPAL-DE-SOBRAL](http://www.docstoc.com/docs/90734252/PREFEITURA-MUNICIPAL-DE-SOBRAL); não sendo possível confirmar com total precisão a informação da STDE. Acesso em 02/09/2014.

trabalho, associando o termo social não à sua própria atuação, mas a uma ação complementar, acessória nesse processo. Prova disso são as informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Sobral⁵⁴ em seu site, em que apresenta, no âmbito da referida Secretaria de Desenvolvimento Social, uma Coordenação de Promoção para o Trabalho e Renda, a qual faz a interlocução com a STDE.

A visão da empresa Grendene em Sobral acerca das questões relacionadas às políticas de trabalho reflete a interpretação de um de seus funcionários de nível gerencial, cujo depoimento foi usado como *proxy* em relação à voz da empresa, pelos motivos já explicitados anteriormente. Indagado acerca dessa questão, o referido interlocutor apresentou os dados relacionados ao quantitativo de trabalhadores vinculados à Grendene, aproximadamente 18.400 funcionários em Sobral, segundo suas estimativas. Afirmou ainda que, em termos de política interna de trabalho, observou, em 2004, um redirecionamento de valorização da força de trabalho, com ênfase maior nos trabalhadores locais, oriundos de Sobral/CE e região, em detrimento daqueles que originalmente teriam chegado juntamente com a empresa em 1994. Isso ocorreu, segundo ele, devido à percepção por parte da empresa, do nível de qualificação que esses trabalhadores ditos locais atingiram, tornando os demais substituíveis, com vantagem para a empresa. Disso resultou, de acordo com o representante da empresa, que cerca de 80% dos cargos de chefia passaram a ser ocupados por funcionários contratados em Sobral, e esta é, na sua visão, a principal ação de reestruturação produtiva interna observada por ele desde sua chegada no município.

Quanto às questões específicas do trabalho, o representante da empresa Grendene mencionou as relações com o sindicato local de trabalhadores, ou sua ausência, como um indicador de respeito por parte da empresa da legislação trabalhista. De acordo com sua interpretação, o fato de haver pouca relação nesta seara por parte da empresa, seria um sinal de pouco conflito e, portanto, de respeito às leis trabalhistas. Um exemplo citado por ele nesse sentido se refere ao banco de horas, instrumento que garantiria a observância dos interesses de ambas as categorias – capital e trabalho – num cenário de consenso e coalizão interna.

Observa-se aqui um fato relevante na fala do referido representante quando menciona

⁵⁴ Disponíveis em: http://www.sobral.ce.gov.br/site_novo/sec/social/index.php/coordenacoes/coordenacao-de-promocao-para-o-trabalho-e-renda. Acesso em 02/09/2014.

que, em Farroupilha, a relação entre empresa e sindicato local nem sempre foi amistosa. Nesse sentido, cita inclusive a deflagração de greves em alguns momentos, fato que teria pesado, segundo sua visão, no momento de tomada de decisão por parte da empresa, quanto a realizar o movimento de mudança para Sobral/CE. Nesse sentido, seu depoimento desmitifica o senso comum de que o custo do trabalho em Farroupilha tenha sido preponderante na decisão quanto ao movimento de migração da empresa. Segundo sua interpretação, o salário médio pago é muito semelhante em ambas as localidades, além dos respectivos custos de vida, o que não sinaliza ter sido este um fator importante no momento da decisão quanto à mudança.

Ainda sobre as questões de gestão interna da força de trabalho, relata o interlocutor que a mudança da força de trabalho se deu de forma paulatina, com o aumento do contingente em Sobral sendo proporcional, ao longo do tempo, à diminuição deste em Farroupilha. Salienta, ainda, que houve um privilégio às carreiras de comando, no que diz respeito aos convites para acompanhar a empresa a Sobral. Este privilégio foi traduzido numa série de benefícios oferecidos como atrativo para a mudança. Ademais, lembra o entrevistado que nem todos os departamentos se transferiram para Sobral, como foi o caso dos setores de Desenvolvimento de Produtos e de Confeção de Matrizes, que permaneceram no Rio Grande do Sul, mas precisamente nas cidades de Farroupilha e Carlos Barbosa.

A esse respeito, cabe aqui um adendo: percebeu-se, ao longo desta pesquisa, que a partir de dado momento – mais especificamente a partir do ano de 2004 – a empresa Grendene iniciou um processo de reestruturação produtiva de dois tipos: técnico e organizacional. No primeiro, a substituição de máquinas e equipamentos, bem como sua disposição no ambiente fabril, constatado *in loco* por este pesquisador, como já mencionado neste trabalho, foram a tônica, consistindo, aparentemente, numa melhoria de resultados, se comparados períodos próximos. Foi justamente a partir deste ano fiscal que a empresa passou a negociar ações em bolsa, fato que coincidiu, por exemplo, com a exposição de um menor número de informações à disposição do público em geral, agora restritas ao ambiente dos acionistas em seu site, conforme já relatado nesta pesquisa.

No tocante à reestruturação organizacional, chama atenção o depoimento do representante da empresa ao atestar que, a partir de 2004, a empresa passou a valorizar mais a força de trabalho em Sobral, em detrimento daquela baseada em Farroupilha. Apesar do

depoimento em contrário do referido interlocutor, sabe-se, a partir principalmente das entrevistas realizadas no município gaúcho, que esse processo de valorização-desvalorização da força de trabalho ocorrido em Sobral traduziu-se em substituição de trabalhadores de rendimentos diferentes, num processo que não significou para a empresa qualquer prejuízo em termos de produtividade. Assim, trocando um trabalhador mais caro por outro mais barato, além da economia de recursos, contou a Grendene com seu já mencionado espírito de fábrica, que motivava aqueles que iam sendo promovidos e os dissociava de qualquer consciência de classe. No caso de Sobral não seria difícil, já que antes da Grendene a classe dos trabalhadores industriais praticamente não existia.

A essa realidade ainda soma-se outra, que dá conta nos últimos anos de um relativo desequilíbrio no tocante ao mercado de trabalho no segmento específico onde atua a Grendene - indústria de calçados. Os dados presentes na Tabela 23 contradizem muitos dos discursos proferidos em Sobral, além de por em xeque a principal justificativa para a atração da empresa e a adoção deste tipo de política como algo interessante enquanto política pública social na área do trabalho, ou seja, a criação de postos de trabalho. A instabilidade observada em Sobral, a partir de 2007, denota, além das questões conjunturais inerentes ao sistema capitalista de produção, incluindo aí a sazonalidade presente na produção do mercado calçadista, a observância de que o termo responsabilidade social vem sempre depois da palavra lucro em qualquer dicionário, especialmente no das grandes empresas. A esse respeito inclusive, a crise econômica mundial ocorrida entre 2006 e 2008 foi pedagógica: a Grendene demitiu 2.800 funcionários em 2006, segundo ela, para se adequar aos novos custos operacionais e voltou a fazê-lo em 2008, conforme reportagens de jornal local⁵⁵, mostrando que a prática era uma política da empresa no enfrentamento de dificuldades que envolvessem sua lucratividade, indo de encontro à crença propalada pelos poderes públicos cearenses que a atraíram, de que existe uma parceria entre ambos no sentido de garantir um mercado de trabalho consolidado e estável para o município.

Já a questão das greves, colocada pelo referido interlocutor como um dos fatores

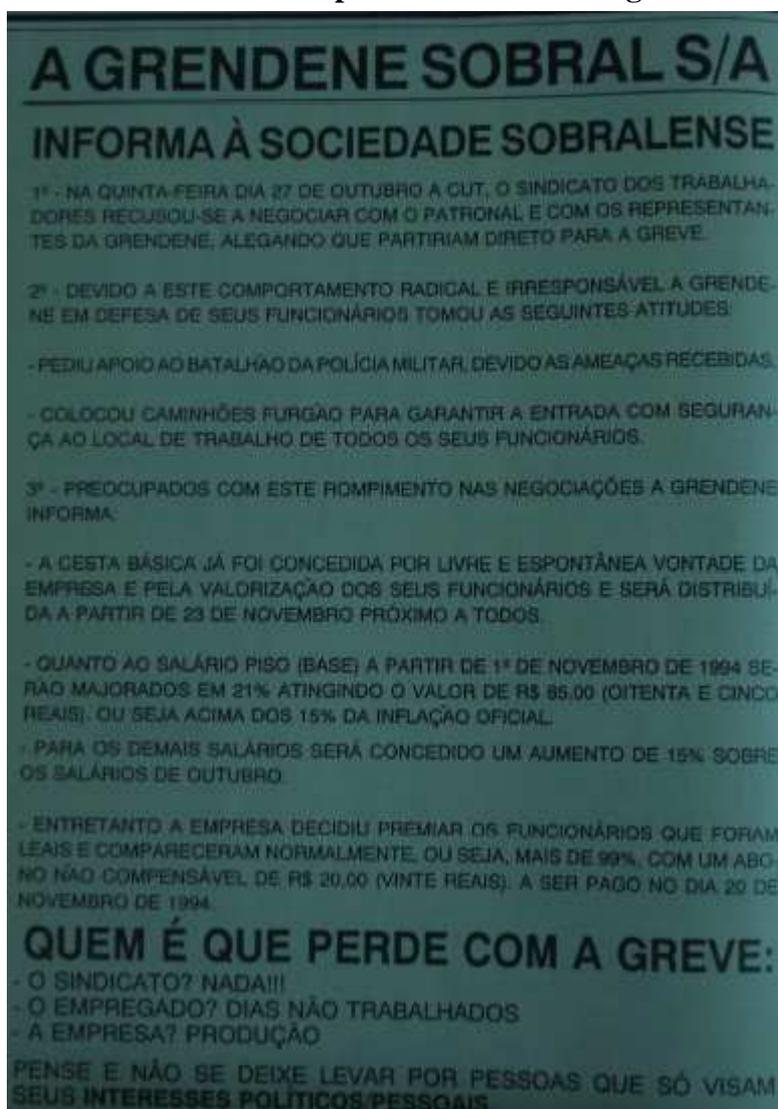
⁵⁵ Informações extraídas de ALMEIDA (2009). As edições mencionadas não se encontram mais disponíveis no original, e nem na internet, cujo sítio não pôde ser localizado.

motivadores para o deslocamento da empresa, não se limitou à Farroupilha, tendo sido observada também em Sobral pouco tempo depois da chegada da empresa naquele município. Em 1994, logo após sua chegada, a Grendene enfrentou, segundo Almeida (2009), seu primeiro e até hoje único, movimento grevista. De acordo com o autor, as reivindicações compreendiam aumento salarial e o acesso a benefícios, entre eles a cesta básica, que nunca é mencionada pela empresa como fruto de conquista da luta dos trabalhadores, mas como benesse ofertada por ela a título de salário indireto.

Ainda segundo o referido autor, o resultado foi a demissão de todos os envolvidos, direta e indiretamente no episódio, além de um movimento por parte da empresa de divulgação de sua imagem perante a sociedade local, exaltando suas virtudes enquanto maior empregadora de Sobral, bem como a forma como teria transformado, em pouco tempo, a realidade dos trabalhadores na região. Essa ação por parte da empresa se deu, segundo ainda Almeida (2009), basicamente de duas maneiras: primeiro, a Grendene lançou uma nota de esclarecimento (na sua visão) acerca do movimento grevista coordenado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, Seção Fortaleza, alertando para os possíveis prejuízos da ação grevista, caso não fosse interrompida (vide Figura 3)⁵⁶. Depois disso, firmou com o então principal meio de comunicação escrito da cidade contrato segundo o qual teria direito a uma seção exclusiva de divulgação das suas ações corporativas, o que se deu entre 1994 e 1998.

⁵⁶ Extraída de ALMEIDA (2009). A edição mencionadas na fonte não se encontra mais disponível no original, e nem na internet, cujo sítio não pôde ser localizado.

Figura 3 – Notícia acerca da reposta da Grendene à greve de 1994 em Sobral



Fonte: Jornal Correio da Semana de 06/11/1994; pág. 08. Extraído de ALMEIDA, 2009.

Chama-se atenção sobre essa questão específica que o movimento grevista tenha se dado tão rapidamente em Sobral e na Grendene, vis-à-vis a sua chegada na cidade. Ademais, nota-se também a rapidez com que a empresa reagiu a ele, bem como a intensidade dessa reação, denotando, aparentemente, uma preocupação não só com sua imagem, mas principalmente com os possíveis desdobramentos do fato. Esse talvez seja um indício de que o movimento grevista de Farroupilha, citado por seu representante em Sobral, tenha efetivamente contribuído para a tomada de decisão por parte da empresa acerca do seu movimento migratório.

Além disso, convém destacar a contradição envolvendo este episódio em Sobral e as justificativas para o empenho na atração da empresa Grendene para o município. Imagina-se, a partir do que foi e tem sido colocado pelos poderes públicos cearenses ouvidos nessa pesquisa, que o advento da Grendene em Sobral seria, em vários sentidos, uma redenção para o município, colaborando, segundo os discursos oficiais, para o surgimento de um ambiente social harmônico e próspero. Todavia, logo em seguida à chegada da empresa, é deflagrado um movimento grevista que levanta a hipótese de que o comprometimento inicial do capital no município cearense não era com algum tipo de altruísmo ou parceria, conforme versão do representante da empresa Grendene em Farroupilha, a ser detalhada, enquanto ente fomentador de uma política pública de trabalho, mas com a produtividade e o lucro, princípios fundamentais de empresas capitalistas.

Estas questões podem ser observadas também quando se analisa a qualidade do emprego criado pela empresa Grendene em Sobral, como faz Almeida (2009) em sua pesquisa. O referido autor entrevistou alguns funcionários da empresa e constatou, a partir de seus depoimentos, algumas características de precarização do trabalho presentes em seus cotidianos, reforçando a crítica que se faz à contradição entre o discurso e a prática tanto da empresa quanto do poder público local, ao enfatizarem a importância de sua chegada ao município em termos de mercado de trabalho. De início se percebe, a partir da pesquisa de Almeida (2009), a presença de processos de trabalho de tipo simples e repetitivos, meros exercícios de execução, conforme os depoimentos colhidos pelo referido autor.

Outra característica presente no processo produtivo da Grendene é, segundo os depoimentos colhidos por Almeida (2009), a rotatividade. De acordo com essas informações, é comum para os trabalhadores, o rodízio de funções, onde aparentemente os operários são treinados para dominar todas as fases do processo produtivo, permitindo à empresa maior produtividade e alocação mais racional de sua força de trabalho no tocante à busca pelos melhores e maiores resultados.

Enfatizam-se também, nesta mesma pesquisa, as questões de intensidade e pressão no trabalho, além daquelas relacionadas à saúde dos trabalhadores, que culminam com altos níveis de stress, estafa, lesões por esforço repetitivo, entre outros elementos.

Por fim, cabe lembrar a questão do peso que representou a chegada da empresa Grendene não somente a Sobral, mas também à região circunvizinha. Segundo o representante da empresa no município cearense, a importância desse movimento torna-se evidente, dado, por exemplo, o percentual da PEA do município vinculado formalmente à Grendene (10%, segundo suas estimativas), além dos vínculos informais, que, nas suas palavras, acabam por contribuir adicionalmente para o desenvolvimento da região. Em relação à Farroupilha, o interlocutor, que é um dos trabalhadores que acompanhou a empresa desde aquela cidade, conforme já mencionado, faz o mesmo raciocínio, pois, segundo ele, apesar da diminuição do contingente de trabalhadores naquele município, o número remanescente ainda era significativo, dado o tamanho da economia daquela cidade gaúcha. A situação descrita e vista em Sobral, vincula a empresa, ainda segundo o raciocínio de seu representante, a uma política pública efetiva de trabalho no município, na condição de parceiro importante nesse sentido, todavia, em relação à Farroupilha ele não faz o mesmo relato, uma vez que, sob este prisma, a presença da Grendene não teria o mesmo impacto que teria em Sobral nesse momento.

As afirmações do representante da empresa Grendene em Sobral são pertinentes e explicam a realidade de modo aparentemente fidedigno. Após residir em Sobral entre 1998 e 2010, este autor percebe que a chegada da Grendene no município significou, do ponto de vista da sua urbanização, um crescimento rápido e exponencial, especialmente a periferia local, que passou por um processo de adensamento populacional comparável às grandes cidades industriais do país. Segundo Almeida (2009), a taxa de urbanização do município de Sobral, saltou de 81,58% para 86,63% entre 1991 e 2000; atualmente, segundo dados e estimativas do IBGE⁵⁷, este número é de 88,35%. Isso confirma a tendência de alta, especialmente a partir de meados da década de 1990, momento da chegada da empresa Grendene no município. Esta é uma primeira questão acerca da influência da empresa na cidade e na região, mas há outras.

A experiência de residir na cidade por período relativamente longo e acompanhar seu dia-a-dia (o que inclui as atividades da Grendene e os desdobramentos disso), possibilitou a observação das transformações cotidianas nas suas diversas nuances. O mercado imobiliário,

⁵⁷ Informações disponíveis em <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 02/09/2014.

por exemplo, passou por uma transformação semelhante a dos grandes centros urbanos, com alta de oferta, crescimento do segmento construção civil, especialmente a partir de meados dos anos 2000, associada a uma tendência de alta nos preços, que começou a ocorrer ainda nos anos 1990 e não cessou, mas apenas se acomodou em patamares relativamente elevados, apesar do crescimento da oferta, fruto de um mercado de aluguéis lucrativo e de um nível de ocupação de solo relativamente baixo, especialmente na periferia da cidade, à época da chegada da empresa no município.

Ao se imaginar um contingente populacional da ordem de aproximadamente 16 mil pessoas em meados dos anos 2000, circulando diariamente num determinado ponto específico da cidade, em três turnos (a produção na Grendene é do tipo *full-time*), pode-se vislumbrar a dimensão disso para um mercado imobiliário, até então, típico de uma cidade do interior do Nordeste brasileiro. Em todos os sentidos e em todas as microrregiões da cidade, houve uma valorização relacionada à ocupação de espaços, para todos os fins possíveis de se associar à presença da empresa e aos desdobramentos dessa presença. Almeida (2009), a partir de notícia veiculada em jornal de Sobral (o Expresso do Norte), apresenta um breve resumo do cenário descrito aqui. As edições mencionadas não se encontram mais disponíveis no original, e nem na internet, cujo sítio não pôde ser localizado.

A influência e nível de atratividade da empresa junto aos municípios vizinhos criaram um fenômeno específico, por exemplo, quanto ao transporte intermunicipal na região. Surgiram, em determinados municípios, especialmente naqueles onde o contingente de pessoas trabalhando na Grendene era significativo, pequenas empresas de transporte que levavam os trabalhadores até a porta de fábrica nos seus três turnos, e, no mesmo momento, faziam o transporte de volta daqueles que finalizavam seu expediente diário. Este se tornou um negócio lucrativo, e é um bom exemplo de como a influência da empresa se deu na região geográfica e nas economias locais, inclusive em seus setores informais. Boa parte dessas empresas não eram formalizadas, atuando de forma precária e aproveitando a ausência de transporte público oferecido pelos municípios envolvidos.

Em sua pesquisa, Almeida (2009) também cita o fato e elenca os municípios de Forquilha/CE e Massapé/CE, fronteiros a Sobral/CE, como os que geravam o maior fluxo de pessoas em direção à empresa diariamente. Além dessa atividade, pode-se observar nos dias

atuais que o pequeno comércio de lanches e refeições; de confecções; os bicicletários; os mototaxistas; e, inclusive, motéis, que surgiram no entorno da fábrica da empresa Grendene em Sobral, evidenciam o efeito multiplicador para a economia local advindo da presença da empresa no município. Vale ressaltar também que esse movimento em torno da empresa Grendene começou mesmo antes de sua instalação e foi de tal força que se incorporou ao imaginário popular da região de maneira contundente, como mostra outra notícia veiculada em outro jornal de grande circulação na cidade, igualmente encontrada na pesquisa do referido autor.⁵⁸

Este efeito, entretanto, longe de significar uma unanimidade em termos de bem-estar social, encerra questões diversas e complexas, relacionadas à infraestrutura, segurança pública, saúde, educação, moradia, enfim, uma série de demandas (sociais) públicas, as quais, aparentemente, não obtiveram respostas por parte da municipalidade na mesma proporção ou nível de atenção dadas à Grendene e à necessidade de trazê-la para Sobral. Nesse sentido, é especialmente interessante a questão da mobilidade urbana do município, vis-à-vis a chegada da empresa na cidade e o consequente aumento no nível macroeconômico de renda. Este fator fez crescer as vendas do setor automotivo na cidade, especialmente no segmento de motocicletas, trazendo uma nova preocupação para o poder público e os moradores locais, qual seja, a mobilidade e a segurança no trânsito no âmbito do município, notadamente na região onde se encontra a Grendene e seu entorno. Segundo dados do Departamento de Trânsito do Estado do Ceará - DETRAN/CE, Sobral conta hoje com uma frota de 72.373 motocicletas, o que corresponde aproximadamente ao dobro do número de automóveis na cidade e a 50% da frota total de veículos.

Para se ter uma ideia da grandeza desses números, em Fortaleza, capital do estado, esse percentual não passa de 30%, número ainda assim considerado alto⁵⁹. Associados a esses números, a Santa Casa de Misericórdia de Sobral, maior hospital público da região norte do estado do Ceará, aponta para um percentual de 30% do total de seus atendimentos em emergência na cidade relacionados a acidentes com motocicletas, isso somente no ano de

⁵⁸ A edição mencionada na fonte não se encontra mais disponível no original, e nem na internet, cujo sítio não pôde ser localizado.

⁵⁹ Dados apurados até Dez/2013, disponíveis em www.detran.ce.gov.br. Acesso em 03/09/2014.

2013⁶⁰. Essa estatística seria consequência de outra, disponibilizada pelo DETRAN/CE, que apontando o seguinte dado: em 2013, os motociclistas foram os maiores infratores no trânsito do estado do Ceará e da cidade de Sobral.⁶¹

Paralelo a isso, o poder público e a sociedade em geral gastam tempo e recursos⁶² tentando encontrar soluções para a questão da mobilidade urbana de Sobral. As tentativas, entretanto, não significam necessariamente uma preocupação prioritária com a população local; mas, ao contrário, parecem buscar soluções para os gargalos de escoamento da produção da empresa, podendo inclusive ter contribuído para o agravamento da situação que se observa na cidade já há algum tempo. Isso pode ser constatado, por exemplo, em trechos de entrevistas dadas a jornais locais pelo poder público e presentes na pesquisa de Almeida (2009),⁶³ dando conta de um compromisso assumido pelo poder público sobralense em 1997 de melhorar a infraestrutura urbana em torno da empresa como forma de auxiliar no crescimento contínuo da mesma.

Vale ressaltar também a voz da oposição política ao poder público local à época, externando preocupação não só com relação à questão dos transportes, mas também com os problemas de energia e infraestrutura em geral, conforme depoimento de vereador sobralense a jornal local, encontrado igualmente da pesquisa de Almeida (2009). O referido parlamentar refere-se, nesse caso, a linhas de transmissão construídas no âmbito do território municipal, a fim de aumentar a oferta de energia elétrica para a cidade, dada a sobrecarga iminente em função da chegada e expansão da empresa entre 1994 e 2001.⁶⁴

⁶⁰ Informação disponível em <http://encontrocomsaude.blogspot.com.br/2014/08/vitimas-de-acidentes-de-moto-lotam.html>. Acesso em 03/09/2014.

⁶¹ Informação disponível em <http://encontrocomsaude.blogspot.com.br/2014/08/vitimas-de-acidentes-de-moto-lotam.html>. Acesso em 03/09/2014.

⁶² Segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará, o município de Sobral/CE gasta em média 22% do orçamento da saúde com internações para situações sensíveis à atenção primária (o que inclui atendimento de emergência e de reabilitação). Informação disponível em www.saude.ce.gov.br. Acesso em 03/09/2014.

⁶³ A edição mencionada na fonte, bem como o relatório da Prefeitura Municipal de Sobral de 2008, não se encontram mais disponíveis no original e nem na internet.

⁶⁴ A edição mencionada na fonte não se encontra mais disponível no original, e nem na internet, cujo sítio não pôde ser localizado.

Assim, fatos que surgiram a partir de um retorno aparentemente positivo produzido pela chegada da empresa Grendene em Sobral, a partir de determinado momento, passaram a significar, segundo outra ótica, muito mais dificuldades ao desenvolvimento do município e à condição de bem-estar social propalada pelo poder público ao justificar os incentivos para atração da empresa⁶⁵.

Outra preocupação que é quase unânime entre a população local ouvida e entreouvida, ao longo dos quase doze anos de vivência na cidade, é o receio de que a empresa Grendene, em algum momento, deixe o município. A consciência da dependência é presente na cultura social dos sobralenses, desde os mais esclarecidos, caso dos entrevistados nesta pesquisa, até os mais vividos em termos de empresa, os trabalhadores, desde 1994, pelo que se tem notícia, até os dias atuais, incluindo aí o período recente de realização das entrevistas deste trabalho no município. Esta situação de constante apreensão mostra-se no mínimo pertinente. Isso especialmente se for observada a trajetória da empresa desde o seu surgimento em Farroupilha, perpassando pela forma como ela se consolidou no setor industrial local e nacional, sua forma de lidar com as questões de produção e mercado, isso inclui a relação com a categoria trabalho, até o momento em que realizou seu movimento de migração. Nesse sentido, não há garantias baseadas na experiência histórica de que essa ação não vá se repetir no futuro.

3.4 - O mercado de trabalho em Farroupilha/RS

No tocante à Farroupilha e seu mercado de trabalho, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/ MTE –, houve um estoque de empregos para 2013 da ordem de 26.239 postos de trabalho. Destes, 11.828 no setor da indústria de transformação, onde ainda se insere a empresa Grendene na economia do município, representando 45,07% das ocupações naquele momento no município gaúcho. Entre as ocupações de maior número nesse universo, destaca-se o alimentador de linha de produção, com 149 unidades. O trabalhador polivalente de confecção de calçados aparece apenas na sexta posição nesse ranking, com 39 unidades.

⁶⁵ A esse respeito ver ainda o site WWW.sobralnews.com.br, em suas edições de 04/10/2012 e 21/08/2013. Acesso em 03/09/2014.

Ainda segundo a RAIS/MTE, entre 2012 e 2013 houve um incremento de 766 postos de trabalho na economia de Farroupilha, sendo 555 deles localizados na indústria de transformação, o primeiro setor em termos de incremento na economia do município, à frente do setor serviços, que teve incremento de 334 postos de trabalho no período. Não por acaso, a maior variação observada no período entre as ocupações foi registrada no item alimentador de linha de produção, com acréscimo de 397 novos postos de trabalho. O trabalhador polivalente de confecção de calçados aparece apenas com 6 novos postos de trabalho.

Segmentando o mercado de trabalho farroupilhense em sua indústria de calçados, onde está a empresa Grendene e a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTE observa-se, ao longo dos últimos sete anos e no que diz respeito ao nível de empregabilidade do município neste setor produtivo, uma relativa estabilidade, ainda que em patamares absolutos inferiores aos observados em Sobral. No período compreendido entre 2007 e 2013, não se percebe qualquer saldo negativo em termos de estoque de empregos, sendo que em três deles (2007, 2009 e 2011) houve um crescimento significativo no tocante a esse mercado específico. Pode-se incluir nesse rol inclusive o ano de 2013, de crescimento relativamente próximo aos dos anos citados, conforme ilustra a tabela a seguir.

Tabela 26 – Saldo de Empregos na Indústria de Calçados em Farroupilha/RS (2007/2013)

Ano	Nº Admissões	Nº Demissões	Saldo
2007	1149	1045	104
2008	1087	1073	14
2009	1014	829	185
2010	1329	1288	41
2011	1524	1273	251
2012	1109	1099	10
2013	1278	1179	99

Fonte: MTE/CAGED. Disponível em WWW.mte.gov.br. Acesso em 03/09/2014. Elaboração própria.

Devem ser salientados alguns pontos a respeito desta conjuntura: primeiro, a empresa

Grendene, ao deixar Farroupilha, transferiu com ela um grande número de postos de trabalho para outra região, o que foi bastante significativo para o setor calçadista da indústria farroupilhense. O quantitativo de empregos mantidos por ela na cidade reduziu-se substancialmente, e hoje, segundo dados oriundos de sua diretoria, são 1.750 postos de trabalho na cidade, divididos entre a produção de matrizes (540), e o setor administrativo e comercial (1.210). Ademais, diferentemente do que ocorre em Sobral a empresa, enquanto empregadora da mão-de-obra local, não está sozinha no seu segmento, uma vez que são 55 empresas no setor⁶⁶, e ainda que seja uma das principais empregadoras, não está no mesmo patamar relativo ou absoluto em comparação com sua filial no município cearense.

Outro ponto importante nesse mister é que a relativa estabilidade do mercado de trabalho em Farroupilha, em termos de contratações e demissões, parece indicar que a empresa Grendene se encontra, desde algum tempo, em situação de algum equilíbrio naquilo que se propõe a realizar no município gaúcho. De acordo com informações oriundas de sua diretoria, em Farroupilha desenvolve-se o calçado, são feitas as testagens em mini linhas de produção e, ao final, têm-se as matrizes desses calçados, que indicam as possibilidades de se produzir ou não, incluindo aí as questões de custo de produção.

Nesse sentido, pode-se inferir que a força de trabalho inserida nesse processo é de um nível diferente daquela encontrada nas linhas de produção em massa de Sobral. De fato, trata-se, em Farroupilha, de um trabalhador mais qualificado, com um nível de conhecimento mais apurado e uma capacidade técnica mais sofisticada, nas palavras da própria empresa, conforme entrevista realizada com seu representante naquela cidade. Ademais, a diretoria executiva continua totalmente baseada no município gaúcho, o que sugere que as decisões centrais são tomadas em Farroupilha, podendo significar também, entre outras possibilidades, que os resultados de balanço de resultados contábeis tendem a convergir para lá, local da sede da empresa.

Ainda sobre o mercado de trabalho em Farroupilha, a política pública local para este segmento segue uma linha híbrida entre o que se observa em Sobral nesse sentido e o que implementa o governo do estado do Rio Grande do Sul na área, segundo informações da Prefeitura Municipal através de seu Plano Diretor, na Seção III destinada ao plano e às ações

⁶⁶ Informação disponível em <http://www.farroupilha.rs.gov.br>. Acesso em 03/09/2014.

de trabalho, de emprego e de renda. Segue a redação oficial:

“Art. 16. São diretrizes no campo do trabalho, emprego e renda:

I – contribuir para o aumento da oferta de postos de trabalho;

II – incentivar e apoiar as diversas formas de produção e distribuição por intermédio dos micros e pequenos empreendimentos;

III – incentivar novas cadeias produtivas e fortalecer as existentes;

Art. 17. São ações estratégicas no campo do trabalho, emprego e renda:

I – estimular as atividades econômicas intensivas em mão-de-obra;

II – implementar políticas de apoio às iniciativas de ocupação autônoma, associativa e cooperativada;

III – incentivar a implementação de instrumentos de apoio aos micros e pequenos empreendimentos, individuais ou coletivos, na forma de capacitação gerencial e tecnológica”.⁶⁷

Além disso, ainda de acordo com informações da Prefeitura local, no seu Informativo Oficial de Prestação de Contas 2013/2014, existe, no referido documento, uma seção destinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, na qual se encontram diretrizes acerca da área de trabalho, que informam a disponibilidade da Secretaria em atuar no incentivo a empresas, por meio de orientações gerais acerca do Plano Diretor Municipal, bem como da cessão de máquinas e equipamentos a serem utilizadas na instalação física de empresas no município; no apoio à captação de recursos por parte de empresas interessadas em investimentos na área cultural; na captação de empresas através de visitas de convencimento que incluam como objetivo o desenvolvimento econômico do município; no fomento à economia solidária, por meio de apoio a cooperativas e a associações de catadores de material reciclável; e na participação no comitê gestor de do Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

Acerca desses instrumentos específicos (mencionados) de políticas públicas de trabalho em Farroupilha, não há, no site da municipalidade ou em outras publicações, oficiais ou não, maiores informações sobre seu andamento ou os resultados obtidos desde sua

⁶⁷ Informação disponível em <http://www.farroupilha.rs.gov.br>. Acesso em 03/09/2014.

implementação, o que sugere, entre outras possibilidades, um período de maturação insuficiente para tal ou mesmo alguma inocuidade em suas ações. O que se encontra em termos oficiais a respeito de resultados obtidos nesta área em Farroupilha, são informes elencados no site da Prefeitura Municipal, onde se destacam ações realizadas no âmbito da capacitação de jovens para o mercado de trabalho, numa parceria com o atual governo federal, especificamente em ações ligadas aos programas Pró Jovem e Pronatec).⁶⁸

Além das informações oficiais acerca da questão do mercado de trabalho em Farroupilha/RS, as entrevistas realizadas no município também tiveram como um dos motes essa temática, na oportunidade em que os agentes locais envolvidos no processo migratório protagonizado pela empresa Grendene foram, nesse sentido e através de seus representantes, ouvidos. No que diz respeito à Prefeitura Municipal de Farroupilha e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, cujo interlocutor foi a voz do poder público local nessa pesquisa, há uma visão acerca da importância da empresa Grendene para a cidade, sendo citada sua atual configuração em termos de áreas de atividade – matrizaria, administração, diretoria – como algo relevante para a economia local.

Percebe-se também um sentimento de alguma nostalgia quando o referido interlocutor relata a estrutura da empresa existente no passado em Farroupilha, especialmente no que tange ao quantitativo de pessoas ali empregadas. Segundo ele, a empresa chegou a empregar algo em torno de cinco mil pessoas diretamente, nos idos dos anos 1990. Isso, para um município com população de então 40 mil pessoas, era algo significativo. Ainda de acordo com suas informações, em termos de ICMS, por exemplo, o retorno da Grendene para o município era equivalente à toda a arrecadação deste tributo em uma cidade como Canela, à época.

Esse, entretanto, não seria mais o retrato da realidade do município, segundo informa o representante da secretaria municipal mencionada. A atual conjuntura econômico-produtiva de Farroupilha mostra uma economia com participação industrial da ordem de 60%. Destes, 25% estão relacionados ao setor metalúrgico, à reboque da vizinha Caxias do Sul, maior cidade da região e que conta com um polo metal mecânico robusto em sua estrutura produtiva. Além dele, outros setores, antes do calçadista, ocupam posição de destaque no rol de indústrias

⁶⁸ Informações disponíveis em <http://transparencia.farroupilha.rs.gov.br:8083/?secao=dinamico&id=1068>. Acesso em 04/09/2014.

locais, casos da indústria de papelão (21%), plásticos (12%), malharia (11%), e só depois calçados, com apenas (3%).

Essa nova realidade, ainda segundo o referido interlocutor, é fruto de uma remodelação da estrutura produtiva do município, que tem se reorganizado a partir da migração de parte da empresa Grendene, superando o problema do excesso de dependência em relação a ela vivenciado na cidade até então. Os gráficos a seguir, mostram o atual dimensionamento da conjuntura produtiva em Farroupilha, tanto em termos de sua macroeconomia, quanto ao seu setor industrial; são os registros de empresas por setor econômico atualmente cadastrados na Prefeitura Municipal de Farroupilha.

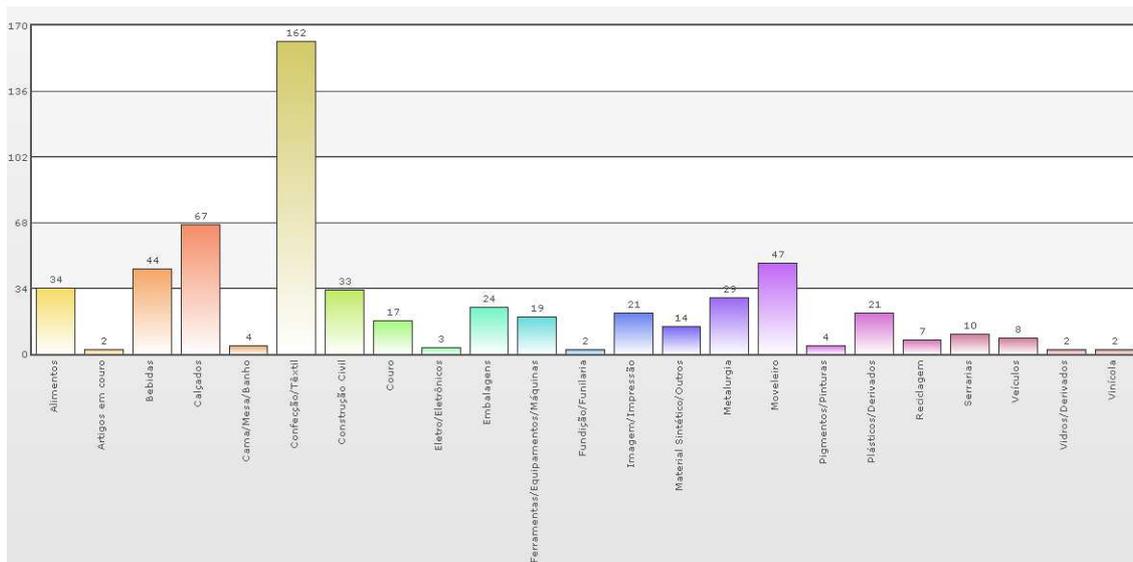
Gráfico 16 – Nível de registros de empresas em Farroupilha/RS 2014 (jan a jun)



Fonte: Prefeitura Municipal de Farroupilha – Guia Econômico 2014. Disponível em

<http://www.guiaeconomico.com.br/farroupilha>. Acesso em 04/09/2014.

Gráfico 17 - Nível de registros de empresas em Farroupilha/RS – Setor Industrial – 2014 (jan a jun)



Fonte: Prefeitura Municipal de Farroupilha – Guia Econômico 2014. Disponível em <http://www.guiaeconomico.com.br>. Acesso em 04/09/2014.

Observa-se, a partir dos dois gráficos, aquilo que corrobora o discurso ouvido em Farroupilha acerca de uma maior diversificação de sua economia, como consequência inicial da saída da Grendene do município. Todavia há outro fato em destaque aqui: parece estar havendo uma inflexão no sistema produtivo do município, em termos de setor onde estão se instalando as novas unidades produtivas. No Gráfico 16, por exemplo, percebe-se que o setor industrial é apenas o terceiro tanto em registro de novas empresas como em grupos de atividades, ou seja, nem é o maior nem o mais dinâmico, em termos de diversidade produtiva, entre os setores que compõem o mercado produtivo de Farroupilha. Já no Gráfico 17, que segmenta este mesmo setor industrial por ramo de atividade, a realidade aponta para um predomínio do ramo de confecções sobre a indústria calçadista local, com mais que o dobro de empreendimentos de diferença entre ambas. Demonstra-se que, de fato, a antiga vocação do município para a produção de calçados perdeu peso, provavelmente diante da influência

negativa advinda do movimento da Grendene no início da década de 1990.

Ainda acerca dessa nova estrutura produtiva apresentada pelo poder público local, não há, em seus registros oficiais, qualquer menção acerca do papel desempenhado pela atual gestão nesse processo de mudanças. O documento do qual se extraem as informações apresentadas limita-se a descrever a conjuntura atual da economia farroupilhense num modelo de exposição de tipo fotográfico, em que se vê, no máximo, a segmentação dessa economia por setores produtivos, mas apenas num quadro estático que mostra valores absolutos e estanques. Não há, por exemplo, informação acerca do fluxo das informações disponibilizadas ao longo de algum período temporal.

Continuando na seara do mercado de trabalho em Farroupilha, é também opinião do poder público local que, hoje, a empresa Grendene emprega uma força de trabalho mais técnica, especialmente nas áreas de criação, administração e comércio exterior, com maior média de remuneração e mais domiciliada na cidade, diferentemente do que ocorria antes do movimento da empresa para Sobral. Segundo o interlocutor representante da prefeitura, antes a maior parte da população vinculada à Grendene residia nos municípios circunvizinhos, o que acabava por fazer migrar a renda dessas pessoas, a qual não circulava fortemente na economia local. Hoje, com um menor contingente de trabalhadores na empresa e um contingente de maior renda há, segundo o referido interlocutor, uma maior penetração desses recursos na economia, fortalecendo-a e efetivando um potencial de crescimento real para o município, a partir das possibilidades de investimento associadas ao nível de renda local.

Arelada à questão do mercado de trabalho de Farroupilha e seu nível de empregabilidade, surge, no debate, a questão do desemprego como, na opinião do poder público local, um indicador social importante que foi alterado com a migração da Grendene para Sobral. Segundo o relato de seu representante nesta pesquisa, Farroupilha tem, de acordo com dados do IBGE, uma população com patamar de 52% de migrantes, fenômeno que havia se iniciado a partir do ciclo do calçado, como se diz no município, já que naquele momento a cidade era conhecida nacionalmente como a 'cidade dos empregos', e atraía muita gente da região próxima. Assim, de acordo com as colocações da Prefeitura Municipal, a saída da Grendene gerou nas pessoas uma sensação de desamparo, pois cresceram, à reboque e desde aquele momento, os índices de criminalidade, as demandas por assistência social, habitação,

entre outros itens de infraestrutura social, conforme dados apresentados a seguir para estas áreas de intervenção pública no município.

Tabela 27 – Evolução Taxa de Homicídios – Farroupilha/RS (1999-2012)

Evolução da taxa de homicídios
Número de homicídios por 100 mil pessoas

FARROUPILHA, RS

Ano	MUNICIPAL
2012	13,87 óbitos/100 mil hab.
2011	17,11 óbitos/100 mil hab.
2010	12,57 óbitos/100 mil hab.
2009	17,36 óbitos/100 mil hab.
2008	6,38 óbitos/100 mil hab.
2007	6,24 óbitos/100 mil hab.
2006	11,12 óbitos/100 mil hab.
2005	11,33 óbitos/100 mil hab.
2004	6,72 óbitos/100 mil hab.
2003	5,13 óbitos/100 mil hab.
2002	13,92 óbitos/100 mil hab.
2001	19,58 óbitos/100 mil hab.
2000	14,46 óbitos/100 mil hab.
1999	5,29 óbitos/100 mil hab.

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS. Extraído de <http://www.deepask.com/goes?page=farroupilha/RS-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio>. Acesso em 04/09/2014.

Vale lembrar, todavia, que outros elementos precisam ser considerados para a análise da prefeitura de Farroupilha, como a recente crise internacional, especialmente a partir de 2009, que provavelmente inibiu, e muito, as exportações e prejudicou os resultados da empresa. Destaca-se também a crise de desemprego no final do governo FHC, especialmente entre 2001 e 2002.

Na área de habitação, os dados mais recentes apontam para um déficit habitacional significativo em Farroupilha proporcionalmente ao tamanho de sua população, de acordo com

levantamento feito pela Rádio Gaúcha, e a partir de informações do IBGE. Para saná-lo, a prefeitura municipal tem, segundo a referida Rádio, buscado áreas na cidade disponíveis para o assentamento dessas famílias em parceria com o Governo Federal, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida⁶⁹. Esse déficit reflete, provavelmente, a mesma realidade da época em que a Grendene começou a crescer em Farroupilha, quando precisou de força de trabalho e não encontrava no município, tendo que recorrer ao incentivo à migração para a cidade a partir de instrumentos como a oferta de moradia a essas pessoas. Com sua saída e a diversificação e a modernização do setor produtivo local, a antiga necessidade parece ter voltado, tendo sido retomado aquele ciclo.

Ainda assim, a visão do referido interlocutor é a de que, nesse mister, a empresa agiu acertadamente ao realizar seu movimento migratório, uma vez que, no capitalismo, é prerrogativa a busca por melhores alternativas, como as oferecidas pelo estado do Ceará naquele momento. Ele reforça, entretanto, a partir de sua experiência pessoal – naquele momento, acabara de ingressar no mercado de trabalho – que foi um período de muita dificuldade para se achar trabalho em Farroupilha, e também por isso, mostra-se, hoje, contrário a uma política de Estado baseada nesse tipo de instrumento, de incentivos fiscais, aparentemente porque isso fragilizaria o pacto federativo, consagrado inclusive na CF/88. Em contraposição a essa posição, ele sugere que os estados e municípios devam investir em políticas públicas de trabalho centradas em qualificação de força de trabalho e em infraestrutura de logística e localização. Tais políticas deveriam resultar em um ambiente de cooperação e não competição por investimentos produtivos.

Nesse aspecto, ficam evidentes, na visão do poder público local, algumas situações que vinculam a empresa Grendene ao mercado de trabalho em Farroupilha de forma aparentemente negativa. Primeiro, fica perceptível, a partir da fala do seu representante, que o movimento feito pela empresa contribuiu sobremaneira para o agravamento dos índices de desemprego no município e dos indicadores relacionados a partir de sua saída. Isso, por sua vez, motivou o município, de forma geral, e a municipalidade, em particular, a pensar um novo modelo de desenvolvimento particular, diferente do anterior, que era baseado na dependência a uma grande empresa industrial e que não chegava a cogitar alternativas para

⁶⁹ Informações disponíveis em WWW.gaucha.clicrbs.com.br. Acesso em 04/09/2014.

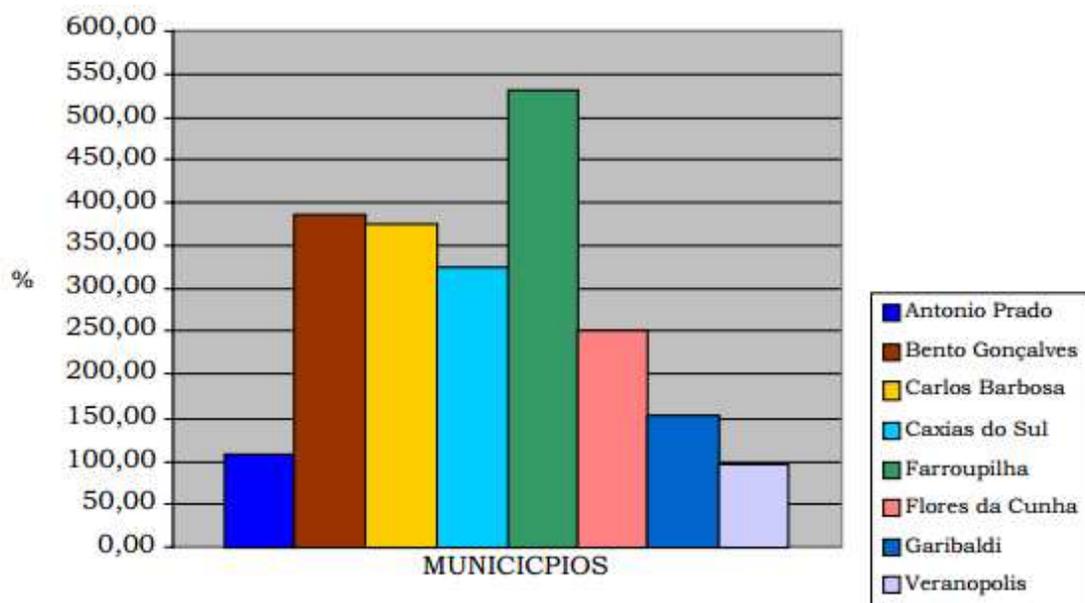
isso. A diversificação do parque fabril farroupilhense tornou-se um exemplo dos resultados dessa motivação, embora o referido interlocutor não deixe claro qual a efetiva participação da prefeitura nesse processo.

Esse discurso mostra-se coerente com a informação oficial no site da Prefeitura Municipal acerca da política pública na área do trabalho, ou seja, sugere melhorias no tocante à diversificação do parque industrial em Farroupilha, sem citar sua participação nesse processo, e foca sua atenção nas ações, em parceria com o atual Governo Federal, de qualificação de força de trabalho. Os gráficos e tabela a seguir, extraídos de estudo de Breitbach (2001), apresentam a realidade de Farroupilha antes da saída da Grendene do município gaúcho; evidenciam, também, parte da realidade da cidade no período imediatamente posterior a esta saída, na microrregião de Caxias do Sul, onde está inserido o município de Farroupilha, no estado do Rio Grande do Sul.

Essas informações evidenciam, entre outras possibilidades, que o município de Farroupilha foi o que mais cresceu, em termos populacionais até a década de 1990, indicando uma participação da Grendene nesse processo, conforme já mencionado aqui. Ademais, apresentam ainda uma indicação da importância econômica e social da Região de Caxias do Sul no contexto da economia gaúcha, em que Farroupilha parece desempenhar papel expoente, em função, desde 1970, ano do surgimento da Grendene em Farroupilha, até o fim dos anos 1990, da presença e crescimento da empresa Grendene, ainda que tenha havido o movimento de migração conhecido.

A justificativa para tais interpretações perpassa por tudo aquilo que já se mencionou aqui em termos de conjunturas e conjecturas referentes ao município de Farroupilha entre as décadas de 1970 e 1990, bem como em relação aos dias de hoje. A importância do setor calçadista para a economia brasileira e gaúcha, mais especificamente suas exportações, no período pós Milagre Econômico é amplamente conhecida. Farroupilha desempenhou papel protagonista nesse contexto, especialmente na década de 1980. De lá pra cá, mesmo com o movimento migratório da Grendene, o município não perdeu sua característica industrial e, mesmo passando por um período de especial dificuldade, parece ter conseguido retomar o caminho de sua vocação produtiva, diversificando e modernizando seu núcleo de interesses. Pelo menos é isso o que os dados relacionados parecem mostrar.

Gráfico 18 – Crescimento da população na Região de Caxias do Sul entre 1960 e 1996 por município



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, Sinopse Preliminar 1960 e Contagem Populacional 1996.

Extraído de http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_3_breitbach.pdf. Acesso em 04/09/2014.

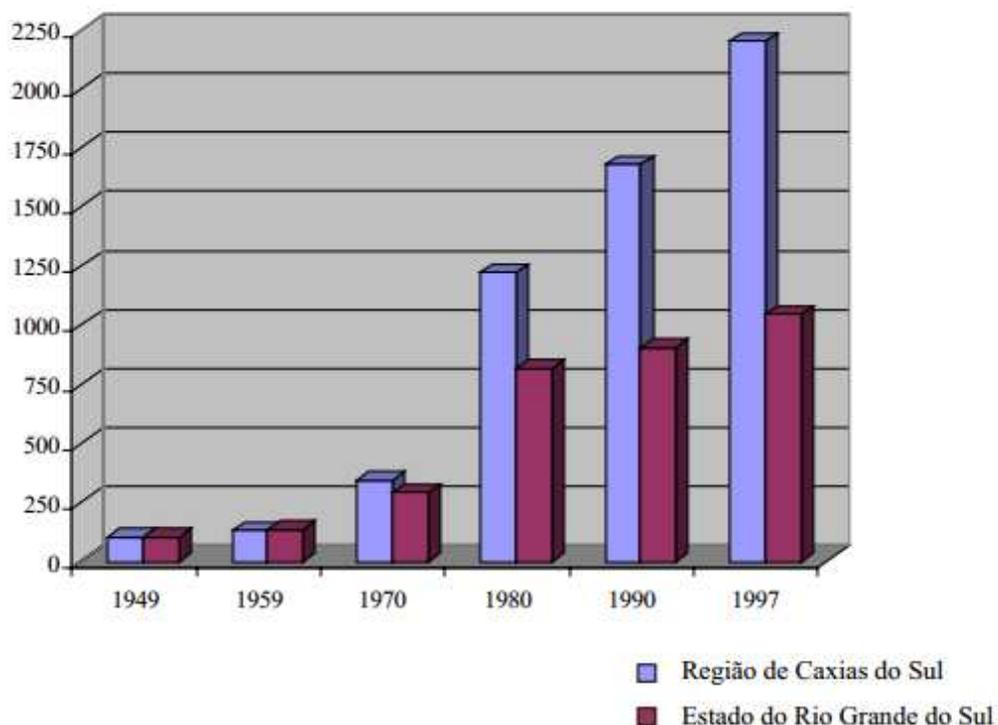
Tabela 28 – Índice Social Municipal Ampliado na Região de Caxias do Sul por município (1991-1996)

municípios	habitação e saneamento	educação	saúde	renda	total
Antônio Prado	0,53	0,65	0,47	0,32	0,49
Bento Gonçalves	0,57	0,7	0,44	0,53	0,56
Carlos Barbosa	0,58	0,78	0,38	0,45	0,55
Caxias do Sul	0,61	0,7	0,33	0,59	0,56
Farroupilha	0,56	0,62	0,38	0,58	0,54
Flores da Cunha	0,57	0,65	0,4	0,49	0,53
Garibaldi	0,56	0,71	0,39	0,44	0,52
São Marcos	0,57	0,64	0,35	0,53	0,52
Veranópolis	0,55	0,69	0,44	0,52	0,55

Fonte : FEE/Núcleo de Indicadores Sociais

Extraído de http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_3_breitbach.pdf. Acesso em 04/09/2014.

Gráfico 19 – Índices do PIB (a preços constantes) Região de Caxias do Sul X Estado do Rio Grande do Sul: 1949-1997



Fonte : Renda Interna Municipal 1939-1980

PIB Municipal do RGS, NCR/FEE (BASE : 1949=100)

Extraído de http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_3_breitbach.pdf. Acesso em 04/09/2014.

Ainda no esteio da questão relativa ao desemprego associado à saída da empresa Grendene de Farroupilha/RS, o poder público local enfatiza uma inflexão na forma como a questão foi tratada desde o surgimento do fenômeno, até os dias atuais, com a nova gestão municipal. Segundo o representante do poder público local, nesta pesquisa, no momento em que ocorreu o deslocamento, a postura da prefeitura foi a de tentar reverter o quadro adotando uma estratégia semelhante àquela que havia lhe tirado a empresa, ou seja, incentivar a vinda de outras empresas através de incentivos; nesse caso, a doação de terrenos para a instalação, correspondendo, segundo o referido interlocutor, à criação de novos distritos industriais. O

representante da municipalidade enfatiza, também, que a abertura desses distritos industriais tinha como foco principal as pequenas empresas industriais, mais ágeis, fáceis de gerir e mais comprometidas com a realidade local. Isso surtiu o efeito desejado, nas proporções possíveis, em termos de mercado de trabalho, numa ação que ele considera quase emergencial para a época.

Assim, isso funcionou relativamente bem, segundo ele, até o momento em que as terras públicas, enquanto instrumento para esta política, estavam disponíveis. A partir do momento da saturação dessa ação, com a efetiva ocupação da quase totalidade dessas áreas, a prefeitura local, forçosamente, modificou sua forma de agir, redefinindo as ações a serem tomadas no sentido de responder à dificuldade criada com a saída da Grendene. Aqui surge uma divergência da atual gestão em relação ao tema e às gestões anteriores. Segundo o referido interlocutor, o nível de saturação desta ação pública ultrapassou os limites do razoável, trazendo problemas estruturais para a atual gestão pública, no sentido de que o município teria ficado praticamente sem reservas espaciais que lhe permitissem ações em outras áreas (notadamente as áreas sociais, de assistência e habitação) igualmente necessárias à infraestrutura social da cidade.

Assim, a atual gestão teve que buscar alternativas para fomentar o desenvolvimento local; encontrou, na venda subvencionada de áreas, uma forma de efetivar essas ações de fomento; modificou, assim, a cultura existente no município acerca da questão e criou um clima mais comprometido e profissional entre os empresários beneficiários do incentivo, além do óbvio acréscimo de recursos para os cofres públicos. Todavia reconhece-se uma incoerência no discurso do representante da prefeitura, já que, de início, ele afirma ter havido uma saturação na política de doação de terrenos por parte da prefeitura para a instalação de empresas para, em seguida, informar como ação alternativa, a venda dessas áreas, e não mais sua doação. A questão levantada então passa a ser a seguinte: não existiriam mais áreas para doação porque estas se extinguíram com a ação exarcebada no passado, ou elas existiriam desde que se pagasse por elas?

Paralelamente a este tipo de ação, o mesmo interlocutor enfatiza a questão da qualificação como política pública local na área do trabalho. Ressaltam-se os Programas Pró Jovem e Pronatec, além da ação do Sistema Nacional do Emprego – SINE – e do Serviço

Social do Comércio – SESC – locais, todas em parceria, como pilares desse tipo de política no município. Menciona, ainda, nesse sentido, o referido representante local, a presença da Universidade de Caxias do Sul – UCS e dos Institutos Federais – IF's espalhados pela região como agentes associados a esse processo de qualificação de força de trabalho, potencialmente capaz de ser um atrativo importante no que diz respeito à instalação de empresas no âmbito do município.

Nesse sentido, observa-se coerência entre o discurso proferido pela municipalidade e a realidade de Farroupilha, porque se percebe a presença maciça dessas instituições cotidianamente. Tal constatação foi realizada a partir permanência do pesquisador, por algumas semanas, na região de Caxias do Sul - transitando entre Farroupilha/RS e os municípios circunvizinhos, durante a realização das entrevistas com os representantes locais dos agentes envolvidos na questão da Grendene. É também notório o poder de aglutinação dessas instituições, especialmente a aglutinação das novas gerações, no espaço territorial local. Isso se torna fator teoricamente positivo diante da estratégia municipal de fomentar indiretamente a economia local por meio da qualificação de sua potencial força de trabalho.

A adoção desse tipo de estratégia enquanto instrumento de atração de investimentos produtivos para o município denota um desejo, por parte do poder público em Farroupilha, de que o município possa seguir como um *locus* de atividade industrial, não obstante a experiência relativamente difícil vivida a partir do movimento protagonizado pela empresa Grendene. A esse respeito, o representante local da prefeitura afirma que a cidade tem, sim, uma vocação industrial, pois apresenta muitas, chamadas por ele, grandes empresas nesse segmento, as quais empregam em média, mais de mil pessoas em suas unidades produtivas locais. Isso responde à questão de por que em Farroupilha 60% da economia gira em torno do setor industrial, algo positivo e desejável na opinião do referido interlocutor, que enxerga, nessa conjuntura, empregos de melhor qualidade, níveis de renda mais elevados e condições de vida mais desejáveis que em sociedades de características diferentes do modelo industrial.

Enfatiza ainda o interlocutor que, mesmo no momento crítico de saída da Grendene do município, em que ações emergenciais foram adotadas, a empresa seguiu bem avaliada tanto pelos gestores públicos como pela população em geral, dadas suas características tidas como inovadoras, que traziam, na sua visão, divisas cada vez mais sofisticadas para o município, a

partir daquilo que ele chamou de criatividade e originalidade da empresa (segundo ele, a Grendene inventou o calçado de plástico. Esse diferencial é o responsável pelo crescimento da empresa e pelo surgimento de oportunidades para ela - como os incentivos no Ceará, as quais não poderia nem deveria desprezar. Esse poder criativo, nesse sentido, responde pelo nome de tecnologia associada ao processo produtivo que, indiretamente, ajuda a economia do município, seguindo o raciocínio de que as melhorias de processo significam melhoria de produtividade e lucratividade, que redirecionada para o município gaúcho, é, de algum modo e em alguma medida, disseminada na economia local.

Tanto é assim que, quando questionado, na entrevista, sobre o que seria uma política pública de trabalho, o representante da prefeitura afirmou que esta passa pela democratização e universalização do acesso a benefícios públicos de incentivos ao capital, seja para sua instalação no município, seja para o seu crescimento e conseqüente desenvolvimento local. Segundo ele, o papel do poder público nesse processo é o de regulador, deve fomentar com vistas a 'alcançar um resultado, uma meta, um retorno, em qualquer que seja o setor produtivo, indústria, comércio, agricultura, serviços'. Ademais, salienta o caráter importante, para o município, da formação profissional enquanto instrumento de política pública de trabalho. Ele destaca que as empresas também podem e devem colaborar nesse sentido, fundamentalmente, ofertando treinamento e formação voltados para a profissionalização cada vez maior e melhor de seu funcionário.

Nesse prospecto, desenhado na cabeça do referido interlocutor, a requalificação do espaço público urbano é importante enquanto instrumento capaz de alavancar a referida estratégia de desenvolvimento baseada na indústria e na força de trabalho qualificada. Segundo ele, esta requalificação torna-se importante no sentido de dotar o município de espaços públicos agradáveis, que atraia as pessoas não só a trabalhar, como também a morar na cidade, fazendo com que a renda gerada, internamente, também gire nesse sentido.

Diante dessa fala, cabe aqui alguma reflexão. Aparentemente, a visão do poder público de Farroupilha acerca de uma política pública de trabalho passa, fundamentalmente, pela parceria com outras instituições, notadamente as outras esferas de governo, especialmente a esfera federal, e as empresas privadas. A referência reiterada à questão da qualificação parece mostrar que ações efetivas e diretas do município são, em princípio, relevadas a um plano

secundário, visto que o direcionamento de recursos e esforços em Farroupilha têm se direcionado para a orientação profissional (Pró Jovem) e a qualificação genérica (Pronatec), com pouca ênfase a outras possibilidades (economia solidária, ou a agricultura familiar).

Trata-se, entretanto, de um município com vasta área rural, inserido numa região de reconhecida fertilidade de solo e que, sequer, tem, em seu organograma, uma secretaria municipal de agricultura, por exemplo. Por fim, o discurso de (re)ordenamento do espaço público como forma de atrair empresas e pessoas a se estabelecerem no município e assim gerar e fazer circular a renda como forma de fomentar o desenvolvimento local mostra um caráter keynesiano de pensamento e, mais que isso, que a cidade deveria estar a serviço prioritariamente do capital, sendo secundárias a condição do cidadão e suas necessidades. Universalizar condições de incentivo às empresas indica essa e outras preocupações, que, muitas vezes, no sistema capitalista de produção e troca, são incompatíveis com situações de bem-estar social, ainda que em princípio, assim não pareçam.

Outro interlocutor ouvido nesta pesquisa a respeito das questões do mercado de trabalho em Farroupilha foi a empresa Grendene. Segundo seu representante, a empresa empregava, no momento da entrevista, 28.775 pessoas, sendo 27.445 diretamente na produção e os demais em setores administrativos e comerciais. Em Farroupilha, naquele momento, os números seriam de 1.750 funcionários no total, com 540 ligados à produção e 1.210 ligados aos setores administrativos e comerciais. Nesse caso, confirmam-se as informações de que, em Farroupilha, a Grendene ainda mantém algum nível de produção, especialmente, segundo o referido representante, no tocante às áreas de testagem, que ele chama de mini linhas de produção. Reforçam-se, assim, as suas palavras: “[...] duas fábricas pequenas de injetados e montados, que geram mais ou menos uns 400 empregos, além de cerca de 150 empregos na construção de matrizes para injeção (informação verbal)⁷⁰”

Analisando o discurso do representante da empresa, foi possível apreender, ainda que não diretamente, que a Grendene tem dois tipos de relação para com o mercado de trabalho em Farroupilha. Tal apreensão acaba valendo também para os outros locais onde atua, inclusive Sobral. Numa relação vista aqui como sendo de tipo indireto, ela interage com fornecedores. Isso acaba impactando, especialmente em função de seu tamanho de planta

⁷⁰ Informação fornecida pelo representante da empresa Grendene em entrevista em Farroupilha.

operacional, as relações de trabalho no âmbito desses fornecedores. Assim, segundo seu representante, a empresa tem uma relação de parceria com seus fornecedores, mas evita contratos de prazo muito longo. A explicação para os contratos curtos está na possibilidade de uma maior flexibilidade para com esses fornecedores no momento das negociações envolvendo as partes. Essa flexibilidade se traduz, ainda segundo ele, em termos de faturamento. Nesse caso, entende-se por faturamento os pagamentos aos fornecedores, ou seja, a flexibilidade é a possibilidade de um maior poder para negociar prazos, por exemplo, ou a troca simples de um fornecedor por outro, que apresente condições comerciais mais favoráveis à empresa.

Obviamente esse tipo de relação dita de parceria, que não oferece qualquer estabilidade para um dos lados, no caso o fornecedor, pode se traduzir numa insegurança em termos de empregabilidade nessas empresas fornecedoras, além de contribuir para uma precarização de determinados nichos do mercado de trabalho envolvidos. Cabe ressaltar que essa é a forma com a Grendene se relaciona com todos os seus fornecedores, não havendo diferença para o provedor de matérias-primas ou de máquinas e equipamentos, segundo informações de seu representante quando da entrevista para esta pesquisa.

No tocante à relação direta da empresa com o mercado de trabalho em geral e em Farroupilha especificamente, o representante da empresa foi enfático ao informar que esta não tem passado por nenhum tipo de processo de reestruturação produtiva nos últimos tempos. Por outro lado, a empresa está em contínuo processo de melhoria, que se traduz, segundo ele, em ‘fazer mais com menos, ou seja, tentar ser mais competitiva’. Ainda sobre esse mister, o interlocutor informa que houve uma grande reformulação no parque produtivo da empresa, notadamente em Sobral. Tal informação, de fato, foi constatada por observação direta, durante visita às instalações da empresa por volta de 2004. Nesse sentido, informa ele, o maquinário de Sobral apresenta, naquele momento da entrevista, idade média entre três e cinco anos, e o de Farroupilha, entre 10 e 15 anos.

Esse dado merece uma atenção maior por denotar uma realidade presente na indústria de calçados como um todo e em Farroupilha de forma particular. Segundo estudo de Kanaan (2012), a indústria calçadista tornou-se atividade de menor complexidade em Farroupilha exatamente à época da introdução das linhas de montagem, com o advento da esteira. Segundo

a autora, houve grande fragmentação e simplificação de tarefas a serem executadas pelos trabalhadores, o que permitiu a absorção de pessoas com pouca ou nenhuma capacitação de tipo mais técnica ou elaborada. Deixaram de existir, praticamente, os ateliers e os mestres artesãos, que dominavam o fabrico do produto em todas as suas fases e, como resultado, o ramo calçadista passou a ser visto como um setor menor na economia local, constituído, nesse sentido, por trabalhadores de segunda categoria, com menor qualificação e remuneração, por assim dizer (KANAAAN, 2012).

O fato de a Grendene manter os setores de produção mais técnica no município parece refletir, também, uma segmentação interna na gestão do trabalho. Isso no sentido de valorizar mais o trabalhador de Farroupilha, vis-à-vis o de Sobral, já que aquele é o responsável por uma parcela fundamental do processo produtivo, a criação de forma geral, sem a qual os demais processos produtivos sequer existem. Dessa forma, a criação é sempre mais bem remunerada, como afirmou em seu depoimento o representante do poder público em Farroupilha. Além disso e, por consequência, um contingente maior de trabalhadores, remunerados em patamares menos elevados, que seus pares mais qualificados e em menor número, está de acordo com o que preconizam os manuais de administração acerca da consecução de altos níveis de produtividade e lucratividade, associados a custos menores.

Embora tenha afirmado que, na empresa, não houve ou há qualquer processo significativo de reestruturação produtiva em curso, o entrevistado foi contraditório em responder a algumas questões formuladas, explicitamente, sob esse prisma. Afirmou, por exemplo, não ter havido dificuldades para a empresa em implementar o processo de reestruturação produtiva sugerido pelo entrevistador, nem grandes alterações no número de postos de trabalho no município após o referido processo de reestruturação produtiva, tendo acontecido, segundo ele, um crescimento da ordem de vinte vagas. Já em termos de produtividade, nesse mesmo sentido – pós reestruturação –, ele destacou o crescimento deste indicador no âmbito da produção em Sobral, informando que, em Farroupilha, isso não aconteceu em função da não preocupação, naquela unidade produtiva, com questões relacionadas ao faturamento, uma vez que se tratar, nesse caso, da produção de matrizes.

A relação da empresa com o movimento sindical é outro indicador no tocante à sua inserção no mercado de trabalho de Farroupilha. Nesse item, a posição da Grendene parece ser

a de manter algum distanciamento, uma vez que, de acordo com seu representante de Farroupilha na pesquisa, a empresa dialoga com o sindicato dos trabalhadores de maneira indireta, por meio do sindicato patronal. Segundo ele, é interesse da empresa preservar uma convenção coletiva e não um acordo coletivo com a categoria dos trabalhadores. Tal posicionamento revela-se, inclusive, favorável aos trabalhadores no sentido de fortalecimento classista. Ressaltou ainda, nesse mister, a abertura permanente da empresa ao diálogo com os trabalhadores, sempre perpassando pela mediação do sindicato patronal. Tal comportamento em busca do diálogo se traduz no baixo número de divergências envolvendo a empresa na justiça trabalhista, bem como na ausência de movimentos grevistas no âmbito de sua força de trabalho. Nesse sentido, o referido interlocutor negligenciou a informação acerca da greve ocorrida em Sobral, bem como as de que um dos motivos para a saída da empresa de Farroupilha teria sido a dificuldade de diálogo com o sindicato local e as repetidas greves dos seus funcionários (fato também já mencionado nesta pesquisa).

Percebe-se outra contradição quanto à questão da relação da empresa Grendene com o movimento sindical quando se observa que, muitas vezes, a empresa e o sindicato patronal se misturam, representando na prática, algo único. É o caso de Sobral, onde, de acordo com o referido interlocutor, a Grendene estaria praticamente sozinha enquanto empresa produtora e contratadora de força de trabalho no segmento produtivo dos calçados, o que acabaria por alçá-la à condição de interlocutora única junto aos trabalhadores – monopsonista, na prática.

Tal fato já havia sido mencionado aqui, durante a análise do discurso do representante dos trabalhadores ouvido em Sobral, que, além de confirmar essa informação, afirmou ser também funcionário da empresa, fato também mencionado pelo representante da Grendene na entrevista em Farroupilha. Ainda assim, esse mesmo representante reafirmou que o relacionamento se dá de forma indireta, por meio do sindicato patronal. Em Farroupilha, segundo ele, a situação é um tanto diversa por conta da existência de outras empresas no ramo produtivo da indústria calçadista, num número bem mais expressivo que em Sobral, por exemplo, mesmo com essas outras empresas contando com algo em torno de vinte funcionários, em média. Isso que lhes oferece uma legitimidade e representatividade bem menor que a da Grendene enquanto representante patronal, no caso de uma convenção coletiva, talvez aí resida a real preocupação da empresa Grendene com a questão.

Outro fator relevante em termos de mercado de trabalho em Farroupilha, a partir da visão da empresa Grendene, diz respeito à questão das diferenças e semelhanças encontradas por ela nas duas principais localidades onde a empresa se encontra atualmente. De acordo com seu representante nesta pesquisa, a empresa perceberia diferenças de produtividade entre os mercados de trabalho em Sobral e Farroupilha, fundamentalmente em função de um absenteísmo menor na cidade cearense, numa diferença média, segundo suas estimativas, entre um e dois pontos percentuais.

Essa característica de Sobral gera na região uma menor necessidade de gastos para reposição de força de trabalho, em termos de cotidiano da empresa. Todavia, se esse fato fosse negligenciado, o referido interlocutor afirma que o nível de produtividade entre ambas as localidades é considerado muito semelhante, o que coloca por terra a suposta justificativa centrada no fator trabalho para a transferência. Nesse sentido, há divergência de posição entre a voz da empresa em Farroupilha – oficial – e em Sobral – oficiosa, como já se explicou aqui – uma vez que o interlocutor na cidade cearense elencou a questão da força de trabalho como um dos fatores considerados pela empresa para a decisão pela mudança de local de instalação.

Ainda a esse respeito, o representante da empresa em Farroupilha foi incisivo em afirmar que os incentivos fiscais, posteriores ao surgimento de uma boa oportunidade para a empresa no Ceará, foram os principais fatores considerados durante o referido processo decisório. Inclusive, segundo sua fala, a partir do momento em que a empresa tomou a decisão de mudar-se, houve um movimento dispendioso no sentido de exportar para Sobral um contingente de trabalhadores dispostos a fazer a mudança juntamente com a empresa, e que tinham a missão de carregar com eles o espírito fabril, escasso na cidade cearense. Este espírito necessitava ser disseminado para que as necessidades da empresa em termos de força de trabalho pudessem ser supridas, na mesma linha de pensamento de Gaudemar (1977), por exemplo, que vê, em situações como essa, a capacidade do trabalho em manter preparado o local escolhido pelo capital para prosperar ou, em outras palavras, sua característica de mobilidade.

Observa-se ainda no discurso da Grendene, pontos relevantes e reveladores acerca daquilo que ela naquele momento buscava e passava a se propor fazer para alcançar. Primeiro não fica claro o que seria essa boa oportunidade citada pelo interlocutor da empresa.

Aparentemente, parecer tratar-se de uma espécie de intuição do capital no tocante à descoberta de um interessante *locus* de produção, capaz de baratear custos e, assim, elevar a lucratividade da empresa. Entretanto, se era de fato isso, qual era o real papel da empresa no contexto gerador dessa oportunidade? Haveria algum condicionante envolvido, como, por exemplo, a necessidade de adestramento, convencimento ou conscientização da população local no sentido de se ter uma força de trabalho capaz de suprir as necessidades da empresa naquele instante e na forma mais adequada para ela? Quais seriam exatamente essas necessidades? Seria isso que justificaria os dispêndios para o deslocamento de um contingente de trabalhadores necessários à disseminação do tal espírito de fábrica entre os sobralenses?

Essas questões surgem em função das afirmações da própria empresa, que diz não perceber, hoje, grande diferença em termos de produtividade entre ambas as localidades. Ademais, como já mencionado aqui, o trabalho em si não requer grande capacidade técnica ou mesmo intelectual, o que sugere uma baixa necessidade em treinamento específico, e, portanto, um grau de investimento pequeno nesse sentido. Aparentemente, reconhece-se que a empresa encontrou, em Sobral, uma oportunidade de desenvolvimento importante naquele momento, formada pela conjugação de alguns fatores capazes de chamar atenção para a realização de investimentos impensáveis de serem feitos em Farroupilha naquele momento.

Os incentivos fiscais certamente tiveram seu papel, mas também a questão do trabalho deve ter sido fortemente considerada. Se hoje há uma semelhança entre os níveis de produtividade observados em ambas as localidades, boa parte disso deve ter que ser creditada aos investimentos iniciais nessa área, os quais não foram insignificantes. A mobilização de trabalhadores de uma região distante para outra, mais carente em todos os sentidos, não é algo simples e barato de se fazer, mas ao contrário, normalmente envolve um grau de dispêndio que necessita de uma potencial contrapartida em nível substancial para se efetivar.

Nesse sentido, o processo de mudança protagonizado pela Grendene é um caso complexo e emblemático. De início, é preciso ter clareza de que se trata de um processo que se inicia no tocante à empresa, bem anteriormente, mais precisamente nos anos 1970, durante o processo de instalação do primeiro distrito industrial do Rio Grande do Sul, na região de colonização italiana no nordeste do estado. Foi nessa época que a indústria gaúcha começou a se formar na região, numa tentativa do poder público local de dotar aquele espaço geográfico

de maiores e melhores oportunidades de trabalho para os cidadãos locais, além de elevar o nível geral de renda nos municípios ali localizados. Farroupilha/RS teve seu processo de industrialização à reboque do que já acontecia em Caxias do Sul, maior cidade da região, que contava nessa época com um importante parque fabril centrado no setor metal-mecânico, oriundo da política nacional de Juscelino Kubitschek, posta em prática anos antes. (KANAAAN, 2012).

Esse processo teve como base a atração de empresas por meio, principalmente, de incentivos de infraestrutura e fiscais, mas também pela perspectiva de se encontrar, na região, uma das mais pobres do Rio Grande do Sul na época, mão de obra abundante e, por conseguinte, barata. O resultado foi a chegada de uma série de empresas industriais buscando esses diversos atrativos, além do surgimento de empresas locais fomentadas inicialmente pelo poder público – caso da Grendene. Esse movimento causou rapidamente uma escassez de força de trabalho que suportasse a pressão de demanda nesse sentido. A solução foi recrutar essa mão de obra nas cidades vizinhas, oferecendo-lhes todo tipo de benefício, inclusive uma estrutura mínima inicial para a transferência para Farroupilha/RS. Há casos relatados de pessoas que eram recrutadas em suas cidades natal e que sequer voltava em casa para buscar objetos pessoais ou mesmo se despedir de familiares ou amigos, mas simplesmente subiam no caminhão do recrutador e seguiam para Farroupilha (KANAAAN, 2012).

Percebe-se, portanto, a aparente repetição hoje de um ciclo do qual a empresa Grendene já havia tomado parte anteriormente e que está baseado também na busca por força de trabalho abundante e barata, uma das formas de garantir um processo produtivo eficiente, no sentido de ser produtivo e lucrativo, ou seja, de potencial capacidade de produção, a baixos custos. Nesse rol encontram-se também os incentivos, já mencionados nessa pesquisa. Esse ambiente, encontrado pela Grendene em Farroupilha no início dos anos 1970, se repetiu agora no Nordeste brasileiro, vinte e poucos anos depois, mas com as mesmas características e praticamente os mesmos elementos envolvidos: além da questão da força de trabalho, os incentivos também estão presentes. Da mesma forma que em 1970, esta estratégia funcionou bem do ponto de vista do capital. Segundo informações do representante da Grendene, a empresa está entre as que mais cresceram nos últimos vinte anos na economia brasileira, é a que mais cresceu no período no ramo dos calçados. Trata-se, ainda segundo ele, da décima

oitava maior empresa empregadora do país, com um crescimento de receita e rentabilidade constantes, sendo inclusive a empresa de maior liquidez em atividade no Brasil, de acordo com o último guia Exame, citado pelo referido interlocutor.

3.5 - Os Dados e a Grendene

Essas informações e interpretações são confirmadas quando se observam os últimos resultados da empresa, publicados em seu Relatório Anual 2013. Percebe-se que a evolução de seus resultados positivos tem se dado de forma constante. Elevam-se, ano a ano, quesitos fundamentais para a manutenção em atividade de um negócio capitalista baseado no investimento – próprio ou não – o que inclui a participação de investidores externos, normalmente privados. As tabelas a seguir sintetizam esse raciocínio.

Tabela 29 – Evolução dos Principais Indicadores Consolidados Grendene (em IFRS) – 2008/2013

R\$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Receita bruta de vendas	1.576,0	1.819,4	1.998,6	1.831,6	2.324,5	2.711,4	16,6%	11,5%
Mercado interno	1.220,5	1.464,4	1.603,8	1.489,9	1.845,4	2.146,9	16,3%	12,0%
Exportação	355,5	355,0	394,8	341,7	479,1	564,5	17,8%	9,7%
<i>Exportação em US\$</i>	193,8	177,7	224,3	204,0	245,1	261,6	6,7%	6,2%
Receita líquida	1.249,9	1.455,8	1.604,5	1.481,1	1.882,3	2.187,3	16,2%	11,8%
Custo dos produtos vendidos	(731,2)	(889,7)	(953,3)	(840,5)	(1.000,2)	(1.193,6)	19,3%	10,3%
Lucro bruto	518,7	566,0	651,2	640,6	882,1	993,7	12,6%	13,9%
Despesas operacionais	(352,8)	(413,8)	(442,8)	(453,3)	(519,3)	(594,5)	14,5%	11,0%
EBIT	165,9	152,2	208,4	187,3	362,8	399,2	10,0%	19,2%
EBITDA	191,5	178,5	236,6	216,2	394,5	435,9	10,5%	17,9%
Resultado financeiro líquido	84,2	135,6	122,5	153,0	132,5	103,6	(21,8%)	4,2%
Lucro líquido	239,4	272,2	312,4	305,4	429,0	433,5	1,1%	12,6%

Nota: EBIT: Lucro Operacional (não descontados os dividendos distribuídos).

Fonte: Relatório Anual Grendene 2013. Disponível em e extraído de: http://static.grendene.mediatgroup.com.br/relatorio/886_Relat_ADM_2013.pdf. Acesso em 06/09/2014.

Na Tabela 29 apresentada no Relatório da empresa, é possível perceber que os níveis de receita têm variado positivamente em quase todos os anos que compõem a série e de forma constante (aproximadamente 16% aa), gerando em todo o período resultado positivo em relação aos custos de produção, resultado capitaneado quase sempre pelas vendas internas, conforme a Tabela 30 a seguir confirma.

Tabela 30 – Volume de Produção Grendene – 2008/2013

Milhões de pares	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Volumes	146,4	165,7	169,5	150,1	185,0	216,2	16,8%	8,1%
Mercado interno	98,6	117,4	114,9	107,6	139,7	165,7	18,6%	10,9%
Exportação	47,8	48,3	54,6	42,5	45,3	50,5	11,4%	1,1%

Nota: CAGR (Compound annual growth rate): Taxa composta de crescimento anual

Fonte: Relatório Anual Grendene 2013. Disponível em e extraído de: http://static.grendene.mediagroup.com.br/relatorio/886_Relat_ADM_2013.pdf. Acesso em 06/09/2014

Tabela 31 – Produção Brasileira de Calçados X Produção da Grendene – 2008/2013

Brasil (milhões de pares)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Produção	816	814	894	819	864	908*	5,1%	2,4%
Importação	39	30	29	34	36	39	9,8%	(0,1%)
Exportação	166	127	143	113	113	123	8,5%	(5,8%)
Consumo aparente	689	717	780	740	787	824*	4,7%	3,9%
Consumo per capita (par)	3,7	3,8	4,0	3,8	4,0	4,2*	7,5%	3,1%

Fonte: IEMI / Secex / Abicalçados

*Números estimados pela Grendene

X

Milhões de pares	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Volumes	146,4	165,7	169,5	150,1	185,0	216,2	16,8%	8,1%
Share volume – Produção	17,9%	20,4%	19,0%	18,3%	21,4%	23,8%	2,4 p.p.	5,9 p.p.
Mercado interno	98,6	117,4	114,9	107,6	139,7	165,7	18,6%	10,9%
Share volume – M.interno	14,3%	16,4%	14,7%	14,5%	17,8%	20,1%	2,3 p.p.	5,8 p.p.
Exportação	47,8	48,3	54,6	42,5	45,3	50,5	11,4%	1,1%
Share volume – exportação	28,9%	38,1%	38,2%	37,6%	40,0%	41,1%	1,1 p.p.	12,2 p.p.

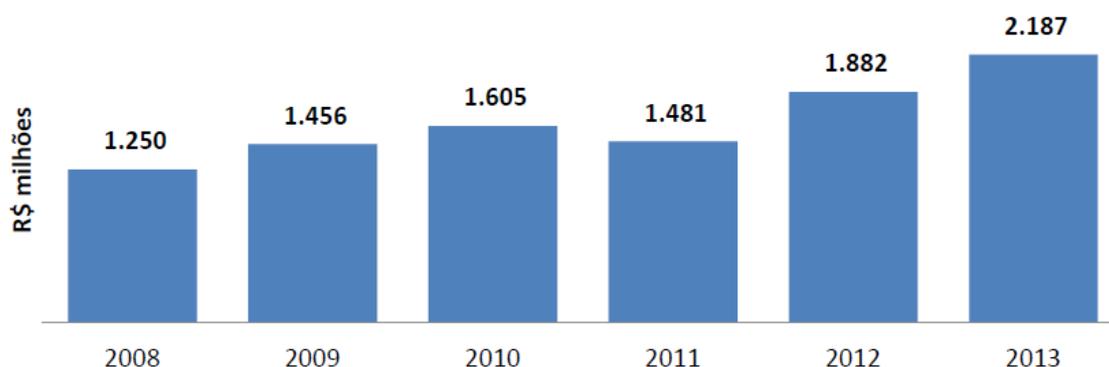
Fonte: Grendene S.A.

Fonte: Relatório Anual Grendene 2013. Disponível em e extraído de: http://static.grendene.mediagroup.com.br/relatorio/886_Relat_ADM_2013.pdf. Acesso em 06/09/2014

Na Tabela 31, fica patente a importância da Grendene no segmento em que atua na indústria nacional, tanto no que concerne ao volume de produção quanto no tocante às vendas, externas e internas. Não à toa, o seu interlocutor de Farroupilha nesta pesquisa, enfatizou a importância dos incentivos para a permanência da empresa não só no estado do Ceará, mas no país. Já os gráficos 21, 22 e 23, a seguir, confirmam o crescimento quase totalmente exponencial de receita e lucratividade da empresa nos últimos anos, reiterando o que já foi

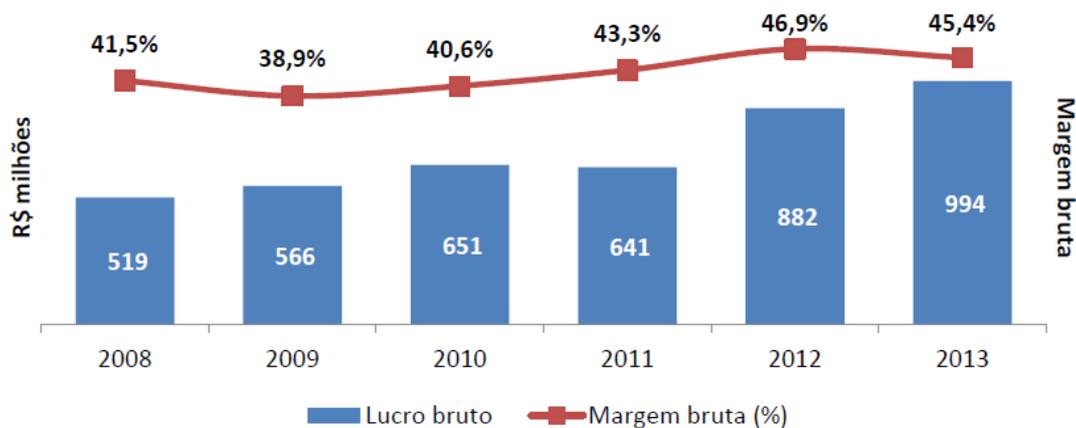
mencionado acerca da relação entre as vantagens auferidas pela empresa e seus resultados. Ressalta-se que resultados empresariais são positivos quando receitas superam despesas, onde se encontram os valores pagos à força de trabalho; quanto maior esta diferença, melhores esses resultados.

Gráfico 20 – Receita Líquida de Vendas – Grendene 2008/2013



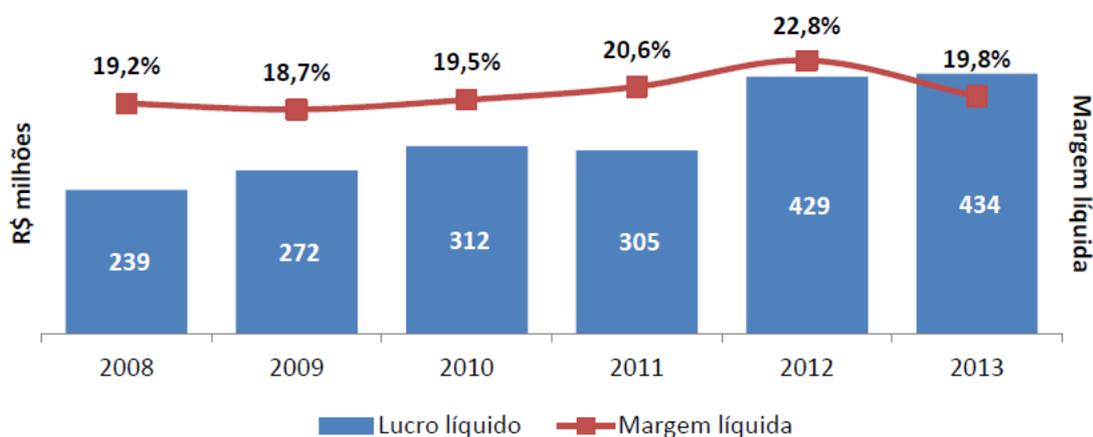
Fonte: Relatório Anual Grendene 2013. Disponível em e extraído de: http://static.grendene.mediagroup.com.br/relatorio/886_Relat_ADM_2013.pdf. Acesso em 06/09/2014.

Gráfico 21 – Lucro Bruto Grendene – 2008/2013



Fonte: Relatório Anual Grendene 2013. Disponível em e extraído de: http://static.grendene.mediagroup.com.br/relatorio/886_Relat_ADM_2013.pdf. Acesso em 06/09/2014.

Gráfico 22 – Lucro Líquido Grendene – 2008/2013



Fonte: Relatório Anual Grendene 2013. Disponível em e extraído de: http://static.grendene.mediacorp.com.br/relatorio/886_Relat_ADM_2013.pdf. Acesso em 06/09/2014.

Tabela 32 – Dados Sociais e Corporativos – Grendene 2009/2013

Dados sociais e corporativos	2009	2010	2011	2012	2013
Funcionários (média/ano)	25.853	28.586	24.396	24.084	28.085
Treinamento (hora/funcionário)	21	18	15	20	30
Refeições (ano)	6.111.793	7.025.840	5.494.812	5.955.479	6.106.783
Absenteísmo	1,74%	2,63%	1,81%	1,73%	2,08%
Turnover	3,12%	1,53%	1,22%	2,12%	2,00%
Cestas básicas distribuídas (unidades/ano)*	264.257	293.873	346.858	292.398	330.814

(*) A política de distribuição de cestas básicas pela Grendene tem o objetivo de reforçar a segurança alimentar do trabalhador e é adotada desde 1990. Ao longo do tempo procura-se manter o valor nutricional da mesma oferecendo diversas opções de itens. Todos os funcionários e estagiários da Grendene, sem distinção, recebem a mesma após o primeiro mês de trabalho até que deixem a Companhia.

Fonte: Relatório Anual Grendene 2013. Disponível em e extraído de: http://static.grendene.mediacorp.com.br/relatorio/886_Relat_ADM_2013.pdf. Acesso em 06/09/2014.

A Tabela 32, por sua vez, traz um dado que pode ser considerado interessante acerca da força de trabalho e do respectivo mercado de trabalho relacionado à empresa. Percebe-se, em primeiro lugar, uma oscilação na média/ano de funcionários trabalhando na empresa no período apresentado (2009-13). Ademais, horas de treinamento por funcionário, além de apresentarem a mesma oscilação, mostram, no último ano (2013), um crescimento incomum para o período em termos de volume. Tal fato pode denotar um alto patamar de rotatividade da força de trabalho, daí a necessidade de mais treinamento. O volume de negócios, por sua vez (*turnover*) pode também responder por esta suspeita, haja vista o seu também alto nível de oscilação no período.

Em termos de mercado de trabalho em Farroupilha, a empresa Grendene, na voz do seu representante, percebe sua importância para o município, especificamente no tocante à sua economia, inclusive se sente parte de uma política pública social voltada para o trabalho. Seu raciocínio está baseado no quesito empregabilidade e no número de postos de trabalho absorvido pela empresa na cidade. Aliás, este mesmo raciocínio vale, segundo sua visão, também para o município de Sobral e pelo mesmo motivo. Nesse sentido, ao considerar as questões de crescimento, emprego, renda, saúde e educação como os pilares de qualquer política pública de cunho social, o referido interlocutor situa a empresa como parceira de ambas as municipalidades, estando inserida num espaço que deveria ser ocupado pelo poder público e que, não sendo, caberia à empresa, num papel colaborativo, o qual ela desempenha internamente.

É importante ressaltar que a empresa, afirma manter um distanciamento de autonomia em relação aos poderes públicos das localidades onde está inserida, mostrando que, apesar da postura de parceria adotada nesses municípios, faz questão de manter-se neutra em termos de relacionamento político, não importando para ela, segundo palavras de seu representante, quem ou que tipo de ideologia governa a localidade. Essa informação, em princípio, é posta em xeque notadamente em Sobral, onde a mesma matéria de jornal local que informa acerca do caráter sigiloso dos incentivos recebidos no Ceará traz suposições acerca de possível relação pessoal entre o então prefeito de Sobral, Cid Gomes, e os proprietários da empresa, os

quais inclusive teriam contribuído financeiramente com a campanha eleitoral dos Gomes⁷¹.

Percebe-se ainda o referido nível de ‘consciência’ da empresa atrelado a um raciocínio simplista e viesado. Pela análise do discurso de seu representante, quer parecer que a empresa, ao fornecer aos seus funcionários os benefícios que lhes dispõe, esteja cumprindo um papel que não é seu, fomentando algo que o Estado deveria fazer, agindo assim de maneira discricionária e generosa. Esse tipo de discurso, comum entre o capital e seus representantes, esquece de mencionar que este mesmo Estado renuncia a parte da receita que lhe seria devida por este capital, na arrecadação dos impostos sobre a renda de seus empreendimentos, considerando esses seus gastos nos referidos abatimentos. Ademais, os manuais técnicos de administração e negócios, são unânimes em se referir a tais benefícios não como gastos, mas como investimentos com potencial comprovado de motivação e transformação laboral da mão de obra envolvida, o que se traduz repetidamente em níveis elevados de produtividade e lucratividade.

Por fim, em termos de mercado de trabalho em Farroupilha, o sindicato local dos trabalhadores no setor calçadista também externou sua visão sobre o tema. Segundo a voz do seu representante nesta entrevista, a importância da empresa Grendene para Farroupilha, desde sua saída, tem diminuído sobremaneira. O fato de manter uma parte de sua força de trabalho no município, ainda que a parte melhor remunerada, não atenua essa situação. Isso ocorre, porque, de acordo com sua colocação, a arrecadação de tudo o que a Grendene produz é praticada no Nordeste, para onde ela migrou a maior parte de sua estrutura.

Aqui, a questão da arrecadação levantada pelo representante sindical faz surgir um questionamento: se a empresa Grendene não proporciona um nível razoável de arrecadação em Farroupilha, onde ela não recebe incentivos por parte do poder público local, e se em Sobral essa arrecadação é claramente subsidiada pelos poderes públicos correspondentes, seria legítimo pensar que os custos da empresa nesse sentido, vis à vis suas receitas, seriam de pequena monta? Tal fato, segundo ele, reflete, inclusive, no próprio sindicato dos trabalhadores, uma vez que a entidade sofreu perda considerável de associados no período

⁷¹ Informação disponível em <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/viagem-de-cid-gomes-aos-eua-sera-alvo-de-analise-diz-procuradora/>. Acesso em 23/8/2014.

entre 1997 e 2003. De acordo com os números apresentados pela entidade, a variação foi de sete mil associados para novecentos no período mencionado, fazendo com que houvesse um reordenamento interno de funções no sindicato, com sindicalistas, inclusive, voltando ao mercado de trabalho, dadas as demissões em curso no período.

A partir daí, o sindicato percebe, assim como o poder público local, uma diversificação no parque industrial do município, neutralizando, segundo suas palavras, a dependência excessiva que havia em relação ao setor calçadista, passa a absorver setores inclusive mais dinâmicos, como o metalúrgico, por exemplo. Esses novos setores têm, por sinal e segundo o sindicalista, se beneficiado de toda uma estrutura que havia sido criada anteriormente e que beneficiara especialmente o setor calçadista. Ele lembra, nesse sentido, que há um bairro na cidade criado à época da Grendene (o bairro Primeiro de Maio), na lógica do que expôs Kanaan (2012) nesse sentido, que cresceu junto com a empresa, chegando ao quantitativo de oito mil habitantes, número maior do que a população de mais de duzentos municípios gaúchos⁷². Estas pessoas, à época da saída da empresa de Farroupilha/RS, tiveram que buscar outras ocupações, uma vez que praticamente todas estavam ligadas à Grendene, a maioria diretamente.

Assim, houve mais problemas que soluções com a saída da empresa, especialmente num primeiro momento, em que vários setores da economia de Farroupilha sentiram os resultados negativos desse movimento diretamente em suas dinâmicas. No setor transporte público, por exemplo, a saída da empresa causou desequilíbrio no mercado, já que ela mantinha um serviço próprio de transporte para seus funcionários e estes ficaram sem a gratuidade deste serviço a partir de seu movimento. A alternativa passou a ser buscar o setor privado de transporte, mas havia o descompasso entre a ausência de renda pelo desemprego e a não gratuidade do serviço. Outro setor que sofreu com a saída da empresa foi o de habitação, segundo o representante sindical.

Nesse mister, a saída da empresa levou consigo uma quantidade significativa de pessoas, migrantes, que estavam em Farroupilha em função de sua presença. Sem os empregos, essas pessoas não tiveram como manter-se na cidade e retornaram ao seu lugar de

⁷² Números de 2013, quando foi realizada a entrevista com o representante do sindicato dos trabalhadores na cidade.

origem, desaquecendo este e outros tantos mercados de uma cidade bastante dependente de um único grande empregador. Essa é a situação de monopólio, que hoje se observa em Sobral. Ainda sobre essa questão, o sindicalista lembra que, no início do processo de crescimento da Grendene, a empresa estimulava seus funcionários a recrutar amigos, parentes e conhecidos para trabalhar em Farroupilha recebendo, inclusive, incentivo financeiro na forma de abono salarial para isso. Essas pessoas, por sua vez, após algum tempo na empresa, passavam também, muitas vezes, a desempenhar esse papel. Dessa forma, originou-se o já mencionado bairro Primeiro de Maio. Com a saída da empresa, ocorreu uma situação de constrangimento social, haja vista o quantitativo de pessoas recrutadas dessa forma.

Essa percepção da realidade por parte do representante do sindicato em Farroupilha está atrelada à sua percepção acerca da empresa e a forma como ela se insere na sociedade local. Segundo ele, a Grendene nunca convidou o sindicato para qualquer conversa sobre questões trabalhistas ou qualquer outro tema. De acordo com seu relato, a relação sempre foi de distanciamento, não havendo diálogo de qualquer espécie. Ideia que confirmada pelo representante da empresa, quando colocou que o contato entre empresa e trabalhador sempre foi mediado pelo sindicato patronal. Assim, para ele não houve surpresa quando a empresa anunciou sua saída da cidade e passou a conduzir o processo de mudança totalmente à revelia dos demais setores da sociedade farroupilhense, incluindo aí o setor público e o sindical. Relata ainda o referido interlocutor que o sindicato procurou as autoridades, especialmente o poder público local e estadual para pensar juntos uma saída para a crise que se instalava naquele momento para o trabalhador de Farroupilha. Além disso, propôs algumas ações imediatas e paliativas, como a doação de espaços públicos para que outras empresas viessem a se instalar no município, ou a absorção de pavilhões vazios deixados por empresas que fecharam as portas com a saída da Grendene. Algumas dessas sugestões, segundo ele, até foram acatadas, outras não, e o resultado foi um período relativamente longo e difícil para a economia da cidade, que só foi superado a partir da diversificação do parque industrial local.

Em termos de política pública de trabalho, o sindicalista afirma que o poder público local nunca foi muito aberto ao diálogo com o sindicato, mantendo-o a distância quanto à discussão e à decisão acerca de ações nesse sentido. Ele diz não entender o motivo dessa postura, a não ser por questões de divergência política e percebe nisso, por parte do poder

público, um comportamento semelhante ao da Grendene no trato com os trabalhadores. Quanto à política em si, o referido sindicalista afirma que uma melhor distribuição nos resultados das empresas revela-se o caminho para se pensar uma política de trabalho que agradasse mais ao trabalhador, sem prejudicar o capital, ainda que este tivesse que abrir mão de parte de seus lucros.

Aparentemente, percebe-se, em Farroupilha, em termos de movimento sindical no setor calçadista, uma postura relativamente mais avançada que em Sobral, mas bastante tímida diante das dificuldades apresentadas com a saída da Grendene do município. O movimento não conseguiu intermediar, por exemplo, a criação de um espaço de diálogo com a municipalidade, deixando uma lacuna importante enquanto canal de discussão, que segue sem o devido aproveitamento. Não há, nesse sentido, um Conselho Municipal do Trabalho em funcionamento no município.

Cabe aqui, porém, uma reflexão mais acurada. O comportamento descrito pelo sindicalista em relação ao poder público de Farroupilha no trato com a categoria dos trabalhadores parece significar a postura de um ente que fez uma opção pelo privilégio ao capital, apesar da pouca confiabilidade histórica que ele tem lhe merecido. A alternativa à saída da Grendene foi a atração, um tanto diferenciada, de novos empreendimentos produtivos, inclusive no mesmo setor industrial. Mesmo se tratando de uma política de incentivo aos pequenos negócios, longe de ser exclusiva a eles, a categoria trabalho continua passando à margem das políticas públicas municipais ativas, limitando-se a atuação pública à questão da qualificação, muitas vezes mero treinamento, instrumento que interessa e favorece igualmente ou até mais ao capital, vis à vis o trabalhador.

Ademais, especificamente o setor calçadista tornou-se, a partir do movimento da Grendene, algo secundário diante da indústria local, o que, para uma cidade com mais da metade de sua economia voltada para a indústria, é significativo. Por exemplo, o nível de renda do trabalhador do setor em Farroupilha está entre os menores, reforçando o caráter marginal dentro do segmento. Isso agrava a lacuna existente na interlocução do sindicato com setores importantes no município e torna a categoria relativamente fraca no tocante às mesas de negociação. A profissão torna-se desinteressante, o poder de arregimentação do sindicato

cai, assim como sua força política e econômica, revelando um quadro de perspectivas diminutas.

A seguir, quadro comparativo acerca da visão geral dos instrumentos e políticas de trabalho existentes em ambas as conjunturas analisadas (Sobral e Farroupilha), a partir do movimento migratório da empresa Grendene.

Quadro 6 – Resumo comparativo sobre Incentivos Fiscais e Mercado de Trabalho entre Sobral/CE e Farroupilha/RS - 2014

Item	Sobral/CE	Farroupilha/RS
Incentivos Fiscais	<ul style="list-style-type: none"> • Presentes na ordem do dia; • Desempenham papel central; • Assimilados na cultura local; • Programas e políticas próprias; • Nível baixo de contestação; • Resultados associados obscuros; e • Agentes ouvidos legitimam. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mencionados em relação ao passado; • Papel dito acessório (contradição); • Programas e políticas estaduais; • Pretensa democratização de acesso; • Diluição entre todos os tipos de empreendimentos; e • Agentes ouvidos (exceto Grendene) consideram nocivo.
Política de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento estoque de empregos (especialmente a partir meados anos 2000); • Instabilidade mercado de trabalho (especificamente setor calçadista); • Indústria local centrada Grendene; • Programas e políticas próprios (fortemente baseados nos incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura); 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento estoque de empregos (especialmente a partir meados anos 2000); • Certa estabilidade mercado trabalho (incluindo setor calçadista – perda centralidade); • Certa diversificação indústria local; • Programas e políticas

	<ul style="list-style-type: none"> • Preocupação focada emprego; • Greve início atividades Grendene (não mencionada); • Temor excessiva dependência Grendene; • Ações diretas poder público mais ligadas às políticas passivas de trabalho (parceria Governo Federal); • Resultados associados obscuros; • Grendene tida como parceira (associada ao emprego); e • Sindicato cooptado. 	<p>protagonizadas governo estadual;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Algum foco no trabalho (não só emprego); • Alguma menção relação conflituosa sindicato/ empresa; • Cultura local da diversificação (trauma da dependência); • Ações diretas poder público mais ligadas às políticas passivas de trabalho (parceria Governo Federal); • Resultados associados obscuros; • Grendene mais associada ao desemprego que ao emprego; e • Sindicato mais crítico (oposição maior poder público que à Grendene).
--	---	--

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Estas são, a partir do que foi levantado tanto pela pesquisa de campo, como pelo levantamento documental e pela pesquisa bibliográfica realizadas, as condições conjunturais presentes em ambos os municípios a partir do movimento realizado pela empresa Grendene. Percebe-se, entre tantos fatores presentes, a contradição inerente às duas realidades a partir de suas relações com a empresa, tanto por parte dos respectivos poderes públicos, como por parte

dos trabalhadores envolvidos. Esta percepção suscita aqui reflexões que são apresentadas a seguir, na tentativa de resposta à pergunta central desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou, a partir da questão das políticas públicas e políticas sociais de trabalho, verificar se estas, em associação com o capital, seriam capazes de solucionar as iniquidades inerentes ao desenvolvimento social no capitalismo. Assim, tentou-se compreender a relação destas políticas, especialmente as de pretensão social, com os movimentos engendrados pelo capital, notadamente com foco no caso da empresa Grendene.

Nesse sentido, o estudo se deu a partir do município cearense de Sobral, ponto de chegada da empresa em seu movimento e com um olhar associado ao município gaúcho de Farroupilha, de onde se iniciou o referido movimento e também impactado por ele. O instrumento de política pública utilizado para dar dinâmica a esta realidade foi o programa do governo do estado do Ceará, incorporado pela prefeitura de Sobral, que visa atrair investimentos produtivos industriais, preferencialmente de grande porte, os quais forneçam em contrapartida a geração de postos de trabalho e melhoria macroeconômica de renda, direta e indiretamente. Tal melhoria acarretaria, como consequência, resultados positivos em termos de bem-estar social para a localidade onde se fizesse presente, e isto demonstraria o caráter social desta política pública.

Como já mencionado, a tese focou sua observação a partir da interpretação dos agentes sociais envolvidos no processo, quais sejam, o poder público local, a empresa Grendene e, com especial interesse, os trabalhadores locais de alguma forma ligados à empresa, em ambos os municípios, representados neste caso pelos seus respectivos sindicatos. Com isso, pretendeu-se identificar, desde essas interpretações, a visão desses agentes acerca do tipo de política posta em ação pelo poder público local, dos resultados obtidos a partir dessa ação e das consequências disso para seus cotidianos.

Partimos da compreensão de que a questão social contemporânea está dividida em duas subquestões imbricadas entre si: o grau de desigualdade da relação capital-trabalho em geral; e o agravamento dessa desigualdade a partir da revolução tecnológica ou reestruturação produtiva, em curso em todos os setores produtivos existentes, notadamente no setor

industrial, e em todo o mundo capitalista. Assim, a pesquisa vislumbrou enquanto alternativa a essa realidade, um papel de Estado com políticas públicas sociais desvinculadas da lógica capitalista. Isso se daria se não de forma radical e completa – o mundo ideal de característica revolucionária, pelo menos de modo a romper com a mercantilização que domina todas as esferas da existência humana no capitalismo, incluindo aí saúde, educação, moradia, assistência etc., o que poder ser considerado, por alguns, um avanço diante desta realidade.

Este papel do Estado, então, admite que suas ações de políticas públicas sociais são abrangentes a ponto de abarcar tanto ações de compensação, pelos efeitos do sistema de produção e troca capitalista sobre os agentes sociais mais frágeis (trabalhadores assalariados ou não, subempregados, desempregados, entre outros); como aquelas que pudessem apresentar às sociedades perspectivas de transformação de suas realidades. Para isso são necessários recursos, oriundos da contribuição de todos os membros dessas sociedades, portanto recursos públicos, a serem geridos em busca desses objetivos.

Esse tema dos recursos, ou orçamento, públicos é sempre delicado no contexto de uma sociedade capitalista, uma vez que há uma arena de disputa em torno deles. Isso ocorre tanto em países capitalistas desenvolvidos como não; ocorre tanto na Europa Escandinava, quanto no interior da América do Sul; ocorre tanto na Alemanha, quanto no Brasil, por exemplo.

Neste caso específico, o que a pesquisa mostrou é que os recursos públicos tendem a ser alocados de forma pró-cíclica e regressiva, diferindo do que é feito comumente onde o chamado Estado de Bem-Estar Social está ou esteve em voga em anos recentes. Isso faz com que, no caso brasileiro, estejamos mais próximos de políticas e mecanismos sociais compensatórios – mesmo em gestões públicas ditas progressistas, como as últimas verificadas na esfera federal do Brasil – do que efetivamente transformadores da realidade social vigente, já que seguem uma lógica desvinculada, por exemplo, de um universalismo desejável.

Isso se explica em grande parte pela correlação de forças sociais que entram em cena para a definição do orçamento público e sua destinação. O Estado brasileiro tem sido financiado, histórica e principalmente, pelos trabalhadores e seus impostos pagos sobre o consumo - os impostos indiretos - o que inviabiliza uma transformação profunda e radical da realidade vigente. O imposto sobre o patrimônio, por exemplo, segue subvalorizado e muitas

vezes negligenciado em termos de arrecadação do erário público e aquele sobre as grandes fortunas, advindo da CF/88, sequer teve sua regulamentação votada desde sua criação legal.

A análise do caso Grendene confirma essas primeiras considerações. A começar pelos incentivos fiscais e sua realidade no país e especificamente no Ceará, observam-se recursos públicos colocados majoritariamente a serviço da lógica do capital, com a justificativa da consecução da amenização das condições de vida para a sociedade em geral e a do trabalho especificamente.

No caso da empresa Grendene e de sua movimentação de Farroupilha para Sobral, observou-se, nesta pesquisa, uma realidade de cooperação conflitiva, em que boa parte dos agentes sociais cearenses envolvidos – sindicatos, trabalhadores, poderes públicos, além da própria empresa – apoiava o financiamento por parte do poder público, em troca da geração de postos de trabalho como contrapartida. No outro lado do processo, os mesmos agentes sociais em Farroupilha, apesar das críticas à postura do poder público cearense, no sentido de buscar atrair a empresa a partir das benesses oferecidas, usavam do mesmo artifício, ainda que em níveis de ação diferentes, na tentativa de refazer seu parque industrial e o grau de empregabilidade de outrora no município.

Os poucos conflitos entre os agentes envolvidos no processo que se deram de forma pontual e localizados em ambos os municípios, foram resolvidos a partir da intervenção do poder público local, que buscou soluções pró-cíclicas. Isto significou manter e reforçar o apoio ao capital, numa perspectiva de reforço à sua lógica e de não priorização das demandas e necessidades sociais. Estas seriam atendidas a partir das consequências advindas da ação privada subsidiada pelo Estado. Caracteriza-se, assim, uma postura de omissão e transferência de responsabilidades, na expectativa do eventual surgimento das compensações durante o processo, como consequência natural desta lógica.

Para conseguir alcançar os objetivos a que se propôs este estudo, realizou-se pesquisa de campo em ambos os municípios de Sobral e Farroupilha, onde se buscou ouvir a voz dos agentes sociais envolvidos no movimento realizado pela empresa Grendene, bem como localizar documentos que pudessem estar relacionados com o referido movimento. A ideia era buscar o entendimento mais abrangente possível do que aquele processo migratório teria

desencadeado nas respectivas realidades sociais, em termos de políticas públicas de trabalho, condições de vida e quaisquer outras conotações possíveis.

Durante a realização do trabalho de campo, o que se encontrou foram municípios com realidades distintas, histórias diferentes e uma busca, em termos de discurso oficial, em comum: garantir investimentos produtivos capazes de gerar aumentos de emprego, trabalho e renda, de modo a garantir uma existência melhor em termos de bem-estar para as respectivas sociedades. Todavia, ao realizar-se a análise detalhada do material colhido em campo, perceberam-se contradições e vieses de ordem política, econômica e social que não confirmam nem os discursos oficiais, nem as práticas afirmadas.

Especialmente em Sobral, a relação política e personalística existente entre a empresa e o poder público local deixaram margens a dúvidas e a interpretações as mais variadas acerca da efetiva realidade daquele município e das políticas públicas ali implementadas. Aproximase mais de um aparente conjunto de boas intenções ou de um arremedo de ações na busca pela condição de bem-estar social do que propriamente de sua consecução, não obstante a melhoria de uma série de indicadores, inclusive alguns deles a partir da chegada da empresa no município.

Ademais, os indicadores de empregabilidade não apresentaram a consistência esperada, dados os discursos oficiais relacionados, a partir dessa chegada. Isso, associado a dados relativos à saúde, educação, segurança, transporte público, moradia, entre outros aspectos, não demonstrou assertivamente acerca das melhorias das condições de vida no município, estando longe de caracterizar uma realidade de bem-estar social em Sobral.

Em Farroupilha, apesar da apresentação histórica de melhores indicadores sociais que em Sobral, inclusive após a saída da empresa Grendene do município, há também uma sensação de mais retórica do que de ações efetivas, embora, naquele caso, se perceba uma menor gravidade em relação a Sobral. Ainda assim, o município parece querer seguir uma lógica de crescimento econômico e desenvolvimento social que mais se aproxima daquela que inicialmente critica, no início da pesquisa, do que de algo radicalmente diferente e progressista em comparação com o que se pratica em termos de guerra fiscal.

No município gaúcho, não se observou a desorganização dos mercados produtivos e de trabalho que poderia se esperar a partir da perda da localização da empresa Grendene, exceto

por um breve período inicial de tempo. Depois disso, ao contrário, o que se verificou foi um cenário de relativa redinamização da economia local, com ênfase na pequena e média indústrias e à reboque do município vizinho de Caxias do Sul, este mais desenvolvido em termos de produção industrial e em sua economia de modo geral.

A contraposição resumida entre o que se viu e ouviu em ambos os municípios talvez explicita melhor estas considerações finais. Ao se fazer um comparativo entre Sobral e Farroupilha acerca das políticas públicas que perpassam e interessam à categoria trabalho, a partir do movimento da empresa Grendene, se tem como produto um conjunto de semelhanças e diferenças que mostra a hegemonia do capital sobre o trabalho, com a intermediação viesada do poder público local, em ambas as localidades, como se mostrou no capítulo anterior.

O que se tem em Sobral é o quadro de um município do interior de um estado nordestino historicamente pobre, carente de investimentos produtivos de vulto e que, por quase toda a sua existência, foi marcado pela ausência de políticas públicas diferentes daquelas de tipo assistencialistas. Todavia, em um dado momento, esse local passa a receber investimentos de uma grande empresa industrial, capazes de atenuar a realidade de parte significativa de sua população a partir do elemento renda e num contexto de integração com as incipientes ações públicas locais.

Essa integração, por sua vez, apesar da evidente melhora inicial nos indicadores relativos ao mercado de trabalho local, se deu numa conjuntura explicitamente favorável ao capital, no sentido de que o desemprego, por exemplo, continua existindo em escala considerável, garantindo com ele a existência de um exército industrial de reserva significativo – e antes inexistente – na região. O poder de compra da população mostrou-se ainda relativamente baixo diante da escalada da lucratividade da empresa, para mencionar um outro exemplo. Os indicadores sociais, inclusive, não obtiveram melhora significativa como apregoado pelo poder público local em consequência à chegada da empresa, entre outros aspectos sociais observados. Ademais, disseminou, em boa parte da sociedade sobralense, um sentimento inicial de gratidão e respeito pela Grendene, ainda que os efeitos positivos de sua chegada não possam ser considerados unanimidade, nem tenham se mostrado estruturados e consistentes desde então até hoje. Essa inconsistência, inclusive, transformou essa gratidão em dúvida e desconfiança quanto ao futuro, também em boa parte dos cidadãos.

A insegurança da sociedade acerca da permanência da empresa no município, por exemplo, se sustenta a partir de situações criadas ao longo desse tempo e que contradizem o discurso oficial que justificou sua atração para a cidade. Trata-se de uma dependência em termos de mercado de trabalho e consumo no município, semelhante às situações de monopólio descritas na literatura econômica. Esta situação, longe de passar à margem da percepção popular, tornou-se lugar comum no município, num clima de apreensão quase permanente, refletindo de muitas formas na sociedade civil, organizada ou não, o pânico e o alvoroço diante de notícias oficiosas acerca de uma possível saída da empresa do município, como as que ocorreram por exemplo, em 2004.

Isto se refletiu na realidade de boa parte de uma população que experimentou algum tipo de frustração no cotidiano da empresa em Sobral, a partir de indícios como os de alta rotatividade entre os funcionários de chão de fábrica principalmente, mesmo que a empresa negue oficialmente, ou ainda pela constatação de doenças e desconfortos que se tornaram crônicos a partir da rotina de trabalho experimentada especialmente neste mesmo chão de fábrica da empresa.

Além disso, a atuação do poder público, em momentos chave, relacionados a esse cotidiano e de modo geral quanto aos gastos públicos na área do trabalho, revela um viés pró-capital, dada sua postura de priorizar as demandas da empresa, ficando as demandas sociais a depender dos desdobramentos das ações do capital. Este é justificado por uma suposta necessidade da presença da empresa na conjuntura local, mas que, ao mesmo tempo, diz temer por um excesso de dependência nesse sentido. Essa é apenas uma das contradições percebidas aqui na relação entre ambos, confirmando a descrição acerca do lugar comum no município.

Em Farroupilha, ocorre algo diferente, porém não necessariamente oposto. Depois de experimentar um crescimento robusto a partir dos anos de 1970 em função da alteração de sua matriz produtiva original, o município gaúcho manteve-se por duas décadas em situação de relativa prosperidade e crescimento, baseado em um modelo produtivo e social que gravitava em torno de uma única empresa, no caso a Grendene. Com a sua saída, a sociedade experimentou de início um sentimento de desamparo, bem como uma conjuntura de contração econômica, o que em seguida deu lugar à busca efetiva por soluções que pudessem atenuar o desalento inicial. Nesse sentido, o poder público e os trabalhadores, ainda que em alguns

momentos estivessem desconectados em uma política conjunta de superação da crise, agiram em conjunto e assim contribuíram para encontrar algum equilíbrio a partir da formatação de um modelo um tanto semelhante àquele que por anos sustentou a economia local.

A busca nesse caso derivou em um modelo de desenvolvimento local ainda baseado na produção industrial, mas aparentemente focado em outro tipo de agente produtivo, qual seja, o industrial de menor porte, em contraponto ao modelo anterior de quase monopólio em termos de mercado de trabalho. O discurso oficial e oficioso da sociedade farroupilhense é de que se superou a dependência em relação à Grendene a partir da diversificação do parque produtivo industrial local, e que isso trouxe benefícios para o município, especialmente no tocante ao referido mercado de trabalho. Há que se lembrar que Farroupilha é um município menor que Sobral, em termos populacionais e geográficos, e que não dispõe de recursos substanciais para fomentar esse tipo de política, mas aparentemente conseguiu driblar essas dificuldades apostando nesse novo perfil de agente fomentador de emprego e de renda locais.

Nesse sentido, é também inegável que Farroupilha mostra avanços em termos de capacitação no âmbito do trabalho, especialmente depois de ter passado por um revés que ceifou, em pouco tempo, boa parte dos empregos do município e, sem que houvesse, num prazo curto, alguma perspectiva palpável de reversão desse quadro. Isso pode ser dito tanto em termos de política pública, quanto em se tratando de aporte privado de capital, já que o tempo de recuperação é de mais de uma década.

Chama ainda a atenção o fato de que em ambas as localidades, se percebe a presença da empresa de modo, para ela, satisfatório, a partir de resultados profícuos no tocante aos itens produtividade e lucratividade, inserida num contexto de relativa harmonia social – quase não há relatos de movimentos grevistas ou oposicionista em relação à Grendene, seja em Sobral, seja em Farroupilha – e em consonância com ambos os poderes públicos dos municípios onde está instalada.

Não há, apesar da desconfiança em Sobral, uma posição de questionamento direto por parte do sindicato ou do poder público local. Não há buscas de garantia, por exemplo, para a renovação do termo de compromisso oficial entre as partes para a manutenção dos incentivos presentes no negócio. Ao contrário, observa-se uma negociação em que a empresa parece de algum modo se impor, de forma a conseguir que todas as suas demandas sejam atendidas

quase integralmente pelo poder público local, sob pena de vê-la deixar o município levando consigo os postos de trabalho criados. Isso é resultado de uma política pública frouxa, no sentido de não adotar parâmetros de concessão e avaliação desses benefícios, suficientemente incapaz de garantir os retornos sociais esperados, do ponto de vista principalmente objetivo.

Hoje é difícil mensurar a abrangência e o montante do retorno desse tipo de política no âmbito do município, sem se falar na pouca transparência que envolve a legislação de incentivos praticada em Sobral. Vale lembrar que não há um Conselho Municipal de Trabalho que possa ser considerado ativo no município cearense (apesar do discurso oficial em contrário, não se conseguiu comprovar sua efetividade na prática), ou mesmo um modelo efetivo de orçamento participativo, por exemplo.

Por outro lado, em Farroupilha não há quase nenhum sentimento de antagonismo à empresa, apesar do seu movimento migratório ter feito o município experimentar um período de forte recessão e pouca ou nenhuma perspectiva. Ao contrário, tanto o poder público local, como o sindicato dos trabalhadores do setor calçadista e igualmente o senso comum entendem a questão e o referido movimento como uma consequência natural do sistema capitalista de produção e troca, inclusive chegando a justificar o movimento da empresa como algo que, de fato, deveria ter acontecido a partir do jogo de mercado.

Nesse sentido, especialmente o poder público do município gaúcho percebe a presença da empresa como algo salutar para a cidade, considerando-a uma das mais importantes, se não a mais importante, empresa local, agora contando com uma força de trabalho melhor qualificada e remunerada, o que traria, em sua perspectiva, um ganho relativo no tipo de consumo (salto qualitativo, na visão farroupilhense) presente na região por conta deste fato.

A mudança por sua vez, nas próprias palavras da empresa e dos demais interlocutores ouvidos nesta pesquisa, foi benéfica em todos os sentidos, resultando em êxito não só em termos contábeis e financeiros, mas também do ponto de vista socioeconômico. Há uma percepção dos demais envolvidos acerca de sua posição diante da conjuntura que a levou a realizar o movimento de migração, além da disseminação daquilo que ela chama de espírito de fábrica como um valor social, absorvido pelos demais interlocutores como algo desejável, próprio e do qual não desejam abrir mão.

Ambos os poderes públicos – de Sobral e de Farroupilha – não só aceitaram e incorporaram esse discurso, como passaram a reproduzi-lo em suas ações públicas no tocante ao trabalho em ambas as localidades. Em Sobral, por exemplo, a ideia é continuar atraindo empresas, grandes, de preferência, que agreguem ainda mais esse tipo de valor à sociedade, e que seja capaz de proporcionar, de alguma maneira, um percentual daquilo que a Grendene trouxe em termos de postos de trabalho e renda para o município. Para isso não se medem esforços no sentido de proporcionar ao capital as condições ideais à sua atuação, e consequentemente à consecução de seus objetivos: produtividade e lucratividade, seja através da doação ou transferência de infraestrutura pública para as mãos privadas, seja por meio da financeirização dessa atuação capitalista.

Nesse sentido, o poder público local se mostra disposto a trabalhar para que se invista cada vez mais no município, numa ação que denota em si uma contradição que lembra a alegoria do cachorro que persegue o próprio rabo (renuncia fiscal, que gera baixo investimento público, que aumenta a demanda social, que demanda mais recursos públicos, por exemplo) e põe em xeque tanto o esforço e dispêndio de recursos nesse sentido, como as reais intenções de uma postura desse tipo, dadas as relações um tanto obscuras protagonizadas pelo poder público cearense e os proprietários da empresa Grendene, em dado momento. Novamente cabe ressaltar a frouxidão da política no sentido de monitorar as ações relacionadas e seus resultados e consequências, especialmente as de caráter social.

Em Farroupilha a conjuntura não é muito diferente, ainda que haja um discurso oficial que se coloque de forma mais progressista *vis-à-vis* o que é posto em prática em Sobral, em termos de política pública na área do trabalho. Este argumento se sustenta na pretensa intenção de democratizar, de algum modo, e que não fica claro no depoimento dado em entrevista, o fomento público entre o capital forâneo e o local. É postura do poder público local o incentivo ao capital como elemento catalisador do crescimento e desenvolvimento do município, atrelando a atenção à categoria trabalho a essa política pública de protagonismo capitalista, ao mesmo tempo em que aponta para políticas passivas de formação e capacitação no mercado de trabalho como as suas ações mais efetivas em prol do trabalhador.

Há que se lembrar, todavia, que Farroupilha, diferentemente do que tem acontecido em Sobral, experimentou a frustração de ser preterida pelo capital a partir da oferta de um

ambiente mais vantajoso, incluindo aí fatores não naturais, por assim dizer, como os incentivos fiscais e financeiros. A alternativa para o município gaúcho parece ter sido a diversificação do parque produtivo, mas nos moldes de valorização prioritária e majoritária do capital, oferecendo benesses parecidas àquelas disponibilizadas em Sobral, porém de maneira mais diluída entre os candidatos.

Assim, a máxima marxista que diz que “o capital não tem pátria” se mostra no caso da Grendene, ao oferecer uma miríade de tramas e situações, muitas delas relativamente sutis e obscuras, que corroboram a desconfiança de que “o paraíso e o inferno”, neste caso, não se localizam nem em Sobral nem em Farroupilha, respectivamente.

Entende-se de tudo isso que toda indústria, enquanto setor produtivo ou unidade produtiva industrial, é um complexo de ações diversamente localizadas. Isto inclui diversas atividades, desde a concepção do produto à comercialização da produção, em espaços de múltiplos pontos de impacto mais ou menos especializados, inseridos num feixe indispensável de outras relações, inclusive as de tipo sócio-político-econômicas, como no caso da Grendene.

Ademais, a mobilidade espacial, ou a migração, é a capacidade também da força de trabalho de se espalhar no espaço geoeconômico e, ao mesmo tempo, se concentrar em pontos específicos de mais utilidade à produção capitalista. Em se tratando do caso da empresa Grendene, basta que o leitor substitua a palavra força de trabalho por capital e terá um resumo do que aparenta ter de significado, na realidade, a realização desse movimento pela empresa, ainda que a migração dos trabalhadores da unidade de Farroupilha para Sobral também corrobore este pensamento, além do movimento verificado entre os trabalhadores da região norte do estado do Ceará na direção da cidade de Sobral.

Esse movimento leva e traz consigo uma série de relações que confunde modernidade com tradicionalismo, muitas vezes misturando os dois conceitos, confundindo-os e inserindo-os em contextos aparentemente diferentes, mas que de alguma maneira e em algum momento mostram-se essencialmente idênticos. Se não, observa-se o caso dos trabalhadores que acompanharam a empresa Grendene no momento inicial de seu movimento. Aquela situação poderia sugerir, para aquele instante histórico, uma ação de vanguarda, no sentido de exportar para outro território, valores ou insumos capitalistas não existentes, até então, e fundamentais para a possibilidade de reprodução ampliada do capital. Depois de algum tempo, a situação se

inverte e este mesmo trabalhador, importado de Farroupilha, torna-se dispensável, custoso que é, tendo, contudo, ajudado a criar seu próprio fim.

O novo trabalhador, o sobralense, que assimilou bem o “espírito de fábrica”, agora, passa a conviver com o trabalhador das localidades circunvizinhas, mais pobres ainda, e que se vê obrigado a migrar em busca de emprego e salário para sobreviver, também seguindo o capital em seus movimentos. Ora, mas o mesmo se deu com os primeiros trabalhadores que se movimentaram de Farroupilha para Sobral e, antes deles, na própria Farroupilha e região, à época do advento da industrialização local. O ciclo assim se fecha, para se abrir novamente e tornar a se fechar, indefinidamente, a depender das necessidades do capital, numa renovação constante com base no antigo, naquilo que já se fez e continuará a ser feito, sendo esta, pelo que se pode observar, a contradição inerente a esta ação capitalista.

Reconhecer o movimento migratório protagonizado pela empresa Grendene, bem como as relações subordinadas a ele em ambas as localidades envolvidas – Sobral e Farroupilha – significa também entender que os lugares estão diretamente ligados à possibilidade, para o capital, de re-significação de suas taxas de lucro. Isso acontece porque a taxa de lucro nunca é a mesma em todas as regiões, nem em todos os ramos industriais. Se assim fosse, não haveria acréscimos na acumulação de capital além daqueles necessários para a movimentação demográfica, e mesmo essa seria modificada, por sua vez, pela estagnação que se seguiria nesse caso.

Nesse sentido, a diferenciação espacial – a migração, para o capital – é uma condição de sobrevivência do capitalismo, já que o espaço “flexível” tem o papel de garantir a reprodução ampliada para o capital. Essa é sua condição de sobrevivência, reproduzir-se ampliadamente. Daí a necessidade, muitas vezes, e especialmente neste caso, da empresa Grendene, de se realizar o deslocamento espacial.

Vale a pena lembrar aqui as condições, ou pré-condições, que existiam quando a empresa Grendene optou pelo seu deslocamento de Farroupilha para Sobral. Além de todas as nuances já mencionadas – os incentivos fiscais no Ceará ou a relação com o movimento sindical gaúcho, vale destacar a conjuntura de crise internacional nas exportações de calçados brasileiros que configurava um cenário pouco favorável àquilo que já se comentou aqui como

a condição indispensável de sobrevivência do capital, qual seja, sua possibilidade de reprodução em escala ampliada.

A ideia e a motivação pelo movimento, que lembra a “guerra de lugares” de Milton Santos, se referem à já mencionada guerra fiscal, porém numa perspectiva diferenciada. Sob esse prisma, percebe-se o capital industrial especificamente indo de encontro a lugares ávidos por investimentos produtivos de grande monta, estando esses lugares dispostos a oferecer-lhe todas as diferenciações rentáveis e possíveis, a fim de garantir a chegada, a permanência e todos os demais dividendos que isto possa significar dentro daquele ambiente social.

Como já mencionado, em nenhuma das comunidades analisadas, percebe-se uma posição de contestação contundente frente às políticas públicas postas em prática como alavancadoras do modelo de incentivos fiscais enquanto base do processo de industrialização e geração de empregos. Em Sobral, é explícito o interesse do poder público local em aprofundar a prática, enquanto o sindicato dos trabalhadores locais limita-se a exaltar as benesses disponibilizadas pela empresa, negligenciando qualquer posição crítica na perspectiva do trabalho.

Já em Farroupilha, onde o discurso inicial de todos os agentes envolvidos é de contraponto ao referido instrumento, há a adoção da mesma postura, ainda que em moldes relativamente diferentes do que se vê no Ceará, o que não significa uma ruptura com o referido modelo. O setor público promete uma política industrial diversificadora, mas igualmente focada prioritariamente nos interesses do capital

Em ambos os casos, a finalidade desses gastos públicos é, fundamentalmente, a de compensar a ausência do Estado em ações complementares de estímulo a certas áreas, notadamente o fomento aos seus mercados de trabalho, de uma economia ou localidade, que se desenvolvam, ainda que parcial e indiretamente, por entidades privadas. Esta linha estratégica de desenvolvimento local ganhou mais adeptos ao longo do tempo, desde seu surgimento; traz, no âmbito interno do país, consequências para o pacto federativo, como a guerra fiscal e o debate entre tributaristas acerca não só da oportunidade desta ação, mas também da sua legalidade.

Diante de todo o exposto aqui, entende-se que a resposta à questão que originou esta tese, qual seja, se a política pública de atração de investimentos industriais privados do estado

do Ceará é necessariamente uma política social, é, a nosso ver, negativa. A negativa ocorre porque, apesar das melhorias de indicadores inerentes à chegada da empresa Grendene ao município de Sobral, observou-se uma considerável lacuna entre aquilo que a teoria especializada sobre o tema considera como política social, não obstante a melhoria de alguns elementos no âmbito do mercado de trabalho local. Tais melhorias mostraram-se, ao longo do tempo, inconsistentes e insuficientes para caracterizar uma inflexão profunda em relação à realidade social frágil que existia antes da chegada da empresa. Ademais, outros indicadores, em consequência ao crescimento da cidade, mostraram declínio após esta chegada.

E mesmo que o olhar se expanda para além do caso Grendene, percebe-se que, historicamente, o estado do Ceará não conseguiu lograr um nível de desenvolvimento econômico e principalmente social que possa ser atribuído ou associado à sua capacidade de atrair grandes investimentos produtivos privados. Pior que isso, os baixos níveis históricos de crescimento econômico e desenvolvimento social, possivelmente possam ser associados a esta sua característica enquanto política pública, dado que o PROVIN, como visto, data da década de 1970.

O que se observou é que o poder público disponibiliza uma quantidade de recursos públicos por vezes desproporcional aos retornos advindos do capital beneficiado, ou simplesmente não consegue aferir essa correlação. No caso de Sobral, por exemplo, parece frágil a consistência da relação custo-benefício, em termos de mercado de trabalho e também de conjuntura social, apresentada no município após a chegada da empresa, embora os números absolutos possam ser considerados, em certos setores, um tanto melhores que no passado.

Esta fragilidade está na instabilidade verificada, principalmente nos anos recentes, quanto ao número de postos de trabalho criados, vis-à-vis o crescimento da empresa, tanto em termos físicos quanto em termos financeiros. Sem se considerar as consequências também sociais que a chegada da empresa trouxe para o município: uma maior demanda por saúde, educação, moradia, emprego, segurança, mobilidade urbana, entre outros itens de infraestrutura. Em contrapartida, não se observou o suprimento destas necessidades na mesma proporção, haja vista o déficit nestas searas.

Isso atesta que esta política, se social, seria uma de tipo deficitária, pois trouxe tantos ou mais problemas que soluções; ou por não prever essas consequências nas fases de planejamento do programa de atração de grandes investimentos, ou por ser omissa em sua essência de forma proposital, dados os custos inerentes a essas situações, se consideradas previamente.

Ademais, em Sobral, observaram-se, entre os funcionários da Grendene e a população em geral, questões que se contrapõem à definição de política social no instrumento utilizado pelo poder público local. Estas vão desde uma insegurança quase que generalizada acerca da permanência da empresa no município, quanto à discrepância de informações acerca do peso político, econômico e social da empresa e suas ações no município, além de sua condição de monopsonista junto ao mercado de mão-de-obra local, seu caráter substituto de ações do Estado junto a esse mercado, entre outros elementos.

A principal hipótese levantada nesta análise é a de que políticas públicas de trabalho podem amenizar, mas não resolver as iniquidades que acompanham o desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, acerca do processo migratório do capital e do trabalho ocorrido no eixo Farroupilha – Sobral, no caso da empresa Grendene, questiona-se a adoção desta política pública de atração de investimentos privados enquanto uma política pública capaz de trazer o estado de bem-estar social propalado por seus defensores e almejado pela sociedade envolvida.

Partindo dessa hipótese, o estudo mostrou as contradições e problemas sociais associados a esse tipo de política pública, inerentes ao processo privado de reestruturação produtiva que inclui os incentivos fiscais como elemento importante para sua efetivação. Assim, a análise apresenta o caso Grendene, na sua essência, fundamentalmente como uma estratégia de reestruturação produtiva do capital, que utiliza o fundo público como um de seus instrumentos. Isso, por si só, se contrapõe à possibilidade de resolução de iniquidades oriundas da relação capital-trabalho.

É fato que para aqueles que estão diretamente inseridos no processo produtivo da empresa enquanto assalariados, houve alguma amenização das condições de vida, tanto em Sobral, onde essas condições historicamente se mostram precárias, quanto em Farroupilha, dada a alegada qualidade da remuneração daqueles postos de trabalho, além da diversificação

de seu parque industrial (que teria possibilitado uma retomada na criação e manutenção de postos de trabalho na cidade). Entretanto, faz-se necessário lembrar dois grupos de trabalhadores cujas condições de vida sofreram revés com a saída da empresa de Farroupilha e sua chegada em Sobral: aqueles que perderam seus postos de trabalho no município gaúcho; e aqueles que, em Sobral, depois de empregados pela empresa, perderam sua colocação (dada a rotatividade observada), ou ainda aqueles que nunca conseguiram um posto de trabalho na Grendene (déficit na oferta de empregos na empresa).

Em Sobral surgiu um grupo grande de pessoas em busca de trabalho na Grendene sem consegui-lo, oriundo de municípios vizinhos e da própria cidade, especialmente da zona rural; e, em Farroupilha, foi indiscutível a perda absoluta e relativa de postos de trabalho com a migração da empresa. Em ambos os casos o resultado foi o aumento do nível de desemprego nesses momentos específicos. Aqui aparece o paradoxo, em Sobral, de conviver com taxas de crescimento tanto do emprego como do desemprego, por vezes de forma simultânea.

Quanto ao Estado – poder público –, o modelo de desenvolvimento nos dois municípios é baseado na redução da carga tributária. No caso de Sobral, isto é mais incisivo, mas este modelo também está presente em Farroupilha. Em ambos municípios o princípio se baseia na concessão de crédito fiscal e no apoio de infraestrutura às empresas. Estas, em contrapartida, contribuiriam para a geração de mais empregos e o consequente aumento da renda local, alavancando, relativamente, os indicadores sociais locais. Nesses casos, políticas públicas de trabalho associadas ao capital privado se propõem, por um lado, a compensar desequilíbrios sociais gerados pelo desenvolvimento deste capital, e por outro, a compensar a ausência do próprio Estado em ações diretas ou complementares de estímulo à localidade.

Além disso, na pesquisa, são questionadas as supostas vantagens auferidas por todos os agentes envolvidos no processo: trabalhadores, empresa, sociedade em geral, e poder público. Aqui a análise propõe que o movimento da Grendene não significou vantagens ou perdas absolutas para nenhum dos municípios envolvidos, e que todos os números apresentados pelos agentes envolvidos, em todos os sentidos possíveis, devem ser relativizados. Como exemplos, pode-se lembrar o aumento do número de postos de trabalho e sua inconsistência nos períodos imediatamente posteriores; a migração de força de trabalho para o local de atividade da empresa Grendene, gerando um contingente excessivo de pessoas

em busca de ocupação nesses lugares; os custos sociais advindos desta situação; o efeito sobre os níveis salariais desse exército industrial de reserva; entre outras situações.

Assim, reitera-se que o objetivo geral deste estudo, qual seja, a partir da análise do caso da empresa Grendene tanto no município cearense de Sobral como em Farroupilha, verificar a essência das políticas públicas locais, ou seja, entender a dinâmica capital-trabalho mediada pelo poder público local, foi alcançado. Analisaram-se as posturas dos poderes públicos – em Sobral e Farroupilha –, a postura dos trabalhadores em ambas as localidades, a partir da visão dos respectivos sindicatos, e, por fim, a postura da Grendene, bem como o papel da reestruturação produtiva neste processo, todas elas sendo reflexo da referida essência.

O que se percebeu desta análise foi, na ação dos poderes públicos, um viés pró-capital de orientação de suas políticas, em maior ou menor grau de explicitação, notadamente na área do trabalho, o que não permite afirmar que exista nessas ações um caráter essencialmente social. Aliás, talvez seja exagerado afirmar que há, nos municípios analisados nesta pesquisa, alguma política pública efetiva na área do trabalho. As ações encontradas, quando muito, poderiam ser caracterizadas como pontuais e esporádicas, com características fundamentalmente passivas, o que deixa a desejar no tocante à efetiva solução, ou mesmo atenuação da questão da falta de trabalho para os mercados relacionados.

As políticas de atração de investimentos produtivos baseadas na isenção de impostos, renúncia fiscal, doação de infraestrutura ou financiamento público das empresas explicitam um caráter privatista dos recursos públicos, e, nesse sentido, também tendencioso e viesado de valorização do capital e de dependência das nuances capitalistas. Isso, por si só, põe em xeque qualquer associação que se faça desse tipo de ação pública às políticas essencialmente sociais. Elas são isto, sim, políticas capitais, no sentido de protagonismo deste em detrimento do trabalho, dos trabalhadores e da sociedade em geral, que absorvem, historicamente, uma parcela menor daquilo que chega ao capital como vantagem.

Ademais são onerosas aos cofres públicos, pois contribuem para o aumento da dívida pública, via diminuição da arrecadação e da capacidade de amortização por parte dos entes públicos envolvidos. Vale lembrar, no tocante à diminuição de suas arrecadações que, no caso dos municípios, especialmente os nordestinos, isso torna-se algo perverso, dadas as suas

históricas e conhecidas situações de insolvência financeira, fator agravante para suas conjunturas sociais.

Aqui é necessário esclarecer que não há uma oposição gratuita à concessão de incentivos fiscais enquanto instrumento capaz de alavancar o desenvolvimento local de regiões reconhecidamente necessitadas de investimento. Dentro de parâmetros que preservem a ética e a transparência, pode ser um instrumento tão interessante quanto outros tantos, na tentativa de amenizar os efeitos decorrentes da oligopolização da economia que se vê no mundo capitalista. Todavia, para que isso aconteça com tais características, é preciso que os critérios de adoção da política e de concessão de benefícios estejam claros e bem definidos. Esses critérios para esta linha de ação pública devem estar em consonância com os objetivos não só de crescimento local, mas sobretudo de desenvolvimento, o que englobaria a elevação de indicadores sociais capazes de indicar alterações para melhor as condições de vida da população envolvida.

Para isso, objetivos claros teriam que ser discutidos entre a comunidade, e estabelecidos enquanto norteadores da política. Igualmente importante seria o acompanhamento da aplicação da política, de seus encaminhamentos posteriores junto ao setor privado beneficiado, bem como dos resultados alcançados. Tudo isso com a participação ativa dos maiores interessados em termos de política de cunho social: a comunidade envolvida. Isso no sistema capitalista de produção e troca, porém, é algo tão difícil de se ver como de ser factível, especialmente em localidades historicamente pobres e desassistidas, onde direitos não são facilmente percebidos ou assimilados enquanto tal, já que via de regra inexistem.

Talvez fosse mais interessante, sob todos os aspectos, que essas municipalidades buscassem soluções focadas nas potencialidades locais para encaminhar os recursos públicos, no sentido de fomentar políticas que visassem efetiva e prioritariamente atingir a população em geral, evitando qualquer privilégio aos interesses do capital, especialmente. Apesar da insólita realidade de muitos dos municípios brasileiros, em todos os sentidos, a cada dia tem se percebido que soluções baseadas nas vantagens locais, aliadas à criatividade e à participação popular, têm transformado de modo alternativo e interessante muitas dessas realidades. Exemplos nesse sentido não faltam, como os da Economia Solidária; da

autogestão; e da participação coletiva; dos coletivos sócioprodutivos; entre tantos, e nos mais diversos setores da economia. Estes vão desde a agricultura familiar organizada em cooperativas populares, até o setor de serviços (o turismo comunitário que começa a crescer no Nordeste e no Ceará especificamente é um exemplo emergente disso), passando pelas pequenas e médias unidades industriais de cunho autogestionário, os coletivos sociais urbanos (o Mercado Sul Vive em Brasília/DF, por exemplo), entre outros.

Em todos esses casos, as políticas públicas têm conseguido não só motivar os envolvidos, mas também, e principalmente, lhes possibilitar uma tomada de consciência diferente, que emerge com as condições objetivas que lhes são disponibilizadas, além da troca de saberes salutar, que acaba por trazer às administrações públicas desse tipo, novas perspectivas de enxergar o social e as coletividades que de algum modo representam, ou deveriam representar. Nesse caso, estimula-se não só o emprego, que encerra em si uma relação de dependência para com o capital, mas, sobretudo o trabalho, que não necessariamente carrega esta característica, mas, ao contrário, pode ser um instrumento de libertação e auto-afirmação social, especialmente quando pensado, discutido e efetivado em situação coletiva.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; o Movimento Nacional dos Catadores; dos Sem Teto e Moradores de Rua; e as mais diversas cooperativas populares espalhadas pelo país; associações de produtores de todo tipo; as redes de produção e comercialização comunitárias e populares; são experiências que podem e merecem ser consideradas a partir dessa perspectiva e como instrumento de políticas públicas que têm grande potencial na comunidade.

Não se quer dizer, entretanto, que tais movimentos são em sua essência revolucionários, no sentido de aglutinar forças que possam forçar um rompimento dos trabalhadores com o sistema capitalista. Considera-se que eles estejam mais próximos de conseguir diminuir as iniquidades às quais esse texto já se referiu, o que, num cenário de degeneração social percebido a partir dos avanços do capitalismo, já seria um diferencial. Mas sua maior virtude talvez seja a de apresentar a esses mesmos trabalhadores, possibilidades diferentes de estar no mundo, com um viés diverso daquele que lhes proporciona apenas a subsistência, num nível aquém daquele que é aspiração de qualquer ser humano.

Há também que se fazer aqui um adendo em relação à postura da empresa Grendene, dos poderes públicos locais e dos sindicatos ouvidos e objetos desta pesquisa. No sistema capitalista de produção e troca, estas posturas, tais como observadas e analisadas durante este trabalho não causam qualquer tipo de espécie. Como os próprios envolvidos em Farroupilha e Sobral afirmaram, a empresa não fez nada além de jogar o jogo capitalista. A crítica que se faz na pesquisa e nestas considerações, têm como alvo este jogo principalmente. A discordância em relação à postura dos referidos agentes diante das conjunturas analisadas aqui são de fato maiores e mais profundas, pois são substancialmente discordâncias quanto ao capitalismo enquanto sistema socioprodutivo capaz de gerar um nível de bem-estar social satisfatório, no sentido de substancial e estruturante, em relação àqueles que estão inseridos em sua lógica.

O capitalismo e seu conseqüente trabalho assalariado se mostram incapazes de superar suas contradições fundamentais. Em sua busca pelo crescimento agregado e perpétuo, na tentativa de gerar uma taxa de lucro infinitamente crescente, lança a sociedade na esfera do consumo constante. A questão é que, dados os relativamente baixos níveis salariais da maioria das pessoas, esse consumo não consegue se manter no nível que garanta toda essa infinitude, isso sem falar na questão socioambiental e no potencial esgotamento das energias vitais do planeta, ou seja, o conseqüente esgotamento das matrizes energéticas ao redor do mundo, que compromete substancialmente a sua própria sustentabilidade.

Nos Estados Unidos, por exemplo, há notícias recentes de regiões onde as propriedades rurais estão sendo desativadas porque tornou-se mais lucrativo para seus proprietários vender seus estoques de água para o consumo das grandes cidades próximas, ao invés de irrigar suas lavouras ou sustentar sua pecuária. O esgotamento de mananciais tem a ver também, como se sabe, com a enorme necessidade da água como insumo para a indústria em geral, o que acaba por gerar crises de abastecimento que, neste caso, está sendo resolvida com a diminuição da produção de itens vitais para a sobrevivência humana; mais um exemplo de paradoxo capitalista.

Há que se considerar também a crescente financeirização da economia mundial, característica desses tempos de comunicação instantânea, e que pode significar igualmente o colapso de muitas fontes de sobrevivência baseadas no setor de produção física, cada vez menos importante enquanto opção de investimento para o capital, sendo esta, inclusive, uma

de suas contradições fundamentais. Com os níveis de taxas de juros e *spreads* bancários em patamares elevados em relação a um passado cada vez mais distante, é mais vantajoso aplicar nos mercados de títulos financeiros (especialmente em países ditos emergentes, como o Brasil), do que arriscar o capital em negócios que exigem muitas vezes grande tempo de maturação e que não garantem os resultados desejados. Daí derivam as crises (como a recente crise do setor imobiliário norte-americano), baseadas nas baixas taxas de crescimento que o mundo capitalista experimenta, cada vez mais e por mais tempo, em relação às anteriores.

Assim, os breves períodos de expansão capitalista, cada vez menores em volume e duração, são, por si só, incapazes de reoxigenar o sistema, gerando uma quantidade de excluídos, cada vez mais marginalizados e indignados com sua condição. Os movimentos populares recentes, como a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, ou o Movimento Passe Livre, são, em alguma medida, reflexos dessa insatisfação, conscientes ou não, diante dos rumos que o capitalismo impôs à sociedade.

O que se entende aqui por política social é algo distinto em todos os sentidos, a começar por seu caráter libertador e emancipatório da sociedade em que está inserida e implementada. Trata-se, nesse sentido, de ação que visa dotar o homem de condições de auto-sobrevivência, independente, autônoma, capaz de romper com a lógica capitalista da retroalimentação via consumo; além disso, que seja capaz de criar uma nova lógica, baseada na cooperação e na solidariedade, vislumbrando um tipo de sociedade diferente da capitalista, construída não sobre os valores do individualismo e da meritocracia, mas da equidade; da busca por algum parâmetro de igualdade; da ajuda mútua e dos interesses coletivos.

Tudo isso suscita uma reflexão que trilha o caminho da lógica inversa do que está posto na conjuntura socioeconômica atual, no Brasil, na América Latina e em todo o mundo. O sistema capitalista, com sua solução quando muito atenuante da realidade socioeconômica da maioria diante do enriquecimento da minoria, não é, e não quer ser, capaz de equacionar essa soma que não fecha. O trabalho assalariado por si só não resolve, nem resolverá o problema da inclusão de todos no mundo das necessidades básicas satisfeitas e do conforto desejado. Essa conta, no capitalismo é deficitária pelo lado do trabalho, já que o lucro é o senhor de todas as relações, e sua essência vem da diferença entre os agentes: receita menos

despesa; pobreza que sustenta privilégios; escassez que garante abundância; entre outras das contradições do capital.

É, portanto, urgente e preciso que os poderes públicos, em todas as esferas, tomem posição neste embate de modo a privilegiar aqueles que mais necessitam de suporte, abandonando as práticas exclusivamente assistencialistas ou de fomento passivo da categoria trabalho. Além de políticas diferentes, faz-se necessário a busca por uma alternativa a esse sistema produtivo excludente que aí está, isto numa perspectiva ampliada. Nesse sentido, as especificidades locais têm muito a contribuir para a descoberta dessas alternativas. Faz-se necessário que as comunidades sejam chamadas a participar de seus processos de planejamento, das tomadas de decisão, das formulações e implementações de políticas públicas em geral e das políticas sociais em particular.

Esta solução não é fácil, nem factível nos moldes da sociedade humana que conhecemos e vivenciamos atualmente. A postura do individualismo e da competição precisa ser substituída por outra, baseada na cooperação e socialização das coisas, desde a produção, passando pelos saberes, experiências, capacidades, e tudo mais que possa contribuir com uma existência social mais harmônica, com centro no ser humano. Há que se fazer a opção clara de enfrentamento das conjunturas capitalistas que excluem, chamando a sociedade à luta que é legítima e que o Estado poderia perfeitamente encampar. A América Latina, recentemente, tem dado exemplos de todos os tipos nesse mister. Esse parece ser o caminho para que a sociedade se aproxime do ideal de uma vida digna a todos indistintamente, e que esta possa, finalmente, surgir e prosperar nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Diego Gadelha de. **Indústria e Reestruturação Sócio-Espacial**: a inserção de Sobral na divisão espacial da produção calçadista. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2009.

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. **As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital**. Campinas: Educação & Sociedade, v. 25, nº 87, pp. 335-351, mar/ago 2004.

_____, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2005.

AMARAL FILHO, Jair do. **Incentivos Fiscais e Políticas Estaduais de Atração de Investimentos**. Texto para Discussão nº 08. IPECE. Ceará, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª. Ed. São Paulo, Ed. Boitempo, 2000.

_____, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2013 .

_____, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Trabalho. São Paulo, Cortez Editora, 2013 (2).

ARAGÃO, Francisco Jairo Paixão. **O Impacto Social da Política de Incentivos Fiscais no Estado do Ceará**. O caso de Maranguape. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2005.

ARBIX, Glauco. **Políticas do desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, nº 48, pp. 109-129. Rio de Janeiro: 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**. Rumo a outra Modernidade. São Paulo, Editora 34, 2010.

BEGHIN, Nathalie. **Parcerias e pobreza no Brasil**: as contradições dos arranjos realizados entre entidades governamentais e empresas privadas para combater a pobreza no Brasil nos últimos 20 anos. Tese de doutorado. IH/SER/UnB, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social no Capitalismo** –

tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009, pp. 575-591.

BRASIL, Ministério da Educação – MEC. **Inepdata**, 2014.

BREITBACH, Áurea C. M. **O Desenvolvimento na Região de Caxias do Sul.** Anais do XXI Encontro Estadual de Geografia. Caxias do Sul: AGB-PA/UCS, 2001.

CARDOZO, Soraia Aparecida. **Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990.** Tese de Doutorado. Campinas; Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia; 2010.

CARLEIAL, L. M. F. **Flexibilidade externa da firma e seus efeitos sobre a organização da produção e mercado de trabalho.** In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). *Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa.* 1ª. Ed. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995, v. 1, p. 177-207.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da Questão Social.** Petrópolis, Editora Vozes, 1998

CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia.** Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

CEARÁ. Conselho de Desenvolvimento do Estado do Ceará - CEDE. **Políticas de Desenvolvimento**, 2011.

_____. Conselho de Desenvolvimento do Estado do Ceará - CEDE. **Políticas de Desenvolvimento**, 2014.

CEARÁ (b). Sistema Nacional de Emprego – SINE/CE. **Estudos e Pesquisas**, 2011.

DE LUCA, Márcia Martins M.; LIMA, Virgínia Felício L. **Efeito dos Incentivos Fiscais no Patrimônio das Entidades Beneficiárias do Programa FDI, do Governo do Estado do Ceará.** Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol.5 - Nº 1, pp. 29-44, jan/jun/2007.

DE MORAES, Jorge Luiz Amaral. **Capital Social: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local-regional;** in BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz. In: *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares.* Santa Cruz do Sul,

Edunisc, 2008.

DULCI, Otávio Soares. **Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil**. Revista de Sociologia e Política da UFMG, nº 18, pp. 95-107, junho 2002.

FAGNANI, Eduardo. **Avaliação do Ponto de Vista do Gasto e Financiamento das Políticas Sociais**. In: RICO, Elizabeth. Avaliação de Políticas: uma Questão em Debate. São Paulo, Cortez Editora; IEE/PUC/SP, pp. 29-39, 1998.

FERRAZ, Cristiano Lima. **O Novo Operariado Brasileiro: um estudo a partir de dois segmentos de trabalhadores**. Tese de doutorado, IFCH, Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Campinas: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de Campinas – BDTD/Unicamp, 2008.

GAUDEMAR, J-P. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital**. São Paulo. Ed. Era, 1979.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo. 7ª Ed. Editora Atlas, 2008.

GRENDENE. **Relatório Anual** 2011.

_____. **Relatório Anual** 2013.

_____. **Relatório Anual** 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____, David. **Occupy**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

_____, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem – do Feudalismo ao Século XXI**. São Paulo. 22ª Ed. LTC Editora, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. In: *Temporalis* 3. Ano II, pp. 09-32. Rio de Janeiro: ABEPSS, Janeiro a junho de 2001.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (vários autores). **Japão: um caso exemplar de capitalismo organizado**. Brasília: Convênio IPEA/CEPAL, 1991.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil**. Cadernos Textos para Discussão, 2006. Acesso em 29/8/2014.

KANAAN, Beatriz Rodrigues. **A etnização em produção**: reflexões antropológicas sobre trabalhadores migrantes na região de colonização italiana no nordeste gaúcho. Caxias do Sul: Revista Méti História e Cultura/UCS v. 11, nº 22, pp. 117-140, jul/dez 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. **Mulheres no Mundo do Trabalho**: em busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo. In: Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI. 1ª. Ed. Brasília: Canadian International Development Agency, 2005, p. 222-226.

MANCUSO, Wagner Pralon; MOREIRA, Davi Cordeiro. **Benefícios Tributários Valem a Pena?** Um estudo de formulação de políticas públicas. In: Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, vol. 21, nº 45, pp. 107-121, março de 2013.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979.

_____, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Avante, 1983.

_____, Karl. **O Capital**-Livro 1-IV Parte. Do original em alemão: Das Kapital. São Paulo: Editora Bertrand Brasil-Difel; 1987.

MÉSZÁROS, I. **O Poder da Ideologia**. São Paulo. Boitempo, 2004.

MUSGRAVE, Richard A. **Teoria das Finanças Públicas** – Vol. 2. São Paulo: Atlas, 1987.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: *Temporalis* 3. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Janeiro a junho de 2001.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa**: características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, vol. 1, nº 3, pp. 01-05, 2º semestre, 1996

NUNES, Christiane Girard Ferreira; THEODORO, Mário Lisboa. **Atividades Informais em Brasília**: análise e desafios. Artigo apresentado no Colóquio Internacional “Mundialisation économique, ET gouvernement des sociétés: l’Amérique Latine, um laboratorie? GREITD/IRD/Universités Paris 1, Paris 8 e Paris 13, junho 2000.

_____, Christiane Girard Ferreira. **Dossiê**: Globalização e Trabalho: perspectivas de gênero. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. 52 p.

_____, Christiane Girard Ferreira. **As Representações dos Empresários sobre Inovação**. In TURCHI, Lenita Maria; DE NEGRI, João Alberto; COMIN, Álvaro (Organizadores). PAEDI

- Pesquisa sobre Atitudes Empresariais para Desenvolvimento e Inovação. IPEA, pp. 421-464, Brasília, 2012.

O'CONNOR, James – *USA: A crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus, **Trabalho e Sociedade**: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1989.

_____, Claus. **Teoria Democrática**: de frente para a tripla transição no Leste Europeu. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os Direitos do Antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEREIRA, Potyara A. P. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania**. In: *Temporalis* 3. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Janeiro a junho de 2001.

_____, Potyara A. P. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

ROSSI, Sérgio Ciquera; TOLEDO Jr, Flávio C. **Lei de responsabilidade fiscal**: comentada artigo por artigo. São Paulo: NDJ, 2005.

SALVADOR, Evilásio da Silva. **A Distribuição da Carga Tributária**: quem paga a conta? In: SICSÚ, João (Org.) Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 79-92.

_____, Evilásio da Silva. **Fundo Público no Brasil**: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007). Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social"**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SÁVTCHENKO, P. **O Que é Trabalho?** Moscou: Edições Progresso, 1987.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SILVA, André Luís. **A Fantástica Fábrica de Automóveis**: um passeio sobre o precarizado chão de fábrica da Ford da Bahia. Revista da Rede de Estudos do Trabalho. Ano 1, no. 2, pp. 01-26, 2008.

SINE/IDT. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho. **Emprego formal nos municípios cearenses**. Banco de Dados, jun 2011.

_____. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho. **Emprego formal nos municípios cearenses**. Banco de Dados, jun 2014.

SOARES, Laura Tavares. **Os Custos Sociais dos Ajustes Neoliberais na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a igualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOMÁS, Ana Iris; FARIAS, Mona Danylla Pinto. **Efeitos da Localização da Fábrica Grendene sobre os Negócios do Bairro Alto da Expectativa em Sobral-CE**. Sobral: Edições UVA, 2010.

WOOD Jr., Thomaz. **Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido**. Revista de Administração de Empresas/FGV, pp. 06-18. São Paulo, set/out 1992.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **A Convidada de Pedra**. Mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional – um olhar a partir do Brasil (1988-2002). Brasília: FLACSO; Abaré, 2004.

_____, Silvia Cristina. **O Trabalho Sem Fim: sobre a centralidade dos trabalhos femininos**. In: Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI. 1 ed. Brasília: Época Editora, 2008, pp. 89-95.

YIN, Robert K. **Case Study Research – Design and Methods**. Sage Publications Inc., USA, 1989.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lista de Sites

ADECE - WWW.adece.ce.gov.br

ANFIP - WWW.anfip.org.br

Banco Mundial - WWW.worldbank.org

Blog Encontro com Saúde - WWW.encontrocomsaude.blogspot.com.br

Blog Sobral de Prima - WWW.sobraldeprima.blogspot.com.br

CDN - WWW.cdn.fee.tcche.br

CEDE/CE - WWW.cede.ce.gov.br

CET/CE - WWW.cet.ce.gov.br

DATASUS - WWW.datasus.gov.br

DETRAN/CE - WWW.detran.ce.gov.br

Empresa Grendene - WWW.grendene.com.br

Governo do Estado do Rio Grande do Sul - WWW.rs.gov.br

IBGE - WWW.ibge.gov.br

INEP - WWW.portalinep.gov.br

IPECE - WWW.ipece.ce.gov.br

Jornal Tribuna do Ceará - WWW.tribunadoceara.uol.com.br

Jornal The Economist - WWW.economist.com

MEC - WWW.mec.gov.br

MTE - WWW.mte.gov.br

OIT - WWW.oitbrasil.org.br

Portal Uol - WWW.economia.uol.com.br

Prefeitura Municipal de Farroupilha - WWW.farroupilha.rs.gov.br

Prefeitura Municipal de Sobral - WWW.sobral.ce.gov.br

Prefeitura Municipal de Sobral - http://www.sobral.ce.gov.br/site_novo/

Rádio Gaúcha - WWW.gaucha.clicbs.com.br

Revista Exame - WWW.exame.abril.com.br

Secretaria de Saúde do Estado do Ceará - WWW.saude.ce.gov.br

SINE/IDT - WWW.sineidt.org.br

Sobral News - WWW.sobralnews.com.br

ANEXO 2 – Notas

(1) Balanço das atividades do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (Cede) em 2013 registra 82 protocolos de intenções aprovados no último ano, com previsão de R\$ 5,25 bilhões em investimentos privados e geração de 16.136 empregos diretos. Ferramenta importante na captação de investimentos e atração de negócios, o Cede é o órgão do governo responsável por deliberar estratégias e articular os setores produtivos para promover o desenvolvimento econômico do estado, fazendo o diálogo com o setor privado. O Conselho possui como vinculadas a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), Companhia de Desenvolvimento do Ceará (Codece) e a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE Ceará). Os números divulgados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico mostram um crescimento em relação aos anos anteriores. Em 2012, foram assinados protocolos no valor de R\$4,51 bilhões, número que indica um crescimento de 16% em 2013. Em 2011, os protocolos assinados correspondem um montante de R\$ 3,99 bilhões de recursos, com vantagem de 32% para os números obtidos no último ano. A expectativa de geração de empregos também foi favorável em 2013. Avaliando-se os números obtidos em 2012 e 2011, respectivamente 14.783 e 9.629, a previsão de 16.136 no resultado de 2013 demonstra um crescimento de 9 e 68% em relação aos obtidos nos citados anos anteriores. De acordo com o Presidente do Cede, Alexandre Pereira, esse números refletem os grandes investimentos em obras de infraestrutura e a agressiva política de atração de investimentos do Governo Cid Gomes, colocando o estado como um dos mais competitivos na abertura de novos negócios. ‘O Ceará possui um ambiente extremamente favorável para atração de empresas, com investimentos constantes em infraestrutura, como porto, retro porto, estradas, aeroportos, para garantir as melhores condições de continuar recebendo grandes empreendimentos com a agilidade e solidez que se espera de um estado em contínuo crescimento. Tudo isso é um atrativo para o investidor’, destaca. Os principais protocolos aprovados são na área de calçados, pré-moldados, estruturas metálicas, setor metal mecânico e seus derivados e geração de energia. Os projetos contemplam R\$ 2,93 bilhões em investimentos para o interior do estado, R\$ 1,98bi para a região metropolitana de Fortaleza e R\$ 344 milhões para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp). A política de atração de investimentos tem como princípio básico a concessão de incentivos fiscais através do diferimento do ICMS gerado pela atividade industrial. O percentual do incentivo é feito a partir de parâmetros como: geração de empregos, valor da operação, localização geográfica e projetos de responsabilidade social, cultural e ambiental. ‘O incentivo é maior para investimentos

localizados no interior do estado, e em municípios com menor PIB. Acreditamos que o desenvolvimento econômico deve estar ligado diretamente à distribuição de riquezas e diminuição da pobreza', afirma Alexandre Pereira.

APÊNDICES**APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

Brasília, __/__/____

Eu, _____, R.G. _____

concordo em participar, por livre e espontânea vontade, da pesquisa “Desenvolvimento do capital, reestruturação produtiva e políticas de trabalho: o caso Grendene”, a ser apresentada como tese de doutorado do pesquisador Robert Paula Gouveia ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília – UnB, além de poder ser apresentado como artigo a congressos e revistas científicas especializadas.

Estou esclarecido (a) e informado (a) que a pesquisa visa analisar o processo de migração da empresa Grendene da cidade de Farroupilha/RS para Sobral/CE como uma ação afirmativa tendente a diminuir as desigualdades no mercado de trabalho. O trabalho destacará especialmente os desafios e avanços observados em sua implementação. Assim, responderei às perguntas referentes à minha experiência como participante do referido processo.

Estou ciente que a entrevista será gravada, transcrita e analisada pela pesquisadora e que as fitas e/ou relatórios escritos com a entrevista serão arquivadas após a finalização do estudo. Além disso, estou ciente que não serei identificado (a) no trabalho escrito ou apresentado e que na pesquisa será utilizado um pseudônimo quando houver necessidade de referência à pessoa entrevistada. Tenho garantia de sigilo aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e minha participação é voluntária, estando livre de qualquer remuneração ou despesa.

Declaro também estar ciente que durante a pesquisa, se tiver dúvidas serei esclarecido (a) pelo pesquisador pelo correio eletrônico robertpg18@gmail.com ou pelos celulares: (85) 99789636 ou (61) 81534001. Por fim, terei a liberdade de recusar a responder às perguntas que me causem constrangimento, a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalidade alguma.

O termo foi assinado por mim e pelo pesquisador.

Entrevistado (a):

Pesquisador:

APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Representante Grendene

Data:

Local:

Nome do entrevistado(a):

Duração da entrevista: entre 60 e 90 min.

Identificação

1. Razão Social
2. Tipo de Sociedade
3. Atividade Principal
4. Data de Fundação

Reestruturação Produtiva

1. Número de empregados na Grendene
 - a. Total
 - b. Produção
 - c. Outros (quais?)
 - 1.1 – Número de empregados na Grendene em Sobral/CE
 - a. Total
 - b. Produção
 - c. Outros (quais?)
 - 1,2 – Número de empregados na Grendene em Farroupilha/RS
 - a. Total
 - b. Produção
 - c. Outros (quais?)
2. Composição do mercado consumidor (%)
 - 2.1 Estadual
 - 2.2 Nacional
 - 2.3 Externo
3. A Grendene está de alguma forma associada a outra empresa? De que forma?
4. Como a Grendene se classifica enquanto empresa produtora?

5. Como a Grendene se relaciona com seus fornecedores (descrição técnica da relação ou relações)?
6. A Grendene esteve ou está realizando algum processo de reestruturação produtiva em suas unidades de Sobral/CE e Farroupilha/RS? Descreva esse(s) processo(s).
7. Que métodos e técnicas de organização da produção a Grendene utiliza em Sobral/CE e Farroupilha/RS?
8. Qual a idade média do maquinário utilizado pela Grendene em Sobral/CE e Farroupilha/RS?
9. A Grendene terceiriza alguma(s) de sua(s) atividade(s) em Sobral/CE e Farroupilha/RS?
10. Houve alteração no número de postos de trabalho na Grendene em Sobral/CE e Farroupilha/RS associada ao processo de reestruturação produtiva?
11. Que efeitos se observaram na produção e na produtividade em Sobral/CE e Farroupilha/RS associados ao processo de reestruturação produtiva?
12. A Grendene encontrou dificuldades em Sobral/CE e Farroupilha/RS para implementar o processo de reestruturação produtiva?
13. Como é o relacionamento da Grendene com os sindicatos dos trabalhadores em Sobral/CE e Farroupilha/RS?
14. Que diferenças e semelhanças a Grendene observa entre os seus trabalhadores de Sobral/CE e Farroupilha/RS?

Percepção quanto à Política Pública

15. Por que a Grendene decidiu instalar-se em Sobral/CE?
16. Como foi planejada a mudança junto aos trabalhadores em Farroupilha/RS?
17. Todos os setores da Grendene foram transferidos para Sobral/CE? Por que?
18. A mudança mostrou-se uma decisão acertada ou não? Por que?
19. No que exatamente a Grendene mudou a partir da transferência para Sobral/CE?
20. Como é a relação da Grendene com o Governo do Estado do Ceará? Qual a importância dessa relação para a Grendene?
21. Como é a relação da Grendene com a Prefeitura Municipal de Sobral/CE? Qual a importância dessa relação para a Grendene?

22. Como é a relação da Grendene com a Prefeitura Municipal de Farroupilha/RS? Qual a importância dessa relação para a Grendene?
23. Qual a importância da Grendene para o Município de Sobral/CE?
24. Qual a importância da Grendene para o Município de Farroupilha/RS?
25. Como a Grendene vê o Programa de Atração de Investimentos Industriais do Governo do Estado do Ceará?
26. A Grendene enumera condicionantes para sua permanência em Sobral/CE?
27. A Grendene cogita a possibilidade de deixar o Município de Sobral/CE?
28. A Grendene cogita a possibilidade de retornar todos os seus setores ao Município de Farroupilha/RS?
29. A Grendene se sente parte de uma política pública social no Município de Sobral/CE?
30. A Grendene se sente parte de uma política pública social no Município de Farroupilha/RS?

APÊNDICE 3 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Prefeitura de Sobral/CE

Data:

Local:

Nome do entrevistado(a):

Duração da entrevista: entre 60 e 90 min.

Identificação

1. Cargo
2. Função

Percepção quanto à Política Pública

3. Qual a importância do Programa de Atração de Investimentos Industriais do Governo do Estado do Ceará para o Município de Sobral/CE?
4. Qual a importância da Grendene para o Município de Sobral/CE?
5. Qual a importância da Grendene especificamente para o mercado de trabalho e geração de renda em Sobral/CE?
6. Que mudanças o Município de Sobral/CE vem experimentando desde a chegada da Grendene?
7. Qual o percentual da população economicamente ativa do Município de Sobral/CE empregado hoje pela Grendene?
8. Que indicadores sociais mais apresentaram alterações com a vinda da Grendene para Sobral/CE?
9. Que benefícios e problemas a vinda da Grendene trouxe para Sobral/CE?
10. Há algum tipo de dependência do Município de Sobral/CE em relação à Grendene?
11. Há algum tipo de planejamento preventivo no caso de uma saída da Grendene do Município de Sobral/CE?
12. Que visão a Prefeitura de Sobral/CE tem da Grendene?
13. Que visão a população de Sobral/CE tem da Grendene?
14. A Prefeitura de Sobral/CE tem programas de geração de emprego, trabalho e renda para a população? Que resultados eles têm alcançado?

15. Qual a participação da Prefeitura de Sobral/CE na atração da Grendene e em sua manutenção no município?
16. O que é uma política pública social na área do trabalho na visão da Prefeitura Municipal de Sobral/CE?

APÊNDICE 4 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Prefeitura de Farroupilha/RS

Data:

Local:

Nome do entrevistado(a):

Duração da entrevista: entre 60 e 90 min.

Identificação

1. Cargo
2. Função

Percepção quanto à Política Pública

3. Como a Prefeitura de Farroupilha/RS vê o Programa de Atração de Investimentos Industriais do Governo do Estado do Ceará?
4. Qual é (foi) a importância da Grendene para o Município de Farroupilha/RS?
5. Qual é (foi) a importância da Grendene especificamente para o mercado de trabalho e geração de renda em Farroupilha/RS?
6. Que mudanças o Município de Farroupilha/RS vem experimentando desde a saída da Grendene?
7. Qual o percentual da população economicamente ativa do Município de Farroupilha/RS que era empregado pela Grendene antes de sua saída e qual o percentual empregado hoje?
8. Que indicadores sociais mais apresentaram alterações com a saída da Grendene?
9. Que problemas e benefícios a saída da Grendene trouxe para Farroupilha/RS?
10. Havia (há) algum tipo de dependência do Município de Farroupilha/RS em relação à Grendene?
11. Havia algum tipo de planejamento preventivo para o caso de uma saída da Grendene do Município de Farroupilha/RS?
12. Que visão a Prefeitura de Farroupilha/RS tem da Grendene?
13. Que visão a população de Farroupilha/RS tem da Grendene?

14. A Prefeitura de Farroupilha/RS tem programas de geração de emprego, trabalho e renda para a população? Eles surgiram antes ou depois da saída da Grendene? Que resultados eles têm alcançado?
15. Prefeitura de Farroupilha/RS gostaria de ter uma grande indústria instalada no município?
16. O que é uma política pública social na área do trabalho na visão da Prefeitura Municipal de Farroupilha/RS?

APÊNDICE 5 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Sindicato de Sobral/CE

Data:

Local:

Nome do entrevistado(a):

Duração da entrevista: entre 60 e 90 min.

Identificação

1. Cargo
2. Função

Percepção quanto à Política Pública

3. Como o sindicato vê o Programa de Atração de Investimentos Industriais do Governo do Estado do Ceará para o Município de Sobral/CE?
4. Qual a importância da presença da Grendene para o Município de Sobral/CE, na visão do sindicato?
5. O sindicato já existia antes da chegada da Grendene em Sobral? Se sim, que diferenças passou a apresentar a partir dessa chegada?
6. Que diferenças o sindicato percebe no mercado de trabalho e geração de renda em Sobral/CE, desde a chegada da Grendene?
7. Que mudanças o Município de Sobral/CE vem experimentando desde a chegada da Grendene, na visão do sindicato?
8. Que benefícios e problemas a vinda da Grendene trouxe para Sobral/CE, na visão do sindicato?
9. O sindicato de alguma forma participa da gestão do trabalho no âmbito da Grendene?
10. O sindicato percebe algum processo de reestruturação em curso na Grendene? Qual a posição do sindicato diante disso?
11. O sindicato elaborou, elabora ou pensa em elaborar algum tipo de planejamento preventivo para o caso de uma saída da Grendene do Município de Sobral/CE?
12. Que visão o sindicato tem da Grendene?
13. Que visão o sindicalizado tem da Grendene?

14. A Prefeitura de Sobral/CE chamou ou chama o sindicato para dialogar acerca de alguma questão que envolva a Grendene ou o mercado de trabalho no município?
15. O que é uma política pública social na área do trabalho na visão do sindicato?

APÊNDICE 6 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Sindicato de Farroupilha/RS

Data:

Local:

Nome do entrevistado(a):

Duração da entrevista: entre 60 e 90 min.

Identificação

1. Cargo
2. Função

Percepção quanto à Política Pública

3. Como o sindicato vê o Programa de Atração de Investimentos Industriais do Governo do Estado do Ceará para o Município de Sobral/CE?
4. Qual é (foi) a importância da presença da Grendene para o Município de Farroupilha/RS, na visão do sindicato?
5. Como ficou o sindicato com a saída da Grendene?
6. Que diferenças o sindicato percebe no mercado de trabalho e geração de renda em Farroupilha/RS, desde a saída da Grendene?
7. Que mudanças o Município de Farroupilha/RS vem experimentando desde a saída da Grendene, na visão do sindicato?
8. Que problemas e benefícios a saída da Grendene trouxe para Farroupilha/RS, na visão do sindicato?
9. O sindicato de alguma forma participava (ou participa) da gestão do trabalho no âmbito da Grendene?
10. O sindicato percebeu (ou percebe) algum processo de reestruturação em curso na Grendene? Isso influenciou na saída? Qual a posição do sindicato diante disso?
11. O sindicato elaborou, elabora ou pensa em elaborar algum tipo de planejamento no sentido de suprir a saída da Grendene do Município de Farroupilha/RS?
12. Que visão o sindicato tem da Grendene?

13. Que visão o sindicalizado tem da Grendene?
14. A Prefeitura chamou ou chama o sindicato para dialogar acerca de alguma questão que envolva a Grendene ou o mercado de trabalho em Farroupilha/RS?
15. O que é uma política pública social na área do trabalho na visão do sindicato?